

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL**

WILLIAM CARLOS VIEIRA LOPES

**A GÊNESE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS - FEMC:
Formação de mão de obra técnica na Área Mineira da SUDENE**

**MONTES CLAROS-MG
2019**

WILLIAM CARLOS VIEIRA LOPES

A GÊNESE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS - FEMC:
Formação de mão de obra técnica na Área Mineira da SUDENE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes como requisito à obtenção do Título de Mestre em Economia. Área de concentração: Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico.

Montes Claros
2019

WILLIAM CARLOS VIEIRA LOPES

A GÊNESE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS - FEMC:

Formação de mão de obra técnica na Área Mineira da SUDENE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito à obtenção do Título de Mestre em Economia. Área de concentração: Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico.

Montes Claros, 26 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Sara Goncalves Antunes de Souza (Orientadora)
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Prof.^a Dra. Ilva Ruas Abreu (Coorientadora)
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Prof. Dr. Admilson Eustáquio Prates (Examinador Externo)
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG

Prof. Dr. Marcos Fábio Martins de Oliveira (Examinador Interno)
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

À Enólia, minha amada esposa, minha infinita
inspiração. Aos meus filhos André, Guilherme
e o pequeno João Pedro, por serem minha
motivação primeira para buscar a realização de
sonhos. À minha querida mãe, Terezinha, e à
memória do meu saudoso pai, Jorge.

AGRADECIMENTOS

A Deus, onipresente em minha vida, por ser o meu guia e minha luz para seguir em frente, visto que a escrita deste livro foi uma grande caminhada. Muitas vezes solitária, mergulhado nas profundezas de minhas lembranças, desde os tempos de Marcelina Lopes, nas pesquisas documentais, ou em outros momentos, rodeados de grandes personagens.

Já afirmara o escritor Guimarães Rosa, "o real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia." Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros foi, para mim, essa travessia.

Nela, tive o prazer de conviver com pessoas maravilhosas, mestrandos como eu, em que dividimos as angústias e alegrias das inúmeras leituras, artigos, seminários... Cada um com suas peculiaridades, o que fez da turma 1-2017 uma experiência única, com uma sinergia contagiante que jamais esquecerei, posto que estará para sempre guardada no fundo do meu coração. Obrigado a cada um de vocês.

Do mesmo modo, agradeço imensamente a cada um dos dez professores, verdadeiros mestres, com os quais tive o prazer de cursar as várias disciplinas do curso. Foi um tempo de muito aprendizado, por isso serei eternamente grato pela grande experiência vivida. Dentre esses professores, destaco a minha orientadora, a professora Dra. Sara Gonçalves Antunes, à qual me faltam palavras para agradecer, pois, com sua simplicidade, competência, amizade, firmeza e alegria, até este momento, guiou-me para a conclusão deste trabalho, juntamente com o apoio da professora Dra. Ilva Ruas Abreu, minha coorientadora, quem muito me ajudou com toda a sua experiência acadêmica e profissional, também como atuante que foi no parque industrial montes-clarense nos tempos da SUDENE.

No período de pesquisa documental, devo meus sinceros agradecimentos à Associação Comercial e Industrial de Montes Claros pela inestimável ajuda, quando permitiu acesso aos livros de registros de atas de suas reuniões ordinárias. Também não posso deixar de agradecer aos colegas da Fundação Educacional Montes Claros, especialmente à professora Ângela Maria de Carvalho Veloso, que me abriu as portas do acervo memorial da FEMC. Contribuições imensuráveis para a redação da gênese da FEMC que ora aqui apresento nesta pesquisa.

Agradeço também a todos os professores e egressos da Escola Técnica que se dispuseram a partilhar comigo suas experiências, especialmente, Lincoln, Haroldo, Nazareth, Dirson e Raimundo.

Agradeço à Professora Luciene Rodrigues pela disponibilidade de participar da minha banca de qualificação. Do mesmo modo, agradeço ao professor Dr. Admilson Eustáquio Prates também pela sua participação na banca examinadora, bem como ao professor Dr. Marcos Fábio Oliveira Martins, que atuou diretamente nessas duas etapas e quem muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram presentes nesta travessia, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Localizada no Norte de Minas Gerais, na bacia do rio São Francisco, a cidade de Montes Claros é parte integrante da região semiárida brasileira, definida por lei como “Polígono das Secas”. Essa condição qualificou o município como beneficiário dos incentivos fiscais promovidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia federal criada em 1959. Até este momento, sua economia, baseada principalmente na pecuária de corte e cultivo de algodão, sofre uma considerável transformação. Diversos projetos industriais, dedicados à produção de cimento *Portland*, componentes e equipamentos eletroeletrônicos, mecânica de precisão, dentre outros, foram implantados em seu recém-criado Distrito Industrial. Como consequência, em um curto período, o mercado de trabalho local passou a demandar profissionais com qualificações específicas, como mecânicos industriais, soldadores, eletricitistas industriais, eletrônicos e tantos outros. Um enorme desafio para esses novos empreendimentos, uma vez que a força de trabalho da região, embora abundante e de baixo custo, não se encontrava preparada para as novas competências e padrões de comportamento exigidos pelo novo cenário. Assim, após tentativas malsucedidas de parceria com o poder público para enfrentamento desse gargalo, os empresários locais, liderados pelo engenheiro João Bosco Martins de Abreu, então presidente da Associação Comercial e Industrial (ACI) de Montes Claros, uniram-se para criar a Fundação Educacional Montes Claros (FEMC) e sua Escola Técnica, essa dedicada à formação de profissionais técnicos de nível médio. Desse modo, como o próprio título sugere, este estudo de caso tem como propósito descrever as bases e conjuntura da criação dessa instituição de ensino, bem como apresentar os principais elementos de sua expansão ao longo de sua trajetória, apresentando os resultados de uma pesquisa documental enriquecida com depoimentos de pessoas que vivenciaram aquela.

Palavras-chave: SUDENE, Minas Gerais, Montes Claros, Escola Técnica, Educação profissional.

ABSTRACT

Located in the north of Minas Gerais, in the São Francisco river basin, the city of Montes Claros is an integral part of the Brazilian semi-arid region, defined by law as the “Drought Polygon”. This condition qualified the city as a beneficiary of the tax incentives promoted by the Superintendence of Development of Brazil’s Northeast (SUDENE), a federal municipality created in 1959. Up to this point, its economy, which was based primarily on beef cattle and cotton farming, has undergone a real transformation. Several industrial projects, dedicated to the production of Portland cement, electro-electronic components and equipment, precision mechanics, among others, were implemented in its newly created Industrial District. As a result, in a short period of time, the local labor market will start to demand professionals with specific qualifications, such as industrial mechanics, welders, industrial electricians, electronics and many others. A huge challenge for these new ventures, as the region's workforce, while abundant and inexpensive, was unprepared for the new skills and behaviors required by the new scenario. Thus, after unsuccessful attempts to partner with the government to tackle this bottleneck, local entrepreneurs, led by engineer João Bosco Martins de Abreu, then president of the Associação Comercial e Industrial (ACI) de Montes Claros, came together to create the Fundação Educacional Montes Claros (FEMC) and its technical school, dedicated to the training of mid-level technical professionals. Thus, as the title itself suggests, this case study aims to describe the foundations and conjuncture of the creation of this educational institution, as well as to present the main elements of its expansion along its trajectory, presenting the results of a documentary research. Enriched with testimonials from people who have experienced this trajectory.

Keywords: SUDENE, Minas Gerais, Montes Claros, Escola Técnica, vocational education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Publicação do Decreto que elevou a povoação de Formigas à condição de Vila	30
FIGURA 2 - Polígono das Secas delimitado pela	55
FIGURA 3 - Divisão regional do Brasil	57
FIGURA 4 - Instrumentos fabricados pela SIOM	64
FIGURA 5 - Anúncio de um produto da ALMEC Indústrias Mecânicas S.A.	65
FIGURA 6 - Anúncio de um produto de QUARTZIL Informática S.A.	66
FIGURA 7 - Distribuição dos projetos aprovados	70
FIGURA 8 – Projetos industriais aprovados pela SUDENE para Montes Claros, até 07/1983	70
FIGURA 9 - Itinerários formativos previstos na lei 4.024/61	91
FIGURA 10 - Organização do sistema educacional brasileiro,	93
FIGURA 11 - Recorte de um Histórico Escolar – 1º Grau cursado entre 1976 e 1983	96
FIGURA 12 - Recorte de um Histórico Escolar do curso técnico em Eletrotécnica	97
FIGURA 13 - Trecho da ata da reunião ordinária da ACI, de 09/09/1975.	107
FIGURA 14 - Recorte da ata da reunião ordinária da ACI, do dia 17/02/1976.	109
FIGURA 15 - Relação das empresas mantenedoras da FEMC	112
FIGURA 16 - Recorte do contrato de locação da primeira sede da FEMC	114
FIGURA 17 - Cópia do Laudo Pericial	115
FIGURA 18 - Cópia do Habite-se	116
FIGURA 19 - Planta baixa simplificada das primeiras instalações da Escola Técnica	117
FIGURA 20 - Cópia da declaração sobre a capacidade financeira da FEMC	118
FIGURA 21 - Declaração da FEMC garantindo não ter vínculo com o poder público	119
FIGURA 22 - Tabela de Anuidades e Contribuições Escolares	120
FIGURA 23 - Acordo Salarial da FEMC com seus professores	121
FIGURA 24 - Anverso do primeiro Acordo Salarial da FEMC com seus professores	122
FIGURA 25 - Trecho da ata da reunião ordinária da ACI, em 09/03/1976	123
FIGURA 26 - Trecho da ata da reunião ordinária da ACI, do dia 20/04/1976.	123
FIGURA 27 - Justificativa para a escolha dos primeiros cursos da Escola Técnica	127
FIGURA 28 – Disponibilidade de vagas para da Escola Técnica	130
FIGURA 29 - Recorte de jornal noticiando o programa	131
FIGURA 30 - Projeção de matrículas da Escola Técnica	133

FIGURA 31 - Transcrição da lei municipal 1.120 de 13/06/1976.	134
FIGURA 32 - Informativo – Exame de Seleção/1978.	137
FIGURA 33 - Anúncio da primeira formatura dos alunos da Escola Técnica.	141
FIGURA 34 - Carimbo do registro da escritura sede da FEMC	147
FIGURA 35 - Logomarca do PROEP	149
FIGURA 36 - Logomarca do Colégio Delta	195
FIGURA 37 - Logomarca da FEMC e de suas unidades de ensino – versão 2019.....	200

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Primeira edificação da Fazenda Montes Claros.....	27
FOTOGRAFIA 2 - Vista da parte norte da cidade de Montes Claros.....	33
FOTOGRAFIA 3 - Cidadãos montes-clarenses na praça da Matriz, em 1927	33
FOTOGRAFIA 4: O vapor Matta Machado ancorado em Januária/MG	41
FOTOGRAFIA 5 - A primeira locomotiva que chegou a Montes Claros.....	43
FOTOGRAFIA 6 - Cidadãos de Montes Claros em Automóveis da década de 1920	44
FOTOGRAFIA 7 - Aeroporto de Montes Claros em 1947	45
FOTOGRAFIA 8 - Fachada da fábrica de tecidos do Cedro (1924).....	49
FOTOGRAFIA 9 - Inauguração do Mercado Municipal de Montes Claros	50
FOTOGRAFIA 10 - Fachada da Algodoeira Luiz de Paula	61
FOTOGRAFIA 11 - Estoque de matéria-prima da Algodoeira	61
FOTOGRAFIA 12 - Lançamento da Pedra Fundamental Coteminas, em 1966.....	63
FOTOGRAFIA 13- João Bosco Martins de Abreu	124
FOTOGRAFIA 14- Diretor da Escola Técnica é personalidade do ano 1978	126
FOTOGRAFIA 15 - Obras da construção do auditório da FEMC.....	126
FOTOGRAFIA 16 - E. M. Marcelina Lopes, em 1976.....	135
FOTOGRAFIA 17 - E. M. Marcelina Lopes, em 1976.....	136
FOTOGRAFIA 18 - Nova biblioteca da Escola Técnica, 1977.....	138
FOTOGRAFIA 19 - Sala de aula da Escola Técnica em suas novas instalações,	138
FOTOGRAFIA 20 - Laboratório de Tornearia da FEMC.....	143
FOTOGRAFIA 21 - Primeira sala de desenho da FEMC	143
FOTOGRAFIA 22 - Curso de datilografia da Escola Técnica, em 1983.....	144
FOTOGRAFIA 23 - PCH instalada no laboratório de eletricidade.....	145
FOTOGRAFIA 24 - Inauguração das novas instalações financiadas pelo PROEP	150
FOTOGRAFIA 25 - Fachada do <i>campus</i> II da FEMC.....	152
FOTOGRAFIA 26: A professora Ângela, em 2006.....	158
FOTOGRAFIA 27 - O vice-diretor da Escola Técnica, professor Jair Barbosa	165
FOTOGRAFIA 28: A aluna Liette Matos, em 1979.	168
FOTOGRAFIA 29: Pedro Almeida, em 2005.....	169
FOTOGRAFIA 30: Antônio Dirson, em 1979.....	174

FOTOGRAFIA 31: Raimundo Carlos, em 1979.....	176
FOTOGRAFIA 32: O professor Haroldo, em 2005	178
FOTOGRAFIA 33 - Primeiro laboratório de computação da Escola Técnica.....	179
FOTOGRAFIA 34 - Primeira turma de formandos do curso Técnico em P.D.	179
FOTOGRAFIA 35: Lincoln Wagner, em 2005.....	182
FOTOGRAFIA 36 - Treinamento da UTRECAVE	183
FOTOGRAFIA 37: Nazareth, em 2002.	186
FOTOGRAFIA 38 - Concurso de Poemas Marília Peres.....	196
FOTOGRAFIA 39 - Sócios da AGROWET no FIEMG Lab.	199
FOTOGRAFIA 40 - Sócio da AGROWET (dir.) em terras.....	199

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Relação entre o emprego existente e o previsto	71
GRÁFICO 2 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto	72
GRÁFICO 3 - Relação entre o emprego existente e o previsto	73
GRÁFICO 4 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto	73
GRÁFICO 5 - Relação entre o emprego existente e o previsto	74
GRÁFICO 6 - Relação entre o emprego existente e o previsto no	74
GRÁFICO 7 - Relação entre o emprego existente e o previsto	75
GRÁFICO 8 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto	76
GRÁFICO 9 - Variação anual do PIB brasileiro de 1968 a 1982	192

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Principais empresas industriais instaladas em Montes Claros com o advento da SUDENE (1960 a 1983).	674
QUADRO 2 - Situação operacional dos projetos instalados em Montes Claros apoiados pela SUDENE, em 1983.	66
QUADRO 3 - Nº global de empregos gerados pelas principais empresas industriais de Montes Claros.....	763
QUADRO 4 - Instituições de educação profissional criadas nos tempos do Império.....	76
QUADRO 5 - Escolas de Aprendizes e Artífices criadas em 1909.....	78
QUADRO 6 - Estrutura do curso propedêutico para o ensino comercial	841
QUADRO 7 - Cursos técnicos previstos no ensino comercial.....	852
QUADRO 8 - Leis orgânicas da educação brasileira.	874
QUADRO 9 - Lista dos primeiros cursos da Escola Técnica autorizados pela SEE-MG..	12825
QUADRO 10 - Relação de egressos da Escola Técnica que integram o corpo docente das unidades de ensino FEMC.....	1894
QUADRO 11 - Relação de técnicos-administrativos da FEMC egressos da Escola Técnica.	1905
QUADRO 12 - A escalada da inflação das décadas de 1980 e 1990	188

LISTA DE SIGLAS

AMS	Área Mineira da Sudene
AMNe	Área Mineira do Nordeste
ANA	Agência Nacional das Águas
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BIOBRÁS	Bioquímica do Brasil S.A.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCM	Centro de Controle de Motores
CDI	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CEE-MG	Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEMC	Centro Educacional Montes Claros
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas gerais
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CFMO	Centro de Formação de Mão de Obra
CFPLP	Centro de Formação Profissional Luiz de Paula
CGC	Cadastro Geral de Contribuintes
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COMAG	Companhia Mineira de Água e Esgotos
COPASA-MG	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CORTNORTE	Cortume Norte de Minas
COTEMINAS	Companhia de Tecidos Norte de Minas
DGPC	Direção-Geral do Patrimônio Cultural
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EPEM	Equipe de Planejamento do Ensino Médio
FEMC	Fundação Educacional Montes Claros

FINOR	O Fundo de Investimentos do Nordeste
FJP	Fundação João Pinheiro
FPF	Fundação Percival Farquhar
FRIGONORTE	Frigorífico Norte de Minas S.A.
FUJINOR	Fuji Electric Nordeste
FUNAM	Fundação Educacional do Alto Médio São Francisco
FUNM	Fundação Norte Mineira de Ensino Superior
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
HDD	<i>Hard Disks Drives</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INCET	Incubadora de Empresas de base Tecnológica de Montes Claros
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IOCS	Inspetoria de Obras contra as Secas
IRSAMASA	Indústrias Reunidas Santa Maria
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
MATSULFUR	Companhia de Materiais Sulfurosos
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC	Ministério da Educação
MECA	Mercantil Indústrias Mecânicas S.A.
NAE-MG	Núcleo de Assistência Empresarial de Minas Gerais
NAI	Núcleo de Assistência Industrial
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
PREMEM	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional

RMNe	Região Mineira do Nordeste
SEBRAE-MG	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEE-MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIEE	Setor de Integração Escola Empresa
SINDUSCON/Norte	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Norte de Minas
SINDGRAF	Sindicato das Indústrias Gráficas de Montes Claros
SIOM	Indústria de Instrumentos de Ótica e Mecânica
SOE	Serviço de Orientação Educacional
SSCP	Serviço de Supervisão e Coordenação Pedagógica
SUDEMINAS	Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDENOR	Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TELEMAR	Telemar Norte Leste S/A
TELEMIG	Telecomunicações de Minas Gerais S/A
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIVALE	Universidade Vale do Rio Doce
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
UTEC	Universidade Tecnológica
UTRAMIG	Universidade do Trabalho de Minas Gerais
UTRECAVE	Unidade de Treinamento e Pesquisa em Carvão Vegetal

NOTA EXPLICATIVA

Como parte integrante do semiárido mineiro e, como tal, da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Montes Claros ficou marcada pelas transformações sociais e econômicas registradas no período compreendido entre a década de 1970 e os primeiros anos da década seguinte.

Desde então, diversos pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento, dedicaram-se ao estudo sobre o tema. No entanto, ainda é escassa a produção dedicada ao estudo da formação da mão de obra que esses empreendimentos industriais demandaram. Principalmente ao considerar o perfil da economia local, até a década de 1950, fundamentalmente voltada para a pecuária, agricultura e comércio, e uma atividade industrial incipiente.

Nesse sentido, a mobilização da sociedade civil organizada para esse enfrentamento resultou na criação da Escola Técnica, protagonista na formação desses trabalhadores desde 1976. Devido à sua importância, ao completar 43 anos, verifica-se que a publicidade dada à documentação de sua trajetória é praticamente nula.

Por conseguinte, considerando as possibilidades intrínsecas aos programas de Mestrado Profissional, como é o caso do PPGDEE, previstas no Art. 7, § 3º da Portaria Normativa/MEC¹ nº 17, de 28 de dezembro de 2009, pretende-se com o presente estudo a elaboração de um livro sobre a Criação e Surgimento da Escola Técnica em Montes Claros, como sugere o seu título “A Gênese da Fundação Educacional Montes Claros - FEMC: Formação de mão de obra técnica na Área Mineira da SUDENE”.

Desse modo, esse material foi elaborado com o propósito de apresentar a versão preliminar daquilo que deverá constituir “ boneca de um livro”, como dito na linguagem editorial. Admite-se, assim, que ajustes devam ser implementados neste trabalho para que, então, esteja adequado aos padrões de uma publicação dessa natureza.

¹ Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I	24
1 FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE MONTES CLAROS	24
1.1 Os primórdios do povoamento da fazenda Montes Claros	25
1.2 Evolução Administrativa.....	29
1.3 População	34
1.4 Energia	38
1.5 Transporte.....	40
1.6 Instrução	46
1.7 Economia.....	47
CAPÍTULO II	53
2 A SUDENE	53
2.1 Características do semiárido brasileiro.....	53
2.2 Grandes regiões do Brasil.....	56
2.3 A criação da SUDENE	58
2.4 A Região Mineira do Nordeste.....	60
2.5 As empresas industriais de Montes Claros	62
2.6 Um panorama no início da década de 1980.....	68
2.7 A industrialização de Montes Claros e a geração de empregos	71
CAPÍTULO III	77
3 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA	77
3.1 Período colonial, vinda da família Real e as primeiras iniciativas voltadas para a educação no Brasil.....	77
3.2 Educação profissional na Primeira República.....	79
3.3 Era Vargas: avanços na educação para o trabalho.....	83
3.4 Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946	86
3.4 Os tempos de JK.....	88
3.5 A evolução das diretrizes e bases da educação nacional.....	90
3.5.1 A primeira LDB.....	90

3.5.2	<i>A LDB de 1971</i>	92
3.5.3	<i>A LDB 5.692/71 sob uma revisão</i>	94
3.5.4	<i>A atual LDB e a educação profissional</i>	98
3.6	O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	99
CAPÍTULO IV		101
4	A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS	101
4.1	Centro de Formação de Mão de Obra	101
4.2	A Fundação Percival Farquhar	108
4.3	A criação da FEMC	109
4.4	Documentação para autorização de funcionamento	114
4.5	Os primeiros presidente e Diretor Superintendente da FEMC	123
4.6	Os cursos ofertados	127
4.7	As vagas disponibilizadas	129
4.8	A FEMC assume a gestão do Centro de Formação de Mão de Obra	131
4.9	A mudança de prédio	132
4.10	A FEMC como modelo	139
4.11	Os primeiros técnicos formados pela Escola Técnica	140
4.12	Novos laboratórios da Escola Técnica	143
4.13	A posse definitiva do prédio	145
4.14	A FEMC assume o SENAI	147
4.15	O Programa de Expansão da Educação Profissional	148
4.16	A parceria com a BIOMM	151
4.17	O <i>Campus II</i>	151
CAPÍTULO V		153
5	TRAJETÓRIA CONTADA POR QUEM A VIVENCIOU	153
5.1	Entrevistas – 30 anos FEMC	154
5.1.1	<i>A Escola Técnica, segundo alguns de seus fundadores</i>	154
5.1.2	<i>A Professora Ângela Maria de Carvalho Veloso</i>	158
5.1.3	<i>O professor Jair Barbosa</i>	165
5.1.4	<i>Vencendo preconceitos – Uma das primeiras egressas da FEMC</i>	167
5.1.5	<i>De aluno do curso técnico a Diretor da FEMC</i>	169
5.2	Depoimentos de egressos, professores e funcionários	173
5.2.1	<i>De frentista a empreendedor na área elétrica</i>	173

5.2.2 <i>Um trabalhador da área industrial volta para Montes Claros em busca de um curso técnico</i>	176
5.2.3 <i>Coordenador de cursos e de incubadora</i>	178
5.2.4 <i>Aluno egresso do curso de Mecânica se torna gestor do SENAI</i>	181
5.2.5 <i>Uma das primeiras professoras</i>	186
5.3 <i>De alunos a professores e gestores</i>	188
CAPÍTULO VI	191
6 A FEMC HOJE	191
6.1 <i>As outras unidades de ensino da FEMC</i>	194
6.1.1 <i>O Sistema Educacional Tecnológico (SET)</i>	194
6.1.2 <i>A Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros</i>	196
6.2 <i>Projetos integradores</i>	198
6.3 <i>A FEMC e o futuro</i>	200
REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

A Escola Técnica é uma instituição de ensino criada há mais de quarenta anos², em um período em que a economia brasileira registrava uma sequência de impressionantes indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), o qual manteve-se em crescimento de 1968 até 1980.

Nesse ínterim, o Presidente Juscelino Kubistchek criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, na sequência, instituiu a região definida como Região Mineira do Nordeste (RMNe) ou Área Mineira da Sudene (AMS), parte integrante do chamado Polígono das Secas em que Montes Claros, sede da referida escola, está localizada.

Desse modo, este livro busca resgatar os fatos que fundamentaram a criação e implementação da Escola Técnica da Fundação Educacional Montes Claros (FEMC), entidade de direito privado, sem fins lucrativos, concebida com o propósito de preparar a mão de obra com formação técnica de nível médio, demandada pelos vários empreendimentos industriais que se instalavam na cidade. Mais que um resgate da história da FEMC, este livro pretende destacar outros aspectos que possam contar como era o ambiente durante a sua criação, fazendo com que o leitor compreenda as dificuldades e questões sociais, econômicas e estruturais existentes naquele momento. Assim, procurou-se dar luz a aspectos como a formação da cidade de Montes Claros e sua relevância para a região Norte de Minas, os impactos da criação da SUDENE, a vinda das empresas para a região, as demandas por mão de obra qualificada para a indústria. Feita essa explanação, são então elencados os trâmites e desafios que envolveram a gênese da FEMC e sua situação atual. Para contar essa história, o livro foi organizado em seis capítulos. O primeiro deles, escrito a partir de um levantamento bibliográfico e documental, buscou tratar da caracterização do ambiente. Foi dado um tratamento cronológico, abordando desde os primórdios do povoamento local até a Montes Claros dos anos de 1950. Essa abordagem traz à tona, mesmo com dificuldades, as circunstâncias em que, aos poucos, Montes Claros se tornou uma das principais cidades de Minas Gerais e, seguramente, referência para todo o sertão norte-mineiro.

Por conseguinte, utilizando os mesmos recursos metodológicos do capítulo anterior, o Capítulo II traz uma abordagem sobre a SUDENE, com foco na industrialização de Montes

² A FEMC foi criada em 04 de fevereiro de 1976, conforme consta na sua ata de criação. Assume sua personalidade jurídica com o seu registro no CGC, em 12 de março de 1976, sob número 18.143.164/0001-33 (desde julho de 1999, o CGC foi substituído pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ). Tradicionalmente, o aniversário da instituição é comemorado em 26 abril, data de criação da Escola Técnica.

Claros, as características dos empreendimentos instalados e a consequente geração de empregos, frente àquilo que foi proposto em seus projetos originais de implantação. O texto mostra empreendimentos com alto valor tecnológico agregado em seus processos que, naturalmente, demandaram um contingente de profissionais adequadamente qualificados para lidar com esse universo. Profissionais bem diferentes da mão de obra abundante na região, egressos de atividades rurais ou comerciais.

Na sequência, foi feito um estudo bibliográfico sobre a evolução da educação profissional brasileira. Partiu-se dos tempos coloniais para que fosse contextualizado o momento em que a Escola surgiu, rompendo com os paradigmas de um modelo de ensino, concebido desde o começo, para “as classes menos favorecidas”. No mesmo sentido, o texto traz as mudanças promovidas pelas várias Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que vigoraram nos anos que antecederam a implantação da escola, no momento de sua criação, bem como as últimas modificações promovidas pela lei atual.

A partir do quarto capítulo, o foco se volta para a Escola Técnica e sua mantenedora. O Capítulo IV traz, a partir das atas das reuniões da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, as discussões sobre as dificuldades de formação de mão de obra para atendimento das demandas dos novos empreendimentos industriais instalados na cidade e as estratégias utilizadas pelas lideranças locais para tal enfrentamento. A partir de análises de diversos documentos e jornais da época, fez-se um portfólio dos principais fatos que contam a história da Instituição, desde os remotos tempos, ainda no prédio do bairro Melo.

Desse modo, considerando a importância dos atores que contribuíram para a construção dessa trajetória, buscou-se estruturar o Capítulo V com duas séries de depoimentos: a primeira, aproveitando, de forma inédita, uma base de informações coletadas pela própria FEMC, em meados de 2005, mas que permanecia em seu estado bruto; e outra, por meio de entrevistas realizadas pelo autor, por telefone, no segundo mês de 2019.

Por fim, considerando que o propósito deste livro é trazer para o leitor o contexto, motivações, personagens e fatos relevantes que retratam a criação e implantação da Escola Técnica, no sexto capítulo, é feita apenas uma explanação sobre a FEMC e suas unidades de ensino na atualidade.

CAPÍTULO I

1 FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE MONTES CLAROS

De acordo com a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Montes Claros faz parte da Região Imediata e Região Intermediária de mesmo nome³. Nesse sentido, ao considerar as Regiões de Planejamento adotadas oficialmente pelo governo estadual⁴, Montes Claros pertence à região Norte de Minas.

O município integra a sub-bacia do rio Verde Grande e essa, por sua vez, compõe a bacia do rio São Francisco. Atualmente, faz limite com onze municípios⁵ e se posiciona como um polo de referência regional, seja em serviços, saúde, educação e vários outros aspectos, econômicos e sociais. Seu município é formado pelos Distritos de Canto do Engenho, São João da Vereda, Nova Esperança, Miralta, Vila Nova de Minas, Ermidinha, Panorâmica, Santa Rosa de Lima, São Pedro das Garças e Aparecida do Mundo Novo, além do distrito sede (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2006, p.4-8).

Considerando a via rodoviária, a sede do município está a, aproximadamente, 420 km da capital mineira, 700 km da capital federal, 850 km do Rio de Janeiro, 1000 km de São Paulo e da capital capixaba, e 1200 km da capital do Tocantins.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶, com uma população estimada de 404.804 pessoas em 2018, Montes Claros se destaca em todo o sertão

³ Desde 2017, o IBGE adota um novo quadro regional, denominando as Mesorregiões por Regiões Intermediárias e as Microrregiões por Regiões Imediatas. Na comparação com esse modelo, as dez mesorregiões de Minas Gerais são representadas por treze Regiões Intermediárias (Barbacena, Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Varginha). Nesse sentido, a Região Imediata de Montes abrange, além da própria cidade de Montes Claros, abrange os municípios de Varzelândia, São João do Pacuí, São João da Ponte, São João da Lagoa, Patis, Olhos-d'Água, Mirabela, Ibiracatu, Guaraciama, Grão Mogol, Glaucilândia, Francisco Sá, Francisco Dumont, Engenheiro Navarro, Cristália, Coração de Jesus, Claro dos Poções, Capitão Enéas, Campo Azul, Brasília de Minas, Botumirim, Bocaiúva, Luislândia, Lontra, Lagoa dos Patos, Juramento, Josenópolis, Joaquim Felício, Jequitaiá, Japonvar e Itacambira. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1> Acesso em 11/06/2018.

⁴ Alto Paranaíba, Central, Centro-Oeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas, Triângulo.

⁵ Ao norte, com o município de São João da Ponte, pelo nordeste com Capitão Enéas, a leste com o município de Francisco Sá, sudeste com Juramento e Glaucilândia, ao sul com Bocaiúva, a sudoeste com Claro dos Poções, a oeste com os municípios de São João da Lagoa e Coração de Jesus e a noroeste com Mirabela e Patis.

⁶ IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>> Acesso em 11/03/2019.

norte-mineiro, principalmente, nos aspectos socioeconômicos, como emprego, renda média, educação, saneamento básico, entre outros.

Assim, para entender como Montes Claros se transformou na maior cidade da região, é necessário buscar a origem de sua formação, baseada na pecuária de corte, e reconstituir sua trajetória até se transformar em sede de grandes e importantes indústrias.

1.1 Os primórdios do povoamento da fazenda Montes Claros

A expectativa de ganhos com a exploração mineral e a atividade agrícola na região do Norte de Minas seduziu os bandeirantes paulistas. Fernão Dias Paes Leme, intitulado pelo Governador Geral do Estado do Brasil, Affonso Furtado de Mendonça, como Governador das Esmeraldas, organizou a Bandeira expedicionária para tal região. Dela faziam parte, entre outros, seus primos de terceiro grau, o capitão-mor Matias Cardoso de Almeida, que “possuía muita prática de luta contra os indígenas na área do São Francisco” e Antônio Gonçalves Figueira, constituindo-se como uma das principais expedições em direção a essa região. Com o desbravamento e o enfrentamento das contingências, os primos chegaram ao rio São Francisco, à exceção de Fernão Dias, que retornou às terras paulistas. Como consequência, “com o aniquilamento dos índios Caiapós⁷ deu-se a fundação de mais fazendas de criação de gado [...] como as de Antônio Figueira: Olhos D’Água (Bocaiúva), Formigas (Montes Claros) e Jahyba (Jaíba).” (RODRIGUES, 2000, p.113-114).

A “prática de luta contra os indígenas” de Matias Cardoso, relatada pela autora, é citada por Urbino Vianna: “se dirigiu Matias Cardoso para o São Francisco enfrentando os [índios] Anayós, na sua maioria exterminados, e o resto, que foi de milhares, como rebanho, partilhado entre os vencedores.” (VIANNA, 1916, p.36).

Com relação a Antônio Gonçalves Figueira, Dário Teixeira Cotrim, descreve:

O Coronel Antônio Gonçalves Figueira era um dos mais incansáveis sertanistas daqueles tempos. Figueira enfrentou as lutas mais acesas com o seu talento e com a sua coragem, ação de que nos deu provas nos prélios em que tomou parte (COTRIM, 2007, p. 41). [...] aprendemos que ele nunca fora um garimpeiro ardoso. Mas, o que sabemos é ser um exímio predador de índios e também um criador de currais de gado (*Ibid.*, p. 49).

⁷ Habitavam, no Norte de Minas, desde Januária até Paracatu (RODRIGUES, 2000, p.111).

Por outro lado, Vianna (1916), ao descrever os “prodígios” de Matias Cardoso, evidencia a estratégia do seu companheiro de batalha:

Antônio Gonçalves Figueira, sempre fiel a Mathias Cardoso, o acompanhou nessas expedições [...]. Figueira, terminado o movimento pacificador dos infelizes selvagens, (abril de 1694), e verificado o lucro na partilha, que foi de setecentos escravos, se foi estabelecer em Brejo Grande, onde plantou cana-de-açúcar e assentou o primeiro engenho que se viu nessas paragens (VIANNA, 1916, p.35-38).

De acordo com o alvará de abril de **1707**, as terras doadas a Antônio Gonçalves Figueira, próximas à nascente do Rio Verde e que recebeu o nome de Fazenda Montes Claros, eram delimitadas por uma área de uma légua de largura por três de comprimento (VIANNA, 1916, p. 6).

Os critérios para escolha do nome dessa fazenda não são bem conhecidos. Alguns historiadores o atribuem a uma famosa batalha entre portugueses e espanhóis ocorrida nas proximidades da aldeia de Montes Claros, em Portugal, no ano de 1665⁸. Outros, porém, atribuem às questões geofísicas da região, uma vez que Figueira era brasileiro e, provavelmente, não teria esses laços com a história portuguesa (PAULA, 1957, p. 6).

Assim, com a instalação da fazenda Montes Claros, Figueira construiu estradas ligando essa localidade a Tranqueiras/BA, ao Rio São Francisco, a Pitangui e a Serro, como estratégia para a comercialização do seu rebanho. De acordo com Oliveira (2000, p.30), “a ligação da estrada para a Bahia seguia o Rio Verde. Os povoados se concentravam em sua cabeceira (Rios Vieira, Bois, Lagoinha e Canoas).

De acordo com Rodrigues (2000, p.114), a mudança da sede da Corte para o Rio de Janeiro, a consequente decadência da província baiana e o aumento da atividade cafeeira na Zona da Mata mineira favoreceram a mudança no eixo econômico que até então acompanhava o curso do rio São Francisco. O novo fluxo comercial foi decisivo para fragilizar a economia ribeirinha e ascender a posição de Formigas que se apresentava como importante centro logístico, ligando a velha e a nova sede da Coroa, além de ser uma “área mais salubre, ao contrário das próximas aos grandes rios, onde as febres eram comuns” (OLIVEIRA, 2000, p. 23).

Assim, em meados do século XVII, com o retorno de Antônio Gonçalves Figueira para o litoral paulista, a Fazenda Montes Claros permaneceu abandonada até que um de seus

⁸ Mais informações no sítio da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) de Portugal. Disponível em < <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70527> > Acesso em 09 jun. 2018.

filhos, André Gonçalves Figueira, vendeu-a para José Lopes de Carvalho. Esse, por sua vez, providenciou a mudança da sede da fazenda para um local próximo ao rio Vieira (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL - ACI, 2008, p. 20). “Aí se situava Formigas (atual Montes Claros)”, onde foi construída uma capela, autorizada em 1769, “a partir da qual surgiu a cidade.” (OLIVEIRA, 2000, p. 22-23).

Segundo Paula (1957, p.13), a primeira edificação dessa fazenda esteve de pé na rua Dona Eva, número 34, no Centro de Montes Claros, até entrar em ruínas em 1975.



FOTOGRAFIA 1 - Primeira edificação da Fazenda Montes Claros
Fonte: GRAÇA, 1986, p. 13.

De acordo com Ruth Tupinambá Graça (1986), a nova sede foi construída nas imediações da atual igreja da Matriz⁹ “tendo, à frente, a uns duzentos metros, uma bonita lagoa onde hoje é a Praça de Esportes” (GRAÇA, 1986, p. 12). “Nesse lugar, o Alferes José Lopes de Carvalho construiu um casarão barreado e alguns ranchos dispersos e ainda uma igreja, tendo ao fundo do casarão um curral para a ordenha” (COTRIM, 2007, p. 72). O autor acrescenta que, desde o início, o povoado da fazenda dos Montes Claros se desenvolvera “em volta da capelinha construída pelo Alferes José Lopes de Carvalho, tomou o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São José das Formigas de Montes Claros.” (COTRIM, 2007, p.108).

Com relação à expressão “Formigas”, segundo Urbino Vianna (1916, p.49), “veio de enormes formigueiros existentes nas circunvizinhanças da povoação.”

No entanto, Cotrim (2007) dá créditos a uma lenda.

⁹ Local denominado atualmente como rua Dona Eva, na região central de Montes Claros.

Segundo a lenda ainda vigente nestes sertões de Montes Claros, dizem que, em épocas remotas, um forte temporal derrubou uma grande árvore que estava em uma das belas e encantadoras corredeiras do ribeirão Vieira, formando naquele instante uma pequena travessia ou pinguela, sobre o seu leito. Assim sendo, as formigas passavam livremente de um lado para o outro, chamando a atenção dos transeuntes que usavam aquela pinguela, por isso mesmo batizaram o local com o nome de “Passagem das Formigas” (COTRIM, 2007, p.121-122).

Esse autor acrescenta que, tempos depois, outra passagem sobre o mesmo rio recebeu a denominação de “Passagem das Formigas de Cima”. Como consequência, a primeira passagem passou a ser denominada “Passagem das Formigas de Baixo” (*Ibid.*, 122).

De acordo com Paula (1957), os egressos da fazenda Tabua foram os primeiros moradores do povoado que surgia. No final do século XVII, tanto o Arraial de Formigas quanto o vizinho Arraial do Cruzeiro¹⁰ tinham uma dinâmica de desenvolvimento próspero (PAULA, 1957, p. 16).

Os sesmeiros implantaram currais, arrendaram parte das terras e as Vilas tornaram-se pequenos centros de produção agrícola e de atividade artesanal, ligados sobretudo à produção de artefatos de couro e de algodão. As fazendas eram cercadas de povoações, onde viviam os dependentes dos proprietários: vaqueiros, agregados, moradores e trabalhadores livres e escravos (RODRIGUES, 2000, p.114).

Por conseguinte, segundo Paula (1957, p.16), em 1809, um violento surto de varíola quase dizimou o Arraial do Cruzeiro. A população remanescente abandonou o local insalubre e se instalou na futura Montes Claros (PAULA, 1957, p. 16).

Em 1817, o Botânico francês August de Saint-Hilaire descreve as características do Arraial das Formigas:

Essa povoação, que pode compreender atualmente duzentas casas e mais de oitocentas almas, é certamente uma das mais belas que vi na Província de Minas; mas não adquiriu certa importância senão depois que se começou a fabricar salitre na região, o que, por ocasião de minha viagem não datava de mais de oito anos. A maioria das casas é construída ao redor de uma praça irregular, que forma um quadrilátero alongado e, por sua extensão, seria digna das maiores cidades. Essa praça, aberta do lado pelo qual se chega quando se vem de Tijuco e Vila do Príncipe, não tem, por conseguinte, senão três lados, e é um dos pequenos que falta. A igreja está situada ao fundo da praça, muito perto daquele dos pequenos lados que foi edificado; não coincide, que prejudica a regularidade do conjunto. Além da praça de que acabo de falar, há ainda em Formigas algumas ruas paralelas a dois dos lados da própria praça. As casas são quase todas pequenas, mais ou menos quadradas, baixas e cobertas com telhas. Três ou quatro têm sobrado; algumas são construídas de adobes, as outras de barro e varas cruzadas. As janelas são pequenas, quadradas, pouco numerosas, fechadas por um simples postigo. Veem-se na povoação uma hospedaria, várias vendas, e enfim, algumas lojas em que se vendem fazendas e quinquilharias (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 326).

¹⁰ Segundo Paula (1957, p. 15), o Arraial do Cruzeiro era localizado nas proximidades do rio Verde, próximo à atual fazenda Sanharó, na Estrada da Produção.

Nos relatos desse francês, a população norte-mineira garantia a existência de ouro em vários locais do sertão. Por outro lado, em termos econômicos, a extração e comercialização do salitre, um mineral com aplicações diversas como a produção de pólvora, alimentos e fertilizantes, era “para essa região, uma riqueza muito mais sólida”. Mas seu ciclo de exploração já estava em declínio, como descrito por Saint-Hilaire, ao visitar uma mina, na região de Lagoinha, “provavelmente a única da região que, por essa época, ainda fornecia a substância” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 311).

1.2 Evolução Administrativa

Nos relatos desse francês, a população norte-mineira garantia a existência de ouro em vários locais do sertão. Por outro lado, em termos econômicos, a extração e comercialização do salitre, um mineral com aplicações diversas como a produção de pólvora, alimentos e fertilizantes, era “para essa região, uma riqueza muito mais sólida”. Mas seu ciclo de exploração já estava em declínio, como descrito por Saint-Hilaire, ao visitar uma mina, na região de Lagoinha, “provavelmente a única da região que, por essa época, ainda fornecia a substância” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 311).

A igreja de Formigas, muito pequena para a atual população da vila, é pouco ornada no interior, e tem três lados rodeados exteriormente por uma galeria. No santuário existem três altares, dois laterais e o do meio. As imagens dos santos têm na cabeça uma auréola [...] munido de raios retos maciços que produzem péssimo efeito. Formigas não é, aliás, o único lugar em que esse gênero de ornato está em uso; já tinha observado em todas as outras igrejas da província (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 326–327).

Naquele momento, Saint-Hilaire se referia ao arraial de Formigas como uma vila, denominação obtida, oficialmente, apenas em 13 de outubro de 1831, com a publicação de um Decreto do Poder Legislativo do Império do Brasil¹¹, como retratado na Figura 1.

¹¹ De acordo com a Coleção das Leis do Império do Brasil – 1831, em 13 de outubro, o Poder Legislativo do Império do Brasil publicou outros decretos além daquele apresentado na Figura 1, diferenciados apenas pelo seus respectivos conteúdos: (i) criação de “cadeiras de primeiras letras em diversas vilas e povoações da Província de São Paulo”; (ii) criação de “cadeiras de primeiras letras em diversas vilas e povoações da Província da Paraíba”; (iii) anulação da “resolução do Conselho Geral da Província de Sergipe que revogou uma postura da Câmara Municipal de Itabaiana depois de havê-la confirmado”; (iv) criação da “Vila Nova da Imperatriz e a Vila Nova da

ACTOS DO PODER	LEGISLATIVO.
<p style="text-align: center;">DECRETO — DE 13 DE OUTUBRO DE 1831.</p> <p>Erige em villas diversas povoações da Provincia de Minas Geraes.</p> <p>A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia de Minas Geraes:</p> <p>Art. 1.º Ficam creadas villas na Provincia de Minas Geraes as seguintes povoações:</p> <p>1.ª A povoação de S. Manoel da Pomba, comprehendendo no seu termo a freguezia do mesmo nome, e a do presidio de S. João Baptista.</p> <p>2.ª A povoação do Corvello, comprehendendo no seu termo a freguezia do mesmo nome.</p> <p>3.ª A povoação de Tejuco, comprehendendo no seu termo a freguezia do mesmo nome, a do Rio Preto, e as povoações do Rio Manso, Curimatahi, Pissarrão, Rabello, e Catonio.</p> <p>4.ª A povoação do Rio Pardo, comprehendendo no seu termo a freguezia do mesmo nome, e a de S. Miguel de Jequitinhonha.</p> <p>5.ª A povoação de S. Romão, comprehendendo no seu termo o julgado do mesmo nome, e a do Salgado.</p> <p>6.ª A povoação de S. Domingos do Arachá, comprehendendo no seu termo o julgado do mesmo nome, e do Desemboque.</p> <p>7.ª A povoação de Pouso Alegre, comprehendendo no seu termo as freguezias de Pouso Alegre, Camanducaia, Ouro Fino, e Caldas.</p>	<p>8.ª A povoação das Lavras do Funil, comprehendendo no seu termo a freguezia do mesmo nome, e a das Dores do Pantano, e dividindo com os termos das villas de S. José, e de S. João d'El-Rei pelo Rio Grande, até a barra de Capivari, e por este até a freguezia de Carranças.</p> <p>9.ª A povoação de Formigas na comarca do Serro do Frio, comprehendendo no seu termo a capella do mesmo nome, a do Bom Fim, e Contendas, e as freguezias da Barra do Rio das Velhas, e Morrinhos.</p> <p>Art. 2.º Em cada uma das villas do artigo antecedente, fica creada uma Camara Municipal, com a mesma autoridade, e attribuições da do termo de que fez parte, dous Juizes ordinarios, e um dos orphãos, quando ainda os não tenham.</p> <p>Art. 3.º Os julgados, que fazem parte das villas creadas, continuarão a ter as mesmas autoridades que presentemente, ficando unicamente sujeitos á Autoridade Municipal.</p> <p>José Lino Coutinho, do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Outubro de mil oitocentos trinta e um, decimo da Independencia e do Imperio.</p> <p style="text-align: right;">FRANCISCO DE LIMA E SILVA. JOSÉ DA COSTA CARVALHO. JOÃO BRAULIO MONIZ.</p> <p style="text-align: right;"><i>José Lino Coutinho.</i></p>

FIGURA 1 - Publicação do Decreto que elevou a povoação de Formigas à condição de Vila
Fonte: BRASIL, 1831¹².

Logo na sequência, tem-se a primeira eleição para composição da Câmara de Vereadores da nova vila.

As eleições para vereadores em Montes Claros tiveram início em 23 de julho de 1832. Emancipada politicamente, instala-se a primeira Câmara Municipal da Vila de Montes Claros de Formigas em 16 de outubro de 1832, constituída dos seguintes cidadãos: Coronel José Pinheiro Neves – Presidente, Antonio Xavier de Mendonça – Vice-presidente, Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, Luiz de Araújo Abreu, Francisco Vaz de Mourão e Joaquim José Marques. O Coronel José Pinheiro Neves foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal e também o seu primeiro Agente Executivo, cargo este equivalente ao de Prefeito Municipal (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2019).¹³

De acordo com a ata da primeira sessão ordinária da recém-criada Câmara Municipal, a Vila de Formigas recebe a denominação de Vila de Montes Claros de Formigas.

Assembleia” na província alagoana; (v) “manda reunir debaixo de uma só administração as casas de caridade do Recife e Olinda, em Pernambuco.

¹² BRASIL. Decreto de 13 de outubro de 1831. Erige em Vilas diversas povoações da Provincia de Minas Gerais. **Coleção de leis do império do Brasil - 1831**. Rio de Janeiro, p. 134-135, v. 1, pt. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html>. Acesso em 28 maio 2019.

¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS <<http://191.242.127.75/index.php/breve-historico-da-camara>> Acesso em 03 maio 2019.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil oitocentos e trinta e dois, undécimo da Independência e do Império nesta Vila de Montes Claros de Formigas, e casa de sessões da Câmara reunidos cinco Senhores Vereadores, Pinheiro [José Pinheiro Neves], Abreu [Louis de Araujo Abreu], Vieira [Lourenço Vieira de Azeredo Coutinho], Mendonça [Antônio Xavier de Mendonça] e Mourão [Francisco Vaz Mourão] depois de prestados os juramentos da Lei e declarada instalada a Câmara, o Senhor Presidente fez um discurso bem concebido e declarou aberta a sessão [...] (PAULA, 1957, p. 407).

Por meio desse ato, “houve a instalação e início da vida administrativa da Câmara”, (OLIVEIRA, 2000, 23-24), obtendo sua emancipação político-administrativa (criação do município). Importante ressaltar que, no Brasil Colonial, a data da criação da vila correspondia à efetiva criação do município, isso porque, em Portugal, as cidades menores são geralmente denominadas vila (ou aldeia). Em termos políticos e administrativos, o título de cidade pouco acrescentava, sendo em geral, um termo meramente honorífico.

É bom ressaltar que a independência político-administrativa se deu com a instalação da Vila, pois esta era a divisão territorial básica do Brasil Imperial. Esta independência pode ser comprovada pela criação da Câmara, do Agente Executivo (que era o Presidente da Câmara) e da instância judiciária, o Termo (OLIVEIRA, 2000, p. 24).

Vinte e cinco anos se passaram desde o início efetivo das atividades administrativas da Vila de Formigas quando é elevada à categoria de cidade por meio da Lei provincial número 802, de 03 de julho de 1857.

Cidade de Montes Claros, sem Formigas, que desagradava a todos os formiguenses. A partir dali seriam montesclarenses. [...] O desenvolvimento da cidade continuava lento, pois os meios de transporte permaneciam: cavalos e liteira para as pessoas, carros de bois e tropas de burros que conduziam mercadorias, num comércio mútuo, suadas andanças pelas estradas estreitas e poeirentas, muitas delas abertas pelos bandeirantes (MONTES CLAROS, [s.d.])¹⁴.

Atualmente, o aniversário de Montes Claros é comemorado em 03 de julho, mas o próprio município já reconhece tal divergência, como mostra esta publicação:

Para a população, para a classe política, para a imprensa e para o poder público municipal, o dia 03 de julho é a data da “emancipação político-administrativa de Montes Claros”. Todavia, não é isso o que nos revelam os fatos históricos. O Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas foi elevado à categoria de Vila por lei de 13 de outubro de 1831, durante a vigência dos governos regenciais (Vianna, 1916:58). Em 16 de outubro de 1832, foi instalado o município – Montes Claros de Formigas – com Câmara Municipal. No mesmo dia, elegeu-se o Agente Executivo e instalou-se o Termo, que equivale hoje à comarca. Assim, Montes Claros foi emancipado em relação ao Município de Serro, passando a ter seu próprio poder legislativo – a Câmara Municipal –, o executivo, exercido pelo Agente Executivo, e o

¹⁴ Site montesclaros.com. Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectosgerais/historia.htm> Acesso em 20 jan. 2019.

judiciário. Isto significa que Montes Claros detém, desde 1832, autonomia jurídica, política e administrativa. Em 03 de julho de 1857, Montes Claros recebeu o título de “cidade”. O que isso significou em termos concretos? Praticamente nada. Não ocorreu qualquer modificação jurídica, política, ou administrativa em virtude deste título. A única mudança foi no nome que passou de “Montes Claros de Formigas” para apenas “Montes Claros”, por causa da homônima cidade de Formigas. Assim, a emancipação de Montes Claros deu-se em 16 de outubro de 1832, ou, alternativamente, em 1831. E, por muito tempo, parece ter sido o 16 de outubro a data festiva do município. Foi, por exemplo, o que ocorreu em 16 de outubro de 1932, quando foi comemorado o “centenário de emancipação político-administrativa”. Naquele dia, a Prefeitura Municipal decretou feriado para que todos os moradores participassem dos festejos, que ocuparam o dia inteiro com missas, desfiles, inaugurações e baile (Nossa história, 1999:15-16) (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2017).¹⁵

Depois da sua emancipação, Montes Claros tem a criação do seu primeiro distrito, denominado Brejos das Almas¹⁶, a partir do povoado de São Gonçalo do Brejo das Almas que, mais adiante, dá origem ao município de Francisco Sá; na sequência, a partir da fazenda Olhos D’Água, tem-se a criação do distrito de Santana de Olhos d’Água;¹⁷ do mesmo modo, ocorre a criação do distrito de Morrinhos¹⁸, atualmente denominado Miralta e anexado ao município de Montes Claros.

No início do século XX, o município de Montes Claros passa a contar com o distrito de Juramento¹⁹. A mesma lei promoveu o desmembramento do distrito de Inconfidência, elevando-o à categoria de vila, ao mesmo tempo em que o distrito de Bela Vista²⁰ passa a ter a sua subordinação administrativa transferida do município de Brasília²¹ para Montes Claros. Em síntese, naquele ano, o município era constituído de seis distritos: Montes Claros, Bela Vista, Brejos das Almas, Juramento, Morrinhos e Olhos D’Água, “assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2013).

Na sequência, a partir de 1923, o distrito de Olhos D’Água²², que era vinculado a Montes Claros, passa a integrar o município de Bocaiúva. O mesmo ato jurídico desmembrou do município de Montes Claros o distrito de Brejo das Almas, criando, assim, o município de

¹⁵ PREFEITURA DE MONTES CLAROS. Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2017/out-17/not_16_10_17_0768.php> Acesso em 03 maio 2019.

¹⁶ Pela lei provincial n.º 1398, de 27 de novembro 1867 e endossada pela lei estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891.

¹⁷ Lei provincial n.º 1.563, de 21 de julho de 1868 e lei estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891.

¹⁸ Lei estadual n.º 395, de 21 de fevereiro de 1891 e lei estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891.

¹⁹ Lei estadual n.º 556, de 30 de agosto de 1911.

²⁰ O distrito de Bela Vista passou a se chamar Mirabela, a partir da publicação do decreto-lei n.º 1058 de 31 de dezembro de 1943.

²¹ O arraial de Contendas é elevado a vila em 1890. Em 1901, passa a ser chamada Vila de Brasília e, em 1923, tem o nome reduzido para Brasília. Em 1962, através da Lei 2694, passa a se chamar Brasília de Minas. Disponível em < <https://www.brasiliademinas.mg.gov.br/municipio/> > Acesso em 27 maio 2018.

²² Lei estadual n.º 843, de 07 de setembro de 1923.

Francisco Sá. Esse, por sua vez, em 1962, teve seu distrito de Burarama de Minas também emancipado²³, dando origem ao município de mesmo nome. Três anos depois, esse novo município passa a ser denominado Capitão Enéas²⁴.

Nessa época, a cidade se desenvolvia a partir da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e São José, erguida na segunda metade do século XIX em substituição à capela construída pelo Alferes José Lopes de Carvalho, como pode ser observado nas fotografias apresentadas a seguir.



FOTOGRAFIA 2 - Vista da parte norte da cidade de Montes Claros
Fonte: NASSAU, 2014, p. 11.



FOTOGRAFIA 3 - Cidadãos montes-clarenses na praça da Matriz, em 1927
Fonte: NASSAU, 2014, p. 8.

²³ Lei estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962.

²⁴ Lei estadual nº 3973, de 15 de dezembro de 1965.

A Fotografia 2 retrata algumas partes da cidade, como a vista parcial da praça do “largo de cima”²⁵; no canto inferior esquerdo, a Igreja da Matriz ao fundo e a parte norte de Montes Claros, com destaque para parte do Morro Dois Irmãos na direção superior esquerda. Na sequência, a Fotografia 3 mostra o aspecto interiorano do Centro de Montes Claros no final da década de 1920. No “largo de baixo”²⁶, esquina com a atual rua Simeão Ribeiro, uma família é fotografada aos olhares atentos de duas outras crianças.

1.3 População

Segundo Vianna (1916), “o censo, ou simplesmente cálculo, feito em 1874, deu uma população de 38.448 almas”, chegando a 54.356 habitantes em 1900. O autor relata que, nessa época, além da sede do município, aproximadamente 12.000 pessoas viviam no distrito de Brejo das Almas, outros 5.000 em Morrinhos, 4.000 em Juramento e 3.000 em Bela Vista²⁷ (VIANNA, 1916, p.189-190).

De acordo com o Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1917, em Montes Claros, “os habitantes encontraram ambiente saudável, favorável para se firmar cada vez mais como referência regional”. As questões climatológicas e, conseqüentemente, o problema da Malária que afligia as populações ribeirinhas contribuía para se consolidar como polo regional. “O clima do município, salvo as margens dos rios Verde e S. Francisco onde grassa o impaludismo²⁸, é saudável.” (LAEMMERT, 1917, p. 2948), ao contrário de municípios ribeirinhos e da vizinha Bocaiúva que conviviam com o “impaludismo na época de chuva” (*Ibid.*, p.2858).

De acordo com o recenseamento realizado em 1950, Montes Claros contava com uma população de 71.736 pessoas, sendo 35.047 do sexo masculino²⁹. Sua população urbana era minoria; 66,41% da população vivia em áreas rurais (IBGE, 1959, p. 142).

²⁵ Posteriormente, denominada praça Dr. Carlos Versiani.

²⁶ Hoje denominada praça Dr. Chaves, popularmente conhecida por praça da Matriz.

²⁷ Contagem aproximada e considerando, como se vê, os dois últimos distritos que posteriormente seriam emancipados, dando origem aos municípios de Juramento e Mirabela, respectivamente.

²⁸ Impaludismo é sinônimo de malária.

²⁹ Esse número engloba os habitantes dos distritos de Mirabela, Patis e Juramento, que mais adiante seriam emancipados.

Nesse período, Paula (1957, p.60) assegura que em Montes Claros havia “boas residências de um e dois pavimentos” e destacavam os prédios públicos e privados como o Hospital Santa Teresinha, as instituições bancárias Banco do Comércio, Banco Hipotecário, Banco de Minas Gerais, o Orfanato, a Santa Casa, entre outros.

Em contraponto, de uma população de 361.915 habitantes, apurada no último censo realizado pelo IBGE, referente ao ano de 2010, o meio rural abrigava apenas 17.488 habitantes, representando menos de 5% do total. À época, a relação entre a população de Montes Claros e a área ocupada pelo seu município representava uma densidade demográfica de 15 habitantes por km².

Segundo o IBGE, em 2019, a população estimada de Montes Claros é de 402.027 habitantes, representando uma densidade demográfica de 101,41 habitantes por km², ocupando o posto de sexta cidade mais populosa do estado de Minas Gerais e a sexagésima segunda no País.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Montes Claros tem um IDH-M de 0,770³⁰, que é classificado como alto. Em 1991, quando foi apurado pela primeira vez, a cidade alcançava a marca de 0,514, passando para 0,661 em 2000. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a dimensão que mais contribui para a composição do índice atual é a Longevidade, com índice de 0,868; a dimensão Educação alcançou 0,744 e Renda 0,707 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Ao longo da história de povoamento de Montes Claros, o saneamento básico sempre esteve em pauta, principalmente, quanto ao abastecimento de água, por se tratar de uma região caracterizada pela incidência de altas temperaturas ambientes e longos períodos de estiagem. Nesse sentido, em 1817, durante a incursão de Saint-Hilaire pelo sertão do Norte de Minas, ele deixou vários relatos de sua angústia.

Mas qual o tédio experimenta aquele que, como eu, percorre o Sertão durante o tempo de seca, quando as campinas perderam o seu frescor, e a maior parte das árvores está despojada de folhas? Então, um calor irritante abate o viajante; uma poeira incômoda ergue-se debaixo de seus passos, e algumas vezes mesmo, nem sequer encontra água para aplacar a sede” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 308).

Os longos e frequentes períodos de estiagem comprometem os mananciais e, como consequência, o desprovimento desse insumo, até mesmo às destinações fundamentais, para a sobrevivência.

³⁰ Valor referente a 2010, ano do último Censo realizado pelo IBGE.

Nas diversas partes da província por que passara antes encontrara água abundante e a melhor qualidade. A região que então percorria não foi tão favorecida. Não existe água entre Veados, perto de Bom Fim, e Pindaíba, nem entre essa localidade e Formigas; e as de Pindaíba tem um gosto salobro muito desagradável (*Ibid.*, p.326).

O tempo seco castigava não só a população, a estiagem trazia impactos diretos sobre a economia local.

Se o Sertão é, sob vários aspectos, favorável à criação de gado de cornos, é necessário convir, no entanto que frequentemente lhes é prejudicial; essa calamidade é a seca. Por ocasião de minha viagem, queixavam-se que há vários anos tinham morrido por esse motivo grande número de cabeças; parece que sucumbiram muitas em 1817, e, durante o ano de 1814, que fora ainda mais seco que o de 1817, milhares de reses foram arrebatadas a seus proprietários. [...] não só a seca matou muitas cabeças, como ainda acarretou fome geral. Os homens nutriam-se de mel e frutos selvagens, e, tão imprevidentes como os índios, abatiam as árvores para colher seus frutos (*Ibid.*, p. 315).

Segundo Paula (1957, p.74), no Norte de Minas, “não se observam as quatro estações do ano. Falamos corretamente: tempo de seca e tempo das águas ou das chuvas”. Consciente dessa característica, parte da população já acenava uma solução para o problema, pelo menos à época, embora não necessariamente com adesão efetiva da comunidade.

Existem em Formigas alguns poços que conservam água durante todas as estações; encontram-se também alguns ao longo da estrada da Bahia; mas, segundo o que me disseram, não existem mais deles em todo o resto do Sertão. É inconcebível, entretanto, que se despreze um recurso que poderia evitar prejuízos tão consideráveis; mas há habitantes que preferem ir buscar água a uma légua a dar-se ao trabalho de abrir um poço (*Ibid.*, p. 315).

Paula (1957) relata tempos de seca em 1834, também expõe sobre o “flagelo da fome” em 1878. Diz que “em 1889 não choveu uma gota. O ano de 90 amanheceu sob maus signos”. Segundo ele, “de março de 90 em diante começaram a aparecer aqui na cidade os primeiros retirantes, que foram crescendo vertiginosamente em número, até atingir milhares. Milhares de esfarrapados” (*Ibid.*, p.76).

Esse autor cita uma publicação de 1909, intitulada “A Verdade”, que descreve a reincidência do fenômeno: “Há exatamente dez anos grande seca assolou as regiões do extremo Norte de Minas e Sul da Bahia e agora se reproduz o fenômeno com a mesma intensidade”.

Nesse sentido, Vianna (1916, p. 292) afirma que “o maior entrave à marcha progressiva da cidade é a falta de água potável para seu abastecimento, só se é encontrada alguma bastante afastada [...] a duas léguas [...]. As mais próximas são imprestáveis”. Paula

(1957, p.77) ainda relata outro período de grande seca “a estiagem que começou em março de 1938 se prolongou adentro até encontrar o 39”.

Em toda a história do município foram várias iniciativas, a maioria incipiente para a resolução do problema. Desde regos abertos a céu aberto a partir do rio dos Bois, hoje conhecido por córrego Pai João, à canalização por manilhas alimentando alguns chafarizes, alimentada por águas do rio Vieira e que, mais tarde, com o entupimento dos canais, jorraram por ruas como a Carlos Gomes, também a céu aberto, até meados de 1908. Somente no final da década de 1930 é que o problema foi solucionado, com a construção de um sistema de captação do rio Pacuí (PAULA, 1957, p. 41–45).

Anos depois, esse autor celebra as características do ambiente montes-clarense vivenciadas nos anos 1950:

Sob o ponto de vista higiênico, a cidade conta com uma excelente estação de tratamento de água potável, que é filtrada, clorada e distribuída fartamente para todas as casas do perímetro urbano e algumas dos subúrbios, havendo numerosos chafarizes públicos nos bairros. Cerca de mil residências são ligadas à rede de esgotos, que é coletada pelo rio Vieira [embora] muitas casas despejam seus resíduos em fossas liquefadoras e absorventes. [...] é proibida a criação ou engorda de porcos nos domicílios urbanos e suburbanos, medida essa posta em prática desde 1890 (PAULA 1957, p.60).

De acordo com o IBGE, o levantamento feito em 1950 apontava que Montes Claros contava com seis logradouros totalmente pavimentados e outros dezenove parcialmente. O serviço de abastecimento de água atendia mil prédios com isenção tarifária e outros três mil e quinhentos mediante pagamento pelos serviços. Quanto ao esgotamento sanitário, o atendimento chegava a setenta e cinco logradouros, atendendo a 2.500 estabelecimentos pela rede. Outros 3.800 endereços utilizavam a fossa sanitária (IBGE, 1959, p. 144).

Na sequência, em 1963, o serviço de saneamento básico de Minas Gerais passa a contar com a Companhia Mineira de Água e Esgotos (COMAG), uma organização de sociedade de economia mista criada por força de lei³¹, que daria origem três anos depois à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG)³² (COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA, 2011).

A COPASA está na região desde 1976, e conta com três sistemas produtores: Barragem Juramento, que bombeia água por 18 km até os reservatórios da cidade; Morrinhos, composto por quatro captações superficiais; [e] os poços profundos, que historicamente eram acionados apenas em situações emergenciais, têm sido

³¹ Lei estadual nº 2.842, de 5 de julho de 1963.

³² Lei nº 6475, de 14 de novembro de 1974.

constantemente utilizados desde 2015. Destacam-se as obras de ampliação da ETA Verde Grande, a ampliação do sistema de distribuição de água (renovação de redes, construção de novo reservatório, dentre outras melhorias). A COPASA também está ampliando a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), aumentando a sua capacidade em 25% e implantando um moderno aterro sanitário (COPASA, 2018).

De acordo com Agência Nacional das Águas (ANA), em 2011, as coletas de esgotos nos municípios mineiros variam de 0,00% a 98,46% da população urbana. Segundo o relatório, quatorze cidades do Estado apresentam índices que mostram, praticamente, a inexistência de redes. Por outro lado, “nove cidades têm valores entre 10,60% a 64,12%, sendo que apenas Montes Claros declara possuir 98,46%” (ANA, 2011, p.39). Segundo dados do IBGE, a cidade de Montes Claros apresenta 93.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2018).

1.4 Energia

De acordo com Hermes de Paula, até o final do século XIX, não havia algum tipo de iluminação pública neste sertão. “A lua. Sim, no princípio somente a lua clareava periodicamente as ruas do arraial, da vila de Formigas e da cidade de Montes Claros, durante muito tempo”. Segundo esse autor, no início, a iluminação a querosene funcionava até às 21 horas. Porém, somente em 1895, as instalações foram melhoradas, passando a utilizar azeite como combustível, “mais barato e mais patriótico” (PAULA, 1957, p.30).

Ainda de forma muito incipiente, somente “em 1912 surgiram os lampiões em pequenos postes de candeia, protegidos contra a chuva e vento com iluminação de azeite. [...] só na parte comercial, dando muito trabalho e pouco resultado” (GRAÇA, 1986, p. 16).

De acordo com Brito (2002, p.70),

No início do século XX, a maior parte da população servia-se de lamparinas, que eram abastecidas por azeite, para a iluminação residencial. Aos poucos foram chegando as inovações, ou seja, o uso também do querosene para iluminar os lampiões que agora se encontravam em cena, principalmente iluminando os pontos centrais da cidade, como a praça da Matriz, ponto principal de todos os eventos que se realizavam na cidade.

Em 1917, a empresa Força e Luz de Montes Claros colocou em operação a Usina do Cedro. Era uma das primeiras cidades do estado a contar com esse serviço, mesmo que não em escala industrial. A energia havia sido instalada na cachoeira do rio do Cedro, “a mesma

que alimentava [...] as turbinas da fábrica de tecidos [instalada nas proximidades]” (OLIVEIRA, 2000, p. 34).

A relevância do fato para a comunidade motivou a Câmara Municipal de Montes Claros, em assembleia realizada em 09 de janeiro de 1917, a autorizar a aplicação de “500\$000 com os festejos para comemoração do histórico acontecimento” (BRITO, 2002, p. 70).

Muito mais que prover uma iluminação pública com maior qualidade que aquela disponível para a população montes-clarense, a energia elétrica oriunda da usina do Cedro se prestou para apresentar para a comunidade local as potencialidades da nova tecnologia. Não tinha potência suficiente para ser consumida pelas residências ou mesmo para dar outras destinações diferentes do seu propósito original. Não chegava a ser uma particularidade de Montes Claros. Poucas cidades brasileiras tinham, nessa época, uma infraestrutura de energia elétrica que pudesse ser efetivamente uma referência.

Somente no ano de 1944 acontece a inauguração da usina hidrelétrica Santa Marta, no município de Grão-Mogol/MG. Instalada em uma barragem de concreto de 283 metros de comprimento e 12 metros de altura, alagando uma área de 1,8 km², no ribeirão Tocororó – bacia do rio Jequitinhonha. A usina entrou em funcionamento com dois grupos geradores com potência de 500kW, direcionados para o atendimento das demandas de Montes Claros, tendo sido também construída uma infraestrutura de 88km de linhas de transmissão de energia, operando com uma tensão elétrica de 44kV (CACHAPUZ, 2006, p. 182–183).

Na apuração feita pelo IBGE, em 1950, havia, em Montes Claros, 3.247 ligações elétricas destinadas à iluminação e outras 79 para outras destinações, como, por exemplo, o acionamento motriz (IBGE, 1959, p. 144).

No entanto, de acordo com Oliveira (2000, p.34), a relação entre o crescimento da demanda e da oferta de energia continuava desproporcional. Em 1954, foi necessária a instalação de um conjunto de geradores acionados por motores a diesel, além de um *upgrade* no ano seguinte. “No entanto, o abastecimento só seria definitivamente resolvido após a criação da CEMIG que, em 1965, com a ajuda dos recursos da SUDENE, interliga Montes Claros com o sistema Três Marias, garantindo energia confiável e em volume necessário a um maior impulso industrial”.

A usina hidrelétrica de Três Marias, oficialmente denominada Bernardo Mascarenhas, está instalada no rio São Francisco, no município de mesmo nome. Inaugurada em 1961, tem uma barragem de 2.700 metros de comprimento e uma altura de 75 metros, alagando uma área de 1.090 km². Seus geradores são capazes de fornecer uma potência de 396MW (CACHAPUZ, 2006, p. 116–117).

Segundo o referido autor, a linha de transmissão responsável por levar a energia produzida por Três Marias a Montes Claros foi concluída em 1965.

Na sequência, em 2002, são iniciados os trabalhos de construção da Usina Presidente Juscelino Kubitschek, localizada na calha do rio Jequitinhonha, confluência dos municípios de Berilo e Grão-Mogol e conhecida como Usina de Irapé. Com uma potência instalada de 360MW e uma área alagada de 142,95 km², entrou em operação em 2006, com interligação até Montes Claros pela linha de transmissão de uma empresa concessionária privada (*Ibid.*, p.74-77).

1.5 Transporte

Em se tratando de um país continental como o Brasil, análises absolutas sobre as distâncias que separam suas regiões não são capazes de mensurar as dificuldades de transposição de seus limites. Sua ocupação, seja por barcos, seja pelo auxílio de animais, como aqueles utilizados pelos tropeiros, as populações de regiões remotas como a norte-mineira sempre consideraram a infraestrutura de transporte como elemento primordial para o seu desenvolvimento social e econômico.

A infraestrutura de transporte é decisiva para que as dinâmicas econômicas de oferta e demanda sejam desenvolvidas. Segundo Diniz (2012), de uma forma geral,

O transporte pode ser entendido como uma ação ou o efeito de levar pessoas ou bens de um lugar a outro. Através da utilização de um conjunto de engenho e infraestrutura física, que se compõe de uma via de transporte de um sistema de apoio (portos, estações ferroviárias ou rodoviárias, aeroportos). O sistema de transportes é vital para o comércio interno e externo, a fixação de custos de bens e serviços, a composição dos preços, a regularização dos mercados, utilização da terra e urbanização (DINIZ, 2012, p. 39).

Nesse sentido, desde os tempos coloniais, os precursores do povoamento local foram responsáveis pela iniciativa e financiamento próprio para a abertura das primeiras estradas, como aquelas empreendidas por Antônio Gonçalves Figueira para deslocamento do rebanho de Montes Claros para o rio São Francisco e para Tranqueiras/BA.

No entanto, o transporte baseado na tração ou “no lombo” do animal era, de certa forma, limitador do desenvolvimento, por não ser capaz de atender demandas de maior escala. Assim, o transporte de cargas na parte navegável do rio São Francisco passa a ser, e foi por

muito tempo, a principal rota de escoamento da produção regional e abastecimento dos produtos provenientes de outras praças. Segundo anúncio publicitário da época³³, o transporte de Pirapora, em Minas Gerais, até Juazeiro, na Bahia – e vice-versa –, era ofertado com um alto padrão de qualidade. O jornal “A Vanguarda”, em sua edição de 18/02/1928 Ano 1, nº 21 p.12, publicava um anúncio comercial que dizia “Os vapores da navegação mineira do S. Francisco são os maiores, mais confortáveis, luxuosamente mobiliados e administrados por Comandantes selosíssimos. [...] Seja qual for o número de cargas, garante-se que o seu despacho [...] nunca excederá de 15 dias”.

Segundo o Jornal de Montes Claros, em sua primeira edição, publicada em 05 de fevereiro de 1893, às 8 horas do dia 20 de janeiro anterior, o vapor Matta Machado, apelidado de “Mississipi Mineiro”, havia ancorado pela primeira vez no porto da cidade de Januária, às margens do rio São Francisco, com “imponentes festejos” para esse “elemento de progresso que lhes assegura um futuro risonho e próximo, pelo incremento que irá tomando o seu comércio, um dos mais ativos e prósperos do norte do Estado” (SPYER, 1893a, p. 2).



FOTOGRAFIA 4: O vapor Matta Machado ancorado em Januária/MG
Fonte: Blog Januária, terra amada³⁴

Por outro lado, segundo Rodrigues (2000), a importância estratégica da navegação no rio São Francisco só ficou evidente para as autoridades federais com o advento da Segunda Guerra Mundial. Segundo ela, como a rodovia BR-116 ainda estava em construção e com a

³³ A decadência da atividade portuária da cidade de Januária, registrada nesse período com o conseqüente deslocamento para Pirapora (CARDOSO, 2000, p. 199), pode justificar a iniciativa de ações de Marketing, em terras mais distantes das margens do rio, como em Espinosa/MG.

³⁴ Disponível em <<http://januariaminas.blogspot.com/2010/11/praias.html>>. Acesso em 27 maio 2019.

impossibilidade de usar a via marítima, o São Francisco era a “única via interna de comunicação entre Sul-Sudeste e Norte-Nodeste do país” (RODRIGUES, 2000, p. 123).

Nesse sentido, com relação ao sistema ferroviário, de acordo com Almeida (2013), a primeira estrada de ferro inaugurada no Brasil se deu no início da segunda metade do século XIX. Segundo a autora, a implantação

Iniciou-se no período imperial, a princípio como objeto de interesse do governo na unificação do território, para adentrar e ligar regiões afastadas de forma a constituir vias de circulação rápidas internas e mais seguras, buscando não passar pela costa litorânea, na perspectiva de proteger, em casos extremos de conflitos internacionais, facilitando o movimento de cargas e das forças armadas (ALMEIDA, 2013, p. 119).

A inclusão do Norte de Minas no plano de expansão da malha ferroviária, segundo argumentações da referida autora, não se deu pelas características sociais ou econômicas, mas tão somente por aspectos espaciais, por estar na rota de integração capitais “do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, construindo assim uma ferrovia central, com caráter continental, que ligasse o nordeste ao sul do país”.

Por conseguinte, com a Proclamação da República, em 1889, o empreendimento imperial Estrada de Ferro D. Pedro II passa a ser denominado Estrada de Ferro Central do Brasil, que promove, paulatinamente, a expansão de sua malha. Em seu plano, em primeiro momento, em direção a Diamantina, com vistas ao atendimento dos interesses relacionados às questões minerais e, posteriormente, indo em direção ao rio São Francisco, integrando à região nordestina.

A chegada dos trilhos a Várzea da Palma³⁵, em 1910, foi celebrada por toda a região, inclusive, por aquelas comunidades que, por inferência, iriam dela se beneficiar. Como exemplo, em 1917, Montes Claros usava esse fato como atributo local. “Está quase concluída a estrada de rodagem que liga a cidade à estação de Várzea da Palma na E. F. C. do Brasil” (LAEMMERT, 1917, p. 2947).

Na sequência, em 1918, os trilhos chegam a Pirapora e, com eles, um projeto de interligá-la até a cidade de Belém/PA³⁶.

Esse fato traz um grande impulso para o município, tornando-o a maior expressão econômica das margens do São Francisco em Minas Gerais. Por muitos e muitos anos a estrada de ferro foi o único meio de transporte e comunicação com os grandes centros. Transportava carga e passageiro sendo fator de progresso para a comunidade.

³⁵ A estação foi construída em Palma Velha, no município de Pirapora. Com esse advento, houve um gradativo processo de povoamento dessa localidade, dando origem à cidade de Várzea da Palma, emancipada em 1953.

³⁶ O declínio do ciclo da borracha na Amazônia fez com que esse plano perdesse o apoio governamental, sendo abandonado desde então (CARDOSO, 2000, p. 201).

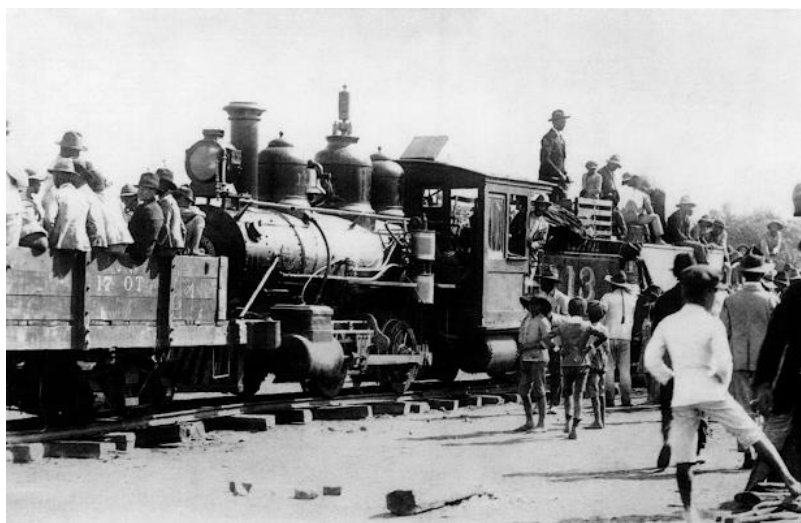
Serviu de referência para os comerciantes que faziam questão de acrescentar em seus anúncios a expressão EFCB (DUMONT, 2007, p. 42).

De acordo com essa autora, a chegada da ferrovia a Pirapora foi motivo para esperanças de incremento no desenvolvimento econômico e social daquela comunidade. O polo intermodal de Pirapora era capaz de interligar a região nordestina, por meio da hidrovia do rio São Francisco, com as vias terrestres locais e a estrutura ferroviária, em direção à capital da República.

Pirapora receberia cargas vindas da cidade de Juazeiro - ponto de ligação com a ferrovia Noroeste que partia de Salvador para Juazeiro - de onde escoaria em movimento de recebimento, despacho e recebimento de mercadorias para o Sudeste, Sul e a região central do Brasil (ALMEIDA, 2013, p. 139).

Logo depois, partindo de Corinto, do ponto de convergência com o ramal piraporense, em 1924, os trilhos chegam a Bocaiúva, permanecendo como ponta de trilhos por dois anos. “A ferrovia exigiu e instalou uma nova etapa na urbanização da região transformando-a em um corredor de ligação e transporte mais eficiente, quando em 1926 os trilhos chegam a Montes Claros”(ALMEIDA, 2013, p. 29).

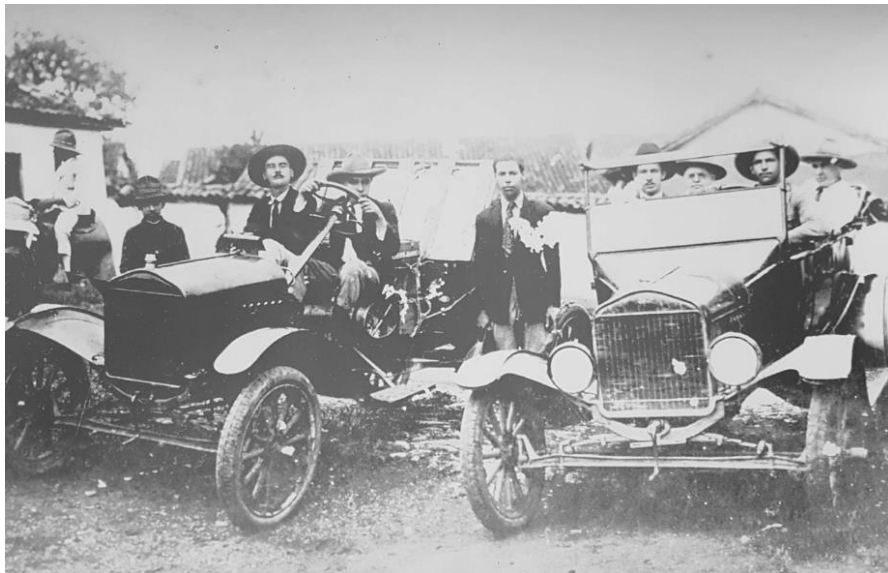
Em setembro de 1926 que os montesclarenses ouviram pela primeira vez o apito da locomotiva “Maria Fumaça” e no dia 26 do referido mês a cidade de Montes Claros festejava a inauguração oficial da ferrovia, assumindo assim a condição de Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (BRITO, 2002, p. 8).



FOTOGRAFIA 5 - A primeira locomotiva que chegou a Montes Claros
Fonte: GERODETTI; CORNEJO, 2005, p.39.

A ferrovia avançou. De Montes Claros, os trilhos seguiram para Capitão Enéas (antiga Burarama), Janaúba (antiga Gameleira, distrito de Francisco Sá) até chegar próximo à divisa com o estado baiano, na cidade de Monte Azul. Montes Claros se apresentava, nesse momento, como elemento de ligação da região Sudeste com o Nordeste do país, assumindo, “a condição de Linha de Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, enquanto, na mesma data, aquele trecho, que passava do município de Curvelo seguindo até Pirapora, foi rebaixado à condição de ramal ferroviário.³⁷” (CARDOSO, 2000, p. 202-205).

Com relação ao modal rodoviário, Paula (1957, p. 32) descreve que somente em 1920 o primeiro veículo automotor é visto em terras montes-clarenses. Um caminhão Ford, trazido pelo Capitão José Augusto para atuar na construção da Cadeia Pública e do Fórum, causou perplexidade na população. O “bicho caminhão rodava, bufando e fazendo evolução pra diante e para trás [...] não havia estradas, mas todo mundo queria dar um passeio”. De acordo com o autor, “um mês depois, chegaram dois outros veículos. Um caminhão e um automóvel”. Posteriormente, a frota já era mais significativa. Em 1925, por exemplo, a comunidade local organizou uma caravana automotiva até a cidade de Salinas. “Um feito extraordinário naquela ausência de estradas”.



FOTOGRAFIA 6 - Cidadãos de Montes Claros em Automóveis da década de 1920
Fonte: MARQUES; MARQUES, 1989.

³⁷ Em janeiro de 2009 é inaugurado o Terminal Intermodal de Pirapora, estabelecendo um corredor ferroviário que une essa cidade mineira ao Porto de Tubarão, em Vitória/ES. O sistema é capaz de escoar uma carga de até 2,7 milhões de toneladas por ano, recebidas pelo rio São Francisco ou por via rodoviária. **Revista Ferroviária**. Disponível em < http://www.revistaferroviaria.com.br/nt2008/palestras/05112008/Andre_Leal/NT2008_VALE.pdf > Acesso em 05 jun. 2018.

Na mesma vertente, segundo Paula (1957, p.237), o serviço de transporte aéreo na segunda metade dos anos 1930 seguiu uma tendência de outras cidades brasileiras; os cidadãos montes-clarenses despertaram o interesse pela aviação civil. Fundaram, então, o primeiro aeroclube.

Assim, em dezembro de 1939, era inaugurado o Aeródromo Governador Valadares, recebendo voos da Panair do Brasil a partir de 1942, interligando Montes Claros à capital mineira, Recife e Salvador. Seis anos depois, a empresa Nacional Serviços Aéreos começa a operar a linha Montes Claros-Belo Horizonte, com aviões maiores, com capacidade para até 24 passageiros. O serviço foi ampliando quando, em 1965, a Viação Aérea Rio-grandense adquiriu a Panair, passando a operar com aviões com capacidade para até 40 passageiros. Em 1974, inaugurou o serviço com aviões com propulsão a jato, com capacidade para 109 passageiros, além do serviço de transporte de cargas/bagagem, limitados a seis toneladas (EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA -INFRAERO, 2018).



FOTOGRAFIA 7 - Aeroporto de Montes Claros em 1947³⁸
 Fonte: MARQUES; MARQUES, 1989.

Do mesmo modo, em 1950, Montes Claros contava com linhas regulares de ônibus para Coração de Jesus, Brasília, São João da Ponte, Francisco Sá e Juramento. O deslocamento para Bocaiúva ou outros centros ao sul, como a capital mineira, somente através do trem da Estrada de Ferro Central do Brasil (IBGE, 1959, p. 144).

³⁸ Embora possa ser vista uma placa de identificação da companhia aérea PANAIR, o avião em destaque era da Força Aérea Americana que transportou cientistas daquele país para observações astronômicas na cidade de Bocaiúva.

Assim, de acordo com Oliveira (2000, p.50), até mais da metade do século XX, o transporte rodoviário na região era totalmente incipiente. Até 1972, Montes Claros não contava com rodovias pavimentadas. Somente nesse ano foi inaugurada a ligação com a capital mineira e, em meados de 1974, com Pirapora, e dessa com o Triângulo Mineiro.

Na sequência, em 2003, o sistema aeroviário local é mais uma vez impulsionado. A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), responsável pela administração desse aeroporto, atribui o novo nome oficial de “Aeroporto de Montes Claros – Mário Ribeiro, em homenagem ao médico e político que foi vereador, vice-prefeito e prefeito da cidade”. De acordo com a INFRAERO (2018), o aeroporto de Montes Claros opera com voos regulares através Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e AZUL Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

1.6 Instrução

Durante o período imperial brasileiro, Dom Pedro II deu uma das mais importantes contribuições para o início da sistematização e implantação de uma educação formal no País, guardada as devidas críticas que se devem fazer sobre aquelas. A lei [s/n] de 15 de outubro de 1827, uma espécie de Parâmetros Nacionais Curriculares, criou as escolas de primeiras letras, que ficaram popularmente conhecidas como escolas isoladas.

Essa lei determinou, em seu primeiro artigo, que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras [mais tarde conhecidas como escolas isoladas] que forem necessárias”. No artigo 6º, a lei descreve, objetivamente, a base curricular para essas escolas dedicadas ao público masculino³⁹:

Os professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, pratica de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria pratica, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionando a compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

No caso particular de Montes Claros, Paula (1957, p.135-136) relata que, inicialmente, desde os tempos de Arraial de Formigas, a alfabetização era provida por “mestres

³⁹ A Lei prevê, em seu artigo 11, que “haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento”.

particulares”. Somente em 1830 ocorre a inauguração da primeira escola pública, mas, sem atender às expectativas da população, foi suspensa logo em seguida, concentrando, mais uma vez, nos serviços de aulas particulares.

Em 1879, foi criada a Escola Normal de Montes Claros, naquela época até as primeiras décadas do século XX, “vivendo às custas das mensalidades pagas pelos alunos”, atualmente denominada Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, com maior número de alunos da educação básica⁴⁰. Segundo o referido autor, essa escola “prestou assinalados serviços ao Norte de Minas educando e instruindo a mocidade de ambos os sexos”. Com relação à educação infantil, “até 1909, só havia escolas isoladas e particulares, quando em 22 de julho daquele ano foi instalado o nosso primeiro grupo escolar”. Até os anos 1950, a cidade já contava com diversos grupos escolares e com escolas tradicionais, ofertando cursos primários, ginasiais, comerciais e normal, como o Colégio diocesano Nossa Senhora Aparecida, o Instituto Norte-Mineiro de Educação, o Colégio Imaculada Conceição (PAULA, 1957, p. 138-140).

De acordo com dados de 2015, fornecidos pelo INEP/MEC e disponibilizados pelo DataViva, a educação básica da cidade de Montes Claros é atendida pela esfera administrativa privada, com 11,6 mil matrículas, representando 17,3% do total; na pública municipal com 18 mil matriculados, que equivalem a 26,9% dos estudantes; e na esfera administrativa pública estadual com 37,4 mil alunos, ou 55,8% do total. Na educação profissional, 56,3% dos 3,92 mil estudantes estavam matriculados em escolas públicas, sendo a absoluta maioria na federal. Os demais, 1720 alunos ou 43,7%, em escolas privadas (DATAVIVA, 2015).

Com relação ao ensino superior, em 2015, 4,31 mil acadêmicos concluíram sua graduação em Montes Claros em Instituições de Ensino Superior (IES), sendo a Universidade Estadual de Montes Claros a maior do município, responsável pela formação de 21,4% desse total. Nesse ano, foram 30,4 mil acadêmicos matriculados em cursos de graduação das diversas áreas do conhecimento, como em cursos das ciências sociais aplicadas, ciências humanas, exatas e biológicas (*Ibid.*).

1.7 Economia

⁴⁰ De acordo com dados de 2015 apresentados por DataViva. Disponível em <<http://www.dataviva.info/pt/location/4mg050413/education>> Acesso em 14 jun. 2018.

Segundo Paula (1957, p. 116), “o comércio foi a mola real do pequeno arraial de Formigas, a razão principal de seu desenvolvimento extraordinário em relação às povoações vizinhas”.

Essa análise já havia sido feita anteriormente pelo botânico francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, durante sua passagem pela região, em 1817. Ele afirma que “Formigas era um dos pontos principais da parte oriental do Sertão e faz-se aí um comércio importante de gado, salitre, couros e peles” (SAINT-HILAIRE, p.326).

Traz também referências das fazendas de criação de gado, da produção de milho, feijão e mandioca. O arroz, no entanto, não podia ser cultivado uma vez que “a seca não permite”. As “terras de Formigas”, como ele mesmo denominava, possuíam características adequadas para o cultivo de algodão, uma vez que tinham um solo semelhante a outros lugares por ele visitados, como também, nesse lugar, “o calor é muito forte”. No entanto, ele não presenciou tal cultura em nenhuma propriedade, uma vez que, “a preguiça é extrema, e seria necessário, por causa do gado, cercar com sebes as plantações de algodão”. Salvo comentários desse tipo, e outros relacionados à probidade local, o autor descreve o lugar que daria origem à cidade de Montes Claros já se consolidando como importante referência comercial.

Faz-se aí um comércio importante de gado, salitre, couros e peles. O gado bovino e os cavalos vendem-se para a Bahia; o salitre vai para o Rio de Janeiro e para Vila Rica, e finalmente, parte dos couros se consome em Formigas mesmo, no empacotamento do salitre, e outra parte se envia em Minas Novas, onde se fabricam sacos próprios para se levar algodão (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 327).

Durante a Revolução Industrial, tem-se o início da mecanização dos processos fabris em substituição à manufatura e à atividade meramente artesanal. Nesse contexto, os processos produtivos sofrem grandes transformações, como, por exemplo, na indústria têxtil foi percebida a substituição da lã de origem animal pelo algodão, uma fibra vegetal com muito mais facilidades para a sua produção. Diante desse cenário e com vistas às políticas exportadoras da época, houve um incremento na produção brasileira dessa fibra, inclusive no Norte de Minas, que se firmou como importante polo produtor.

Com efeito, essa dinâmica fez com que acontecesse a instalação da primeira fábrica de tecidos em Montes Claros.



FOTOGRAFIA 8 - Fachada da fábrica de tecidos do Cedro (1924)
Fonte: MARQUES; MARQUES, 1989.

Oliveira (2000, p.31) afirma que “a primeira fábrica da cidade foi instalada nos arredores da cachoeira do Rio do Cedro, a Fábrica de Tecidos de Montes Claros (conhecida como fábrica do Cedro) fundada em 1879, a qual começa a funcionar em 1882”. Segundo Paula (1957, p.122), “todas as máquinas foram transportadas em carros de bois e em lombos de burro, através das péssimas estradas”.

Nesse sentido, em 31 de janeiro de 2009, o empresário Luiz de Paula Ferreira faz a postagem da Parte 73 do seu livro "Por Cima dos Telhados, Por Baixo dos Arvoredos"⁴¹ dando mais alguns detalhes desse empreendimento.

Em 1882 foi criada a empresa “Rodrigues, Soares, Bittencourt, Veloso & Cia”, para implantação de uma fábrica de tecidos de algodão, à margem direita do Córrego do Cedro, distante 6 quilômetros da cidade. Compunham a sociedade o Sr. Ângelo de Quadros Bittencourt, Barão do Gorutuba; o Cel. Gregório José Veloso, pai do desembargador Veloso; o Sr. Antônio Narciso Soares, os dois últimos naturais de Montes Claros, e o Sr. Rodrigues, de Grão Mogol. Com o capital de 150.000\$000 (cento e cinquenta contos de réis), a fábrica possuía 72 teares e produzia 30.000 metros de pano por mês, com 127 operários. O equipamento, importado dos EE.UU., veio por via fluvial até Guaicuí, e daí para Montes Claros, em carros de boi. Começou a produzir em 1882 e foi destruída em incêndio 7 anos mais tarde, em 1889, tendo sido reconstruída e posteriormente paralisada. Seu equipamento foi transferido em 1914 para a firma “Costa & Cia”, composta pelos senhores Joaquim José da Costa, José Antônio da Costa Júnior, Camilo Prates, João Catoni e João Rodrigues da Silva. Essa fábrica funcionou até os anos 80, quando encerrou suas atividades, sendo seu último proprietário o Eng. Simeão Ribeiro Pires.

A imprensa local comenta as atividades desse empreendimento: “a média de produção diária é de 3.400 metros, incessante procura de tecidos e muito vantajosos os preços

⁴¹ Segundo o próprio autor, o livro "Por Cima dos Telhados, Por Baixo dos Arvoredos" foi lançado em edição artesanal de apenas 10 volumes. As partes já publicadas podem ser lidas na seção Colunistas - Luiz de Paula. Disponível em <<https://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Luiz%20de%20Paula>> Acesso em 25 fev. 2019.

por que são vendidos. Em pouco tempo a empresa terá solvido todos os seus compromissos.” (SPYER, 1893b, p. 2).

Na sequência, em 1884, a Companhia Cedro Cachoeira implantou um depósito de compra e venda de tecidos em Pirapora, “muito embora, na época, Guaicuí fosse uma localidade mais dinâmica” (CARDOSO, 2000, p. 195-197).

Segundo Paula (1957, p.120), a atividade comercial ganha mais um impulso quando, em 1899, ocorre a inauguração do Mercado Municipal⁴², importante referência para o comércio local e outras praças. Localizado no “largo de cima”⁴³, esse empreendimento foi consequência de uma iniciativa dos empresários locais que doaram um terreno e os recursos necessários para as desapropriações complementares (PAULA, 1957, p.120).



FOTOGRAFIA 9 - Inauguração do Mercado Municipal de Montes Claros
Fonte: COTRIM, 2013, p.30.

De acordo com o Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1917, naquele ano, a economia local se baseava no cultivo de lavouras de milho, feijão, cana-de-açúcar, arroz, algodão e mandioca. A pecuária era responsável por uma exportação anual de “10.000 bois para os mercados de Fortaleza e Curvelo”. Existia a Fábrica de Banha Silva e Maia, a Fábrica de Vinhos de Antônio Narciso Soares e as fábricas de tecido Costa & C. e Ribeiro & Maia (LAEMMERT, 1917, p. 2947).

⁴² O local exato onde funcionou o Mercado Municipal deu lugar a um estacionamento de automóveis, popularmente conhecido como “Cimentão” e, posteriormente, desde 2003, ao Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira.

⁴³ O largo de cima passou a ser denominado praça Dr. Carlos Versiani, uma homenagem ao primeiro Médico formado do município.

Segundo esse levantamento, o comércio varejista era composto por 24 estabelecimentos, dedicados à venda de calçados, chapéus, armarinho, tecidos etc. Do mesmo modo, o setor de serviços contava com um Restaurante e o Hotel Sul Americano. A construção civil tinha disponíveis quatro empresas, além de carpinteiros, marceneiros e pedreiros, nominalmente relacionados pelo anuário. Eram três farmacêuticos e três médicos atendendo a população local. Na advocacia, eram cinco profissionais atuando. O município era sede de um posto de “Collectoria federal” e “Collectoria estadual”, responsáveis pela arrecadação tributária; Justiça Federal, com dois juízes “suplentes do juiz seccional” e um “Ajudante do procurador da República”; contava com agência dos correios e posto meteorológico (LAEMMERT, 1917, p. 2948).

Com o desenvolvimento econômico de Montes Claros, em 1914, entrava em operação a “fábrica da Avenida Estrela”, nome popular da Sociedade Industrial Norte-Mineira. “Em suma, existiam duas fábricas operando, representando a implantação do capitalismo na região”. O desenvolvimento da cidade seguia com a implantação de “pequenas indústrias”, como charcutarias produzindo embutidos como salsichas e salames. Havia curtumes, selarias, fábricas de sal e uma série de outros pequenos empreendimentos (OLIVEIRA 2000, p.39-41).

Na sequência, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil a Montes Claros, no ano de 1926, a cidade passou a contar com sua primeira agência bancária, unidade do Banco da Lavoura. No ano seguinte, foram instaladas as agências do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Banco Popular de Montes Claros. Nas décadas seguintes, vieram agências das principais instituições financeiras do País (PAULA, 1957, p. 121-122).

Em 1950, segundo apuração do recenseamento, a população envolvida com as indústrias extrativa e de transformação não chegava a ocupar 5% do total; na "prestação de serviços" e "transportes, comunicações e armazenagem" estavam ocupados um pouco mais de 7% dos habitantes. Por fim, 29% se dedicavam à agricultura, pecuária e silvicultura e, aproximadamente, 57% da população em "atividades domésticas e discentes" e em "condições inativas" (IBGE, 1959, p. 142).

O capital empregado (em Cr\$ 1000) na indústria, agricultura e pecuária, era de 21434, 71281, respectivamente. Na atividade agrícola o maior faturamento vem da cultura da mandioca, embora o algodão já representasse, nesse momento, a maior área cultivada. [...] Montes Claros "serve também de ponto de convergência para o gado de Francisco Sá, Coração de Jesus, São João da Ponte e Salinas, que em suas internadas é engordado para posterior exportação. Em 1956 registrou Montes Claros uma exportação de gado da ordem de 13000 cabeças de bovinos e 28000 de suínos, A maior parte do qual originário dos municípios vizinhos [...] O município dispõe de indústria de

transformação de minerais não metálicos, construção civil, beneficiamento de madeira, couros e peles, têxtil do vestuário, de produção de alimentos, de bebidas, química e farmacêuticos e gráfica. Seus principais sub-ramos estão na confecção de fios de algodão, adubo e torta para o gado (*Ibid.*, p.142-144).

Os dados apresentados pelo IBGE, em 1957, mostram a pecuária como principal atividade econômica do município montes-clarense, enquanto a atividade industrial se mostra bastante incipiente. Nos anos seguintes, surge a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), protagonista do desenvolvimento econômico registrado até o início dos anos de 1980, como abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2 A SUDENE

Dezenas de municípios do Norte de Minas Gerais convivem com grandes períodos de estiagem e com secas recorrentes, trazendo consigo grandes impactos socioeconômicos, assim como ocorre no sertão nordestino. Frente a esse cenário, as autoridades governamentais definiram legalmente, na primeira metade do século XX, uma região denominada Polígono das Secas⁴⁴ que abrange o semiárido de parte de Minas Gerais, boa parte do Nordeste brasileiro até o estado do Maranhão.

Assim, busca-se, neste capítulo, apresentar o surgimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e sua atuação no município de Montes Claros, com a consequente instalação de diversos empreendimentos industriais, segmento incipiente até então no município.

2.1 Características do semiárido brasileiro

Com dimensões continentais, cortado pelo Trópico de Capricórnio e pela Linha do Equador, o território brasileiro é marcado por ampla diversidade climática, com destaque para os níveis médios de precipitação pluviométrica. Na região nordestina, há uma vasta área semiárida em seu interior, ocupando a maior parte do seu território, em que a estação chuvosa é restrita a poucos meses do ano, com baixos índices pluviométricos e secas recorrentes. Assim,

[Nesse *hinterland*] deparamos com extensa zona de 1 milhão de quilômetros quadrados sujeita a colapsos periódicos da precipitação pluviométrica. Embora nunca seja total a queda da precipitação, em algumas regiões pode alcançar 90%. A seca se configura quando a baixa da precipitação alcança 50% em região suficientemente extensa para afetar algumas centenas de milhares de pessoas. Além da queda na precipitação, a seca também se caracteriza por maior irregularidade nessa precipitação. Ao invés de 600 mm em três meses, temos 300 mm em quinze dias, ou em dois ou três aguaceiros. O fenômeno da seca, na forma como se apresenta no Nordeste, é quase único em todo o mundo (FURTADO, 2009a, p. 41).

⁴⁴ O Polígono das Secas foi delimitado pela lei da 1348 de 10 de fevereiro de 1951.

De acordo com Celso Furtado, a vegetação dessa extensa região semiárida é formada, fundamentalmente, pela caatinga. Ele afirma que esse sertão apresenta uma estrutura peculiar, uma vez que “não tem características de deserto”. Normalmente, os semidesertos encontrados em outras regiões do planeta fazem limites com regiões desérticas, enquanto o sertão nordestino, como é conhecida essa região, faz fronteira com zonas úmidas.

[A caatinga] constitui abundante revestimento florístico, de zona semiárida, totalmente adaptado a condições específicas de solo e clima. Durante o longo período seco que ocorre todos os anos (cerca de oito meses) a caatinga se defende, usando patrimonialmente suas reservas de água.

As secas sempre foram recorrentes nessa região. No entanto, de acordo com Maria Ângela Figueiredo Braga (2008), somente a partir da grande seca de 1877 é que o governo federal passou a “considerar as secas nordestinas, ainda que regional, um problema que exige a interferência federal” (BRAGA, 2008, p. 25).

Já no século XX, o Presidente da República, Rodrigues Alves⁴⁵, sanciona o Decreto nº 1396 em 10 de outubro de 1905, que “dispõe sobre as despesas a fazer com a construção de obras preventivas dos efeitos das secas que periodicamente assolam alguns Estados do Norte”. Esse fato antecedeu a Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS)⁴⁶, criada com o propósito de planejar e coordenar a aplicação dos recursos públicos para tal destinação. Posteriormente, com a chegada de Epitácio Pessoa à Presidência da República, o órgão passa a ser denominado Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)⁴⁷. Década à frente, durante o curto mandato do Presidente da República, José Linhares, o IFOCS é reestruturado e passa a ser o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)⁴⁸, cujo fim é

A realização de todas as obras, destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas na região a que se refere o art. 2º da lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, na área compreendida entre a margem direita do rio São Francisco desde Barra, no Estado da Bahia, até Pirapora, no Estado de Minas Gerais, a linha Pirapora-Montes Claros e a linha Montes Claros-Amargosa, no Estado da Bahia, e em outras zonas do país, a que a lei venha a estender o seu campo de ação (BRASIL, 1945).

A área de abrangência da atuação do DNOCS fora referenciada pela lei federal nº 175 de 7 de janeiro de 1936, que regulamentou o artigo 177 da Constituição Federal de 1934.

⁴⁵ Francisco de Paula Rodrigues Alves foi eleito Presidente da República em 01 de março de 1902.

⁴⁶ O Presidente da República Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, que autoriza a criação do IOCS, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, liderado, à época, pelo cearense Francisco Sá.

⁴⁷ Regulamentado pelo Decreto nº 13.687, de 9 de julho de 1919.

⁴⁸ Decreto-lei nº 8.486 de 28 de dezembro de 1945.

A área dos Estados do Norte, a considerar no plano referido no art. 1º, é limitada pela poligonal, cujos vértices são os seguintes: cidades de Aracati, Acaraú e Camocim no Ceará; intersecção do meridiano de 44º W. G., com o paralelo de 9º; intersecção do mesmo meridiano, com o paralelo de 11º e cidade de Amargosa, no Estado da Bahia; cidade de Traipu no Estado de Alagoas; cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco; cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba; e cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (BRASIL, 1936).

A área geográfica de atuação desses órgãos foi aumentada em 1951 (como pode ser observado na Figura 2), quando o Presidente Getúlio Vargas revisou a abrangência do Polígono das Secas⁴⁹, prevista na Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946. Segundo essa lei:

a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na foz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita deste, a afluição do Uruçuí Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiúva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba (BRASIL, 1946).

A Figura 2 representa a área geográfica do Polígono das Secas, definida em 1946.



FIGURA 2 - Polígono das Secas delimitado pela lei nº 1.348 de 10 de fevereiro de 1951
Fonte: DANTAS, 2010⁵⁰.

⁴⁹ Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951.

⁵⁰ DANTAS, E. W. C. Mutações no Nordeste brasileiro: reflexão sobre a produção de alimentos e a fome na contemporaneidade. *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia* [online], n. 10, 2010.

Os limites definidos pelo Decreto 9.857/46 deixam explícito que o Polígono das Secas ocupava um espaço geográfico que ultrapassava as fronteiras de muitos estados e de diferentes regiões geográficas. Não existia até aquela época o conceito de Nordeste (OLIVEIRA, 1996, p. 100).

2.2 Grandes regiões do Brasil

Por diferentes razões, desde o início do século XX, o território brasileiro é subdividido em grandes regiões. Nas primeiras versões, conforme os critérios adotados, não havia uma região definida como Nordeste. De acordo com a Figura 3 (a), em 1913, eram cinco regiões: (1) região Setentrional (Acre, Amazonas e Pará); (2) região Central (Goiás e Mato Grosso); (3) Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); (4) região Oriental (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais); e (5) região Norte-Oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) (BRANCO; MENDONÇA; LUCCI, 2016).

Na sequência, em 1938, as autoridades governamentais passam a adotar um novo modelo, também com cinco regiões. A Figura 3 (b) ilustra essa nova divisão: A região Setentrional passa a ser denominada região Norte (6) e incorpora os estados do Maranhão e Piauí, ora pertencentes à região Norte-Oriental, que passa a ser denominada região Nordeste (10). Do mesmo modo, os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro deixam de compor a região Oriental, que passa a ser denominada região Este (9). O estado mineiro passa a compor a região Centro (7), antiga região Central, e o Rio de Janeiro, então capital federal, integra à nova região Sul (8) (*Ibid.*).

Logo depois, já sob a égide do IBGE, em 1942, o território brasileiro é novamente dividido, sendo distribuído em sete grandes regiões. A Figura 3 (c) ilustra as novas regiões: (11) a região Norte (formada pelos estados do Amazonas e Pará, além dos territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé); a então região nordestina foi dividida em duas, (16) o Nordeste Ocidental (com os estados do Maranhão e Piauí) e (17) o Nordeste Oriental (com os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e o território de Fernando de Noronha). Nesse processo, também foram criadas as regiões (15) Leste Setentrional (Sergipe e Bahia) e (14) Leste Meridional (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro). Por fim, (13) a

região Sul (São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, e o território de Iguazu) e (12) a região Centro-Oeste (Mato Grosso, Goiás e o território de Ponta Porã)⁵¹ (*Ibid.*).

Em 1969 uma nova divisão foi proposta, representada pela Figura 3 (d), sendo adotada oficialmente a partir de 1970, novamente com cinco regiões: (20) região Sul, (21) região Sudeste, (19) região Centro-Oeste, (18) região Norte e (22) região Nordeste. Desde então, alterações pontuais foram feitas⁵² até chegar ao modelo atual, vigente desde 1979.

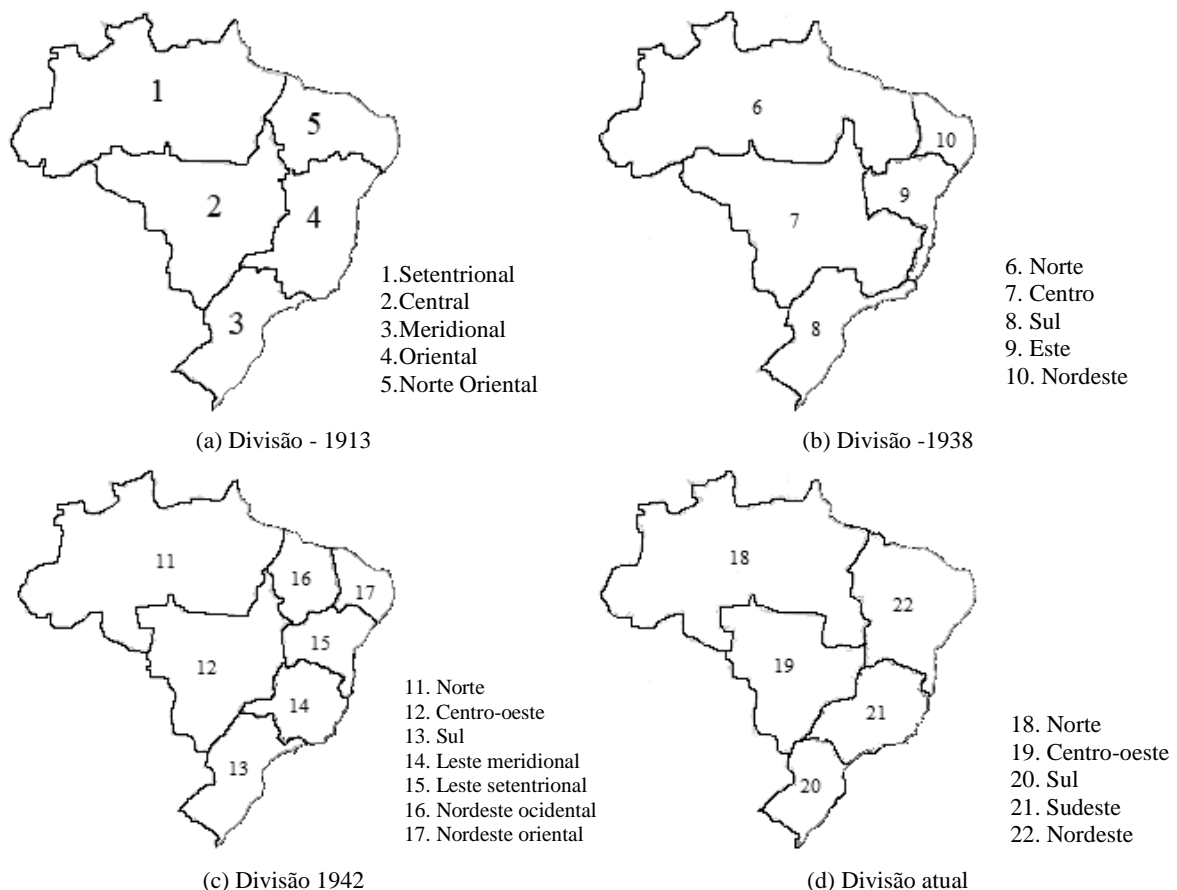


FIGURA 3 - Divisão regional do Brasil

Fonte: Elaboração do autor a partir de BRANCO; MENDONÇA; LUCCI, 2016.

Com o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), no período entre 31 de janeiro de 1956 e 31 de janeiro de 1961, foi imposta uma nova abordagem para o enfrentamento do “problema nordestino”, em vez das políticas intervencionistas, normalmente

⁵¹ Em 1946, os territórios federais de Iguazu e Ponta Porã foram extintos. Em 1960, Brasília foi construída e o Distrito Federal, capital do país, foi transferido para o Centro-Oeste. Na região Leste, o antigo Distrito Federal tornou-se o estado da Guanabara.

⁵² Os territórios de Rondônia, Roraima e Amapá foram elevados à condição de Estados da Federação. Com a construção de Brasília, a capital federal passou para a região Centro-Oeste. O estado da Guanabara é criado em 1960 e extinto em 1975. No final da década de 1970, a parte sul do Mato Grosso é desmembrada, criando o estado do Mato Grosso do Sul; o mesmo acontecendo no final da década seguinte com o norte de Goiás, criando o estado de Tocantins, esse integrando a região Norte.

de curto prazo, reconhecidamente, incapazes de dar uma resposta efetiva para o recorrente flagelo das secas.

Nesse sentido, em 17 de fevereiro de 1959, JK lança oficialmente, no Rio de Janeiro, a “Operação Nordeste”, uma política pública que tinha como propósito atacar uma região “com uma renda média que não chegava a 1/3 da renda do Centro-Sul; imensa disparidade entre população rural e urbana; meio milhão de desempregados nas cidades; secas periódicas que atingem 4/5 do território”, baseada no documento de autoria do Economista Celso Furtado, intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste”, mais conhecido como GTDN⁵³ (FURTADO, 2009b, p. 8).

2.3 A criação da SUDENE

Em fevereiro de 1959, JK envia para o Congresso Nacional o projeto de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ainda nesse mesmo mês, mais precisamente em 20 de fevereiro de 1959, o Presidente sanciona o decreto 45.445, criando o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e entregando sua gestão para o economista Celso Furtado. O decreto explicita, logo no artigo 1º, a razão de existir desse novo órgão:

Enquanto não se constituir por lei, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, funcionará, junto à Presidência da República, um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, sediado em Recife, com o objetivo de coordenar e executar os projetos e programas de ação imediata, tendentes ao desenvolvimento econômico e social daquela área (BRASIL, 1959a).

Por conseguinte, em 15 de dezembro de 1959, tem-se a criação da SUDENE, por meio da aprovação naquela data da lei nº 3.692, definindo que a nova autarquia seria subordinada diretamente à presidência da república, com autonomia administrativa e sede na capital pernambucana. Segundo esse instrumento jurídico, a SUDENE foi criada, basicamente, para atender quatro finalidades:

Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; executar,

⁵³ Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

diretamente ou mediante convênio, acordo de contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor; e coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (*Ibid.*).

A SUDENE também deveria assumir a responsabilidade de assessorar a Presidência da República com proposições que se relacionassem com o enfrentamento dos problemas do desenvolvimento do Nordeste, gerenciar as dotações orçamentárias, inclusive fiscalizando o emprego dos recursos financeiros e avaliação da pertinência da existência ou não de órgãos públicos em sua área de abrangência. A autarquia passou a centralizar a aplicação de recursos governamentais que tinham destinação relacionada ao desenvolvimento da região do Polígono das Secas.

Com a sua criação, segundo impera o artigo 27 da lei 3.692/59, “nenhum projeto de financiamento ou aval, destinado a investimentos para o desenvolvimento do Nordeste, [...] poderá ser aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., sem que se manifeste a SUDENE” (BRASIL, 1959c).

Nesse sentido, as proposições apresentadas pelo GTDN foram quase que integralmente utilizadas para constituir o “I Plano Diretor” que objetivava, dentre outras coisas, criar no Nordeste uma indústria manufatureira; ajustes na economia agrícola da Zona da Mata, para uma adequada oferta de alimentos, para a nova área industrializada; ajustes na economia do semiárido, com o emprego de estratégias para aumentar sua produtividade e resistência aos efeitos das secas (CARVALHO, 2014, p. 206).

Por conseguinte, instalada na capital pernambucana, a SUDENE se colocou como gestora de todas as políticas públicas federais voltadas para o desenvolvimento social e econômico da região nordestina. Todos os órgãos federais atuantes no Polígono das Secas deveriam, portanto, submeter seus projetos de investimento à validação da SUDENE. Por força de lei, a União deveria destinar, no mínimo, 2% dos recursos orçamentários anuais para compor o fundo de auxílio ao Nordeste no combate às secas, previsto na Constituição Federal vigente.

Era um plano de ações governamentais que visava, de certa forma, compensar as desvantagens locais do Nordeste em relação ao chamado Centro-Sul do Brasil, por meio da concessão de benefícios fiscais, com instrumentos de atenuação dos riscos e perspectiva de incremento da rentabilidade. Fundamentalmente, a SUDENE apoiou projetos de empreendimentos agropecuários, agroindustriais e industriais.

2.4 A Região Mineira do Nordeste

Com características culturais, sociais, políticas e econômicas muito semelhantes à região Nordeste do Brasil, boa parte dos municípios norte-mineiros integrou a área de abrangência da SUDENE, que tomou como referência o Polígono das Secas, como afirma o artigo primeiro da lei 3.692/59, sendo então denominada Região Mineira do Nordeste (RMNe).

§ 1º Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

§ 2º A área de atuação da SUDENE abrange além dos Estados referidos no parágrafo anterior, a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas (BRASIL, 1959c).

A referida lei elucida a sua própria definição de Nordeste, uma vez que, conforme critérios vigentes, compreendia as regiões Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Leste Setentrional e uma parte da região Leste Meridional. No entanto, segundo Oliveira (2000, p.46), esse texto gerava certa ambiguidade, uma vez que “Nordeste” e “área de atuação da SUDENE” não eram necessariamente sinônimos.

Por consequência, nos primeiros anos de atuação da SUDENE, os incentivos permaneciam inacessíveis para a RMNe. Como exemplo, o tema permanecia em pauta em diversas reuniões da ACI, como documentado nas atas de suas reuniões dos dias 8 e 29 de agosto de 1961 e 26 de dezembro do mesmo ano; 9 de janeiro e 21 de agosto de 1962; 19 de março e 28 de maio de 1963, entre outras.

Nesse sentido, de acordo com a ata da reunião da ACI, de 25 de junho de 1963, no dia 19 de junho, o então presidente da ACI, Décio Lopes de Oliveira, envia correspondência ao Deputado Francelino Pereira dos Santos, comunicando-lhe que “os 22 municípios do Polígono das Secas não estão ainda integrados no plano de ação da SUDENE”. A correspondência também solicitava a instalação de um escritório da autarquia em Montes Claros.

Por conseguinte, a aprovação do segundo Plano Diretor da SUDENE⁵⁴, por meio da lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, fez alteração do texto, com o seu artigo 39:

Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "polígono das secas" e pelo Território de Fernando de Noronha (BRASIL, 1963).

⁵⁴ O primeiro Plano Diretor da SUDENE foi aprovado pela lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

De acordo com Laurindo Mékie Pereira, na RMNe, o “setor industrial pré-SUDENE [...] era inexpressivo. Na indústria regional, predominava a de transformação, que respondia por 82% do valor da produção. [Com destaque para o] beneficiamento do algodão, com 50% do valor da produção” (PEREIRA, 2007, p. 67-72).

Como exemplo das atividades industriais presentes em Montes Claros, em 1940, a Sociedade Algodoeira Montesclarensense começa a operar com uma indústria de beneficiamento de algodão. Doze anos depois, Luiz de Paula Ferreira, então contador da empresa, adquire 35% do seu capital social. Na sequência, em 1960, ele efetiva a compra do capital restante, quando muda a denominação da empresa para Algodoeira Luiz de Paula S.A. A fachada dessa empresa pode ser vista na Fotografia 10.



FOTOGRAFIA 10 - Fachada da Algodoeira Luiz de Paula
Fonte: PAULA, 2008⁵⁵.



FOTOGRAFIA 11 - Estoque de matéria-prima da Algodoeira
Luiz de Paula
Fonte: PAULA, 2008⁵⁵.

⁵⁵ PAULA, L. de. Mensagem N° 37228. 26/7/2008. Disponível em <https://montesclaros.com/mural/default.asp?top=37278>. Acesso em 25 fev. 2019.

Nos primeiros anos da SUDENE, não foi percebido nenhum efeito concreto na região. Em outubro de 2008, o empresário Luiz de Paula Ferreira, divulgou a 48ª parte do seu livro "Por Cima dos Telhados, Por Baixo dos Arvoredos"⁵⁶, destacando sua percepção sobre esse período:

Estávamos em 1960. O que era naquele tempo o Norte de Minas? Não era a potência que hoje conhecemos. Longe dos centros de decisão do Estado e mal servido de meios de comunicação, o Norte de Minas era a região menos conhecida e mais atrasada do Estado. A decantada prosperidade de Minas encontrava, no setentrão mineiro, uma área de exceção. Outras regiões do Estado, situadas mais próximas da Capital ou do Rio e São Paulo prosperavam e constituíam a Minas Gerais conhecida. A Minas Gerais dos grandes políticos, dos banqueiros, das riquezas minerais, da propalada prosperidade. O Norte de Minas era chamado de terra dos "bairanos cansados", numa referência aos colonizadores da região e aos milhares de bons nordestinos que vieram depois em demanda de São Paulo e Paraná e se deixaram ficar nestas plagas que tanto se identificavam com sua terra de origem. Em 1960 a população da cidade era de 46.531 habitantes, segundo dados do IBGE. [...] no setor primário, destacavam-se a pecuária e a cotonicultura como atividades principais. No secundário, a posição de Montes Claros, no ano de 1960, era bastante modesta. A força de trabalho aplicada à indústria não alcançava, àquela época, 1.000 empregos diretos, sendo estimada em 2.000 para todo o Norte de Minas. Dois produtos se revelaram da maior importância para a colonização e desenvolvimento do Norte de Minas, por sua adaptação às condições regionais de clima e solo – o boi e o algodão. Por longos anos o boi era vendido "em pé", para as charqueadas e frigoríficos de Minas, São Paulo e Rio. E o algodão era vendido bruto e só mais tarde passou a ser descaroçado na região e remetido em fardos para as fábricas de tecidos também de Minas, São Paulo e Rio. O Norte de Minas produzia apenas matéria-prima (FERREIRA, 2008).

Com efeito, segundo Pereira (2007, p. 70), em 1962 (antes de a SUDENE se fazer presente na região), o estado de Minas Gerais contava com 14.297 empreendimentos dedicados à indústria de transformação. Desse contingente, apenas 166 unidades (1,2%) operavam na RMNe, empregando 1.217 trabalhadores, o que representava 0,8% dos empregos computados no âmbito estadual.

2.5 As empresas industriais de Montes Claros

De acordo com Pereira (2007, p.52), somente em 1965 a região começa a perceber os reflexos da SUDENE. Nesse ano, é instalado em Montes Claros o escritório regional da

⁵⁶ Segundo o próprio autor, o livro "Por Cima dos Telhados, Por Baixo dos Arvoredos" foi lançado em edição artesanal de apenas 10 volumes. As partes já publicadas podem ser lidas na seção Colunistas - Luiz de Paula. Disponível em <<https://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Luiz%20de%20Paula>> Acesso em 25 fev. 2019.

referida autarquia federal. Nesse mesmo período, ocorreram a inauguração do Frigorífico Norte de Minas S.A. (FRIGONORTE), há anos pleiteado pela classe ruralista, e a conclusão das obras da linha de transmissão de energia elétrica da Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) que ligou Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma à usina hidrelétrica de Três Marias. Segundo esse autor, nessa mesma época, o governo de Minas Gerais implanta os Distritos Industriais de Montes Claros e de Pirapora.

Nos anos seguintes, registra-se um recorrente rito de inauguração de novas empresas na cidade. Como, por exemplo, a *Fábrica de Cimento*, como era popularmente conhecida a cimenteira Companhia de Materiais Sulfurosos (MATSULFUR)⁵⁷, empresa do grupo ASAMAR⁵⁸, que teve o início de sua construção em 1964 e inaugurada cinco anos depois; e a empresa de fiação e tecelagem Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS)⁵⁹, criada em 1966, pelo norte-mineiro Luiz de Paula Ferreira em sociedade com o Muriaense José Alencar Gomes da Silva. A COTEMINAS entrou em operação em 1975.



FOTOGRAFIA 12 - Lançamento da Pedra Fundamental Coteminas, em 1966
Fonte: JABBUR, 2017⁶⁰

Na sequência, várias outras empresas se instalaram em Montes Claros. O Grupo FRIGONORTE instala outras duas unidades fabris para se integrarem ao seu negócio de abate

⁵⁷ A unidade industrial de fabricação de cimento pertence hoje ao grupo LafargeHolcim.

⁵⁸ Fundado em 1932, na cidade de Ouro Preto/MG, por Alberto Woods Soares, Amynthas Jaques de Moraes e Antônio Faria Ribeiro.

⁵⁹ Continua em operação, não mais no endereço original (av. Magalhães Pinto), mas na avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, no bairro Cidade Industrial.

⁶⁰ JABBUR. R. **Continuidade ao Centenário Luiz de Paula Ferreira**. 21 jun. 2017. Disponível em < <http://www.connect.com.br/ruthjabbur/wp/?p=2280> > Acesso em 11 mar. 2019.

de animais bovinos: o Cortume Norte de Minas (CORTNORTE) e a fábrica de calçados PASSONORTE. A primeira recebia o couro dos animais abatidos pelo FRIGONORTE, processava-o e o fornecia para a PASSONORTE proceder a fabricação dos calçados.

Montes Claros recebeu várias empresas de tecnologia agregada. A biotecnologia também era bem representada por duas empresas. Por um lado, com a VALLÉE Nordeste S.A. produzindo, inicialmente, vacina para a Febre Aftosa e expandindo, posteriormente, para outras linhas de medicamentos de uso veterinário⁶¹; por outro, com a BIOBRÁS - Bioquímica do Brasil S.A.⁶², pioneira no Brasil na produção de insulina para uso humano, com seus cristais, exportados para várias regiões do mundo.

Na mecânica, a cidade contou com a Indústria de Instrumentos de Óptica e Mecânica (SIOM), fabricante de instrumentos ópticos com diversos níveis topográficos (FIG. 4), fundada pelos franceses Jean-Michel Lacastagneratte e Jacques Oliffson e os brasileiros Décio Machado e José Corrêa Machado; e a ALMEC Industrias Mecânicas S.A., que produzia as modernas bicicletas Peugeot em sua unidade fabril, tendo, como carro-chefe, as bicicletas do modelo P10 (FIG. 5).

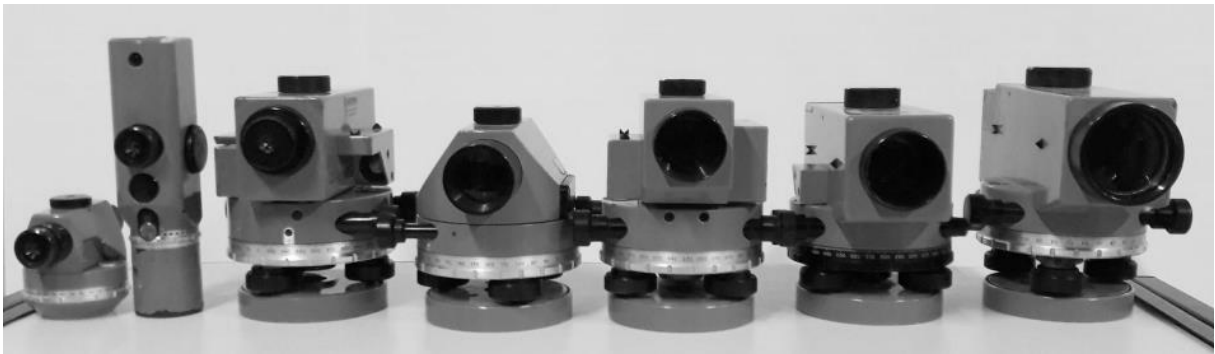


FIGURA 4 - Instrumentos fabricados pela SIOM
Fonte: CABRAL; HASENACK; DALRI, 2017⁶³

Do mesmo modo, na eletroeletrônica, foram instaladas a TRANSIT Semicondutores S.A., com a produção de componentes eletrônicos que revolucionaram a eletrônica naquele momento; a QUARTZIL Informática S.A., com sua linha de produção de

⁶¹ Em 2016, a VALLÉE foi vendida para a americana Merck, Sharp & Dhome.

⁶² “A Biobrás, fundada em 1976 pelo cientista Marcos Mares Guia e pelo engenheiro Guilherme Emrich, foi comprada pela dinamarquesa Novo Nordisk por US\$ 75 milhões em dezembro de 2001, mas a transação só foi liberada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em agosto de 2003”. FONTE: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/04/14/internas_economia,371207/antigos-socios-da-biobras-vao-retomar-a-fabricacao-de-insulina-em-minas-gerais.shtml.

⁶³ CABRAL, C.R.; HASENACK, M.; DALRI, J.C. **Acervo de instrumentos topográficos fabricados no Brasil**. In: XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia, XXV Expositiva. Rio de Janeiro, 03 a 07 de novembro de 2017. Disponível em <http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/2/232/CT02-5_1505996435.pdf> Acesso em 09 mar. 2019.

computadores, como os modelos QI-800 (FIG. 6). Também na área eletroeletrônica, Montes Claros foi sede da japonesa Fuji Electric Nordeste (FUJINOR), uma montadora de painéis elétricos de média e de baixa tensão, com destaque para o Centro de Controle de Motores (CCM) que acionava os motores elétricos das diversas máquinas motrizes utilizadas nas indústrias em geral.

PEUGEOT DIMINUI O PESO DAS BICICLETAS E DAS IMPORTAÇÕES.

Almec e FMB assinam acordo para produção de peças em alumínio para bicicletas

Com a fusão de duas modernas tecnologias, a bicicleta nacional agora vai mais longe.

De um lado, a alta tecnologia Peugeot na fabricação de bicicletas esportivas e de turismo. De outro, a FMB - detentora da avançada técnica de fundição em alumínio desenvolvida pelo Grupo Teksid e mundialmente reconhecida.

O resultado não poderia ser melhor: agora, o Brasil já produz componentes em alumínio para bicicletas - até hoje apenas disponíveis no exterior, reduzindo nossa pauta de importações.

Estas peças, fundidas pela FMB em Betim e usinadas em Montes Claros pela Almec, vêm elevar ainda mais o padrão de qualidade das bicicletas Peugeot. E estarão à disposição de todos os outros fabricantes brasileiros de bicicletas, em um volume que permitirá, inclusive, a geração de excedentes para exportação a todo o mercado da América Latina.

ALMEC INDÚSTRIAS MECÂNICAS S.A.

FIGURA 5 - Anúncio de um produto da ALMEC Indústrias Mecânicas S.A.
Fonte: Carrocultura⁶⁴

⁶⁴ CARROCULTURA. Peugeot diminui o peso das bicicletas e das importações. Disponível em <<https://carrocultura.files.wordpress.com/2011/01/anuncio-peugeot-bicicleta-2.jpg>>. Acesso em 09 mar. 2019.

PENSE GRANDE.

Na hora de racionalizar os serviços e dar maior agilidade e eficiência às operações da sua empresa, não pense duas vezes: pense QI-800, o microcomputador da QUARTZIL Informática.

Com o QI-800 em suas diversas aplicações -

processamento de dados, processamento de textos, entrada de dados - sua empresa fica dotada de uma excelente ferramenta de trabalho.

Tudo isso acompanhado de simplicidade de operação, modularidade e assistência técnica imediata.



PENSE MICRO.

Especificações Técnicas

- Microprocessador Z-80A, operando a 4 MHz.
- Conjunto de 158 instruções, compatíveis com 8080/8085.
- Interface RS 232-C.
- 64 Kbytes de memória RAM.
- 8 Kbytes de memória EPROM.
- Memória auxiliar: discos flexíveis de 8" com face simples ou dupla (até 4,4 Mbytes); discos do tipo "Winchester", com capacidade de 5/10 Mbytes cada um.
- Teclado expandido com bloco numérico auxiliar e 24 funções programadas.
- Vídeo de 24 x 80, com funções completas, incluindo capacidade semigráfica, formatação da tela em janelas e outras.
- Impressoras seriais e paralelas com velocidades desde 100 CPS até 600 LPM, inclusive impressora para processamento de textos.
- Sistema Operacional compatível com CP/M com funções completas de controle de arquivos em disco.
- Utilitários completos, incluindo SORT/MERGE.
- Linguagens COBOL, BASIC, FORTRAN e ASSEMBLER.
- Software de comunicação assíncrona e síncrona (protocolos BSC-1 e BSC-3, emulando terminais 3780 e 3270).
- Sistema de entrada de dados com teclado apropriado para esta função.

QI Quartzil Informática S.A.
FILIAL E ATACADO

Escritório Central: Rua Ouro Preto, 655 - 2º andar - Fone: (031) 335.8700 - Belo Horizonte - CEP. 30.000 - MG - Telex (031) 2789

FÁBRICA: Av. Dois, 253 - Distrito Industrial - Fone: (038) 221.8212 - Montes Claras - CEP. 39400 - MG

FILIAL: Av. Almirante Barroso, 63 - Grupos 2007 e 2009 - Fones: (021) 262.8286 - 220-3220 - Rio de Janeiro - CEP. 20031 - RJ

FIGURA 6 - Anúncio de um produto de QUARTZIL Informática S.A.

Fonte: EL MUSEO DE LOS 8 BITS [s.d.]⁶⁵

⁶⁵ EL MUSEO DE LOS 8 BITS. Disponível em <http://www.museo8bits.com/anuncios/qi800_mai83.jpg> Acesso em 09 mar. 2019.

QUADRO 1

Principais empresas industriais instaladas em Montes Claros com o advento da SUDENE (1960/1983).

EMPRESAS	ATIVIDADE
AGAPRESS - Artes Gráficas de Precisão	Indústria gráfica (envelopes, cartões, pastas, formulários contínuos etc.).
ALMEC - Indústrias Mecânicas ⁶⁶	Fabricação de bicicletas Peugeot.
BIOBRÁS - Bioquímica do Brasil	Produção de insulina.
BRASMEL - Indústria Brasileira de Chocolates e Caramelos	Balas, caramelos e bombons.
Companhia Mineira de Doces e Laticínios	Leite aromatizado, queijos, doces, manteiga e fermento.
CORTNORTE - Cortume Norte de Minas	Curtimento de couro bovino.
COTEMINAS - Companhia de Tecidos Norte de Minas	Fiação e tecelagem.
COTENOR	Fiação e tecelagem.
DENVER - Fábrica Mineira de Eletrodos e Soldas ⁶⁷	Eletrodos para soldas.
Fiação e Tecelagem Santa Helena	Tecidos de cretone.
FRIGONORTE - Frigorífico Norte de Minas	Abate de animais bovinos.
FUJINOR - Fuji Electric Nordeste ⁶⁸	Painéis elétricos e equipamentos para instrumentação eletrônica.
GLYCENORTE – Cedrominas.	Sabão e extração de glicerina e derivados.
INTERPASTIL - Intermoinhos Nordeste	Produção de macarrão.
IRSAMASA - Indústrias Reunidas Santa Maria	Extração e beneficiamento de óleo de caroço de algodão.
ITASA - Indústria Alimentícias Itacolomy ⁶⁹	Leite em pó e manteiga.
MATSULFUR - Companhia de Materiais Sulfurosos	Fabricação de cimento <i>Portland</i> .
MECA - Mercantil Indústrias Mecânicas	Implementos rodoviários para veículos de carga, caixas d'água, etc.
METALMOC - Metalúrgica Montes Claros	Porcas e parafusos.
Metalúrgica Santa Rosa de Minas	Acessórios para andaimes tubulares e dispositivos para fixação de trilhos ferroviários.
MNM - Metalúrgica Norte de Minas	Porcas e parafusos.
PASSONORTE	Calçados de couro.
PETROGAR - Implementos Agrícolas	Implementos agrícolas, rodoviários e florestais.
PRINLAKS - Indústria Produtora de Oleaginosos Montes Claros	Beneficiamento de óleos vegetais.
QUARTZIL Informática	Microcomputadores.
SIOM - Indústria de Instrumentos de Óptica e Mecânica. ⁷⁰	Instrumentos ópticos (medidores de nível, microscópio, óculos etc.).
SOMAI Nordeste ⁷¹	Produção de ovos.
TOK S.A. Manufatura de Roupas	Produção de calças em tecidos de algodão (jeans).
TRANSIT Semicondutores	Componentes eletrônicos.
VALLÉE Nordeste	Vacinas para uso veterinário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de OLIVEIRA,1983, p.173-174.

⁶⁶ Capital brasileiro e francês.⁶⁷ Em 2018, a DENVER comemorou 50 anos de sua criação.⁶⁸ Subsidiária da japonesa Fuji Electric CO.⁶⁹ Pertencente ao grupo NESTLÉ essa unidade fabril se dedica à produção de leite condensado. Recentemente, foi ampliada e passou a produzir cápsulas de café.⁷⁰ Origem francesa.⁷¹ Com uma produção diária de mais de 2.000.000 de ovos, a SOMAI emprega 500 funcionários. Recentemente, inaugurou sua filial em Uberlândia/MG para produzir ovos processados.

2.6 Um panorama no início da década de 1980

A partir da segunda metade da década de 1960, a SUDENE foi responsável pelo financiamento dos principais empreendimentos industriais na RMNe, concentrados, principalmente, em Montes Claros. Os expressivos resultados econômicos da economia nacional, que duraram até o final da década de 1970, foram também percebidos na economia local. No entanto, a crise econômica que assolou a América Latina a partir de 1980 fez com que muitos empreendimentos fossem repensados, inclusive com casos de projetos abortados.

Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como “a década perdida”, no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores.

Em 1983, a Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas (SUDENOR), criada como SUDEMINAS⁷², mas com a mesma denominação e atribuições, informava que, desde o início da atuação da SUDENE, apenas dois projetos operavam com 100% de suas respectivas capacidades instaladas⁷³.

⁷² Lei estadual nº 10.023 de 23 de agosto de 1966 e pelo decreto nº 18.064 publicado em 24 de agosto de 1966. Dez anos depois, muda sua denominação para SUDENOR, mantendo o significado.

⁷³ Relatório elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP), em novembro de 1983, a pedido da SUDENOR, intitulado “Aspectos da industrialização do município de Montes Claros com incentivos da SUDENE”. O documento abrangeu o Município de Montes Claros, onde foram pesquisados 30 projetos dos 39 aprovados pela SUDENE, desde a criação do antigo mecanismo de crédito fiscal dos antigos 34/18 até julho de 1983, dentro da nova sistemática do FINOR (instituído a partir de dezembro de 1974). Disponível em < <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2718/1/FJP07-000332.pdf> > Acesso em 08 mar. 2019.

QUADRO 2

Situação operacional dos projetos instalados em Montes Claros apoiados pela SUDENE, em 1983.

SETOR	QUANT.	STATUS	UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
		Em operação	100%
		Em operação	86%
		Em operação	70%
Alimentício	7	Em operação	67%
		Em operação	50%
		Paralisado	---
		Não entrou em funcionamento	---
Minerais Não Metálicos	1	Em operação	63%
Couros e Peles	1	Em operação	86%
Diversos	1	Em operação	60%
Perfumaria, Sabão e Velas	1	Em operação	38%
		Em operação	65%
Metalúrgico	3	Em operação	28%
		Paralisado	---
		Em operação	78%
Têxtil	4	Em implantação	---
		Em implantação	---
		Em implantação	---
		Em operação	40%
Material Elétrico e Comunicação	3	Em operação	50%
		Paralisado	---
		Em operação	100%
Farmacêutico e Veterinário	2	Em operação	72%
		Em operação	41%
Mecânico	2	Em implantação	---
Vestuário, Calçados, Artefatos e Tecidos	2	Em operação	75%
		Paralisado	---
Químico	1	Em implantação	---
Editorial e Gráfica	1	Transferido	---
Transportes	1	Paralisado	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SUDENOR (1983).

Segundo a SUDENOR, até a primeira metade de 1983, havia 176 projetos agropecuários e industriais aprovados pela SUDENE para a AMS. As cidades que foram mais contempladas com projetos agropecuários foram Janaúba e Manga, com dez projetos cada; Buritizeiro e Itacarambi, com nove empreendimentos; e Varzelândia, com oito projetos. Já no segmento industrial, Montes Claros, com quarenta e cinco projetos, foi a mais beneficiada. Pirapora, contemplada com vinte projetos e Várzea da Palma com cinco, também se destacam nesse cenário. Bocaiúva com dois projetos e outras oito cidades com um empreendimento cada uma completam a lista.

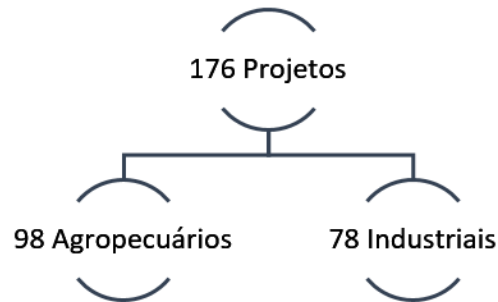


FIGURA 7 - Distribuição dos projetos aprovados pela SUDENE para a AMS, até 07/1983
 Fonte: Elaborada pelo autor a partir de SUDENOR (1983).

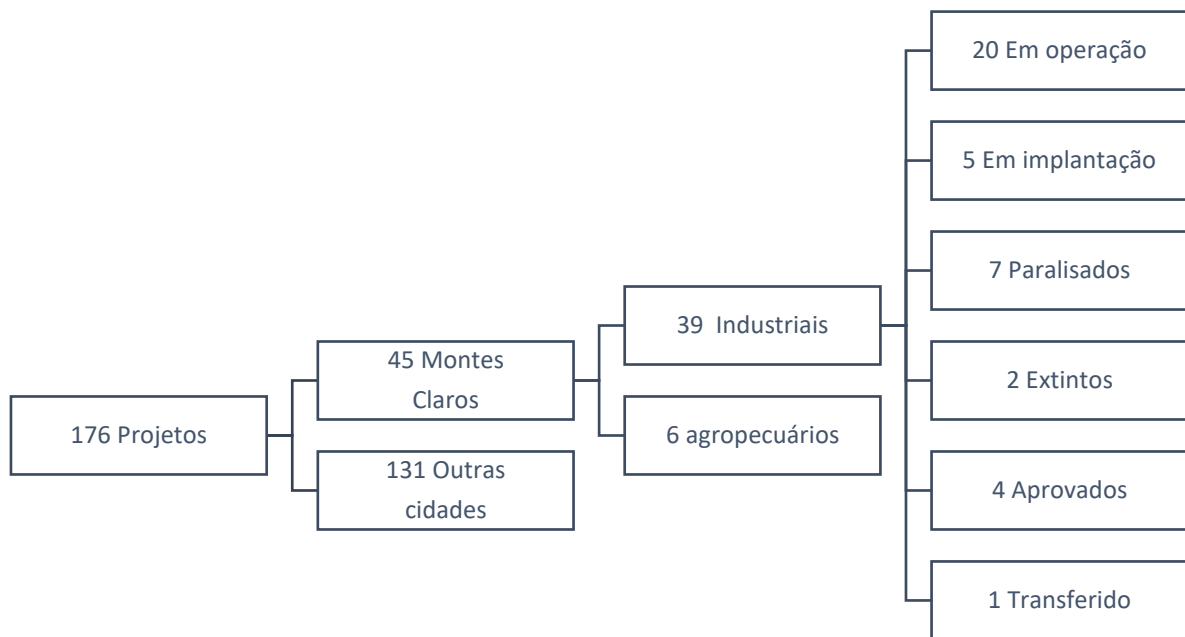


FIGURA 8 – Projetos industriais aprovados pela SUDENE para Montes Claros, até 07/1983
 Fonte: Elaborada pelo autor a partir de SUDENOR (1983).

Nesse relatório, foram identificados projetos paralisados (Companhia de Telecomunicações de Montes Claros, Indústrias Reunidas Santa Maria – IRSAMASA, Companhia Mineira de Doces e laticínios, Indústria Metalúrgica Montes Claros, TRANSIT Semicondutores S.A., TOK S.A. Manufatura de Roupas e ALMEC Industrias Mecânicas S.A); projetos aprovados, mas que não iniciaram a implantação (Cinemas, Hotéis e Incorporações – CIOSA, Fischer Nordeste; Comercial Calças – CIC; Alpargatas Montes Claros – ALMOC); e um projeto transferido para o estado da Bahia (Artes Gráficas de Precisão – AGAPRESS).

2.7 A industrialização de Montes Claros e a geração de empregos

Por conseguinte, de acordo com o levantamento da SUDENOR, compilado por Braga, (2008, p. 107), os empreendimentos industriais instalados ou em fase de implantação em Montes Claros, apoiados pela SUDENE até a metade de 1983, projetavam um total de 9.726 postos de trabalho. Essa análise, em números absolutos, mostrou a evolução (ou involução, em muitos casos) dos empregos gerados ao longo de seis anos.

Buscou-se, então, apresentar esses mesmos dados relativizando-os, a partir do número de empregos previstos no projeto original do empreendimento. Assim, agrupando as empresas MECA, SIOM e ALMEC, entre os anos 1978 e 1983, percebe-se que a primeira agregou 46% mais empregos do que era previsto (120), até que, a partir de 1981, passou a trabalhar apenas com 4% do seu quadro nominal, momento que coincide com o encerramento de suas atividades produtivas; ao contrário das outras duas empresas que mantiveram sua equipe de funcionários relativamente estável no período, mas muito aquém dos empregos previstos em projeto⁷⁴, como pode ser analisado no GRÁF. 1.

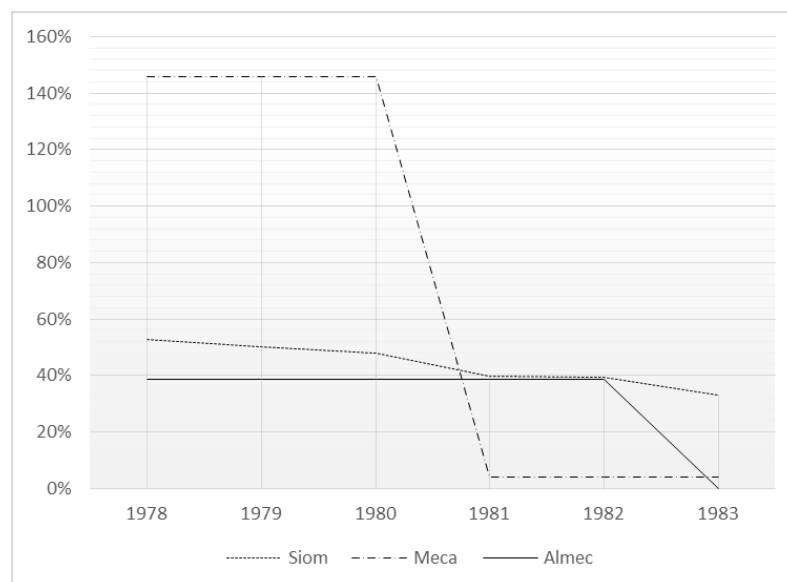


GRÁFICO 1 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Mecânica)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

⁷⁴ A SIOM havia previsto a geração de 448 empregos diretos, enquanto a ALMEC chegaria a 1505 postos de trabalho.

No setor de vestuário e calçados (GRÁF. 2), a PASSONORTE previa a geração de 400 empregos, mas alcançou, no máximo, 55% do previsto em 1982. A TOK, por outro lado, prometia empregar 1135 profissionais. Nos primeiros três anos da análise, trabalhou com 681 funcionários, mas encerrou suas atividades a partir de 1981.

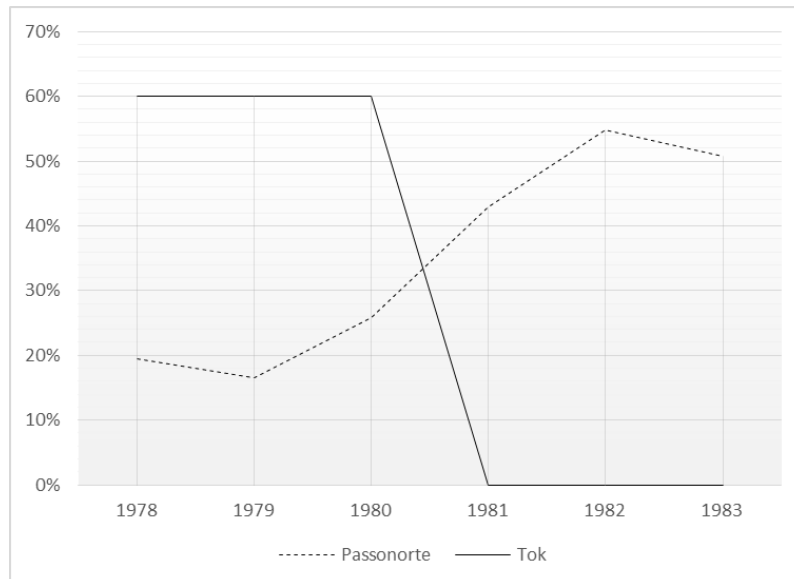


GRÁFICO 2 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Vestuário e Calçados)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

No setor eletroeletrônico, apenas a QUARTZIL estava em operação. Com uma previsão inicial de geração de 150 empregos diretos, chegou a 58 funcionários no último ano analisado (GRÁF. 3). Quanto à Fuji Electric Nordeste – FUJINOR, o projeto estava em fase de implantação; essa empresa veio substituir o projeto abortado de implantação da indústria de aparelhos eletrônicos (televisores) Harmonia Eletrônica S.A. Quanto à TRANSIT, por outro lado, já estava encerrando suas atividades nesse período.

Na década de 1970 surgiu o primeiro empreendimento brasileiro na indústria de semicondutores, a Transit. A empresa foi fundada em 1971 por Hindemburgo Pereira Diniz e Ricardo José de Freitas e contava com a participação do BNDES e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Telebrás. A fábrica foi inaugurada em 1974 e pretendia produzir circuitos integrados com tecnologia nacional desenvolvida pelo Laboratório de Microeletrônica da USP. [...] Em 1978, a Transit dominou a técnica de difusão do silício em escala industrial, mas paralisou suas operações dois anos depois (FILIPPIN, 2016, p. 92).

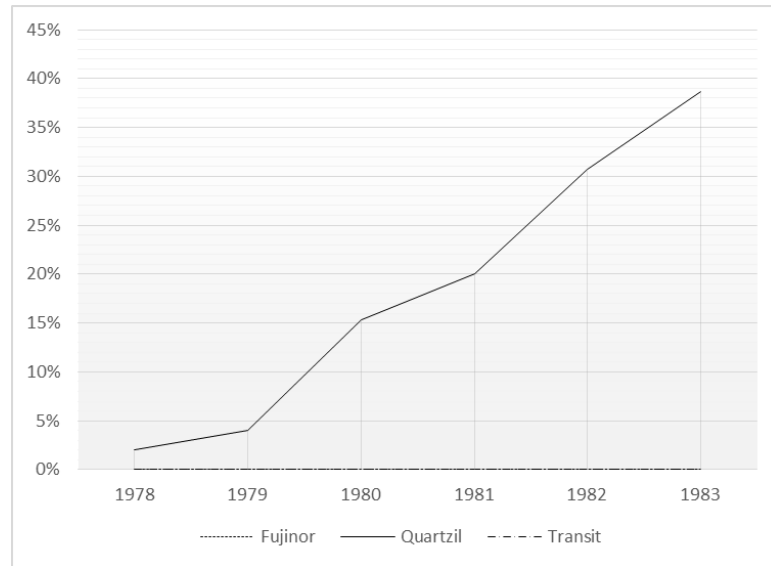


GRÁFICO 3 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Eletroeletrônico)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

No setor de alimentos, o grande destaque é a SOMAI que, em seis anos, conseguiu dobrar o número de postos de trabalho previsto inicialmente (235). Todos os outros empreendimentos tiveram uma involução no decorrer do período analisado. A Interpastil, com 102 empregos previstos, também teve um bom desempenho, principalmente no triênio de 1979 a 1981. A Itasa teve um desempenho razoável, se comparado com os 240 postos de trabalho projetados (GRÁF. 4).

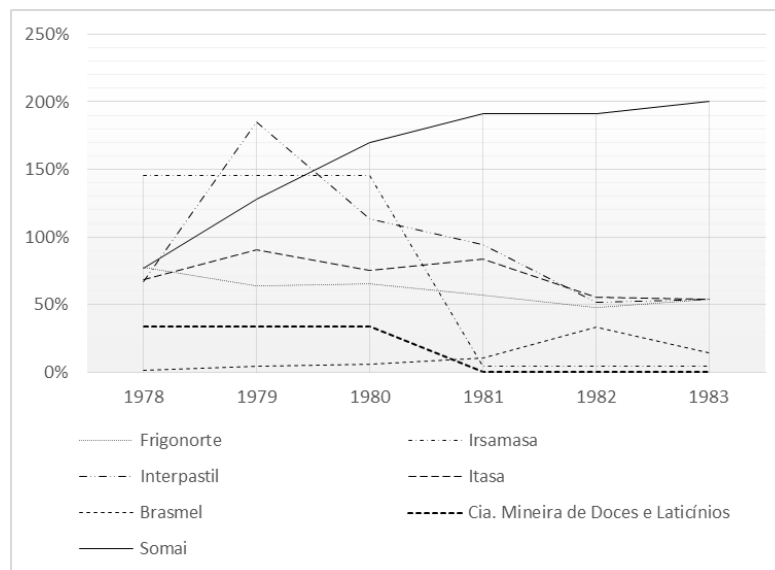


GRÁFICO 4 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Alimentos)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

No período analisado, o setor farmacêutico tem a VALLÉE Nordeste em fase de implantação, com uma meta de 358 postos de trabalho. A BIOBRÁS, que tinha uma previsão de empregar 149 profissionais, operou de 1978 a 1980 com mais de 400 funcionários. Mesmo com a redução percebida a partir de 1981, ainda ficou com um quadro de pessoal superior ao dobro do projeto original (GRÁF. 5).

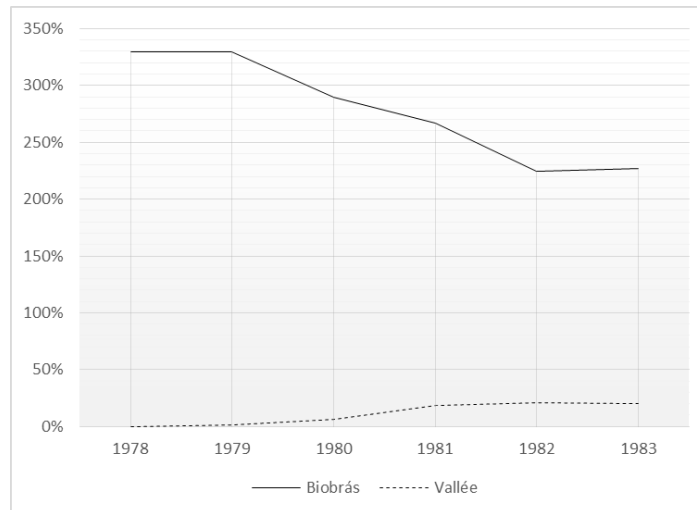


GRÁFICO 5 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Farmacêutico)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

Até 1983, limite superior do estudo, apenas a COTEMINAS operava. E como pode ser visto, desde o início se posicionou como grande empregador (nos projetos iniciais eram previstas 626 vagas para a COTEMINAS, 1012 para a COTENOR, 409 para A SANTA HELENA e 284 postos de trabalho para a Têxtil PACULDINO) (GRÁF.6).

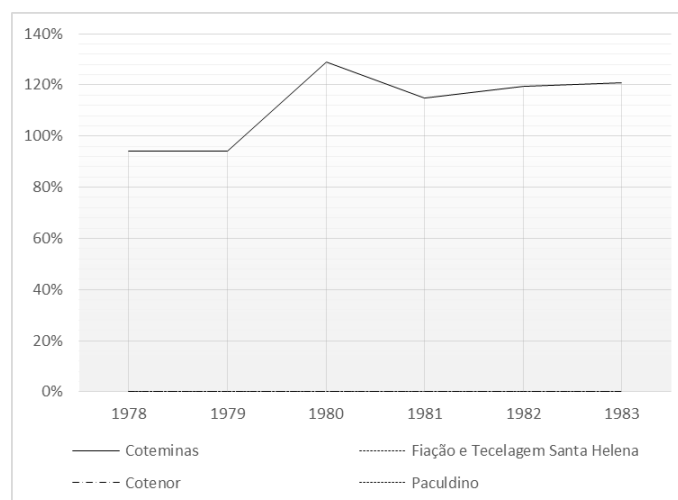


GRÁFICO 6 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Têxtil).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

No setor metalúrgico (GRÁF. 7), a DENVER esteve, em todo o período analisado, muito abaixo do número de vagas especificado em seu projeto inicial (138), contudo, mantém suas operações até os dias atuais. A Metalúrgica Norte de Minas consolidou-se como fornecedora de componentes de fixação para a indústria automobilística, mantendo uma equipe de funcionários superior ao dobro do projeto inicial (55). Com relação à Metalúrgica Montes Claros, de uma previsão inicial de 44 postos de trabalho, operou com 88 funcionários no período de 1978 a 1982, quando então, entra em crise.

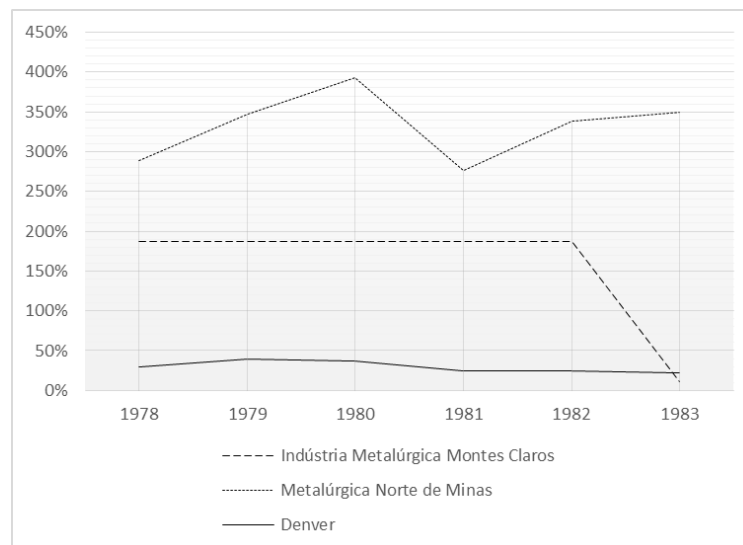


GRÁFICO 7 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Metalurgia).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

Na última análise, fez-se um agrupamento das outras grandes empresas (GRÁF. 8), mas pertencentes a diferentes segmentos. A cimenteira MATSULFUR, do segmento de Minerais não Metálicos, a indústria gráfica AGAPRESS e a CEDROMINAS, no segmento de Perfumaria, Sabão e Velas. Quanto à AGAPRESS, a empresa trabalhou nos dois primeiros anos do período analisado com 200 funcionários, 30 a mais do que havia previsto em seu projeto inicial; posteriormente, inicia-se o processo de transferência de suas instalações para o estado baiano. A CEDROMINAS entra em operação em 1982 e permanece até o ano seguinte com 40 funcionários, menos da metade dos 85 previstos. A MATSULFUR, por sua vez, foi projetada para ser operada com 330 funcionários, superou esse número nos três últimos anos do período analisado.

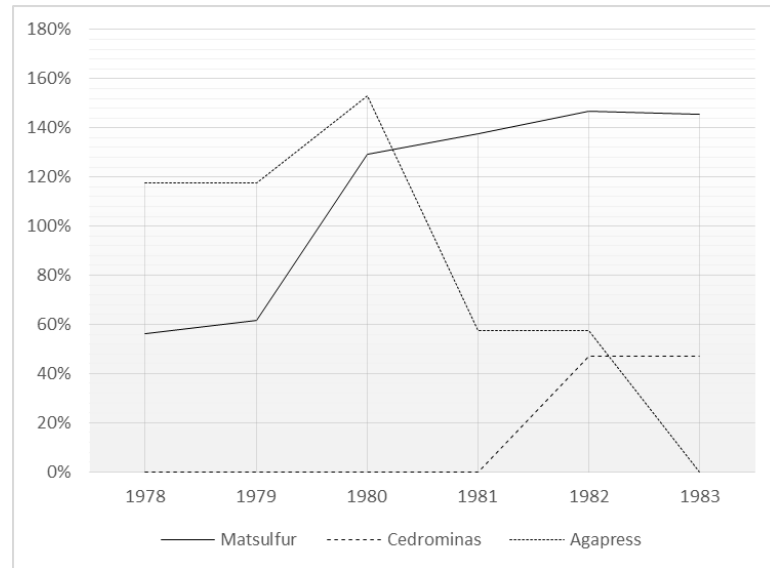


GRÁFICO 8 - Relação entre o emprego existente e o previsto no projeto SUDENE (Diversos)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

Por fim, teve-se um panorama global que demonstrou uma evolução na ocupação dos postos de trabalho, atingindo os maiores patamares entre 1979 e 1980; depois inicia-se um processo de involução, como demonstrado no QUADRO 3.

QUADRO 3

Nº global de empregos gerados pelas principais empresas industriais de Montes Claros

PERÍODO	PROJETO SUDENE	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Nº empregos	9726	4839	5261	5660	4361	4319	3575
	100%	50%	54%	58%	45%	44%	37%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRAGA, 2008, p.107.

Certamente esse cenário se constitui em um terreno fértil para discussões a respeito dos efeitos dessa política pública sobre o desenvolvimento social e econômico da região. Mas, não se pode negar que, em números absolutos, foram milhares de empregos gerados e, com certeza, pelas características dos empreendimentos instalados em Montes Claros em oposição ao perfil histórico da população local – tradicionalmente voltado para atividades rurais e comerciais –, a formação de mão de obra especializada foi decisiva.

CAPÍTULO III

3 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Atualmente, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a educação profissional brasileira conta com um portfólio de 277 cursos técnicos de nível médio, distribuídos em diferentes eixos tecnológicos e inúmeros cursos de curta duração, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores. O país possui uma rede nacional de Institutos Federais de Educação Tecnológica, com as unidades do “Sistema S”, como o SENAI e SENAC, e uma gama de instituições privadas dedicadas a esse fim.

No entanto, foi um longo caminho percorrido para se chegar a esse patamar. Desde os tempos coloniais, com processos de uma indústria açucareira que demandava uma mão de obra com poucas qualificações, às diferentes fases da industrialização registradas na história do Brasil, a educação profissional foi-se adequando à luz da legislação vigente. Desse modo, este capítulo tem o propósito de trazer essa linha de desenvolvimento, para que se possa entender o contexto de criação da Escola Técnica.

3.1 Período colonial, vinda da família Real e as primeiras iniciativas voltadas para a educação no Brasil

Durante o período colonial, a estrutura econômica do Brasil era formada pelos latifúndios, normalmente dedicados à monocultura, como a cana-de-açúcar. Utilizavam por padrão mão de obra escrava, formada seja por índios nativos, seja por negros trazidos do continente africano. De um modo geral, essa agroindústria era pouco intensiva em tecnologia. Com processos manufatureiros, demandava uma mão de obra pouco especializada. Pela pouca complexidade de seus processos produtivos, as práticas educativas aconteciam informalmente, no próprio local de trabalho, e limitavam-se aos procedimentos necessários para executarem as operações daquela indústria (MANFREDI, 2002, p. 67–69).

Posteriormente, surgem os primeiros colégios e residências dos jesuítas e, com eles, os primeiros centros de formação de artesãos e outros ofícios. Nesses ambientes era trabalhada

a formação de carpinteiros, ferreiros, oleiros, fiadores e tecelões, pedreiros etc. Porém, como o recrutamento de fiéis e servidores não era menos importante para a Ordem, suas principais ações educacionais eram dirigidas para outro público, voltado para os homens das classes dominantes que iriam gerir os negócios de suas famílias. Esse cenário durou até meados de 1759, quando o Marquês de Pombal liderou a marcha que expulsou a Ordem Jesuíta do Brasil, anulando a estrutura de ensino vigente até então (MANFREDI, 2002, p. 67–69).

Em 1808, com a chegada de Dom João VI, o Brasil deixa de ser colônia para ser sede da Coroa portuguesa. Com efeito, tem-se a criação das primeiras instituições de ensino, mas voltadas para os cursos superiores. Naquele ano, foram criadas a Academia da Marinha e as Cadeiras de Anatomia e Cirurgia. Em 1810, surgiu a Academia Real Militar. Da mesma forma, quatro anos depois, foi criado o curso de Agricultura. Em 1818, o Rio de Janeiro já contaria com o curso de Desenho Técnico e, em 1820, entrava em funcionamento a Academia de Artes.

Com o Brasil independente de Portugal, em 1837, o Império cria o Colégio Pedro II⁷⁵, com foco no ensino propedêutico destinado às elites, que conferia a seus egressos o título de Bacharel em Letras, além de habilitá-los para a entrada no curso superior sem exames adicionais. Nesse período, os liceus de artes e ofícios, as entidades filantrópicas privadas e as academias militares, tanto do Exército como da Marinha, eram responsáveis pela educação profissional, destinada ao atendimento “dos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos” (MANFREDI, 2002, p. 74-76).

Na sequência, como uma das estratégias utilizadas para comemorar a vitória na Guerra do Paraguai e para atender a esse referido “público-alvo”, são criadas, em várias capitais provinciais, as “Casas de Educandos Artífices”, para dar formação nas áreas gráficas, com tipografia e encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. No mesmo sentido, a sociedade civil criava os “Liceus de Artes e Ofícios”, mantidos pelas doações das suas elites.

⁷⁵ O Bispo D. Antônio de Guadalupe criou, em 1739, o Colégio dos Órfãos de São Pedro. Em 1766, ele passa a ser chamado de Seminário de São Joaquim, até que em 02 de dezembro de 1837 recebe a denominação de Colégio Pedro II em homenagem ao imperador que, naquele ano, completava 12 anos.

QUADRO 4
Instituições de educação profissional criadas nos tempos do Império

PROVÍNCIA	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	
		CASAS DE EDUCANDOS ARTÍFICES	LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS
Grão-Pará	Belém	1840	
Maranhão	São Luís	1842	
São Paulo	São Paulo	1844	1882
Piauí	Oeiras ⁷⁶	1849	
Alagoas	Maceió	1854	1884
Ceará	Fortaleza	1856	
Sergipe	Aracaju	1856	
Amazonas	Manaus	1858	
São Sebastião do Rio de Janeiro	Niterói		1858
Rio Grande do Norte	Natal	1859	
Paraíba	Paraíba	1865	
Bahia	São Salvador		1872
Minas Gerais	Vila Rica		1886
Pernambuco	Recife		1880

Fonte: Adaptado de MANFREDI, 2002, p.4.

Concomitante à criação dos Liceus de Artes e Ofícios e das Casas de Educandos Artífices, o Império promovia a instalação de cursos para a formação de bacharéis, destinados às elites sociais e econômicas da época, que viam no título outorgado pelo diploma acadêmico uma forma de aproximação com a nobreza. “A supervalorização de tal atributo é herdada de nossos colonizadores portugueses que legitimavam o poder através dos títulos nobiliárquicos de barão, visconde, conde, marquês e duque e, na falta destes, dos acadêmicos de bacharel e de doutor.” (CRUZ; MARTINS, 2006, p. 3).

3.2 Educação profissional na Primeira República

A Constituição Federal de 1891, promulgada a partir da Proclamação da República, dois anos antes, em seu artigo 35, nos itens 2º, 3º e 4º, delegou ao governo federal o dever de

⁷⁶ A cidade de Teresina se tornaria capital provincial a partir de 1852.

“animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio” e “criar instituições de ensino superior”. O Distrito Federal e os estados, desde esse período não mais denominados províncias, detêm a responsabilidade do ensino secundário. Segundo Manfredi (2002, p. 79-80), os estados começaram a instituir as redes de escolas profissionalizantes, geralmente escolas normais, destinadas ao público feminino, e escolas técnicas para os rapazes.

No Século XX, o mineiro Afonso Pena⁷⁷, Presidente da República, sancionou o decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, que criou o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. O novo ministério assume, conforme previsto em seu artigo 2º, a responsabilidade pelo ensino profissionalizante no país. Na sequência, com o falecimento de Afonso Pena (1909), toma posse o seu vice-presidente, Nilo Peçanha⁷⁸. Mantendo a linha do seu antecessor e demonstrando reconhecer a importância da educação profissional para o desenvolvimento do país, o novo presidente sanciona o decreto nº 7.566, em 23 de setembro de 1909, criando as Escolas de Aprendizes Artífices em, praticamente, todos os estados da federação, como pode ser observado no QUADRO 5.

Nesse primeiro momento, o governo federal não contemplou o estado do Rio Grande do Sul que já contava, naquela época, com o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, tomando como base o artigo 17 do referido decreto 7.763:

Uma vez que em um Estado da Republica exista um estabelecimento, do tipo das escolas de que trata o presente decreto, custeado ou subvencionado pelo respectivo Estado, o Governo Federal poderá deixar de instalar ali a escola de aprendizes artífices, auxiliando o estabelecimento estadual com uma subvenção igual a quota destinada a instalação e custeio de cada escola (BRASIL, 1909).

Do mesmo modo, na relação de escolas criadas pelo Presidente Nilo Peçanha, chama a atenção o fato de a cidade de Campos ser a sede do educandário e não a capital fluminense, como aconteceu nos demais estados. Isso aconteceu devido às divergências políticas entre os líderes do executivo federal e do estadual que inviabilizaram a instalação da escola na cidade do Rio de Janeiro, motivando, assim, Nilo Peçanha articular para que fosse então instalada em Campos, sua cidade natal (SOARES, 1982, p. 60).

⁷⁷ O Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena governou o Brasil de 1906 a 1909.

⁷⁸ Nilo Procópio Peçanha, foi eleito vice-presidente do Brasil na chapa liderada por Afonso Pena. Assume o Executivo nacional em 1909, com a morte de Afonso Pena, cumprindo o mandato até 1910, como previsto pela legislação vigente.

QUADRO 5
Escolas de Aprendizizes e Artífices criadas em 1909

ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES	DATAS DE INAUGURAÇÃO
Do Piauí	1º de janeiro de 1910
De Goiás	1º de janeiro de 1910
De Mato Grosso	1º de janeiro de 1910
Do Rio Grande do Norte	3 de janeiro de 1910
Da Paraíba	6 de janeiro de 1910
Do Maranhão	16 de janeiro de 1910
Do Paraná	16 de janeiro de 1910
De Alagoas	21 de janeiro de 1910
De Campos (RJ)	23 de janeiro de 1910
De Pernambuco	16 de fevereiro de 1910
Do Espírito Santo	24 de fevereiro de 1910
De São Paulo	24 de fevereiro de 1910
De Sergipe	1º de maio de 1910
Do Ceará	24 de maio de 1910
Da Bahia	2 de junho de 1910
Do Pará	1º de agosto de 1910
De Santa Catarina	1º de setembro de 1910
De Minas Gerais	8 de setembro de 1910
Do Amazonas	1º de outubro de 1910

Fonte: SOARES, 1982, p. 59.

Assim, seguindo o modelo de educação profissional francês⁷⁹, o decreto 7.763/09 trouxe em seu artigo 2º, o direcionamento educacional para as novas instituições.

Nas escolas de aprendizes artífices custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos

⁷⁹ Com a Revolução Industrial, surgem no continente europeu três modelos distintos para a formação de trabalhadores: (i) liberal Inglês: nesse modelo, o foco era na aprendizagem na própria empresa. Com a escassez de mão de obra, esse sistema incorporou a cultura dos “aprendizes”, com o recrutamento de crianças, para serem qualificadas no interior das indústrias. Com a tradição de uma economia liberal, a relação entre as partes não sofria a interferência governamental. Por padrão, a aprendizagem industrial era constituída pela repetição de tarefas manuais e empregava cada vez mais pessoas, fazendo com que surgissem as escolas noturnas; (ii) estatal francês: o sistema de ensino estatal francês, criado a partir da Revolução Francesa provocou uma transformação da formação profissional do país, criando as Escolas de Artes e Ofícios (*Écoles d'Arts et Métiers*), as Escolas Nacionais Profissionais (*Écoles Nationales Professionnelles*) e as Escolas Práticas (*Écoles Pratiques*). Diferente do modelo liberal inglês, as relações sociais e de trabalho eram reguladas por leis específicas; e (iii) o modelo dual: criado na Alemanha, esse sistema prevê a formação compartilhada, onde parte da formação acontece na escola e complementada pela aprendizagem na empresa. Nesse sistema a iniciativa privada tinha a autonomia sobre as relações, mas à luz do controle judicial (GOMES, 2015, p.13).

técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias ao Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (BRASIL, 1909).

Com relação ao público-alvo, o artigo 6º do mesmo decreto definiu como critérios para ingresso nessas escolas; (a) idade entre 10 e 13 anos; (b) não ser portador de doenças infectocontagiosas; e (c) não apresentarem deficiências físicas que os inabilitem para a “aprendizagem do ofício”. O *caput* do artigo também elucida: “preferidos os desfavorecidos da fortuna”.

Na capital mineira, a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais foi instalada na avenida Afonso Pena, no centro da cidade. A instituição oferecia ensino primário profissionalizante para crianças carentes, como artesanato, serralheria, sapataria, ourivesaria, marcenaria e carpintaria.

Posteriormente, com a posse do novo Presidente da República, o gaúcho Hermes da Fonseca⁸⁰, é sancionado o decreto nº 9.070 de 25 de outubro de 1911 que deu um novo regulamento às Escolas de Aprendizes e Artífices. No artigo 45, "Fica mantido como Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Sul o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, enquanto não for estabelecida a escola da União".

Na sequência, em 1917, surge a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz⁸¹, que recebeu o nome do então Presidente da República. Experiência única, era uma escola normal para homens. Seu propósito era formar mestres e contramestres para atuarem como instrutores nas escolas profissionalizantes criadas pelo presidente anterior.

O modelo educacional que, de certa forma, vigorou durante a Primeira República foi edificado sob a herança do período colonial, inclusive sob suas mazelas, como descreveu Alessandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi.

Zombando, do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofô”. Mofadas e superadas estariam ideias e práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. –, a má formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do velho mestre-escola (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 35).

Essa tradição de destinação dos programas de formação para o trabalho aos “menos favorecidos” e de escolas tradicionais de base propedêutica para os mais abastados se constituía,

⁸⁰ Hermes Rodrigues da Fonseca foi Presidente do Brasil no período compreendido entre 1910 e 1914.

⁸¹ Criada a partir do decreto 1880, de 11 de agosto de 1917.

de forma legal e oficial, um meio de garantir a segregação das diferentes classes sociais. “A legislação impedia a livre ascensão social das classes menos favorecidas economicamente, mantendo a educação propedêutica e a profissional em duas vias separadas, caracterizando a forte discriminação que o Estado assumia através de seus aparelhos.” (OTRANTO; PAMPLONA, 2008).

3.3 Era Vargas: avanços na educação para o trabalho

Com a crise econômica mundial, estabelecida a partir da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, o Brasil tem suas exportações severamente afetadas, principalmente do seu principal produto, o café. A instabilidade econômica afeta o ambiente político, momento em que as elites oligárquicas paulistas entram em desacordo com as mineiras. Rompia-se, nesse momento, a *Política do Café com Leite*, presente desde os tempos do Presidente Campos Sales (1898 a 1902). Com as eleições presidenciais do início de 1930, o paulista Júlio Prestes vence seu opositor, que teve o apoio dos mineiros, Getúlio Vargas.

No entanto, um golpe de estado leva Vargas ao poder e Prestes é exilado. Foi o início do chamado *Governo Provisório*, estabelecendo, assim, o fim da Primeira República. Tinha início a nova fase da história política brasileira, denominada *Nova República*, também conhecida como *Era Vargas*, que foi também responsável por incentivar a industrialização do país.

Quando Vargas ascendeu ao poder o processo de industrialização, apesar de incipiente, já estava em curso. Na verdade, esse processo iniciou-se em fins do século XIX, experimentando grande crescimento em 1914, quando os mercados europeus, que ainda supriam o País com manufaturas, fecharam em consequência da Primeira Guerra Mundial. A industrialização avançou rapidamente durante a década seguinte, quando as indústrias existentes experimentaram um crescimento extraordinário e muitas outras indústrias foram implantadas no País. O crescimento industrial foi interrompido em 1923, quando o produto industrial estagnou, refletindo o fraco desempenho de praticamente todos os setores produtivos, mas especialmente do setor têxtil. No início do governo Vargas a indústria manufatureira era dominada pelos setores têxtil e de alimentos (ARVIN-RAD; WILLUMSEN; WITTE, 1997, p. 129-130).

A crise econômica de 1929 fez com que o governo federal assumisse uma postura de real protagonismo no enfrentamento dos novos desafios impostos. Com Vargas no poder, grandes ações de apoio à industrialização passam a ser implementadas.

Nesse sentido, consciente da importância da formação profissional para seus planos de industrialização, Vargas sanciona o decreto 19.402, de 14 de novembro de 1930, que criou os Ministérios da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio, deixando explícitas suas responsabilidades em seu artigo 5º.

Ficarão pertencendo ao novo ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamin Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, o Departamento de Saúde Pública, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar (BRASIL, 1930).

Também regulamenta a profissão de Contador, a partir da sanção do decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, mesmo dispositivo que estabelece parâmetros para a organização do ensino comercial, definindo uma estrutura propedêutica comum, precedente a um itinerário flexível, como pode ser notado no QUADRO 6.

QUADRO 6

Estrutura do curso propedêutico para o ensino comercial

DISCIPLINAS DA ETAPA PROPEDEÚTICA	
Português	Corografia ⁸² do Brasil
Francês	História da Civilização
Inglês	História do Brasil
Matemática	Noções de Física, Química e História Natural
Geografia	Caligrafia

Fonte: BRASIL, 1932.

Tal instrumento jurídico define, portanto, os vinte e sete cursos técnicos autorizados para funcionar, como opções para aqueles que desejassem ingressar no ensino comercial, conforme QUADRO 7.

⁸² Geografia.

QUADRO 7
Cursos técnicos previstos no ensino comercial

CURSOS TÉCNICOS		
Datilografia	Matemática financeira	Legislação de Seguros
Mecanografia	Cálculo atuarial	Contabilidade (noções preliminares)
Estenografia	Estatística	Contabilidade mercantil
Desenho	Economia Política e Finanças	Contabilidade industrial e agrícola
Francês comercial	Seminário econômico	Contabilidade bancária
Inglês Comercial	Direito constitucional e civil	Merceologia ⁸³ e tecnologia merceológica
Correspondência portuguesa, francesa e inglesa	Direito comercial	Técnica comercial e processos de propaganda
Geografia econômica	Prática do processo civil e comercial	História do comércio, indústria e agricultura
Matemática comercial	Legislação fiscal	Organização de escritórios.

Fonte: BRASIL, 1932.

A partir do Decreto 19.402, citado anteriormente, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico que assumia a supervisão das Escolas de Aprendizes Artífices. Posteriormente, em 1934, esse órgão é transformado em Superintendência do Ensino Profissional, tendo, como premissa, promover a instalação de novas escolas industriais e aumentar o portfólio das especializações já existentes.

Por conseguinte, durante a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública realizada em janeiro de 1937, ocorre a criação dos liceus dedicados à educação profissional, a partir das escolas de Artes e Ofícios já existentes⁸⁴.

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em liceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. [...] Novos liceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e graus, por todo o território do País (BRASIL, 1937a).

⁸³ Comercialização.

⁸⁴ Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas outorga a nova Constituição brasileira. A nova Carta Magna trazia, de forma explícita no artigo 129, a educação profissional e industrial.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937b).

Com a nova Carta Magna, a educação profissional mantém seu estereótipo: “destinado às classes menos favorecidas”, mas, inegavelmente, foi decisiva para as reformas educacionais que a sucederam, mais conhecidas como “Reforma Capanema”.

3.4 Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946

Em 26 de julho de 1934, Getúlio Vargas empossa o seu novo ministro da Educação e Saúde Pública, o advogado mineiro da cidade de Pitangui, Gustavo Capanema Filho. Mais conhecido pelo sobrenome, Capanema foi responsável pela edição de um conjunto de decretos-leis, equivalentes às atuais medidas provisórias, contendo as leis orgânicas do ensino industrial, do ensino secundário e do ensino comercial. Essas leis constituíram a chamada *Reforma Capanema*.

Na sequência, com a queda de Vargas e a consequente nomeação do governo provisório de José Linhares⁸⁵, toma posse no Ministério da Educação e Saúde Pública o médico Raul Leitão da Cunha. O novo ministro dá sequência às reformas iniciadas por Capanema e aprova as leis orgânicas do ensino primário e do ensino normal. A lei orgânica do ensino agrícola só foi aprovada em agosto de 1946, quando Eurico Gaspar Dutra era Presidente e nomeara o fazendeiro e escritor Manoel Neto Carneiro Campello Júnior para o referido Ministério.

⁸⁵ Com a queda de Getúlio Vargas, em 28 de outubro de 1945, o Presidente do Tribunal Superior Federal (STF), José Linhares, assume a Presidência da República no dia seguinte, em caráter provisório, cumprindo seu mandato até 31 de janeiro de 1946.

QUADRO 8
Leis orgânicas da educação brasileira

LEI ORGÂNICA	DESTINAÇÃO	DECRETO-LEI
Ensino Industrial	Organizou as bases para a preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.	4.073 de 30/01/1942; 8.680 de 15/01/1946.
Ensino Secundário	Organizou o ensino secundário, estruturando-o em dois ciclos: o primeiro com quatro anos de duração (ciclo ginásial) e o segundo com três anos (ciclo colegial).	4.244 de 09/04/1942.
Ensino Comercial	Estabeleceu as bases para organização do ensino comercial.	6.141 de 28/12/1943.
Ensino Primário	Organizou o ensino primário fundamental, para crianças de sete a doze anos, e primário supletivo, para adolescentes e adultos.	8.529 de 02/01/1946.
Ensino Normal	Regulamentou o ensino normal, como ramo de ensino do segundo grau.	8.530 de 02/01/1946.
Ensino Agrícola	Estabeleceu as bases da preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.	9.613 de 20/08/1946.

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado no QUADRO 5, foi intenso o surgimento de legislação pertinente à área da Educação em 1946. Contudo, a implantação desse conjunto de leis evidenciou o dualismo do sistema educacional brasileiro. A legislação que regulou a educação profissional de nível médio também limitou o itinerário formativo de nível superior. Dessa forma, o egresso de um curso técnico tinha o direito de ingressar em um curso de nível superior, desde que estivesse alinhado com a sua formação de nível médio. É o caso do inciso III do artigo 18 da Lei Orgânica do Ensino Industrial.

É assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento de ensino superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente (BRASIL, 1942a).

Por outro lado, os alunos egressos do ensino secundário gozavam do privilégio de escolher a formação de nível superior que melhor lhes atendesse, conforme prevê o item 3 do artigo 9º da Lei Orgânica do Ensino Médio.

Aos alunos que concluírem quer o curso clássico⁸⁶ quer o curso científico⁸⁷ mediante a prestação dos exames de licença será assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula (BRASIL, 1942b).

Somente no último mandato de Vargas (1951 a 1954) é que essa discrepância foi corrigida. A lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, foi publicada com o intuito dar um novo posicionamento sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Os cursos técnicos do ensino técnico industrial, agrícola e comercial foram abordados no inciso III do artigo 3º.

Terá direito à matrícula na primeira série de qualquer curso superior o candidato que, além de atender à exigência comum do exame vestibular e às peculiares a cada caso, houver concluído [...] um dos cursos técnicos do ensino comercial, industrial ou agrícola, com a duração mínima de três anos (BRASIL, 1953).

Ainda na gestão de Capanema (1934 a 1945), foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por meio do decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942c) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), por intermédio dos decretos-lei número 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946). Do mesmo modo, no mês seguinte à sanção desses atos, Vargas e Capanema elaboram o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial⁸⁸ e, logo em seguida, é editado o instrumento que definiu a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial⁸⁹, constituída por escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem.

3.4 Os tempos de JK

No início da segunda metade do século XX, o Brasil começou a viver um período de grandes transformações, sustentado, principalmente, pela expectativa da implantação do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (JK), que prometia transformar o Brasil-agrícola em um país industrializado.

⁸⁶ O curso clássico é estruturado para privilegiar a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas, conforme artigo 4º da Lei Orgânica do Ensino Secundário.

⁸⁷ O curso científico se caracteriza pela formação marcada por um estudo maior de ciências, conforme artigo 4º da Lei Orgânica do Ensino Secundário.

⁸⁸ Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942.

⁸⁹ Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

De acordo com Pereira (2001, p.1), “o desenvolvimento era apresentado pelo presidente e pela imprensa como remédio para os males econômicos brasileiros”. Sob esse argumento, o governo conquistava o apoio político e da opinião pública, indispensáveis para o prosseguimento de sua investida. O Plano de Metas, traçado por JK, contemplava um conjunto de propostas que, de forma sinérgica, deveria impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Previa investimentos em energia elétrica, energia nuclear, exploração de carvão mineral e petróleo; aparelhamento do sistema ferroviário, conservação e pavimentação de rodovias, construção e dragagem de portos, marinha mercante e incentivo ao transporte aeroviário; investimentos em siderurgia, produção de alumínio e de metais não ferrosos, indústria cimenteira e de produção de celulose, papel e borracha. Implantação da indústria automobilística, da construção naval, indústria mecânica, material elétrico etc. Criação e reaparelhamento de escolas agrícolas, industriais e de engenharia.

Com vistas a uma “nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura” o Presidente JK e o ministro da pasta, Clóvis Salgado da Gama, sancionam a lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Com base no artigo 5º dessa lei, é possível afirmar que, diferentemente de outros profissionais que se dedicavam a *práxis* de suas respectivas áreas de atuação, os egressos dos cursos técnicos deveriam apresentar competências que os colocassem como elos entre os profissionais de nível superior e o *chão de fábrica*. Pela primeira vez, o tratamento dado aos técnicos de nível médio não se limita às atividades repetitivas e de menor valor agregado.

Os cursos técnicos, de quatro ou mais séries, têm por objetivo assegurar a formação de técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores, ou para o exercício de profissões em que as aplicações tecnológicas exijam um profissional dessa graduação técnica. [...] esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola (BRASIL, 1959b).

Esse referido instrumento também foi responsável por transformar as Escolas Industriais e Técnicas, mantidas pelo Ministério da Educação e Cultura, em autarquias federais, com “autonomia didática, administrativa, técnica e financeira”, nos termos da lei.

3.5 A evolução das diretrizes e bases da educação nacional

A legislação que regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado, é denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

3.5.1 A primeira LDB

Em 20 de dezembro de 1961, o governo João Goulart promulgou a Lei Federal 4.024, fixando, pela primeira vez, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, com um texto que buscava descentralizar as competências da gestão educacional, até então convergentes para o poder central do governo federal. Tal legislação dividiu, mesmo que ainda timidamente, as atribuições do Ministério da Educação com estados e municípios. Essa lei garantiu, para os cursos técnicos industriais, a equivalência aos demais cursos secundários vigentes, inclusive com a possibilidade de acesso aos cursos superiores (SOUZA, 2010, p.32).

Do mesmo modo, em seu artigo 33, descreve que a "educação de grau médio, em prosseguimento à administrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente". Porém, na prática, a função propedêutica foi estimulada com o currículo diversificado na 3ª série do 2º grau, com vistas à preparação para os concursos vestibulares de acesso ao ensino superior e, por outro lado, os cursos técnicos tiveram seus currículos voltados para a qualificação profissional:

[o] ramo técnico-profissional manteve-se sem mudanças positivas em relação ao que era antes da Lei: um ensino com marcada predominância do caráter profissionalizante, apenas temperado por certa dose de educação geral diluída, não tanto no número de matérias, mas no padrão de ensino ou na fixação em disciplinas e programas mais relacionados com problemas técnicos (CURY; TAMBINI, 1982, p.20).

No período de vigência dessa primeira LDB, a educação brasileira foi estruturada em três níveis: (i) O *Ensino primário* com duração de quatro séries anuais e sequenciais (artigo 26); (ii) O *Ensino médio* que era constituído por dois ciclos distintos, sendo o primeiro, definido como *Ginásial*, com quatro séries anuais e o *Colegial*, que poderia ser o ensino secundário, de

caráter propedêutico ou a formação profissionalizante, seja nos cursos técnicos, seja nos cursos de formação de professores para a educação primária (artigo 34).

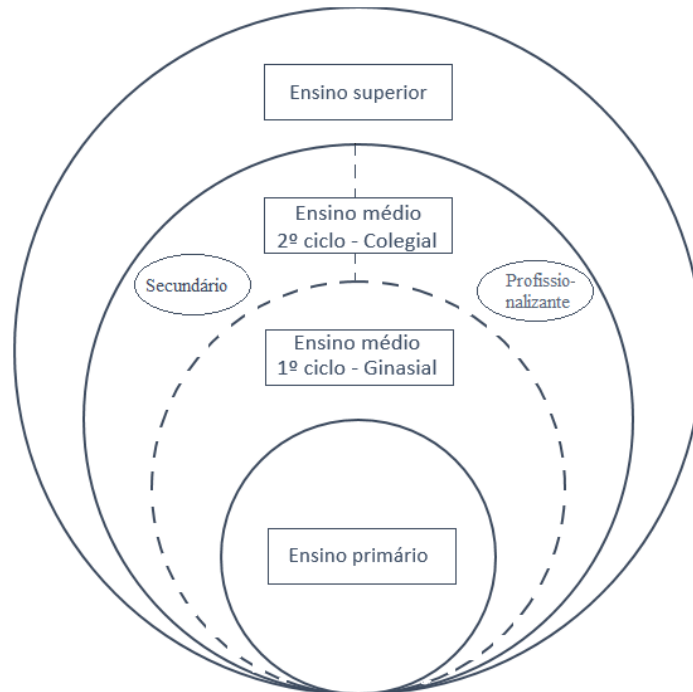


FIGURA 9 - Itinerários formativos previstos na lei 4.024/61
Fonte: Elaboração do autor.

De acordo com o artigo 45 da referida LDB, as instituições de ensino ofertantes dos cursos ginasiais deveriam trabalhar com até duas disciplinas “optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso”; aplicando-se também às duas primeiras séries dos cursos secundaristas, conforme o *caput* do artigo 46⁹⁰.

Ainda sob a égide da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o governo federal estruturou a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM), a partir do convênio de cooperação firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os Estados Unidos, por meio da *United States Agency for International Development (USAID)*⁹¹. O EPEM, por sua vez, foi mais tarde incorporado pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM)⁹² que criou os Ginásios Polivalentes (PEDROSA; BITTENCOURT JUNIOR, 2015, p. 12).

⁹⁰ Os parágrafos 1º e 2º desse artigo deixavam claro que a terceira série se destinava, exclusivamente, para a preparação do aluno para o ingresso nos cursos superiores.

⁹¹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

⁹² O Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968, aprova o "Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio" - PREMEM - com o objetivo especial de incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio.

Para Pedrosa e Bittencourt Junior (2015, p.12), “a escola polivalente seria o embrião da reforma da educação brasileira, cuja meta era promover integração entre educação e trabalho”, referindo-se aos princípios desse modelo e os preceitos da lei 5.692/71. Acrescentam que, embora tivesse um currículo recheado de experiências laborais, a proposta pedagógica dessas escolas não tinha o propósito de formação profissional, mas o de despertar a vocação para o trabalho.

A escola polivalente, baseada no modelo americano, foi projetada como propósito de educação para o trabalho, mas sem se confundir com educação profissional. Educação para o trabalho não se situava na dimensão dos ofícios e dos saberes profissionais ou dos saberes técnicos, mas, na formação de uma ética e de uma moral do trabalho, era estimuladora das vocações laborais e do gosto pelo trabalho, seja manual, industrial ou intelectual (PEDROSA; BITTENCOURT JUNIOR, 2015, p. 11).

Em Minas Gerais, a lei estadual nº 5.760, de 14 de setembro de 1971, em uma primeira fase, criou oito escolas dessa natureza, em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Divinópolis, Teófilo Otoni, Patos de Minas e Montes Claros. O Polivalente de Montes Claros foi instalado no bairro São Luiz, recebendo, atualmente, a denominação de Escola Estadual Professor Alcides de Carvalho.

3.5.2 A LDB de 1971

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 5.692/71, foi promulgada em 11 de agosto de 1971.

O contexto de elaboração da política de profissionalização do ensino de 2º grau teve início com as mudanças políticas de 1964. O novo esquema de poder contou com amplo apoio das camadas médias urbanas e adotou, como medida imediata de favorecimento de sua base de sustentação, o aumento de vagas nos cursos superiores. As camadas médias estavam fortemente representadas no contingente universitário, cujos componentes eram justamente aqueles que, cada vez mais, dependiam da educação de nível superior para ascender socialmente. Mas a política econômica implementada a partir de 1964 estreitou as possibilidades empresariais de ascensão para os indivíduos das camadas médias. Tornou-se cada vez mais difícil não só a abertura de novos negócios como também a acumulação de capital em pequenos estabelecimentos no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Assim, a ascensão ficava dependente da escalada nas burocracias públicas e privadas e para o que um diploma de nível superior tornava-se um requisito cada vez mais necessário, embora não suficiente (CUNHA, 2014, p. 918).

Para Souza (2010, p.33), o período compreendido entre 1969 e 1973, chamado de “milagre econômico”, registrou uma considerável valorização dos cursos técnicos, pela sua “extrema importância para a relação trabalho e educação”, uma vez que “o crescimento da economia e a expectativa do desenvolvimento industrial exigiam uma demanda de trabalhadores qualificados, especialmente em nível técnico”. Para Cury *et al.* (1982, p.6), esse desenvolvimento aconteceu “basicamente no setor secundário, principalmente no industrial urbano, o que contribuiu para acelerar o processo de urbanização, levando ao surgimento de várias regiões metropolitanas”.

Assim, a segunda versão da LDB, promulgada pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, teve como pressupostos a interação satisfatória entre escola-empresa e a carência de técnicos de nível médio do país, que era reconhecida por todos. Do mesmo modo, consideravam que as empresas valorizavam a educação formal de seus trabalhadores e trabalhavam com a possibilidade de se criarem parâmetros curriculares nacionais, o quais deveriam ser capazes “não só de integrar o desenvolvimento intelectual do adolescente com sua formação profissional”, mas também de prover condições do ser humano de forma holística (*Ibid.*).

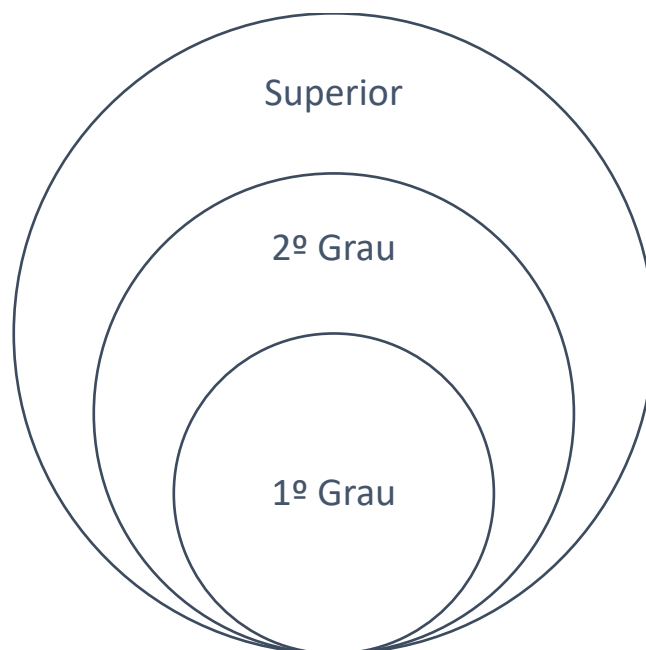


FIGURA 10 - Organização do sistema educacional brasileiro, segundo a lei 5.692/71
Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar esses pressupostos em conjunto com as políticas educacionais anteriores, Cury *et al.* (1982, p.6) comparam as funções propedêuticas, intrínsecas do sistema de ensino, e as proposições apresentadas para a formação profissional, agora formalmente

presentes na base curricular do 2º grau. Destacam também uma tendência de reduzir a frequente contraposição entre as abordagens humanistas e profissionalizantes, normalmente e, principalmente, percebida até a primeira versão da LDB. Concluem que: “o maior prestígio dos cursos superiores ligados à ciência e à tecnologia mostra que a oposição é, explicitamente, entre as tarefas de decisão e de execução, configurando a forma de divisão do trabalho, característica da grande empresa moderna”. Direcionava-se, assim, o currículo dos cursos técnicos de nível médio para uma formação mais pragmática, com vistas ao atendimento de demandas efetivas de uma economia brasileira que se mostrava, naquele momento, com grandes níveis de crescimento econômico, dado o processo de industrialização em curso.

Com a nova redação, o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino médio (‘ginasial’), previstos na LDB anterior, passaram a ser denominados *1º Grau*, com um total de 8 séries anuais (conforme artigo 18). Do mesmo modo, o segundo ciclo do ensino médio passa a ser denominado *2º Grau*.

Por determinação dessa lei, o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico fundiram-se. Todas as escolas deveriam oferecer somente cursos profissionais – então chamados de profissionalizantes – destinados a formar técnicos e auxiliares técnicos para as mais diversas atividades econômicas. Os cursos exclusivamente propedêuticos, como o antigo colegial (clássico e científico), não teriam mais lugar nesse nível de ensino. [...] As escolas técnicas, notadamente as industriais, obtiveram grande prestígio, pela qualidade dos cursos, pela empregabilidade dos concluintes e pelo sucesso dos egressos nos exames vestibulares. Assim, não foi surpresa que elas se transformassem nos modelos sempre evocados na reforma de todo o 2º ciclo do ensino médio (CUNHA, 2014, p. 914-917).

De acordo com o artigo 4º dessa nova LDB, as escolas de 1º e 2º graus passaram a ter, em suas matrizes curriculares, “um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais” (BRASIL, 1971).

3.5.3 A LDB 5.692/71 sob uma revisão


Muitas discussões surgiram com a promulgação da LDB de 1971, principalmente, sobre a obrigatoriedade de componentes curriculares voltados para a formação profissional na estrutura do denominado “segundo grau”, como, por exemplo, as exigências expressas no parágrafo primeiro do artigo 4º.

Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial (BRASIL, 1971).


Como consequência, o Presidente da República João Baptista Figueiredo sanciona a lei 7.044, de 18 de outubro de 1982, promovendo uma revisão da LDB vigente até aquele momento. Segundo Souza (2010, p.35), a nova LDB deu autonomia para a escola optar ou não pela habilitação profissional.

Enquanto a lei 5.692/71 determinava uma carga horária mínima para o ensino técnico de 2º grau com parte objetiva destinada à formação geral, a nova versão da LDB permitiu a coexistência de cursos técnicos, formatados, segundo esse modelo, com cursos propedêuticos e carga horária integralmente dedicada à formação geral.

Como exemplo, a seguir, são apresentados dois recortes de um Histórico Escolar de 1º Grau, vigente de 1976 a 1983 (FIG. 11), e de 1984 a 1987 (FIG. 12) referente ao 2º Grau / Curso Técnico em Eletrotécnica.



CENTRO EDUCACIONAL MONTES CLAROS - 1º E 2º GRAUS
 (Nome Oficial do Estabelecimento)
PRAÇA ITAPETINGA, 200 - SÃO JOÃO - MONTES CLAROS - MINAS GERAIS
 (Endereço)
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS
 (Entidade Mantenedora)
RECONHECIDO PELA PORTARIA 033/83 DA SUP. EDUC./S.E.E. MG, EM 25-01-83
 (N.º, Data do Ato do Poder Público e Órgão que reconheceu o funcionamento do Estabelecimento)



CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DA 4ª SÉRIE DO 2º GRAU

Certificamos que _____ Natural de _____
 Estado de _____ Nascido em ____/____/____ Filho de _____
 e de _____ Documento Militar _____
 Nº _____ Série _____ Título de Eleitor Nº _____ Zona _____ Estado _____
 Carteira de Identidade Nº _____ Órgão Expedidor _____
 Concluiu a 4ª Série 2º Grau, Habilitação Técnico em Eletrotécnica
 Conforme Histórico Escolar e observações constantes abaixo e no verso

HISTÓRICO ESCOLAR - 1º GRAU

	1.ª SÉRIE			2.ª SÉRIE			3.ª SÉRIE			4.ª SÉRIE			Observações	
	Res.	C H	Faltas Horas	Res.	C H	Faltas Horas	Res.	C H	Faltas Horas	Res.	C H	Faltas Horas		
Núcleo Comum e Artigo 7º	Português												Observações	
	Matemática													
	Ciências		648			648			648			648		
	Educação Artística													
	Educação Física													
	Ensino Religioso													
Situação do Aluno														
Núcleo Comum e Artigo 7º	5.ª SÉRIE			6.ª SÉRIE			7.ª SÉRIE			8.ª SÉRIE				Observações
	Res.	C H	Faltas Horas	Res.	C H	Faltas Horas	Res.	C H	Faltas Horas	Res.	C H	Faltas Horas		
	Português		180			180			180			69	Observações: Escola Al. Condições - D: 01 a 122 J.P.: 71 a 90, B: 51 a 70	
	Matemática		150			150			120			60		
	Ciências Fis. e Biol. e P. de Saúde		90			90			90			71		
	História								60			65		
	Geografia											79		
	Educação Moral e Cívica								30			82		
	O.S.P.B.											82		
	Educação Artística		30			30			30			M.B.		
	Educação Física		60			60			60			APTE		
Ensino Religioso		30			30			30						
História / G.M.C.		60			60									
Geografia / O.S.P.B.		90			90			90						
Parte Diversificada	A.E.P. Prod. Agrícolas		60											
	A.E.S. Desenho / Eletrotécnica					60			60			60		
	A.E.T. Práticas Comerciais								60			30		
Carga Horária Anual														
750														
750														
810														
720														
Situação do Aluno														

FIGURA 11 - Recorte de um Histórico Escolar – 1º Grau cursado entre 1976 e 1983
 Fonte: Acervo do autor⁹³.

⁹³ HISTÓRICO escolar do 1º grau no Centro Educacional Montes Claros da Fundação Educacional Montes Claros. Pertence ao autor.

Matérias	Disciplinas	1ª Série			2ª Série			3ª Série			4ª Série		
		Res.	C. H.	Faltas Horas	Res.	C. H.	Faltas Horas	Res.	C. H.	Faltas Horas	Res.	C. H.	Faltas Horas
Núcleo Comum e Artigo 7º	Português	Língua Portuguesa / Literat. Brasileira	90		60		60		-	-	-		
		Literatura											
	Estudos Sociais	Geografia	60										
		História	60										
		OSPB						30					
	E.M.C.	Educação Moral e Cívica					30						
	Matemática	Matemática	120										
	Ciências	Física	90										
		Química	90		60								
		Biologia e Programas de Saúde	90		60								
		Educação Física	60		60		60			60			
		Educação Artística	60										
		Língua Estrangeira (Inglês)			60								
	Parte Diversificada	Justiça Ambiental	Matemática			90		60					
			Física			90		60					
Língua Estrangeira - Inglês							60						
			x			x		x		x			
		Desenho	90		60								
		Eletricidade			120		210			270			
		Máquinas e Instalações Elétricas			90		180			270			
		Mecânica			60								
		Elementos de Eletrônica Industrial					60			150			
		Organização e Normas								60			
	Estágio Supervisionado								150				
Carga Horária Anual		910		910		810		960					
Situação do Aluno													
Série	Estabelecimento de Ensino	Município			Estado			Ano					
1ª	Centro Educacional Montes Claros	Montes Claros			M. Gerais			1984					
2ª	Centro Educacional M. Claros 1º 2º graus	Montes Claros			M. Gerais			1985					
3ª	Centro Educacional M. Claros 1º 2º graus	Montes Claros			M. Gerais			1986					
4ª	Centro Educacional M. Claros 1º 2º graus	Montes Claros			M. Gerais			1987					

FIGURA 12 - Recorte de um Histórico Escolar do curso técnico em Eletrotécnica

Fonte: Acervo do autor⁹⁴.

No documento referente ao 1º Grau, destaca-se a alusão ao artigo 7º da LDB, que exigia a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde, apresentadas em conjunto com as disciplinas do Núcleo Comum. Do mesmo modo, é possível perceber três disciplinas ofertadas na Parte Diversificada (Práticas Agrícolas, Desenho/Eletricidade e Práticas Comerciais).

⁹⁴ CERTIFICADO de Conclusão da 4ª série do 2º grau com habilitação em Técnico em Eletrotécnica no Centro Educacional Montes Claros da Fundação Educacional Montes Claros. Pertence ao autor.

Do mesmo modo, no Histórico Escolar de 2º Grau com um Curso Técnico em Eletrotécnica integrado, há as mesmas observações sobre o Núcleo Comum e o Art. 7º. Porém, na seção “Parte Diversificada”, estão relacionadas as disciplinas específicas da habilitação técnica e três disciplinas instrumentais, com conteúdos programáticos específicos para atendimento às demandas desse curso técnico.

3.5.4 A atual LDB e a educação profissional

A lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as novas diretrizes e bases da educação nacional e foi sancionada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Foi a primeira LDB a dedicar um capítulo exclusivo para a educação profissional, embora exigindo uma regulamentação complementar.

Assim, o decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, também sancionado por Fernando Henrique Cardoso, trouxe o entendimento oficial sobre o parágrafo 2º do artigo 36⁹⁵, bem como os artigos 39 a 42, que compõem o Capítulo III referente à educação profissional da nova LDB. E trouxe em seu art. 5º, de forma explícita, que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997).

Os impactos foram diretos em todas as escolas técnicas do país, públicas e privadas, que se viram obrigadas a reestruturar seus cursos técnicos, até então integrados ao ensino de segundo grau, agora definido como “ensino médio” pela legislação vigente.

Com efeito, as disciplinas de formação geral, ou propedêutica, deixariam de figurar nas matrizes curriculares dos cursos técnicos de nível médio, ao contrário, seriam constituídas, exclusivamente, com os componentes curriculares específicos da respectiva habilitação profissional. Ou seja, para que o aluno pudesse ingressar em curso técnico, ele deveria (i) ter concluído o ensino médio, que é a forma sequencial; ou (ii) estar cursando o ensino médio em outra instituição de ensino, enquadrando, assim, na forma concomitante.

Por outro lado, durante o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, há a publicação do decreto 5.154/04 que revoga o polêmico decreto nº 2.208/97, conforme texto do parágrafo 1º do artigo 4º:

⁹⁵ O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

Assim, a oferta de cursos técnicos, na forma integrada com o ensino médio, volta a ser permitida, além daquelas previstas na lei anterior. No entanto, com o decreto nº 2.208/97, muitas escolas foram compulsoriamente reestruturadas. Algumas entidades simplesmente abandonaram a formação propedêutica e se dedicaram exclusivamente à educação profissional, enquanto outras optaram por ser desmembradas. Assim, uma nova escola deveria atender as demandas do ensino médio e a outra, totalmente independente da primeira, em termos legais, responderia pela educação profissional. Dessa forma, para muitas instituições, a reversão autorizada pelo decreto 5.154/04 não era mais factível.

3.6 O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Até 2008, havia no Brasil um portfólio de milhares de títulos de cursos técnicos. Cada instituição tinha total autonomia para definir a “melhor” denominação quando buscasse a autorização para ofertar um novo curso.

Considerando a necessidade de estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos técnicos de nível médio, o Ministro da Educação do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, Fernando Haddad, publica a Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008, estabelecendo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC).

O CNTC trouxe uma lista com 185 cursos distribuídos em doze *Eixos Tecnológicos*: Ambiente, saúde e segurança; Apoio educacional; Controle e processos industriais; Gestão e negócios; Hospitalidade e lazer; Informação e comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção alimentícia; Produção cultural e design; Produção industrial; e Recursos naturais.

O catálogo também apresentou uma *Tabela de Convergência*, em que os diversos títulos de cursos técnicos oferecidos no Brasil, identificados pelo governo, deveriam, a partir de então, ser renomeados conforme a referida tabela. Como exemplo, o curso Técnico em Mecânica passou a ser a denominação obrigatória para outros trinta e nove cursos que, embora tivessem denominações diversas, estavam alinhados com o perfil traçado pelo CNTC para o título de referência.

A segunda edição do CNTC⁹⁶ trouxe, como novidade, a inclusão de 44 novos cursos, além de separar o eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança em dois outros: (i) Ambiente e Saúde; e (ii) Segurança. Também alterou a denominação dos eixos tecnológicos: Apoio Educacional, e Hospitalidade e Lazer para Desenvolvimento Educacional e Social, e Turismo, Hospitalidade e Lazer, respectivamente.

Já a edição mais recente, lançada em 2014, apresenta uma relação de 277 cursos técnicos, mantendo os treze eixos tecnológicos como na edição anterior.

Atualmente, todos os cursos técnicos ofertados no país têm um referencial mínimo a ser seguido. Para cada curso, o catálogo apresenta:

- a carga horária mínima exigida;
- infraestrutura mínima requerida;
- o perfil profissional de conclusão;
- o campo de atuação e as ocupações associadas, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- as normas associadas ao exercício profissional (quando for o caso);
- as possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo;
- as possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo; e
- as possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo.

Nesse sentido, embora a legislação permita as instituições de ensino definirem as matrizes curriculares dos seus respectivos cursos, as diretrizes contidas do CNTC, mesmo que de forma sucinta, dão certo direcionamento para que se tenha um mínimo de disciplina na oferta de cursos técnicos de nível médio em todo o Brasil.

⁹⁶ Resolução nº 4, de 6 de junho de 2012.

CAPÍTULO IV

4 A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS

Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, a Fundação Educacional Montes Claros (FEMC) foi criada em 1976 com o propósito de prover a comunidade montes-clarense de uma unidade de ensino capaz de formar a mão de obra técnica de nível médio, demandada pelos empreendimentos industriais que foram criados em Montes Claros a partir dos incentivos fiscais da SUDENE.

Assim, a partir de uma pesquisa documental, este capítulo resgata o cenário que antecedeu a criação da Escola Técnica da FEMC, apresentando fatos relevantes de sua trajetória, desde a primeira sede, no prédio do Seminário do bairro Melo, às instalações atuais, onde antes funcionava a Escola Municipal Marcelina Lopes.

4.1 Centro de Formação de Mão de Obra

No final da década de 1960, a SUDENE era uma realidade, inclusive em Minas Gerais. Nesse período, a cidade de Montes Claros já contava com as primeiras grandes empresas operando em seu Distrito Industrial, com destaque para a MATSULFUR, COTEMINAS e FRIGONORTE e outras tantas micro e pequenas que também se instalavam na cidade, integrando-se ao novo ambiente. Como consequência, o mercado de trabalho na cidade ditava um novo perfil para os trabalhadores, até então voltados, fundamentalmente, para o setor primário, sobretudo na pecuária de corte desenvolvida de forma extensiva, e na agricultura (com ênfase no cultivo de algodão), além de comércio e serviços.

A essa altura, integrado às ações da SUDENE, desde 1967, operava na região nordestina⁹⁷ um programa de assistência à micro e pequena empresa, denominado Núcleo de Assistência Industrial (NAI)⁹⁸, direcionado para o suporte técnico das empresas, elaboração de

⁹⁷ Mais precisamente, nos estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

⁹⁸ Esses núcleos se constituíram com embriões das atividades que, a partir de 1972, seriam desenvolvidas pelo Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (Cebrae) que se transformou, 1990, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a partir da lei nº 8029, de 12 de abril de 1990, complementada pelo decreto nº 99.570 de 9 de outubro do mesmo ano.

projetos para captação de financiamentos e isenções fiscais, programas de capacitação profissional etc. Como tal iniciativa não havia contemplado o estado de Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) enviou o montes-clarenses Fábio Borém Pimenta⁹⁹, servidor de carreira, como líder de uma missão à capital pernambucana, tendo permanecido na região por algumas semanas, com o propósito de coletar as informações necessárias para a constituição do futuro órgão mineiro, congênere do nordestino (PIMENTA, 2005).

Fruto desse levantamento, em 1969, o BDMG instala o NAI, com sede em Montes Claros, designando seu funcionário Sr. Fábio Borém Pimenta para dirigi-lo. O NAI abrangia toda a AMS, ofertando as facilidades advindas das linhas de crédito dos programas do BNB e SUDENE. Em pouco tempo, o NAI passou a atender as demandas do setor terciário, motivando, inclusive, a mudança de sua denominação, passando para Núcleo de Assistência Empresarial (NAE-MG) (*Ibid.*).

Segundo declaração de Raimundo Avelar Rodrigues¹⁰⁰, técnico do NAE-MG, em pesquisas feitas por essa instituição na comunidade empresarial local, foi possível detectar que havia, fundamentalmente, uma demanda relacionada à preparação de técnicos para atuar em funções gerenciais; e outra, não menos importante, por um sistema de preparação de mão de obra especializada, principalmente para as empresas que estavam sendo instaladas. O NAE-MG reconhecia que esse não era o seu *core bussiness*. Porém, a carência de mecanismos capazes de suprir essa demanda, naquele momento, fez com que o NAE-MG estabelecesse parcerias estratégicas com diversas instituições. Os primeiros cursos, para o provimento de programas de capacitação para os empresários e gestores, foram desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação João Pinheiro, pela Fundação Dom Cabral e a montes-clarenses Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM), que anos depois deu origem à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (*Ibid.*).

Assim, como nas áreas de gestão, a carência de profissionais nas áreas profissionalizantes também era um gargalo para o desenvolvimento local. O NAE-MG detectou que a falta de soldadores, mecânicos, eletricitas, carpinteiros, marceneiros, bombeiros hidráulicos não era prerrogativa apenas das micro e pequenas empresas, mas também das médias e grandes empresas que não conseguiam suprir suas demandas no mercado de trabalho local. As estratégias mais usuais eram o recrutamento de profissionais em outros centros, como

⁹⁹ PIMENTA, F.B. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

¹⁰⁰ AVELAR, R.R. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

a capital mineira ou até em outros estados e, não raramente, o assédio a profissionais de outras empresas locais com a oferta de maiores remunerações, trazendo impactos objetivos na média salarial dessas atividades (PIMENTA, 2005).

Naturalmente, ajustes eram necessários, à medida que as operações aconteciam. Como exemplo, a necessidade de adequação da infraestrutura, como aponta trecho da ata da reunião ordinária da ACI, em 08 de setembro de 1970:

Prestou conta ainda o Diretor Henrique Oliva Brasil, de sua missão juntamente com o Diretor José Comissário Fontes, juntamente com o Coordenador do NAI, Dr. Fábio Borém Pimenta, a fim de sugerir que a realização dos cursos a serem ministrados por aquele núcleo, seja efetuada em local que possua carteiras, para maior comodidade dos participantes. Disse que o Dr. Fábio Borém Pimenta concordou com a ideia, pedindo, porém, colaboração da ACI para se conseguir o local (ACI, 1970¹⁰¹).

Por outro lado, na escassez de estruturas capazes de enfrentar a abundante oferta de mão de obra, mas sem as qualificações profissionais demandadas pelo novo perfil industrial da região, não coube questionamento sobre a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento das empresas locais. Tanto que a ACI – Montes Claros se articulava para expandir os programas de treinamento e formação de mão de obra. Na descrição na ata da reunião ordinária da ACI, do dia 09 de outubro de 1973, o seu Presidente, João Bosco Martins de Abreu, relata à casa que

Gestões estão sendo desenvolvidas para a instalação do Centro de Formação de Mão de Obra de Montes Claros, mediante convênio entre o NAE, ACI e PIPMO¹⁰², com encargos financeiros sob a responsabilidade das indústrias interessadas. Disse que os órgãos participantes estão à procura de local para a instalação do Centro, cujo funcionamento está previsto ainda para este ano (ACI, 1973¹⁰³).

Desse modo, o NAE-MG buscou parcerias com a ACI de Montes Claros, presidida à época por João Bosco Martins de Abreu, e a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais/Universidade do Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG), de Belo Horizonte, para criação do Centro de Formação de Mão de Obra de Montes Claros. Em pouco tempo, o centro de formação começa a receber doações de máquinas e equipamentos, como furadeiras, tornos,

¹⁰¹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 08 de setembro de 1970**. Não publicado.

¹⁰² O PIPMO foi um programa idealizado pelo governo de João Goulart, em 1963 era definido como Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra. De acordo com Santos (2006, p. 5270-5272), o PIPMO foi implementado durante o regime militar e extinto em 1982. O Programa que promovia cursos profissionalizantes em todo o país, teve sua origem no Ministério da Educação e transferido para o Ministério do Trabalho em 1975, deixando evidentes os efeitos danosos da desarticulação dos treinamentos com a educação formal, em que a maioria dos participantes não tinha sequer o ensino fundamental completo e, portanto, em muitos casos, a ausência de pré-requisitos para aquisição de novas competências.

¹⁰³ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 1973**. Não publicado.

fresadoras, máquinas de solda de diversos tipos. Foi a infraestrutura suficiente para que os primeiros cursos de qualificação profissional se tornassem realidade. Além do apoio técnico, a UTRAMIG foi também responsável pela certificação dos concluintes dos cursos promovidos pelo Centro montes-clarense (PIMENTA, 2005).

Na ata da reunião ordinária da ACI do dia 13 fevereiro de 1974, tem-se o registro do Sr. Vicente de Paula Costa de Melo, representante do NAE-MG:

Disse o representante do NAE que, na última reunião do Conselho Deliberativo do órgão, em Belo Horizonte, ficou decidida uma participação mais agressiva na preparação de mão de obra em Montes Claros e que Montes Claros poderá contar com Escola de Formação Profissional no prazo de mais ou menos dois anos. Quanto ao Centro de Formação de Mão de Obra que está em fase de implantação, através de convênio entre ACI, NAE e seis indústrias locais, disse que as obras estão bastante adiantadas e que neste mês de fevereiro já estará em condições de funcionar, dizendo ainda que se encontra em poder do NAE o equipamento fornecido pelo SENAI para ministrar os primeiros cursos (ACI, 1974¹⁰⁴).

Com efeito, em 19 março de 1974, ocorre a aula inaugural da esperada unidade de treinamento de mão de obra, como atesta a ata da reunião extraordinária da ACI, que aconteceu nessa mesma data:

O Sr. Presidente comunicou à Casa, ter sido proferida, hoje, a “aula inaugural” do Centro de Formação de Mão de Obra, iniciando-se com os cursos de Carpintaria e Marcenaria. Estão em instalação os cursos de Solda e Serralheria, previstos para início de abril. Comunicou ainda que no próximo mês serão concluídos os serviços que estão sendo efetuados no prédio, quando então será possível instalar os cursos de mecânica (tecnologia, leitura de desenhos), ajustador e outros (ACI, 1974¹⁰⁵).

No entanto, embora a aula inaugural do Centro de Formação de Mão de Obra tenha acontecido na data indicada pelo Presidente da ACI, a ata da reunião dessa associação do dia 17 de setembro de 1974 indica que a inauguração oficial aconteceria apenas no dia 20 de setembro do mesmo ano: “lembrar aos companheiros da inauguração do Centro de Formação de Mão de Obra, a realizar-se no dia 20 próximo, às 17:30 horas” (ACI, 1974¹⁰⁶).

Nesse sentido, de acordo com a ata da Assembleia Geral Ordinária da ACI, realizada em 28 de janeiro de 1975 (cuja pauta principal referia-se à eleição e posse da nova

¹⁰⁴ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 13 fevereiro de 1974.** Não publicado.

¹⁰⁵ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 19 março de 1974.** Não publicado.

¹⁰⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 17 de setembro de 1974.** Não publicado.

diretoria para o biênio 1975/1976), o então Presidente da casa, João Bosco Martins de Abreu, relatou que:

Minha primeira preocupação foi o problema da mão de obra especializada em Montes Claros, motivo do grande desenvolvimento industrial da cidade, razão pela qual a ACI, em convênio com o NAE-MG, colaboração financeira de 9 indústrias locais e participação do PIPMO, SENAI e SUVALE, implantou em Montes Claros um Centro de Formação de Mão de Obra, que já está em pleno funcionamento em dois galpões alugados e adaptados, funcionando atualmente com 100 alunos que frequentam 8 cursos. Para os próximos cursos, acham-se inscritos 207 candidatos, prevendo-se o treinamento de 2.027 alunos em 1975 (ACI, 1975¹⁰⁷).

Desde que o referido Centro foi idealizado, a ACI buscava junto à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI), a doação de terreno para a construção de uma sede própria para o educandário. À medida que as atividades do Centro se intensificavam, mais essa ambição assumia uma roupagem estratégica. No entanto, em 18 de fevereiro de 1975, o Sr. João Bosco Martins de Abreu, Presidente da ACI, comunica a frustração dos planos aos presentes naquela reunião ordinária:

Em seguida, o Sr. Presidente teceu considerações sobre a visita de diretores da FIEMG, SESI, SENAI e CDI à Montes Claros, dizendo não ter sido possível a doação, pelo CDI, do terreno para implantação em Montes Claros do Centro de Formação de Montes Claros e que a solução será a compra do lote pela ACI, mediante participação financeira das empresas industriais da cidade. Assunto que será decidido proximamente (ACI, 1975¹⁰⁸).

Nesse sentido, mesmo com a negativa, o Presidente da ACI não desistiu de seus propósitos para a construção do Centro de Formação de Mão de Obra (CFMO) para a cidade de Montes Claros; é o que se pode verificar em seu pronunciamento durante a reunião ordinária da ACI, em 24 de junho de 1975:

Em seguida informou à Casa que a CDI já forneceu a minuta de compra do terreno destinado à construção do Centro de Formação de Mão de Obra, situado no Distrito Industrial, cujo pagamento será feito pela ACI, e posteriormente reembolsado a respectiva importância pelas indústrias locais. Formalizada a compra, será feita a doação do terreno pela ACI ao SENAI, após o cumprimento de exigências estatutárias, ficando a cargo deste último, a construção do Centro (ACI, 1975¹⁰⁹).

¹⁰⁷ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de janeiro de 1975.** Não publicado.

¹⁰⁸ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 1975.** Não publicado.

¹⁰⁹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 24 de junho de 1975.** Não publicado.

Por fim, em todo esse tempo, as oficinas do CFMO funcionaram em um imóvel alugado, na avenida Geraldo Ataíde, na quadra acima da atual sede da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). A construção do prédio próprio para abrigar o Centro de Formação de Mão de Obra de Montes Claros nunca se efetivou.

O início da década de 1970 foi marcado pela transformação do ambiente urbano de Montes Claros. O advento da SUDENE e o consequente processo de industrialização fizeram com que a demanda por profissionais especializados para atuar nesse segmento fosse incrementada de forma exponencial. Segundo Cândido Alberto da Costa Gomes, havia na cidade “numerosa mão-de-obra local, de baixo custo, porém esta não se encontrava preparada para novas competências e padrões de comportamento” (GOMES, 2008, p. 180).

Esse autor descreve o paradoxo vivido pelos novos empresários da região:

*How are herdsmen and small farmers to be turned into skilled industrial workers when fiscal incentives attract industry to a previously agricultural region. How can the high wages and settlement costs associated with recruiting workers from other regions or other countries be avoided?*¹¹⁰ (GOMES, 1991, p.iii).

Embora o NAE-MG atuasse na qualificação profissional dos trabalhadores para a indústria com seus cursos de curta duração, ainda havia lacunas a serem atacadas. Sobre a atuação desse órgão, de acordo com o professor Raimundo Rodrigues Avelar, ex-Diretor do Colégio Agrícola do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Montes Claros (UFMG) e ex-integrante do NAE-MG, em entrevista concedida à FEMC:

Tinha [em Montes Claros] um Centro de Formação de Mão de Obra, funcionava num convênio com o NAE-MG com a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros na época. Esse convênio formava então eletricitistas, formava bombeiro hidráulico, soldador, torneiro, mas não era o pessoal que as indústrias investiam. E as indústrias estavam num processo de concorrência, se a mão de obra era escassa, consequentemente, quem tinha era incentivado a oferecer um salário mais vantajoso para quem estava sendo contratado (AVELAR, 2005).

Sobre a demanda das indústrias, acrescentou dizendo que essa lacuna estava relacionada à formação de um profissional com competências capazes de se constituir em um elo entre os níveis gerenciais e operacionais dessas empresas, referindo-se à formação de técnicos de nível médio.

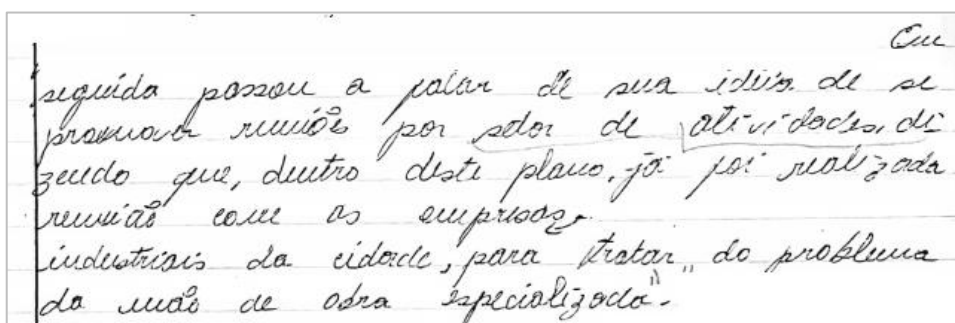
¹¹⁰ Como vaqueiros e pequenos fazendeiros se tornarão trabalhadores industriais qualificados quando indústrias são atraídas por incentivos fiscais para uma região tradicionalmente agrícola? Como evitar os altos salários e os custos associados ao recrutamento de trabalhadores de outras regiões ou outros países. (Tradução própria.).

Essas empresas dependiam também de uma mão de obra mais qualificada, acima desse que executava, aquele que [...] pudesse entender e conversar melhor a nível de gerente, de um supervisor, entender melhor o que esse pessoal da produção exigia, que outras pessoas mais da área de produção poderiam orientar, exigir e transmitir, transferir aquilo para um operário, um soldador, um mecânico, eletricitista. Enfim, teria que ter esse elemento para conversa e explicação; um técnico de nível médio cumpre esse papel, é um elemento que se aproxima mais da graduação normal, do engenheiro [...] A região tinha que importar esses elementos de fora [...] tinha que passar por um processo de adaptação [...] então a presença, a continuidade e a permanência aqui também era uma incógnita, não havia assim muita segurança (*Ibid.*).

Por consequência, o então Presidente da ACI, Sr. João Bosco Martins de Abreu, em pronunciamento na reunião ordinária da casa, em 19 de agosto de 1975, colocava em pauta a formação de mão de obra.

O Sr. Presidente teceu comentários sobre o problema da mão de obra especializada em Montes Claros, que na sua opinião, tende a agravar-se com a conclusão para breve de vários empreendimentos industriais na cidade e que gerarão um número incalculável de empregos. Disse que os setores industriais de Montes Claros estão bastante preocupados com o problema e que estará presente a uma reunião em Belo Horizonte, em setor especializado da Secretaria de Educação, quando abordará esse problema (ACI, 1975¹¹¹).

Em outra reunião da ACI, há registros de João Bosco fomentando a discussão sobre o assunto, como documentado em ata: “[...] já foi realizada reunião com as empresas industriais da cidade, para tratar do problema da mão de obra especializada”.



seguida passou a falar de sua ideia de se promover reunião por setor de atividades, dizendo que, dentro deste plano, já foi realizada reunião com as empresas industriais da cidade, para tratar do problema da mão de obra especializada.

FIGURA 13 - Trecho da ata da reunião ordinária da ACI, de 09/09/1975.

Fonte: ACI, 1975¹¹².

Por sua importância estratégica, era evidente que a formação de mão de obra especializada continuava a ser pauta recorrente no meio empresarial. Foi então que a ACI de

¹¹¹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 19 de agosto de 1975.** Não publicado.

¹¹² ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de setembro de 1975.** Não publicado.

Montes Claros, liderada por João Bosco Martins de Abreu, foi buscar inspiração além dos limites regionais.

4.2 A Fundação Percival Farquhar

A ACI de Montes Claros buscou então se inspirar em experiências exitosas para o enfrentamento desse gargalo. A principal delas foi a Fundação Percival Farquhar (FPF) da cidade mineira de Governador Valadares. Concebida a partir dos esforços de um grupo integrado por pessoas físicas e jurídicas, essa entidade de direito privado e sem fins lucrativos foi inaugurada em junho de 1967 e ficou conhecida por Universidade Tecnológica (UTEC). Posteriormente, a FPF criou a Escola Técnica do Instituto de Tecnologia, autorizada em 1970 pela Portaria 153 da SEE-MG.

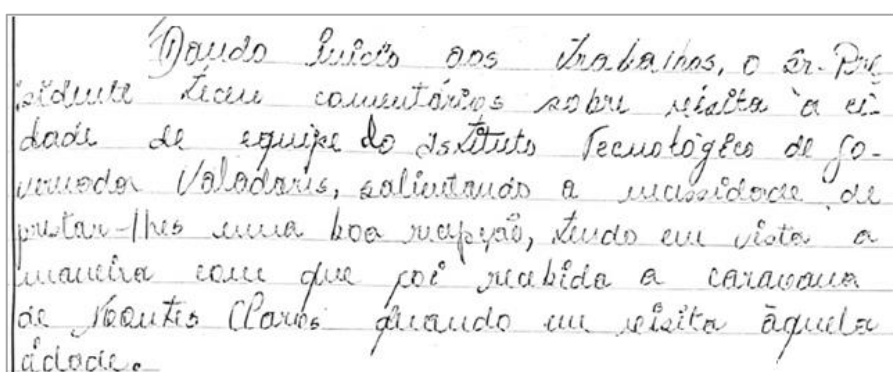
De acordo com a Assessoria de Comunicação Social da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)¹¹³, instituição de ensino superior mantida pela FPF, fruto da evolução da UTEC, sua mantenedora tem em sua estrutura quatro órgãos gestores:

[i] Assembleia Geral – É o órgão máximo de deliberação da FPF composto pelos instituidores da Fundação e em caso de falecimento pelos seus sucessores. [ii] Conselho de Curadores – É um órgão de deliberação da FPF composto por membros permanentes natos e membros temporários. É finalidade deste Conselho, apreciar e deliberar anualmente sobre os relatórios, contas e demonstrações financeiras e patrimoniais apresentadas pelo Conselho Diretor. É responsável ainda por eleger os conselhos Diretor e Fiscal. [iii] Conselho Diretor – O Conselho Diretor é responsável pela administração da entidade. É composto por 10 membros, sendo nove deles eleitos pelo Conselho de Curadores e um representante das unidades de ensino mantidas pela FPF. Os membros do Conselho Diretor escolhem entre si seu presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Os demais são membros adjuntos. [iv] Conselho Fiscal – É eleito pelo Conselho de Curadores e é composto por três membros efetivos e compete a ele examinar os livros contábeis e apresentar parecer sobre as atividades financeiras da Fundação, devidamente auditadas.

A partir desse *benchmarking*, em 07 de outubro de 1975, durante a reunião ordinária da ACI, João Bosco descreve sua convicção na viabilidade de criar e instalar em Montes Claros uma entidade nos mesmos moldes da FPF valadarensense.

¹¹³ UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE. **Fundação Percival Farquhar tem novo presidente.** Disponível em <<http://www.univale.br/noticia/2152/Fundacao-Percival-Farquhar-tem-novo-presidente.aspx>> Acesso em 31/01/2019.

O Sr. Presidente deu contas de viagem que fez à cidade de Governador Valadares, com a finalidade de conhecer a Universidade Tecnológica – UTEC, ali existente, trazendo de lá a melhor impressão e a certeza de que em Montes Claros se pode também instalar entidade similar, a nível de ensino secundário. Lecionam na Escola, 125 professores em regime de tempo integral e 50 por cento de sua receita é originária de mensalidades de alunos, 30 por cento de pesquisas e 20% de subvenção do governo federal. O professor Raimundo Avelar, ex-diretor do Colégio Agrícola, está incumbido de elaborar o projeto que servirá de base para a Escola Técnica da ACI, a cargo do NAE. Para manter a escola, a ACI poderá criar [uma] Fundação Educacional e para isso já dispõe do terreno, a ser doado pelo FRIGONORTE, nas proximidades do Distrito Industrial. As empresas industriais, que utilizam a mão de obra a ser preparada pela escola, fornecerão os recursos para sua manutenção e o montante da folha de pagamento de cada empresa. Instalada a Escola Técnica, seria absorvido de imediato o Centro de Formação de Mão de Obra, que a ACI mantém em convênio com outros órgãos (ACI, 1975¹¹⁴).



Doando lido aos trabalhos, o Sr. Presidente ficou comentários sobre visita a cidade de equipe do Instituto Tecnológico de Governador Valadares, solicitando a necessidade de prestar-lhes uma boa recepção, tendo em vista a maneira com que foi recebida a caravana de Montes Claros quando em visita àquela cidade.

FIGURA 14 - Recorte da ata da reunião ordinária da ACI, do dia 17/02/1976.
Fonte: ACI, 1976¹¹⁵, p.504.

Com a estruturação da Fundação Educacional Montes Claros (FEMC), uma equipe de gestores da FPF visitou Montes Claros para conhecer a estrutura montada pela ACI para a criação da escola que estava se tornando realidade; veio conhecer de perto aquilo que os empresários do norte de Minas Gerais estavam instituindo para enfrentar a crítica escassez de mão de obra, inspirados na UTEC (ACI, 1976¹¹⁴, p.504).

4.3 A criação da FEMC

O entusiasmo de João Bosco na criação na nova escola já dava seus primeiros frutos. Segundo descreve a ata da reunião ordinária da ACI, de 26 de janeiro de 1976 (ACI,

¹¹⁴ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 07 de outubro de 1975.** Não publicado.

¹¹⁵ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 1976. p. 504.** Não publicado.

1976¹¹⁶), após a visita a sete empresas da cidade para apresentação do projeto de implantação da Escola Técnica, já era possível contabilizar uma arrecadação mensal de Cr\$65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros). Como citado anteriormente, também nessa reunião, houve referência ao compromisso do FRIGONORTE de efetuar a doação de um terreno no Distrito Industrial, agora citando, inclusive, o referido valor de mercado do imóvel: Cr\$400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros).

Por conseguinte, a ata da reunião ordinária da ACI, datada de 03 de fevereiro de 1976, demonstrava que o modelo da instituição estava definido. Nesse documento também se percebe que seguiriam modelo semelhante à UTEC, com a escola técnica sendo mantida por uma fundação. “Em seguida, comunicou o Sr. Presidente a realização de reunião nas dependências da MATSULFUR, às 11 horas do dia seguinte, para ultimar providências relevantes com a legalização da Fundação Educacional que manterá a Escola Técnica da ACI” (ACI, 1976¹¹⁷). A MATSULFUR, cujo diretor era o Sr. João Bosco, se constituía, de certa forma, como uma extensão da ACI, principalmente, quando se tratava das questões relacionadas com a Escola Técnica. Mesmo vários anos depois de entrar em operação a Escola Técnica, a MATSULFUR manteve grande proximidade com a Instituição.

Nesse encontro agendado para a Fábrica de Cimento, datado de 04 de fevereiro de 1976¹¹⁸, além do Presidente da ACI, estiveram presentes o Dr. Marcelo José Martins Furtado de Souza, Diretor do escritório da SUDENE em Minas Gerais; o Dr. Fábio Borém Pimenta, Diretor Executivo do NAE-MG; o francês Marc Oliffson, um dos fundadores da Sociedade Industrial de Óptica e Mecânica (SIOM); e representantes das várias empresas industriais de Montes Claros. Além de aprovar a primeira versão do estatuto da Fundação Educacional Montes Claros, também foi eleita a sua primeira diretoria. De acordo com a fala do Presidente, registrada na referida ata, “as vinte e seis empresas já contactadas, manifestaram favoravelmente, e essa receptividade total nos encoraja a avançar com o projeto”. Consta nesse documento que, após a leitura da minuta do estatuto,

tiveram então lugar, debates e proposições que iam surgindo à medida que os vários artigos eram lidos e em meio aos quais se notou uma efetiva participação dos presentes, principalmente da parte dos senhores Lúcio Marcos Benquerer, Jamil Habib Curi, Lúcio Ramos Filho, Marcelo José Martins Furtado de Souza, José Corrêa

¹¹⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 26 de janeiro de 1976.** Não publicado.

¹¹⁷ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 03 de fevereiro de 1976.** Não publicado.

¹¹⁸ A Ata da Assembleia de Fundação e Constituição da Fundação Educacional Montes Claros, redigida pelo senhor Raimundo Rodrigues Avelar, foi registrada em 04 de fevereiro de 1976 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas sob número 0497-76, livro B3, protocolada sob o número 1246-76.

Machado, Ubaldino Assis de Oliveira, Alexandre Pires Ramos, Rosental Caldeira Veloso e Fábio Borém Pimenta, além do senhor Presidente.

Eleita por aclamação, a primeira diretoria da FEMC foi imediatamente empossada, com os senhores João Bosco Martins de Abreu, José Corrêa Machado, Raul José Pereira, Jorge Bastos Gil e Alexandre Pires Ramos, respectivamente para Diretor-Presidente, Diretor-vice-Presidente, Diretor-Administrativo, Diretor-Financeiro e Diretor-Secretário.

Nessa oportunidade, ficou registrada na respectiva ata de criação a lista de empresas instituidoras da FEMC, que garantiram um patrimônio inicial de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros): Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDIMG); Frigorífico Norte de Minas S.A. (FRIGONORTE); Companhia de Materiais Sulfurosos (MATSULFUR); Indústria de Instrumentos de Óptica e Mecânica S.A. (SIOM); TOK S.A.; Metalúrgica Norte de Minas S.A. (MNM); Indústrias Reunidas Santa Maria S.A. (IRSAMASA); Metalúrgica Silber Centro S.A.; Bioquímica do Brasil S.A. (BIOBRÁS); Harmonia Eletrônica S.A.¹¹⁹; Mercantil Indústrias Mecânicas S.A. (MECA); Alterosa Indústrias Mecânicas S.A.; Telecomunicações de Minas Gerais S.A. (TELEMIG); TRANSIT Semicondutores S.A.; Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS); Fábrica Mineira de Eletrodos e Soldas DENVER S.A.; SOMAI Nordeste S.A.; Cedrominas S.A. (GLYCENORTE); Companhia Mineira de Doces e Laticínios; Artes Gráficas de Precisão S.A. (AGAPRESS); Indústria Brasileira de Chocolates e Caramelos S.A.; MOVEX S.A.; PAVISAN; Cortume Norte de Minas S.A. (CORTNORTE); PASSONORTE S.A.

De acordo com o seu estatuto, a FEMC foi criada e constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com propósitos de “equacionamento e encaminhamento de assuntos relacionados com o amparo à cultura, à educação, à tecnologia e à pesquisa científica, voltados para o aprimoramento dos recursos da região, com vistas ao seu pleno desenvolvimento sócio-econômico” (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS – FEMC, 1976).

Nesse documento, os instituidores da FEMC fixam duas metas prioritárias: (i) a criação da escola de 2º Grau, denominada Centro de Educação Tecnológica de Montes Claros, dedicada à educação profissional técnica de nível médio, inicialmente nas áreas de mecânica, elétrica e eletrônica e “outras habilitações, reclamadas pelo mercado de trabalho”; e (ii) um Centro de Formação de Mão de Obra, com vistas à qualificação profissional por meio de cursos

¹¹⁹ O projeto da Harmonia S.A. que previa a produção de aparelhos eletrônicos (televisores) em Montes Claros, foi substituído pela Fuji Eletric Nordeste S.A. (FUJINOR), a partir da japonesa Fuji Eletric.

de curta duração nas áreas de ajustagem mecânica, tornearia, fresagem, mecânica industrial e eletricidade, além de outras atividades demandadas pelas empresas locais e regionais.

Ficou definido que a FEMC (1976) poderia ter quatro classes de associados:

- Associados Instituidores: “pessoas naturais ou jurídicas que fizeram doações especiais de bens livres ou contribuição em dinheiro e efetivamente na manutenção da entidade, através de contribuições mensais [...] cujo montante será anualmente fixado pela Assembléia geral”.
- Associados Cooperadores: aqueles que se obrigam tão somente às contribuições mensais;
- Associados Beneméritos: pessoas naturais “que tenham prestado relevantes serviços à instituição e as que lhe concedem doações ou subvenções consideradas significativas pelo Conselho Curador”;
- Associados Honorários: “pessoas naturais que tenham se distinguido, no meio local ou não, por notório saber ou pela alta relevância do seu comportamento profissional, moral ou social, ou ainda, hajam revelado excepcionais qualidades durante curso a que estejam frequentando em estabelecimento mantido pela Fundação”.

No final do segundo ano de funcionamento, dezessete empresas eram responsáveis pela FEMC, com o repasse financeiro mensal em forma de bolsas de estudos¹²⁰.

AS EMPRESAS DA FUNDAÇÃO

São as seguintes as empresas responsáveis pela Fundação Educacional Montes Claros: **MATSULFUR, SIOM, TOK, TRANSIT, FRIGONORTE, AGAPRESS, COTEMINAS, PAVISAN, DENVER, IRSAMASA, METALÚRGICA NORTE MINAS, METALÚRGICA SILBER CENTRO, MOVEX, ALMEC PEUGEOT, FUJI, FRIGODIAS, ITASA, GLICENORTE.**

FIGURA 15 - Relação das empresas mantenedoras da FEMC em dezembro/1977.

Fonte: Acervo FEMC, 1978¹²¹.

Com relação à estrutura organizacional, a FEMC foi formada por cinco órgãos. O primeiro deles, soberano sobre os demais, foi a Assembleia Geral, formada pelos sócios de

¹²⁰ As contribuições financeiras das empresas mantenedoras para o custeio da Escola Técnica eram feitas sob a forma de bolsas de estudo, dando à FEMC toda a autonomia para gerenciar tais recursos. Nesse período, uma grande parte dos alunos era contemplada com descontos parciais ou integrais, dependendo de suas condições socioeconômicas.

¹²¹ EXAME de seleção da Escola Técnica – Centro Educacional Montes Claros, 1978. Pertence ao Acervo da FEMC.

todas as categorias, com reuniões ordinárias com periodicidade anual ou a qualquer tempo, quando convocada por motivos reconhecidamente como relevantes.

Também com reuniões ordinárias anuais, o segundo órgão é o Conselho Curador, de caráter deliberativo, era formado por um representante da ACI, pelo Diretor do Escritório da SUDENE, em Minas Gerais, pelo Delegado Regional de Ensino e por um representante de cada sócio-instituidor¹²².

A administração executiva da FEMC foi delegada ao seu terceiro órgão: a Diretoria. De acordo com a primeira versão do seu estatuto, a Diretoria era formada pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor-vice-Presidente, pelo Diretor-Administrativo, pelo Diretor-Financeiro e pelo Diretor-Secretário. Todos com mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos pela Assembleia Geral.

Havia também o Conselho Fiscal e o Conselho Técnico, completando os cinco órgãos da Fundação. O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral, tinha como finalidade supervisionar a atividade contábil e financeira da instituição. Quanto ao Conselho Técnico, com regimento especial próprio, era formado por professores das instituições mantidas pela FEMC, e tinha como propósito subsidiar a Diretoria da FEMC com informações, análises e pareceres sobre questões técnicas que impactassem nas decisões estratégicas da instituição.

Ressalta-se que, como explicita o Art. 28 do referido estatuto, “Os membros ou integrantes dos órgãos da administração não perceberão remuneração, a qualquer título, em razão do exercício das respectivas funções, sendo os seus serviços considerados de relevância em favor da comunidade” (FEMC, 1976).

A FEMC obteve o seu registro no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC)¹²³, em 12 de março de 1976, sob número 18.143.164/0001-33. Estava assim, estabelecida a instituição mantenedora da futura Escola Técnica, isto é, a FEMC foi criada para se posicionar como gestora da unidade mantida (a Escola Técnica). Teria, desde então, o dever de representá-la junto aos órgãos reguladores, públicos e privados, bem como responsabilizar-se pelo patrimônio utilizado para as atividades educacionais, pela gestão financeira, contratação de professores e técnicos administrativos, além de outras atribuições. Por outro lado, uma vez criada, a Escola Técnica passaria a ser responsável pelo ensino profissionalizante, propriamente dito, como a gestão dos currículos, dos recursos e métodos didáticos, a supervisão e orientação pedagógica a professores e alunos, criação de novos cursos etc.

¹²² Compunha também esse Conselho, de forma temporária, um representante de cada uma das instituições de ensino mantidas pela FEMC.

¹²³ Em julho de 1999, o CGC foi substituído pelo CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), com a manutenção do mesmo número de cadastro.

Agora com personalidade jurídica definida, sua Diretoria define seu local de funcionamento. A escolha foi a locação das instalações da Sociedade Educativa e Cultural São Norberto, representada na ocasião pelo Padre João José de Castro, responsável pelo “Seminário do Melo”, como a instituição era conhecida, localizado na rua Lírio Brant, a princípio S/N, recebendo posteriormente o nº 619, no bairro Melo.

De acordo com a Cláusula Terceira do Contrato de Locação, o prazo previsto era de três anos, com início em 15 de março de 1976 e se extinguindo em 15 de março de 1979, caso não houvesse manifestação das partes pela retomada ou entrega do imóvel. O primeiro ano de contrato previa o pagamento de Cr\$16.000,00 mensais, com reajuste anual automático acompanhando a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)¹²⁴.

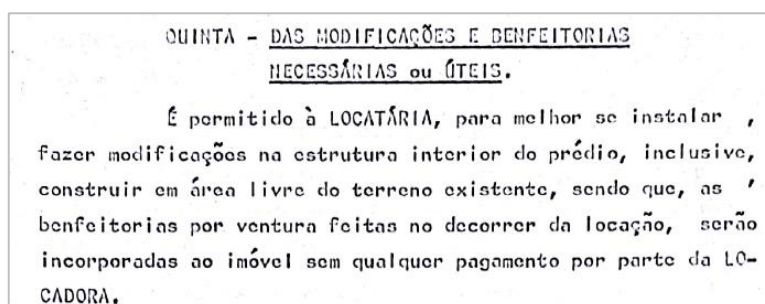


FIGURA 16 - Recorte do contrato de locação da primeira sede da FEMC
Fonte: Acervo FEMC¹²⁵.

Naturalmente, a FEMC deveria implementar adequações nas instalações físicas do imóvel. Pelo que foi acordado, a FEMC tinha a autorização para fazer as adequações estruturais que fossem necessárias para a instalação da Escola Técnica, sem que isso significasse ônus ou motivo de reembolso para a FEMC por parte do Locador. Muito pelo contrário, ao final do contrato, tais modificações passariam a integrar ao patrimônio do Seminário.

4.4 Documentação para autorização de funcionamento

Por determinação do presidente da ACI, o professor Raimundo Rodrigues Avelar, com sua experiência na direção do Colégio Agrícola e, naquela época, um dos responsáveis

¹²⁴ ORTN era uma modalidade de título público federal que foi emitida entre 1964 e 1986, normalmente utilizada como padrão de referência para fins de correção monetária.

¹²⁵ CONTRATO de locação entre a Fundação Educacional Montes Claros e a Sociedade Educativa e Cultural São Norberto, representada na ocasião pelo Padre João José de Castro, 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

pelo NAE-MG, foi encarregado de elaborar os documentos exigidos pela SEE-MG para autorização de funcionamento da Escola Técnica, formalmente denominada Centro Educacional Montes Claros (CEMC) e de sua mantenedora, a Fundação Educacional Montes Claros (FEMC).

Com sua sede definida, as condições físicas das instalações do referido prédio foram periciadas pelo Diretor-vice-Presidente da FEMC, Sr. José Corrêa Machado, arquiteto que garantiu que a infraestrutura do imóvel era adequada à instalação e funcionamento da Escola Técnica, sob o ponto de vista da salubridade, da higiene e segurança para os seus usuários, como pode ser visto na Figura 17.

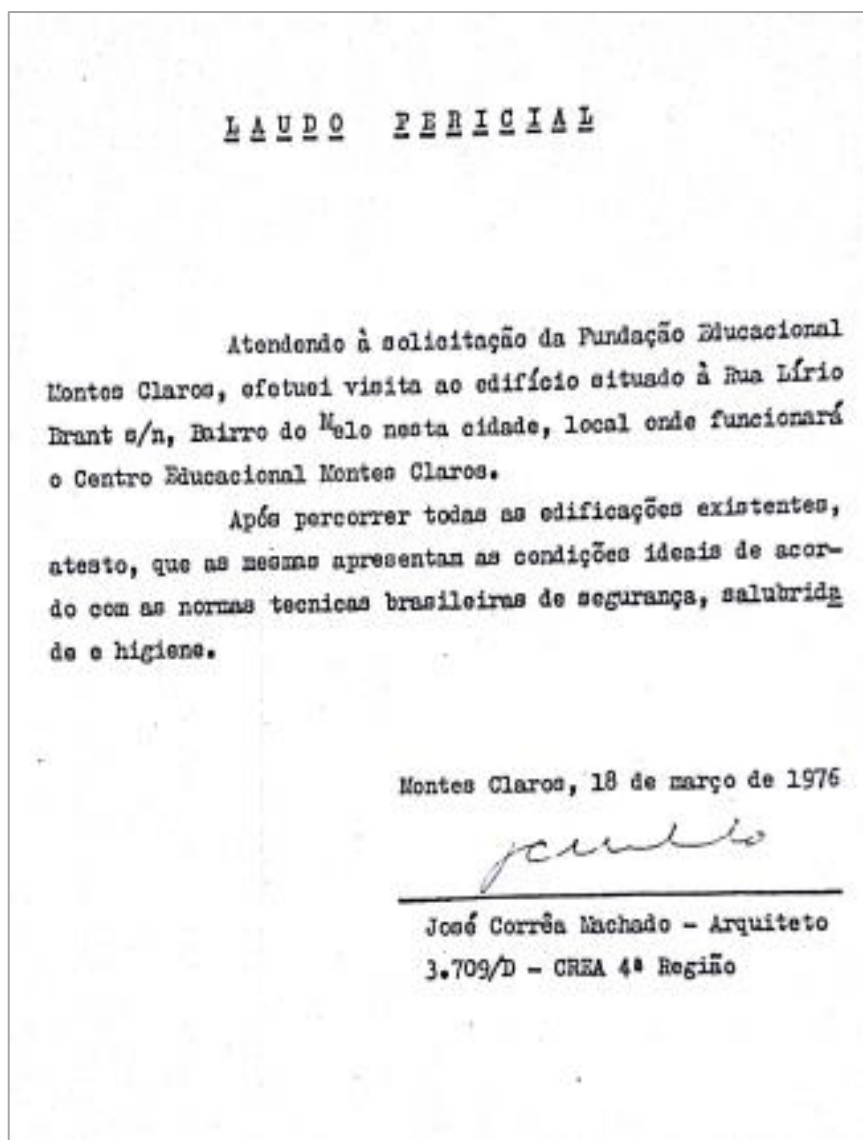


FIGURA 17 - Cópia do Laudo Pericial
Fonte: Acervo FEMC¹²⁶.

¹²⁶ CÓPIA do Laudo pericial emitido pelo Dr. José Correia Machado em 18 de março de 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

de Orientação Educacional, Secretaria e Direção. O prédio dispunha de uma cantina e um almoxarifado. Os alunos também tinham à sua disposição uma quadra para a prática de futebol de salão (Futsal) e vôlei, vestiário e banheiros.

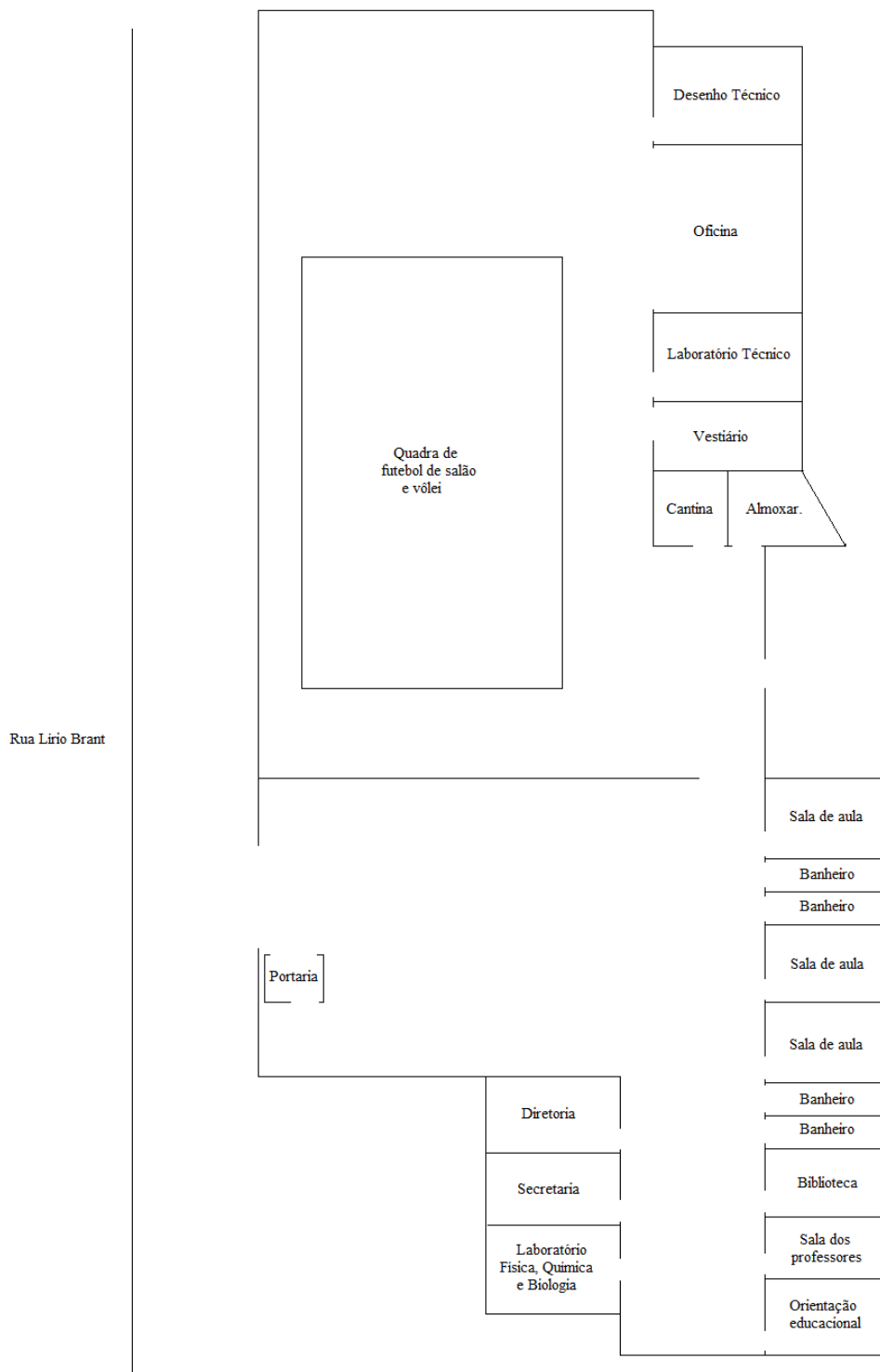


FIGURA 19 - Planta baixa simplificada das primeiras instalações da Escola Técnica
 Fonte: Acervo FEMC¹²⁹, adaptado pelo autor.

¹²⁹ ADAPTAÇÃO da planta baixa simplificada da escola Técnica. Pertence ao Acervo da FEMC.

Com personalidade jurídica devidamente constituída e endereço de funcionamento formalizado, a FEMC reuniu os documentos exigidos pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais para a autorização de funcionamento, tanto da mantenedora, quanto da Escola Técnica e de seus cursos.

Junto ao BNB, obteve o atestado de capacidade financeira, conforme Figura 20. Na mesma data, o então Diretor-Presidente da FEMC, João Bosco M. de Abreu, assina a declaração que garante que a instituição não tem qualquer tipo de vínculo com o poder público (FIG. 21).

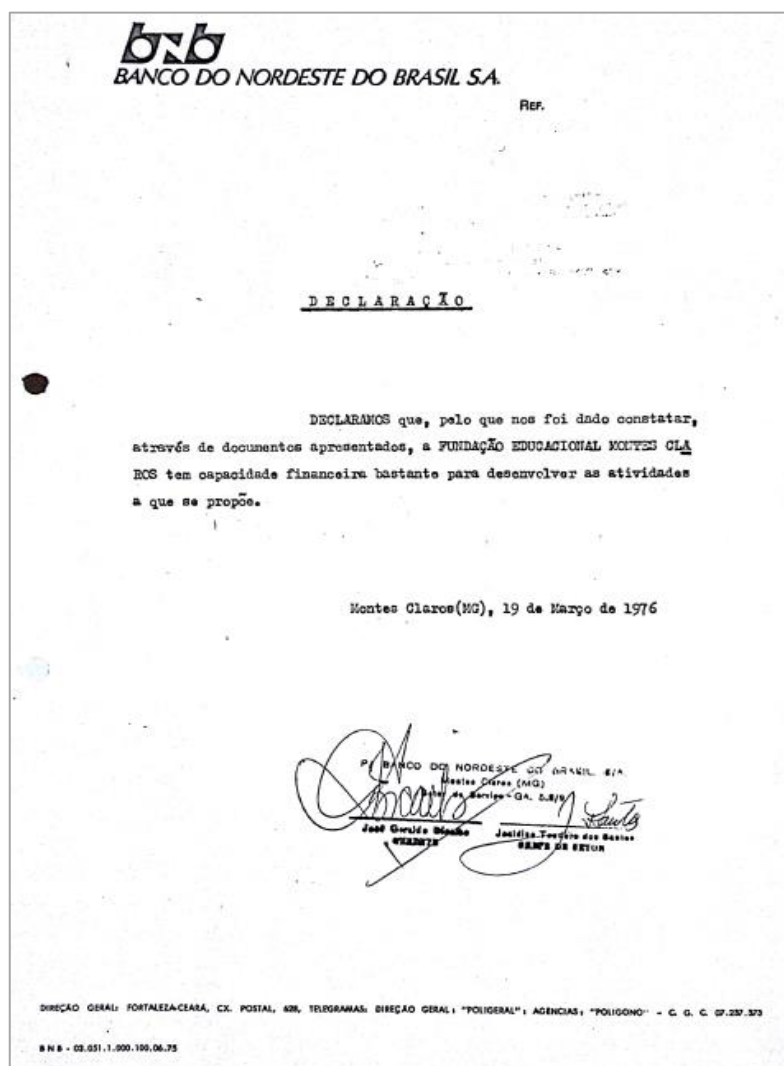


FIGURA 20 - Cópia da declaração sobre a capacidade financeira da FEMC
Fonte: Acervo FEMC¹³⁰.

¹³⁰ CÓPIA da declaração sobre a capacidade financeira da FEMC emitida pelo banco do Nordeste em 19 de março de 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

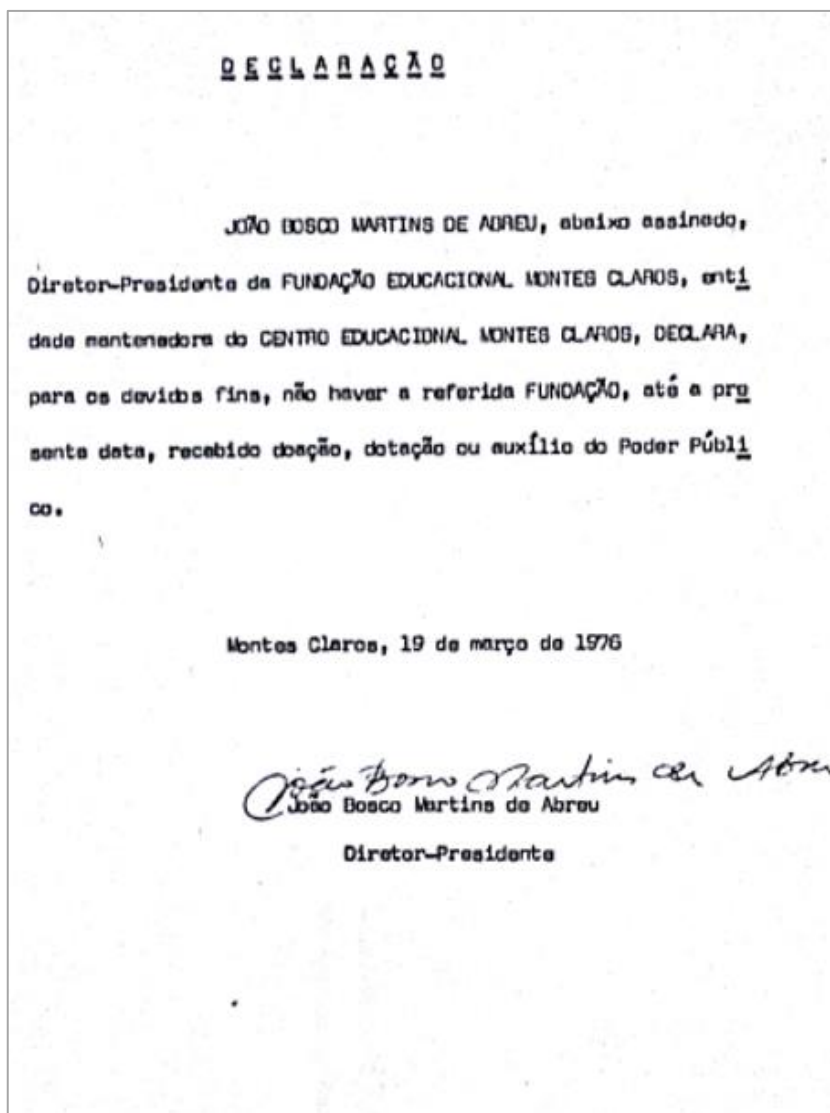


FIGURA 21 - Declaração da FEMC garantindo não ter vínculo com o poder público
Fonte: Acervo FEMC¹³¹.

A FEMC também emitiu um documento com a “Tabela de Anuidades e Contribuições Escolares”, que trouxe, além da assinatura do Sr. João Bosco, o endosso dos demais diretores da FEMC, o Diretor-vice-Presidente Sr. José Corrêa Machado, do Diretor-Administrativo Sr. Raul José Pereira, do Diretor-Financeiro Sr. Jorge Bastos Gil e do Diretor-Secretário Sr. Alexandre Pires Ramos.

Segundo o documento da FIG. 22, no primeiro ano de funcionamento, mais precisamente no período de abril de 1976 a janeiro do ano seguinte, seria cobrado um valor total de Cr\$2.000,00 “pela prestação de serviços normais de ensino”. Pelos dez meses desse

¹³¹ CÓPIA da Declaração da FEMC, assinada por De. João Bosco Martins de Abreu, garantindo não ter vínculo com o poder público em 19 de março de 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

período, tem-se uma mensalidade de Cr\$200,00, valor equivalente a US\$20,83, pelo câmbio vigente naquele momento.

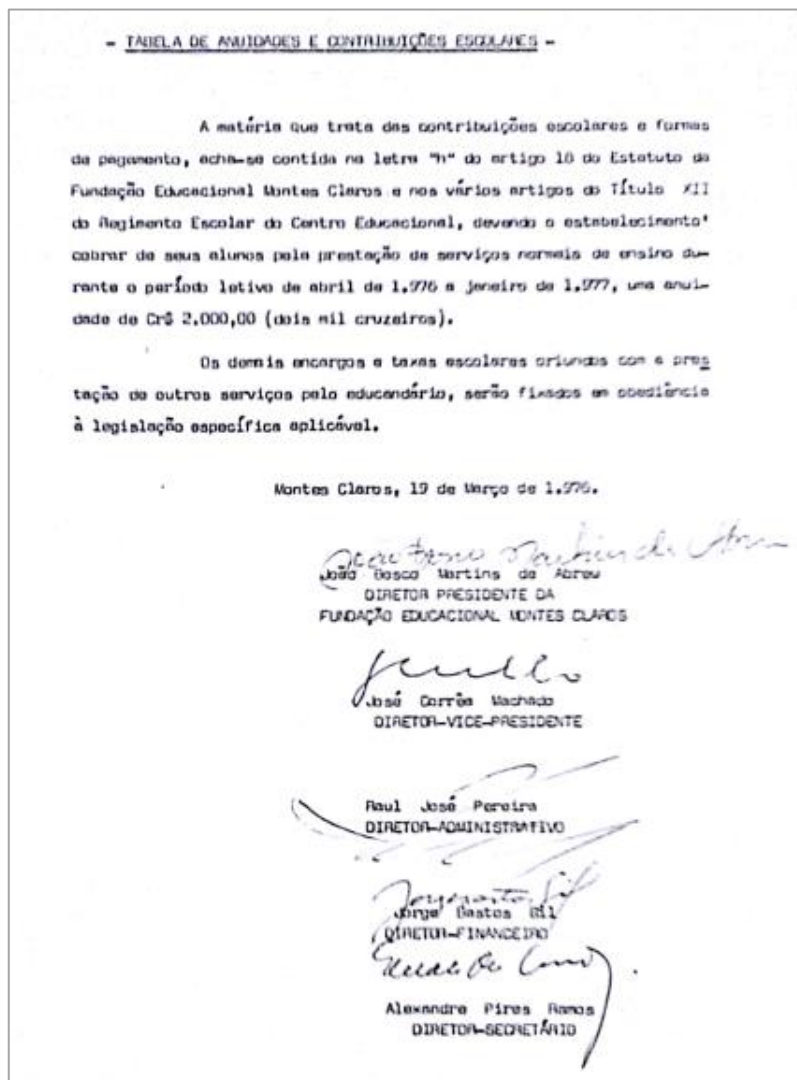


FIGURA 22 - Tabela de Anuidades e Contribuições Escolares
Fonte: Acervo FEMC¹³².

Antes do início das atividades da Escola Técnica, a FEMC formalizou um Acordo Salarial com seus professores, estabelecendo de forma explícita as regras de remuneração. Em consonância com a legislação vigente, o acordo descrevia como a remuneração mensal dos professores seria determinada. O cálculo seria feito a partir do produto do número de aulas semanais ministradas pelo professor, pelo valor da aula-base, que foi acordada em Cr\$28,00, pela média mensal do número de semanas (4,5 semanas). Esse produto deveria ainda sofrer um

¹³² Cópia da Tabela de Anuidades e Contribuições Escolares da FEMC em 19 de março de 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

acréscimo de 1/6 desse valor, a título de descanso remunerado, atendendo os requisitos do Art. 3º da lei 605/1949 de 05 de janeiro de 1949.

De forma mais simplificada, essa operação com o número médio de semanas e o adicional por descanso remunerado era representada por uma constante equivalente, igual a 5,25, como representado no documento.

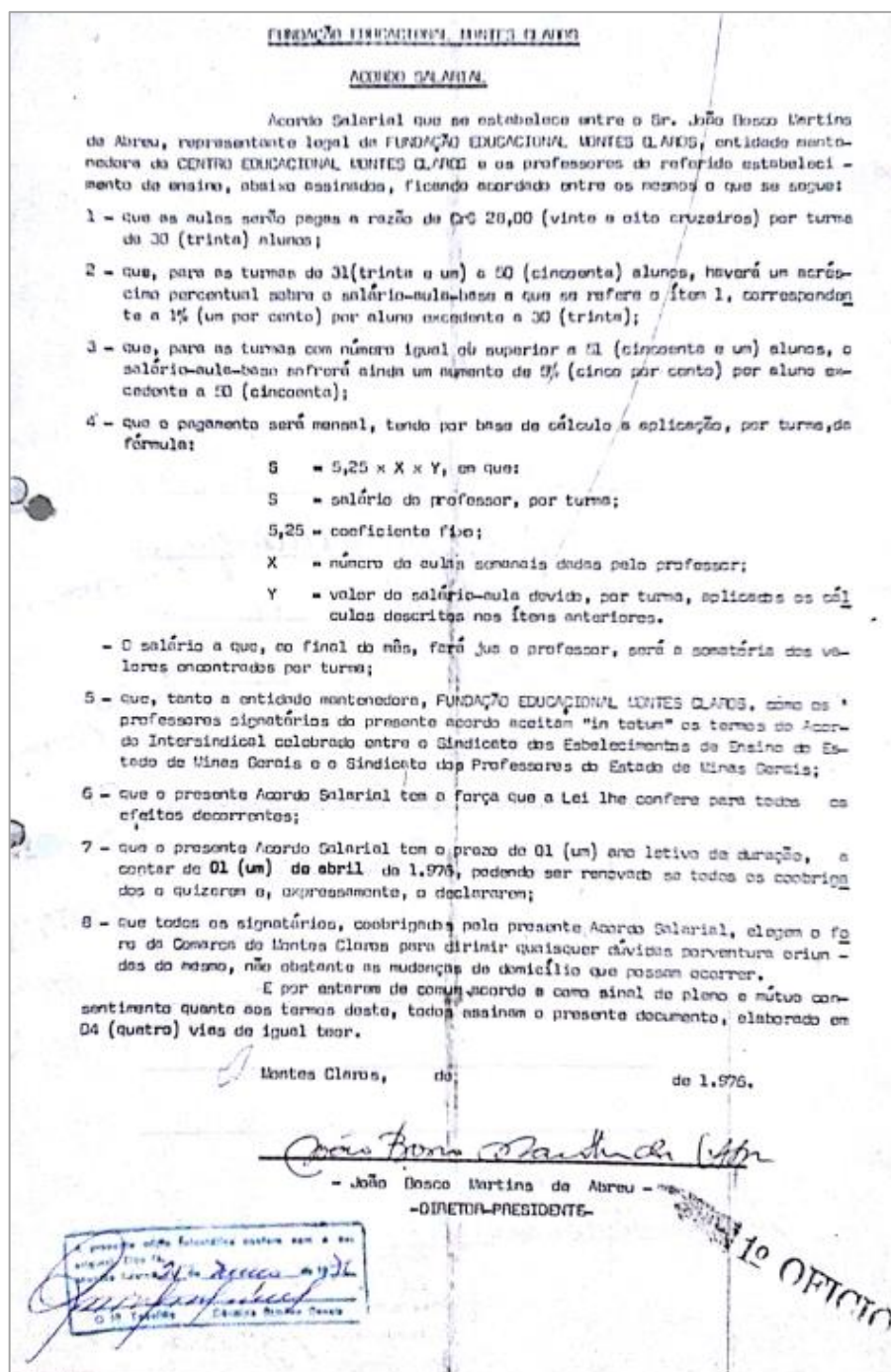


FIGURA 23 - Acordo Salarial da FEMC com seus professores
Fonte: Acervo FEMC¹³³.

¹³³ CÓPIA do primeiro Acordo Salarial da FEMC com seus professores em 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

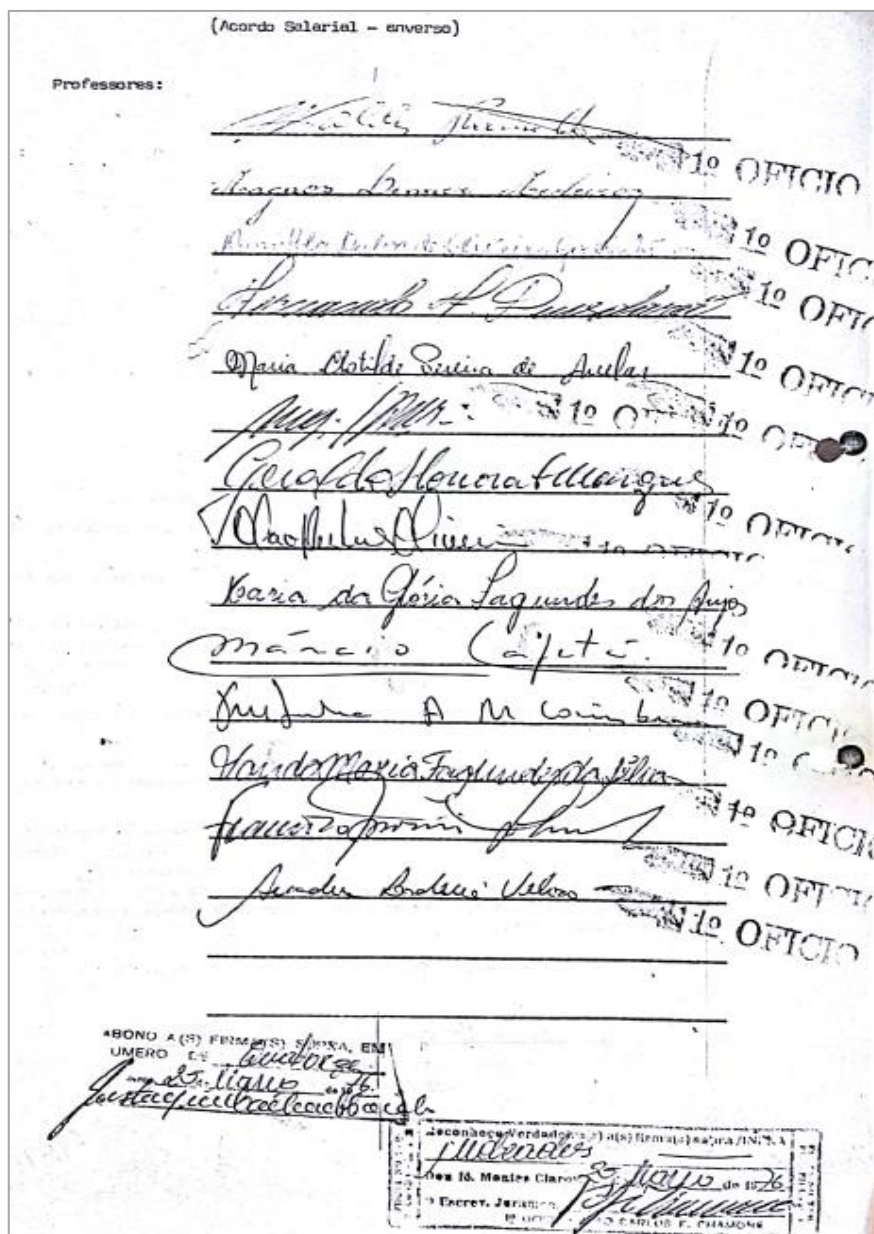


FIGURA 24 - Anverso do primeiro Acordo Salarial da FEMC com seus professores
Fonte: Acervo FEMC¹³⁴.

Nesse Acordo (FIG. 20 e 21), o tamanho padrão das turmas era de 30 alunos. Havia uma previsão de incremento salarial sempre que tal limite fosse ultrapassado: o professor teria um acréscimo em seu salário de 1% por aluno que ultrapassasse esse número, até o limite de 50 estudantes; a partir desse, o acréscimo seria de 5% por aluno.

Em março de 1976, a documentação estava pronta para ser protocolada na Delegacia Regional de Ensino de Montes Claros, hoje Superintendência Regional de Ensino, para seguir a tramitação final.

¹³⁴ Cópia do anverso do primeiro Acordo Salarial da FEMC com seus professores em 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

o Sr. Pres
 o Sr. Presidente falou sobre o andamento do projeto
 da Fundação Educacional Montes Claros,
 entidade mantenedora da Escola Técnica de
 Montes Claros, documento que será entregue
 a Delegacia Regional de Ensino para ser
 encaminhado e aprovado pelo Conselho Est.
 de Educação. Disse o Sr. Presidente que
 que tudo isto tem sido encaminhado e que o
 C.C.C. da Fundação já foi aprovado e as
 instalações para funcionamento da Escola
 já estão alugadas.

FIGURA 25 - Trecho da ata da reunião ordinária da ACI, em 09/03/1976
 Fonte: ACI, 1976, p.509¹³⁵.

A partir das providências tomadas para composição desse processo, o Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG) publicou, em 20 de abril de 1976, o Parecer número 122, favorável à autorização de funcionamento da FEMC, da Escola Técnica e de seus primeiros cursos técnicos. Seguindo tal instrução, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) publica no Diário Oficial de Minas Gerais a Portaria número 240, de 28 de abril de 1976, autorizando o início das atividades da instituição, como citado em Ata na ACI (FIG. 26).

"Sr. Presidente deu
 conhecimento aos seus companheiros de Direto-
 rio da aprovação da Escola Técnica pelo Con-
 selho Estadual de Educação, conforme publi-
 cação no "Minas Gerais" de 20 do corrente.

FIGURA 26 - Trecho da ata da reunião ordinária da ACI, do dia 20/04/1976.
 Fonte: ACI, 1976, p.517¹³⁶.

4.5 Os primeiros presidente e Diretor Superintendente da FEMC

Ao assumir a presidência da ACI de Montes Claros em 1973, permanecendo no cargo até 1977, o engenheiro João Bosco Martins de Abreu quebrou uma tradição da casa de

¹³⁵ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 09 de março de 1976.** p. 509. Não publicado.

¹³⁶ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL – ACI. Montes Claros. **Ata de reunião ordinária realizada no dia 20 de abril de 1976.** p. 517. Não publicado.

sempre eleger presidentes egressos do setor comercial da cidade. O novo presidente vinha da indústria¹³⁷. Ele fazia parte da diretoria da Companhia de Materiais Sulfurosos (MATSULFUR), indústria cimenteira recém instalada na cidade¹³⁸.



FOTOGRAFIA 13- João Bosco Martins de Abreu
Fonte: montesclaros.com¹³⁹

João Bosco Martins de Abreu¹⁴⁰ veio para Montes Claros em 1968, com o advento da construção da *Fábrica de Cimento*, como era mais conhecida a MATSULFUR, numa época em que a cidade vivia a euforia com o seu pleno processo de industrialização. À frente da ACI, foi notória a importância dada por João Bosco para a formação de mão de obra para atender não só a empresa em que trabalhava, mas todas as empresas da região que aqui se instalavam e padeciam do mesmo gargalo: a falta de trabalhadores qualificados.

Em 1975 eu já estava na ACI e nós verificamos que estávamos com uma grande dificuldade de mão-de-obra para as indústrias. Montes Claros tinha muita gente com potencial, mas sem nenhuma formação. Então nós fizemos vários trabalhos de melhoria de mão-de-obra, mas foram trabalhos incipientes, através do NAE, com verbas que o governo tinha para o desenvolvimento do Vale do São Francisco. Sentimos que isso ainda era insuficiente, e foi quando surgiu a ideia de uma escola técnica (ABREU, 2005).

¹³⁷ Montes Claros – Morre João Bosco: o primeiro presidente da ACI vindo do setor industrial. **Jornal de Montes Claros**, Montes Claros. 31 outubro 2014. Disponível em <<https://jornalmontesclaros.com.br/2014/10/31/montes-claros-morre-jo%C3%A3o-bosco-o-primeiro-presidente-da-aci-vindo-do-setor-ind%C3%BAstrial/>> Acesso em 03/06/2019.

¹³⁸ Inaugurada em 1969, a MATSULFUR foi adquirida em 1996 pela francesa LAFARGE. Esta por sua vez, fundiu-se em 2015 com a multinacional de origem suíça, HOLCIM, dando origem à LAFARGEHOCIM.

¹³⁹ Mensagem N° 78943. Disponível em <<https://montesclaros.com/mural/default.asp?top=78955>> Acesso em 04/06/2019.

¹⁴⁰ ABREU, J. B.M. de. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Para Abreu (2005), a FEMC e a Escola Técnica foram um sucesso. Buscou-se atender de forma objetiva os anseios das empresas; essa proximidade foi decisiva para o desenvolvimento da escola. Foi um projeto que teve várias inspirações, como, por exemplo, a Encíclica Popular e Progresso, editada pelo Papa Paulo VI, em 1972¹⁴¹ “o Papa levantava a necessidade do desenvolvimento como oportunidade de criar empregos para que as pessoas pudessem se realizar enquanto cidadãos e a partir daí, criar a paz no mundo”.

João Bosco sempre valorizou as práticas de laboratório, a aprendizagem voltada para a aplicação direta. Essa convicção, de certa forma, direcionava a criação de uma escola para formação de técnicos de nível médio como a Escola Técnica, em vez de uma escola de engenharia.

A gente sempre quis que a Fundação não tivesse o engessamento que tem o ensino, principalmente o público, em que você tem um currículo defasado, fora da realidade. E isso existe desde o tempo em que eu fazia universidade. Eu me lembro muito bem, eu estava no segundo ano de Engenharia, isso foi em 1960, e em 1957 tinha sido lançado o primeiro satélite artificial, o *Sputnik*. O professor de física ficava gastando o maior tempo para explicar como é que se lançava satélite. Eu gostaria de conhecer rosca, a porca, o parafuso, a chave de fenda, no entanto, ele estava querendo nos ensinar a lançar satélite. Eu acho que como curiosidade é muito bom, mas na prática não tinha utilidade nenhuma. A gente precisa evitar esse tipo de conhecimento, é importante saber como se lança satélite para especialista, mas para grande parte da população, a informação tem que ser outra (ABREU, 2005).

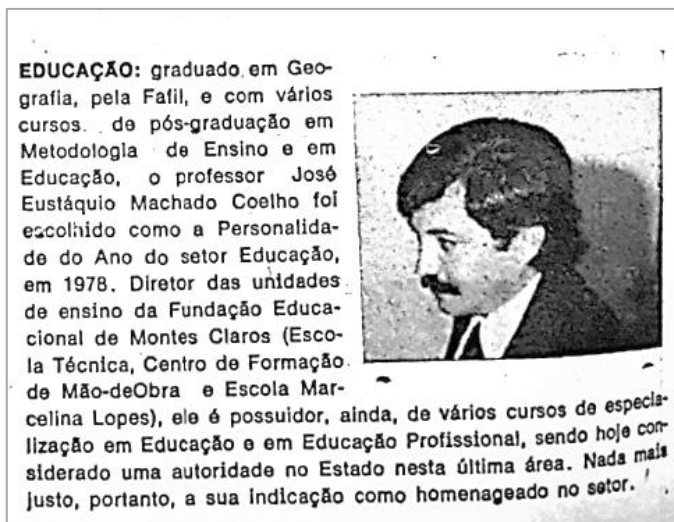
Para ele, a parceria com a Prefeitura Municipal de Montes Claros, que permitiu a mudança da escola para as instalações da escola Marcelina Lopes, foi decisiva para a consolidação da Escola Técnica.

Mas isso não foi algo dado de graça, foi um ônus pesado que ela adquiriu. Assumir um colégio com 1200 alunos, e com capacidade para 200, e ter que gerenciar tudo isso é difícil. Então, se analisarmos o que se gastou para fazer esse colégio funcionar, talvez, tenha sido mais do que se gastaria comprando o imóvel, mas não significa que foi totalmente ruim. Foi uma iniciativa boa, fez com que a FEMC se desenvolvesse e se projetasse na comunidade (ABREU, 2005).

Para dirigir a Escola Técnica, a diretoria da FEMC convidou o professor José Eustáquio Machado Coelho, um visionário, como destacado na Figura 28.

Posteriormente, ele acumulou a função de Diretor da Escola Técnica e Diretor Superintendente da FEMC, cargo que ocupou até junho de 2004.

¹⁴¹ A Carta Encíclica *Populorum Progressio* foi, originalmente, publicada pelo Vaticano em 26 de março de 1967. Disponível em < <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hfp-vienc26031967populorum.html> > Acesso em 04/06/2019.



FOTOGRAFIA 14- Diretor da Escola Técnica é personalidade do ano 1978
 Fonte: Acervo FEMC, 1978¹⁴²

Como Diretor Superintendente, liderou sua equipe na condução da Escola Técnica, na instalação de duas outras instituições de ensino, inclusive, com os primeiros cursos de engenharia da região. Em sua gestão, a FEMC firmou um termo de cooperação internacional como a MISEREOR, uma organização não governamental alemã que patrocinou a construção do auditório da FEMC (Auditório Alberto Woods Soares).



FOTOGRAFIA 15 - Obras da construção do auditório da FEMC
 Fonte: Acervo FEMC¹⁴³.

Com o professor Eustáquio, a FEMC estabeleceu parceria com a FIEMG, o que permitiu a administração integral das atividades da unidade local do SENAI. Também em sua

¹⁴² RECORTE do Jornal Diário de Montes Claros, de 14 de janeiro de 1978 (s.p.). Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁴³ FOTOGRAFIA da construção do auditório da FEMC (s.d.). Pertence ao Acervo da FEMC.

gestão, a FEMC foi contemplada com os recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que financiou o aparelhamento tecnológico da instituição.

O Professor Eustáquio foi, por dois mandatos, conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Como escritor, deixou a obra infanto-juvenil “A guerra das rolinhas”, editado pela Formato, com ilustrações de Nilson Azevedo, em 1990, e nova edição em 1991.

4.6 Os cursos ofertados

Pela descrição de Raimundo Rodrigues Avelar, no item “1.4 – O grau de ensino e as habilitações” do documento de autorização de funcionamento da Escola Técnica, fez-se a escolha dos cursos pelas demandas detectadas pelo NAE/MG, em que atuava como técnico:

“Mecânica”, “Eletromecânica” [na verdade, Eletrotécnica], “Eletrônica” e “Comercialização e Mercadologia” (esta, admitindo de imediato alunos de ambos os sexos), serão, por algum tempo, as habilitações oferecidas, prioridade que se justifica por serem elas, de um modo geral, as áreas mais solicitadas em todas as empresas, independentemente de sua especialidade e de seu porte; é o que aliás se comprovou em rápida e recente sondagem feita pelo Núcleo de Assistência Empresarial - NAE/MG – junto às várias indústrias já implantadas em Montes Claros, com o intuito de detectar os setores mais carentes (AVELAR, 1976).

Com a publicação da Portaria da SEE-MG, autorizando o funcionamento da Escola Técnica, em 03 de maio de 1976, iniciaram-se as atividades educacionais para 240 alunos, distribuídos em seus quatro primeiros cursos técnicos de nível médio: Técnico em Mecânica, em Eletrônica, em Eletrotécnica e em Comercialização e Mercadologia.

**PORQUE MECÂNICA, ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA
E MERCADOLOGIA**

Estes cursos implantados na ET foram frutos de criteriosa pesquisa efetuada na região e apontados como os de maior demanda.

Gradativamente novos cursos serão implantados, tendo em vista a tendência do mercado regional.

Não ocorrerá portanto, com os profissionais formados pela ET, o problema da saturação de mercado, pois antes que isto ocorra, haverá uma imediata revisão dos cursos da escola.

FIGURA 27 - Justificativa para a escolha dos primeiros cursos da Escola Técnica
Fonte: Acervo FEMC, 1978¹⁴⁴

¹⁴⁴ EXAME de seleção da Escola Técnica – Centro Educacional Montes Claros, 1978. Pertence ao Acervo da FEMC.

QUADRO 9
Lista dos primeiros cursos da Escola Técnica autorizados pela SEE-MG

CURSO	CARGA HORÁRIA	DURAÇÃO	ABORDAGEM
Técnico em Comercialização e Mercadologia	2.500 horas	3 anos	Voltado para as práticas comerciais, fundamentos de <i>marketing</i> e estudo das dinâmicas do mercado.
Técnico em Eletrônica	3.475 horas	4 anos	Estudo das aplicações da tecnologia eletrônica de estado sólido, fundamentada nos semicondutores (<i>transistores, tiristores</i> etc.), base para a eletrônica industrial.
Técnico em Eletrotécnica	3.475 horas	4 anos	Projeto, execução e manutenção de instalações elétricas prediais e industriais e máquinas elétricas.
Técnico em Mecânica	3.475 horas	4 anos	Desenvolvimento de projetos, instalação e manutenção de sistemas mecânicos (máquinas, ferramentas, estruturas e dispositivos).

Fonte: AVELAR, 1976.

Esses cursos tinham, em suas respectivas matrizes curriculares, um grupo de conteúdos de formação geral (como os conteúdos Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Artística, Geografia, História, Moral e Cívica e O.S.P.B¹⁴⁵, Matemática, Física, Biologia, Química e Programa de Saúde) e outro conjunto com disciplinas de formação específica, formado pelos conteúdos técnicos das suas áreas de atuação. Salvo o curso Técnico em Comercialização e Mercadologia, o aluno tinha a opção de receber o título de Auxiliar Técnico, caso fizesse a opção de não concluir o 4º ano do seu respectivo curso (*Ibid.*).

De acordo com a FEMC (1977), os egressos do curso Técnico em Comercialização e Mercadologia poderiam atuar no mercado de trabalho como promotor de vendas; despachante; auxiliar de administração; corretor de mercadorias; auxiliar de contabilidade; corretor de mercado de capitais; auxiliar de publicidade; corretor de imóveis; almoxarife; assessor de relações públicas; auxiliar de controle de qualidade; assessor de departamento de pessoal; mecanógrafo; executor de pesquisas de mercado; auxiliar de setor de vendas e compras; conferente; assessor de analista financeiro; auxiliar de setor de importação; auxiliar de setor de exportação; controle de caixas; ou ainda atuar na assessoria de executivos.

Do mesmo modo, os profissionais formados no curso Técnico em Mecânica da Escola Técnica poderiam trabalhar como analista de calibres; analista de laboratório; analista

¹⁴⁵ Organização Social e Política Brasileira.

de programação; assistente de controle de qualidade; auxiliar técnico; técnico em mecânico; calculador técnico mecânico; calculador técnico mecânico; cronometrista; desenhista de estruturas metálicas; desenhista de ferramentas e dispositivos; desenhista mecânico; desenhista projetista; encarregado de inspeção e recebimento; encarregado de tratamento térmico; laboratorista; planejador de produção; programador de ferramentaria; projetista; técnico em controle de qualidade; projetista de ferramental; projetista de instalações; ou como projetista de matrizes (FEMC, 1977).

Já os técnicos em Eletrotécnica poderiam atuar como desenhista de instalações elétricas; desenhista de máquinas elétricas; auxiliar de projetista; projetista; executor de projetos elétricos; chefia de manutenção de máquinas; supervisor de serviços elétricos; técnico em aparelhos elétricos; chefia de oficinas elétricas; assistente de controle de qualidade; desenhista projetista; programador; projetista de instalações elétricas; manutenção de linhas de transmissão; manutenção de redes elétricas; chefia de instalações; assessor de compra e venda de equipamentos elétricos; reparador de motores; supervisor de montagem de equipamentos elétricos; ou como supervisor de testes de equipamentos elétricos (*Ibid.*).

Na mesma linha, os egressos do curso Técnico em Eletrônica estariam habilitados para atuarem como assessor técnico de controle de qualidade; assessor técnico eletrônico; assessor técnico em telefonia; técnico em eletrônica; técnico em telefonia; desenhista de circuitos eletrônicos; desenhista de circuitos de telecomunicações; supervisor de montagem de equipamentos telefônicos; supervisor de teste de equipamento eletrônico; técnico especificador de materiais; técnico de projetos; técnico de rádio; técnico em telecomunicações; técnico em televisão; reparador de equipamentos eletrônicos (*Ibid.*).

4.7 As vagas disponibilizadas

O projeto inicial da Escola Técnica vislumbrava uma oferta de 240 vagas para seus cursos técnicos de nível médio, fundamentalmente, voltadas para o público masculino; à exceção feita ao curso de Comercialização e Mercadologia, em que, segundo tal documento, “poderão ser admitidos moças e rapazes”, como pode ser observado na Figura 28.

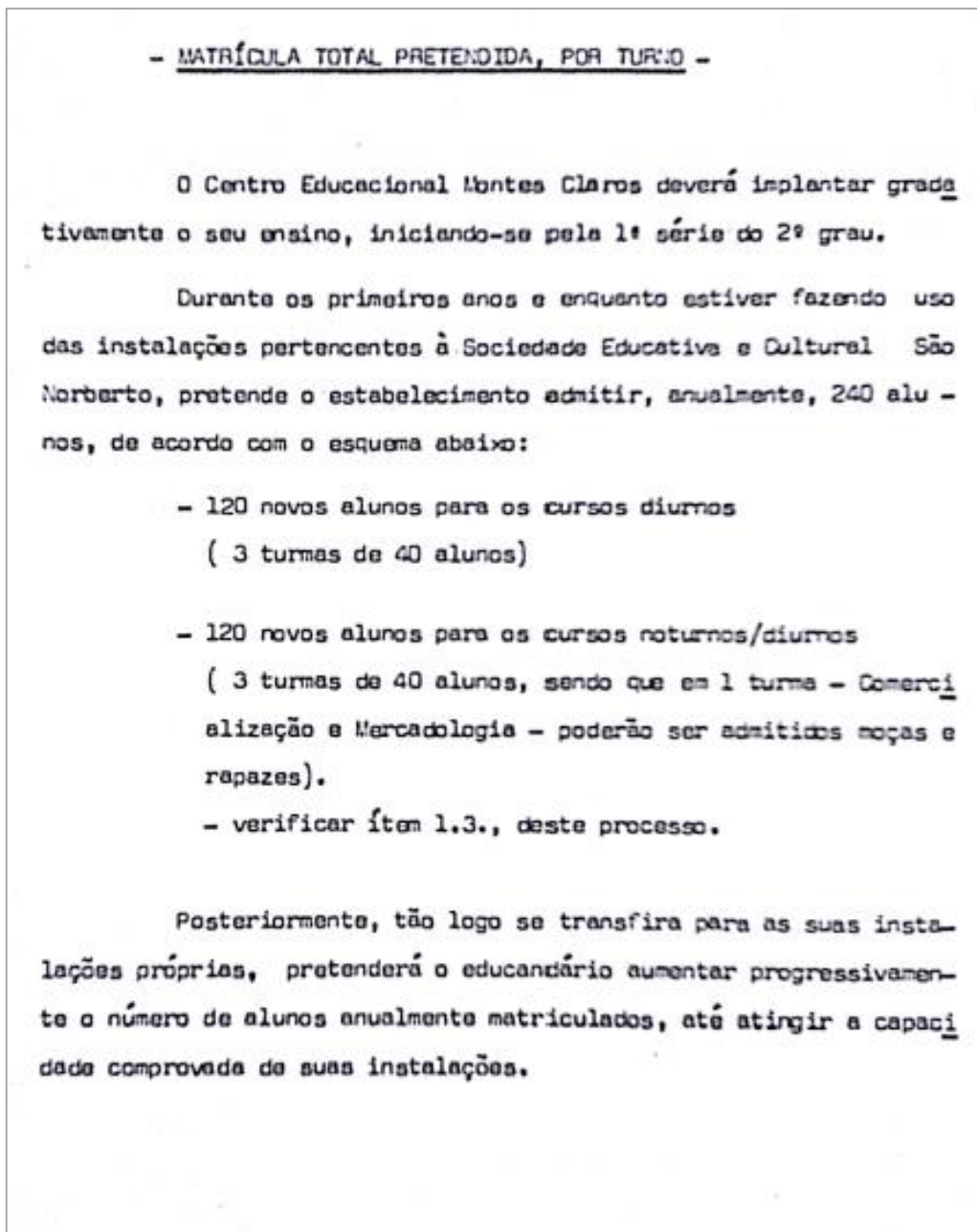


FIGURA 28 – Disponibilidade de vagas para da Escola Técnica
Fonte: Acervo FEMC¹⁴⁶.

Inicialmente, seriam seis turmas de 1º Ano do 2º Grau, com 40 alunos cada. Os cursos noturnos eram desenvolvidos de segunda-feira a sexta-feira e um complemento sistemático de carga horária no sábado. Já os cursos com oferta de vagas para o período matutino tinham sua carga horária integralizada no período vespertino.

¹⁴⁶ EXAME de seleção da Escola Técnica – Centro Educacional Montes Claros, 1978. Pertence ao Acervo da FEMC.

4.8 A FEMC assume a gestão do Centro de Formação de Mão de Obra

Com a instalação da Escola Técnica, assumindo seu protagonismo na formação de mão de obra, a FEMC assina um termo de convênio com o PIPMO¹⁴⁷, em 26 de julho de 1977, para financiamento de programas de treinamento de curta duração para formação de trabalhadores. Desse modo, o NAE-MG volta às suas origens, focando suas ações no suporte às atividades empresariais e elaboração de projetos, transferindo para a FEMC, em janeiro de 1977, o CFMO. A edição de 29 de julho de 1976 do Jornal de Montes Claros traz matéria com esse destaque e noticia os cursos de mecânica, eletricidade e metalurgia (FIG. 31).

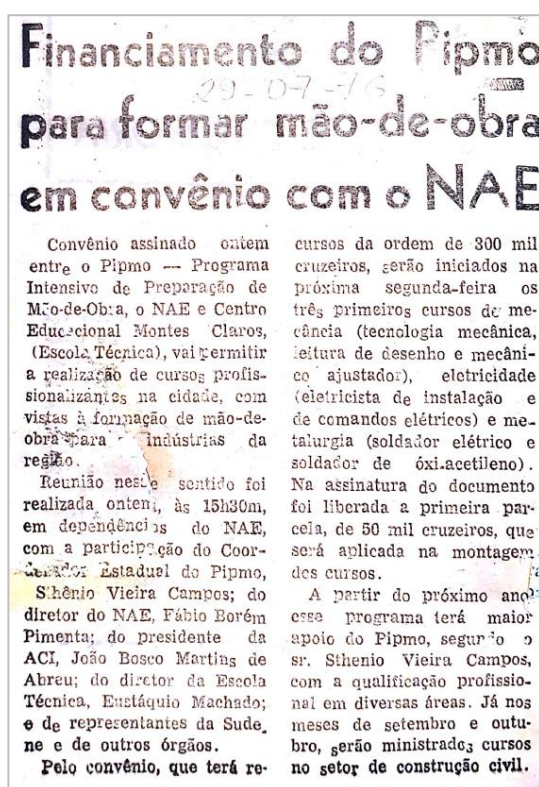


FIGURA 29 - Recorte de jornal noticiando o programa de formação de mão de obra.

Fonte: Acervo FEMC¹⁴⁸

¹⁴⁷ Em 1963 o governo de João Goulart idealizou o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO – “no auge do êxito do paradigma taylorista-fordista no Brasil” e foi implementado durante o regime militar e extinto em 1982. O Programa que promovia cursos profissionalizantes em todo o país, teve sua origem no Ministério da Educação e transferido para o Ministério do Trabalho em 1975, deixando evidentes os efeitos danosos da desarticulação dos treinamentos com a educação formal, onde a maioria dos participantes tinha sequer o ensino fundamental completo e, portanto, em muitos casos, a ausência de pré-requisitos para aquisição de novas competências (SANTOS, 2006, p. 5270-5272).

¹⁴⁸ RECORTE do Jornal de Montes Claros – Edição de 27/07/1976 (s.p.). Pertence ao Acervo da FEMC.

Por conseguinte, o CFMO passa a funcionar em conjunto com a Escola Técnica, ainda com o NAE-MG como parceiro na gestão e custeio do referido centro, até que em 1978, quando os recursos do PIPMO começam a ser pagos, a FEMC assume integralmente a gestão do CFMO.

A Escola Técnica trabalhava com o conceito de “cursos de férias”, aproveitando a ociosidade dos espaços físicos em tais períodos. Como exemplo, em 28 de junho de 1977, o jornal Diário de Montes Claros noticiava a oferta de cursos como: “Administração de Materiais”, com carga horária de 90 horas, com o propósito de ensinar os fundamentos do controle de estoques e almoxarifados; e cursos na área de desenho técnico como “Leitura de Desenho”, com carga horária de 80 horas, destinado aos profissionais que necessitavam aprender a ler e interpretar um desenho técnico; “Desenhista Copista”, com duração de 90 horas e destinado a desenvolver as habilidades técnicas de reprodução de desenhos técnicos¹⁴⁹; “Desenho Mecânico”, em que o estudante desenvolveria as competências necessárias para representar uma peça na forma de um desenho técnico, com uma carga horária total de 120 horas.

No último dia daquele ano, o mesmo jornal trazia a manchete “Três cursos na Escola Técnica nestas férias”, referindo-se aos cursos de “Auxiliar de Controle de Qualidade”, “Desenhista Copista” e “Técnicas Comerciais”, todos realizados no período noturno, adequando-se ao perfil de seu público, formando, principalmente, pelos trabalhadores das indústrias locais.

4.9 A mudança de prédio

Vencida a “primeira batalha”, como pode ser considerada toda a mobilização para que a Escola Técnica desse seus “primeiros passos”, a FEMC se debruçava sobre o desafio de uma nova sede. Desde o início, era sabido por todos os seus dirigentes que as instalações do bairro Melo eram provisórias. O próprio processo de criação da escola, encaminhado para a Secretaria Estadual de Educação para sua autorização de funcionamento, explanava que aquelas instalações atenderiam apenas os dois primeiros anos de funcionamento, como mostra a Figura

¹⁴⁹ Na época, cada cópia de projeto elétrico, mecânico, civil ou de outras áreas necessitava desse profissional para, manualmente, redesenhá-lo em outro local.

27, extraída do item “Objetivos do Centro Educacional (Médio e Curto Prazos) Local Provisório de Instalação e Capacidade de Matrícula/Turno” do referido processo.

CENTRO EDUCACIONAL MONTES CLAROS
CAPACIDADE INICIAL DE MATRÍCULA E EVOLUÇÃO
INICIAL DE ALUNOS MATRICULADOS —

A N O	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS/TURNO		TOTAL DE MATRÍCULAS
	CURSOS DIURNOS	CURSOS NOTURNOS	
1.976 1ª Série	120	120	240
1.977 1ª e 2ª Séries	215	215	430
1.978 * 1ª, 2ª e 3ª Séries	300	300	600

* Provável início de transferência para o prédio próprio.

FIGURA 30 - Projeção de matrículas da Escola Técnica
Fonte: Acervo FEMC¹⁵⁰

No início do segundo ano de funcionamento da nova escola, surgiu a possibilidade de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Montes Claros que vinha enfrentando dificuldades com o custeio da recém-construída Escola Municipal Marcelina Lopes¹⁵¹, localizada na Praça Itapetinga nº 200¹⁵², na parte alta do bairro São João. Em um primeiro momento, o projeto sofreu rejeições, principalmente por se tratar de uma transferência de um bem público para uma entidade de direito privado, mas, a seguir, uma nova estratégia foi proposta ao legislativo municipal, como descreve a matéria veiculada no Jornal de Montes Claros em 17 de abril de 1977¹⁵³:

Parece haver agora amplas possibilidades de aprovação do projeto do Executivo que transfere para a Fundação (Escola Técnica) o ginásio municipal do Alto São João. O envio de mensagem à Câmara, propondo a medida, parece ter sido antecedido por entendimentos com vereadores da Arena¹⁵⁴ e os termos da transferência resguardam determinados aspectos que forma pontos de atrito no projeto anterior: a transferência se fará por período experimental determinado, só se concretizando a doação depois que a Escola Técnica demonstrar o caráter positivo da medida.

¹⁵⁰ CÓPIA do Processo de autorização de funcionamento da Escola Técnica. Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁵¹ A Escola Municipal Marcelina Lopes foi construída durante a administração do prefeito Dr. Moacir Lopes (1973 a 1975).

¹⁵² Com a construção da Praça da Tecnologia, bem em frente da Escola Técnica, o endereço da FEMC passa a ter um novo endereço, com o nome do referido logradouro e número 77.

¹⁵³ RECORTE de Jornal sem indicação do número da página. Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁵⁴ Partido político Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

A direção da entidade aceitou essas cláusulas condicionantes, por estar certa de que poderá cumpri-las e dar ao educandário estrutura muito mais dinâmica do que se espera sob o comando do Município. Basta dizer que com apenas dois anos de funcionamento a Escola Técnica já se impôs nos meios educacionais, graças à estrutura séria que se impõe e ao invejável suporte financeiro de que dispõe, garantido pelas grandes empresas que contribuem para a manutenção da Fundação Educacional Montes Claros. Resolvido seu grande problema que é o de acomodações, sem prejuízo para o município, não há dúvida de que muito poderá fazer a Escola Técnica. E para a aprovação do projeto já em poder da Câmara, há o fato evidente de que o município não suporta o elevado gasto de manutenção do ginásio e não conseguiu que o Estado aceitasse receber o imóvel. A maioria dos vereadores condicionava seu voto a esse pronunciamento do Estado.

De acordo com outra reportagem do Jornal de Montes Claros, de 02 de junho de 1977, o executivo municipal apresentou projeto de lei à Câmara Municipal no qual “propõe a cessão temporária da escola até o fim do ano de 1979 quando, se a Fundação tiver cumprido o que determina o convênio, será feita a doação definitiva”. A mesma matéria informava ainda que, com esse advento, a FEMC se “responsabiliza pela manutenção do ensino de primeiro grau até a última série, para os alunos matriculados e frequentes em 1977”.

Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG.			
<p>LEI nº 1.120, de 13 de junho de 1977</p> <p>Autoriza o Poder Executivo a fazer cessão temporária das dependências da Escola Municipal "Marcelina Lopes" à Fundação Educacional Montes Claros e estabelece normas para cessão definitiva.</p> <p>A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte lei:—</p> <p>Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio de cessão temporária das edificações que constituem a Escola Municipal "Marcelina Lopes" à Fundação Educacional Montes Claros, convênio este que, celebrado, será apreciado pelo Legislativo para necessária aprovação.</p> <p>Art. 2º — A cessão de</p>	<p>que trata o artigo anterior será por período experimental, condicionada ao que dispuserem o convênio e a presente Lei.</p> <p>Art. 3º — A Fundação Educacional Montes Claros obrigará-se a manter, até a última série do primeiro grau, o ensino ministrado para os alunos matriculados e frequentes em 1977, em condições idênticas às dos estabelecimentos estaduais oficiais congêneres, observando, total ou parcialmente, o pessoal docente e administrativo, mantido pela Prefeitura Municipal.</p> <p>Art. 4º — A finalidade do uso das edificações pela Fundação Educacional Montes Claros será a manutenção e funcionamento de cursos técnicos ao segundo grau, para a formação de técnicos.</p>	<p>Parágrafo Único — Terá prioridade de matrícula no curso técnico, os alunos matriculados em 1977 e os que concluírem o primeiro grau, naquele educandário.</p> <p>Art. 5º — No final do exercício de 1979, se a Fundação Educacional Montes Claros houver cumprido integralmente o estabelecido em convênio, até aquele ano, fica o Poder Executivo autorizado a fazer a doação definitiva das edificações, cujas finalidades não poderão ser desvirtuadas, sob pena de reversão do objeto da doação ao Município.</p> <p>Art. 6º — Ocorrendo a extinção Educacional Montes Claros, em qualquer tempo, após a efetivação da doação, o patrimônio, objeto desta Lei, reverterá ao Município.</p>	<p>Art. 7º — A Fundação Educacional Montes Claros, sempre que solicitada, prestará, aos poderes Executivo e Legislativo de Montes Claros, informações necessárias ao acompanhamento do acordo celebrado e, anualmente, remeterá relatórios das atividades escolares exercidas.</p> <p>Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.</p> <p style="text-align: right;">Prefeitura Municipal de Montes Claros, 13 de junho de 1977.</p> <p style="text-align: right;">Antônio Lafetá Rebelo Prefeito Municipal</p> <p style="text-align: right;">Antônio Teixeira de Carvalho Abreu e Silva Secretário de Educação</p>

FIGURA 31 - Transcrição da lei municipal 1.120 de 13/06/1976.

Fonte: Acervo FEMC¹⁵⁵

¹⁵⁵ RECORTE do Jornal Diário de Montes Claros, de 16 de junho de 1977. Pertence ao Acervo da FEMC.

Como consequência, fruto desse projeto, em 13 de junho de 1977, o Prefeito de Montes Claros, Sr. Antônio Lafeté Rebello¹⁵⁶, sanciona a lei nº 1.120, autorizando a cessão temporária da Escola Marcelina Lopes à FEMC, já prevendo a sua transferência em definitivo. Contudo, o dispositivo garantiu a manutenção até a última série do 1º Grau dos alunos que se encontravam matriculados na instituição no ano de aprovação da lei, “em condições idênticas às dos estabelecimentos estaduais oficiais congêneres”.

Sob o título “Escola Técnica já pode agora receber o ginásio”, o Jornal de Montes Claros, de 12 de julho de 1977 noticiou a celebração do convênio entre a FEMC e o município.

A Fundação Educacional Montes Claros, que mantém a Escola Técnica, já pode receber o prédio do ginásio municipal do alto São João: sua diretoria assinou com a Prefeitura o convênio mediante o qual se concretizou a cessão temporária do imóvel, autorizada por lei. Segundo o convênio, a Fundação se compromete a manter as quatro séries do 1º Grau da mesma forma como vinha funcionando, a prestar esclarecimentos aos poderes Legislativo e Executivo sempre que solicitados, além de apresentar relatórios anuais, e dar prioridade aos alunos que concluírem o primeiro Grau no preenchimento de vagas do segundo Grau. O convênio vigorará até 31 de dezembro de 1979, após o que, desde que a Escola Técnica cumpra fielmente seus termos, prédio e terreno serão doados em definitivo à Fundação.

Com a celebração do convênio, em agosto de 1977, a FEMC assumiu integralmente o “ginásio municipal”, ou seja, a carteira de alunos, seus professores, técnicos administrativos e suas edificações (FOTOGRAFIA 14). O convênio permitiu a instalação da sua infraestrutura, ora em operação no bairro Melo.



FOTOGRAFIA 16 - E. M. Marcelina Lopes, em 1976
Fonte: Acervo FEMC¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Antônio Lafeté Rebello foi prefeito de Montes Claros no período de 1977 a 1982, sucedendo Ivanir Pereira que foi o chefe do executivo municipal em 1976.

¹⁵⁷ FOTOGRAFIA de estrutura original da E. M. Marcelina Lopes, em 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

Do mesmo modo, a Fotografia 15 mostra alguns detalhes da parte posterior do terreno da nova escola. Ao fundo, na parte mais clara, será posteriormente construída a primeira quadra poliesportiva, antecedendo a construção do ginásio poliesportivo. À esquerda, tem-se a cerca de tela de alambrado que, do outro lado, por muito tempo abrigou um campo de terra para prática de futebol, onde os alunos da escola costumavam “jogar bola” após as aulas de educação física. É nesse espaço que, posteriormente, surge o bairro Conferência Cristo Rei.



FOTOGRAFIA 17 - E. M. Marcelina Lopes, em 1976.
Fonte: Acervo FEMC¹⁵⁸.

Poucos meses após a mudança de endereço, a FEMC abriu um novo processo seletivo para provimento de vagas para o ano de 1978. Além do ensino noturno, havia também a oferta de cursos no período matutino, para funcionamento concomitante com as turmas de 1º Grau da escola Marcelina Lopes.

Sob o título “Escola Técnica já faz seleção”, o Jornal de Montes Claros, em sua edição de 22 de novembro de 1977, anunciava o primeiro processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos da Escola Técnica.

Encontra-se aberto no Centro Educacional Montes Claros (Escola Técnica de 2º Grau), o período de inscrições para o exame de seleção que se encerrará no dia 20 de dezembro. O interessado deverá efetuar um depósito de Cr\$98,50, Banco Mercantil, em nome da Fundação Educacional Montes Claros, comparecendo em seguida na sede da escola, na praça Itapetinga, no Alto São João, a fim de homologar sua inscrição. Os exames serão realizados no dia 8 de janeiro, constando de um psicotécnico e de um teste de redação. Os cursos e as vagas são os seguintes: Mecânica, com 80 vagas (matutino e noturno); Eletrônica, 40 (matutino); Eletrotécnica, 80 (matutino e noturno); e Mercadologia, 40 (noturno). Os resultados serão conhecidos no dia 10 de

¹⁵⁸ FOTOGRAFIA da parte posterior do terreno da E. M. Marcelina Lopes em 1976. Pertence ao Acervo da FEMC.

janeiro, sendo que as matrículas serão recebidas nos dias 12 e 13. O início das aulas ocorrerá em 9 de fevereiro (ACERVO DA FEMC¹⁵⁹).

O detalhamento foi publicado em um folder para distribuição ao seu público-alvo (FIG. 29).

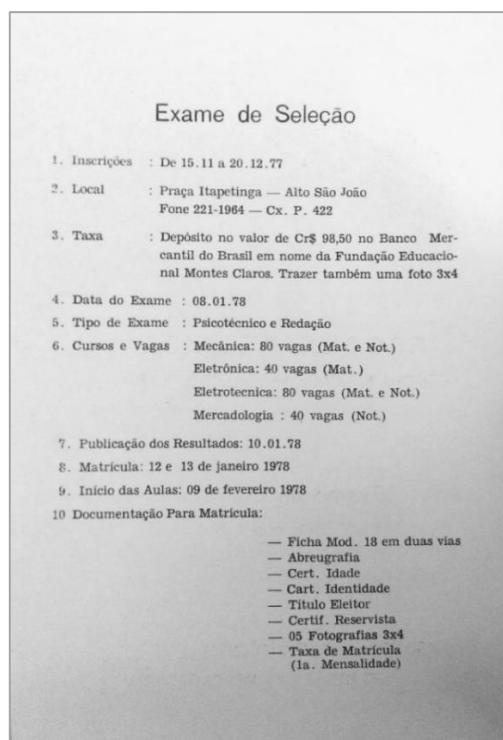


FIGURA 32 - Informativo – Exame de Seleção/1978.
Fonte: Acervo FEMC, 1978¹⁶⁰.

Segundo essa publicação, além dos setores típicos das instituições de ensino daquela época, a FEMC contava com Serviço de Supervisão e Coordenação Pedagógica (SSCP), Serviço de Orientação Educacional (SOE), Serviço de Seleção e Encaminhamento de Pessoal e o Setor de Cursos de Curta Duração, o Escritório Modelo de Mercadologia e o Centro de Formação de Mão de Obra (CFMO).

Com relação ao suporte às comunidades discente e docente, o referido informativo trouxe em destaque os prodígios de sua biblioteca. Em um tempo em que as distâncias dos grandes centros pareciam ser muito maiores e as facilidades da Internet, criada há pouco tempo nos Estados Unidos, não eram realidade nessas terras sertanejas, o acesso às publicações técnicas e científicas e, até mesmo, aos catálogos das editoras era extremamente restrito. Assim, a biblioteca estreitava tais distâncias (FOTOGRAFIA 16).

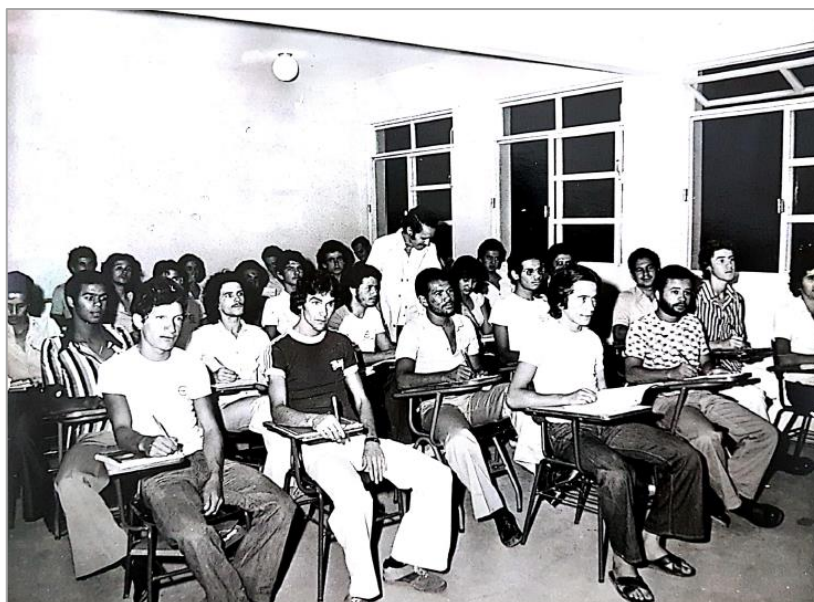
¹⁵⁹ JORNAL DE MONTES CLAROS. Edição de 22 de novembro de 1977. Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁶⁰ EXAME de seleção da Escola Técnica, 1978. Pertence ao Acervo da FEMC.

Embora com pouco mais de um ano de funcionamento, a biblioteca, devidamente registrada nos órgãos competentes, conta com mais de 2.000 obras didáticas e paradidáticas, além de publicações técnicas diversas, funcionando nos três turnos e com média diária de 52 consultas, atendendo inclusive alunos de outras escolas. Dispõe também de setor especializado em metodologia e didática para uso dos professores. Além de empréstimos e consultas, a biblioteca funciona também como meio de aquisição de obras para alunos e professores que assim o desejem.



FOTOGRAFIA 18 - Nova biblioteca da Escola Técnica, 1977.
Fonte: Acervo FEMC¹⁶¹.



FOTOGRAFIA 19 - Sala de aula da Escola Técnica em suas novas instalações,
em 1977.
Fonte: Acervo FEMC¹⁶².

¹⁶¹ FOTOGRAFIA de alunos utilizando a nova biblioteca da Escola Técnica, 1977. Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁶² FOTOGRAFIA Sala de aula da Escola Técnica em suas novas instalações, em 1977. Pertence ao Acervo da FEMC.

Com relação às salas de aula, suas paredes eram de alvenaria com generosas janelas de vidro em uma das paredes laterais, piso com acabamento de um material vinílico (chamado Paviflex) e o teto era de laje, com uma cobertura adicional de telhas de aço-zincado. Em geral, eram do mesmo tamanho, medindo cerca de 44 m², abrigavam, em cada uma, cerca de 40 carteiras universitárias, uma mesa para o professor e um quadro verde, onde os professores normalmente “passavam a matéria”.

Nessas salas de aula, as janelas de vidro garantiam uma relativa iluminação natural, nos turnos da manhã e vespertino; à noite a iluminação artificial era indispensável. Eram utilizadas lâmpadas incandescentes, tecnologia padrão naquele tempo, que dispensavam aproximadamente 95% da energia elétrica que consumiam em forma de calor, mas, mesmo assim, a ventilação era natural, visto que não havia ventiladores.

4.10 A FEMC como modelo

Com um ano de funcionamento, a Escola Técnica serviu de inspiração para as lideranças locais replicarem essa experiência na cidade de Pirapora. Em 17 de abril de 1977, foi noticiado no jornal Diário de Montes Claros, sob a manchete “Empresários criam Centro de Formação de Mão de Obra”, referente ao encontro realizado na cidade de Pirapora, promovido pelo Conselho de Empresários da Área Mineira da SUDENE e coordenado pelo Diretor da SUDENE em Minas Gerais, Sr. Marcelo Furtado.

Prestigiaram o evento, os prefeitos de Pirapora, Várzea da Palma e Buritizeiro, os presidentes das associações comerciais desses municípios, o Diretor do BDMG, Sr. Swell Abdala, os empresários Roberto Teixeira Campos (FRIGONORTE), Luiz de Paula Ferreira (COTEMINAS), Décio Machado e José Corrêa Machado (SIOM), Aderbal Bento de Andrade (GLYCENORTE), Ricardo Vincintin (ELETROMETALUR), Manfred Martin (INDÚSTRIA ITACOLOMY DE CERVEJAS) e o Diretor da Escola Técnica, José Eustáquio Machado Coelho, além de vários empresários locais.

Na ocasião, foi aprovada a criação em Pirapora de uma fundação e uma escola técnica, nos moldes da Fundação Educacional Montes Claros e o Centro Educacional Montes Claros – Escola Técnica. Fruto desses trabalhos, surgiu em 18 de fevereiro de 1978, em Pirapora, a Fundação Educacional do Alto Médio São Francisco (FUNAM), hoje denominada FAC FUNAM, instalada na avenida Jefferson Gitirana, número 1442, bairro Cícero Passos.

A exitosa experiência de Montes Claros rompia seus horizontes e chamava a atenção de praças cada vez mais distantes, como foi o caso de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, noticiado em 17 de abril de 1977 pelo jornal Diário de Montes Claros:

Por recomendação do Secretário da Indústria e Comércio, Fagundes Neto, dois membros da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, acompanhados pelo secretário municipal da Educação, Hermantino Dias Filho, visitaram a Escola Técnica do Centro Educacional Montes Claros, anteontem, a fim de copiar o modelo do educandário para instalar similar naquela cidade. Argemiro Evangelista Ferreira, secretário-geral, e Aldo Prudente da Silva, secretário-executivo da ACI uberlandense, disseram que no próximo ano, quando estiver sendo implantada a escola técnica em sua cidade, serão enviados professores para estágio em Montes Claros (ACERVO FEMC¹⁶³).

A dinâmica da FEMC, sua escola técnica e sua íntima relação com as empresas fizeram com que a Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁶⁴ solicitasse ao pesquisador Cândido Alberto da Costa Gomes, consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a elaboração de um estudo que convergiu para a publicação de um artigo intitulado *Alternatives in vocational education finance: an example of participation by employers in Brazil* publicado na revista *Perspectives*, da própria OIT. O estudo trazia o modelo estratégico implementado pela instituição, que permitia a gratuidade para muitos alunos ou a cobrança de mensalidades subsidiadas, graças à receita de cursos de curta duração desenvolvidos na própria escola ou *in company*, prestação de serviços e contribuições das empresas mantenedoras da FEMC.

4.11 Os primeiros técnicos formados pela Escola Técnica

No dia 15 de dezembro de 1978, a Escola Técnica formava sua primeira turma de técnicos. Eram vinte e dois profissionais egressos do 3º Ano do Curso Técnico em Comercialização e Mercadologia (os alunos dos demais cursos só formariam no ano seguinte, ao final do 4º Ano). O evento foi noticiado pela imprensa local, como exposto na Figura 35.

¹⁶³ RECORTE do Diário de Montes Claros, Edição 17 de abril de 1977. Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁶⁴ Agência integrante da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra/Suíça.



FIGURA 33 - Anúncio da primeira formatura dos alunos da Escola Técnica.

Fonte: Acervo FEMC¹⁶⁵.

Destaque-se que a reportagem cita nominalmente os primeiros técnicos formados pela Escola Técnica, no curso Técnico em Comercialização e Mercadologia: Abelar Gonçalves Veloso; Antônio de Fátima Meireles; Antônio Ribeiro Neto; Celma Pereira Cavalcanti; Constantino Neto; Francilúcia Alves Barros; Geraldo Magela e Silva; Jackson de Oliveira; Jane Moreira de Andrade; José Helber Sarmiento Bastos; José Hilton da Mata; Lígia Maria Wanderley; Marlene Alves dos Santos; Marly Martins Santos; Maria José de Jesus; Matilde Gonçalves de Oliveira; Paulo Lenis Correia da Silva; Paulo Roberto Mendes Pereira; Susan Kátia Castilho Lopes; Solange Santos Pereira; Valdeci Ferreira de Aguiar; e José Sebastião Alkimim.

No ano seguinte, ocorreu a formatura dos alunos dos demais cursos da escola¹⁶⁶. Mais uma vez, a imprensa local reservou um espaço para noticiar o evento, com a manchete “Escola Técnica mostra sua primeira turma de formandos”, o Jornal do Norte de 23 de novembro de 1979 descreveu:

A Fundação Educacional Montes Claros está formando neste mês a sua primeira turma de Técnicos em Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica. Os formandos têm como Patrono o Governador Francelino Pereira dos Santos e Paraninfo José Corrêa Machado.

A Escola Técnica, pioneira no ensino profissionalizante no Norte de Minas, acaba de integrar o ensino ao progresso da região, lançando no mercado de trabalho, mão-de-obra especializada.

As solenidades de formatura serão realizadas no dia 11 de novembro, com culto de Ação de Graças na 1ª Igreja Batista na Rua General Carneiro, 254, a partir das 19h30m. No dia 14 de novembro, Missa de Ação de Graças na Matriz de Nossa

¹⁶⁵ RECORTE do Diário de Montes Claros, edição de 12 de dezembro de 1978. Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁶⁶ Apenas o curso de Comercialização e Mercadologia era estruturado para três anos. Já os cursos de Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica tinham uma carga horária maior, com quatro anos de duração.

Senhora e São José a partir das 19h30m e às 20h30m está prevista a entrega dos certificados, no Centro de Extensão Cultural (ACERVO FEMC¹⁶⁷).

A mesma matéria trouxe, ainda, a relação dos sessenta técnicos que estavam concluindo seus respectivos cursos:

- Técnico em Eletrotécnica: Ademir Alves da Silva; Antônio Dirson Gonçalves Rocha; Antônio Luciano Arruda Santos; Cícero de Jesus Gomes; Edgar Francisco de Souza; Elson Guilherme Soares; Esival Antunes; Genésio Alves Pereira; Gervásio Muniz Cordeiro; Gilson Dutra Correa; Gilson Guedes Novais; Jairo Mércio Drumond Nobre; José Almeida Souto Filho; José Antunes de Souza; José Gonçalves Ferreira; José Luís de Pinho Andrade; José Oliveira de Moraes; José Rosifran Cruz Macêdo; Juscelino Barbosa Araújo; José Mesquita da Silva; José Rômulo Ramos Nobre; Marco Aurélio da Silva; e Milton Luiz Santos.
- Técnico em Eletrônica: Adonhiram Prates Costa; Aloísio Matheus Gárdingo; Anésio Lopes Coimbra; Antônio Alfeu Ferreira; Assis Francisco Batista Sobrinho; César Rabelo Rodrigues; Domingos Fonseca Filho; Douglas Machado Coriolano; Eduardo Freitas Lima Filho; Eurípedes Marques de Carvalho Faria; Gileu Dias Athayde; Joaquim Pereira de Amorim Neto; João Herculando Rabelo. Liete Francisca de Matos; Luiz Zildemar Soares; Marcos Roberto Xavier; Pedro Constantino Alves de Lima; Wagner Batista Castro; e Wanderlúcio Mendes Colares.
- Técnico em Mecânica: Adão Oliveira de Almeida; Cosme Geraldo de Carvalho; Edmundo Herculano de Souza; Elton Alves da Silveira; Geraldo Jesús Antunes Santos; Geraldo Robson dias; Jacy Alves Cardoso; João Carlos dos Santos; José Geraldo dos Santos; José Marcondes Pinheiro; Jurandir Barbosa Araújo; Luiz Nicolau Júnior; Márcio Antônio Goulart; Paulo Vasconcelos Santos; Raimundo Carlos Oliveira; Rodolfo Souza Rabelo; Valter Albuquerque Oliveira; e Lindomarque Nobre.

Além dos vinte e dois técnicos em Comercialização e Mercadologia formados no ano anterior, em novembro de 1978, a Escola Técnica entrega 59 técnicos para o mercado de trabalho, principalmente para as empresas industriais de Montes Claros.

¹⁶⁷ RECORTE do Jornal do Norte, edição de 23 de novembro de 1979. Pertence ao Acervo da FEMC.

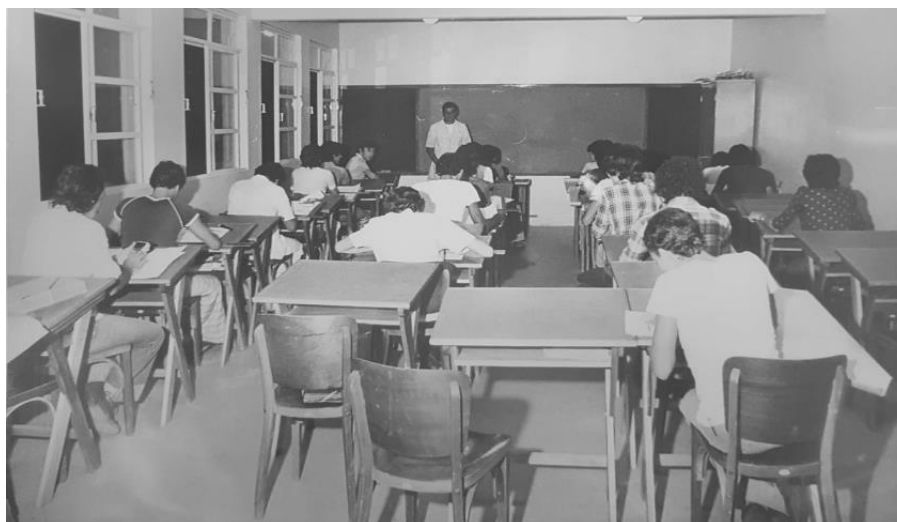
4.12 Novos laboratórios da Escola Técnica

Com a doação das edificações da Escola Marcelina Lopes recebida pela FEMC, originalmente com três blocos de salas, foram instalados os vários ambientes que compunham a Escola Técnica. Posteriormente, foi feita a construção do quarto bloco, destinado a abrigar os laboratórios dos vários cursos, como, por exemplo, a tornearia (FOTOGRAFIA 18), o laboratório de usinagem, sala de desenho (FOTOGRAFIA 19), sala de datilografia (FOTOGRAFIA 20), laboratório de eletrônica e laboratório de eletricidade.



FOTOGRAFIA 20 - Laboratório de Tornearia da FEMC

Fonte: Acervo FEMC¹⁶⁸



FOTOGRAFIA 21 - Primeira sala de desenho da FEMC

Fonte: Acervo FEMC¹⁵⁰

¹⁶⁸ FOTOGRAFIAS do Laboratório de Tornearia e da Primeira sala de desenho da FEMC. Pertence ao Acervo da FEMC.



FOTOGRAFIA 22 - Curso de datilografia da Escola Técnica, em 1983.
Fonte: Acervo FEMC¹⁶⁹

Na sequência, em dezembro de 1985, entrou em funcionamento uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH)¹⁷⁰ para fins didáticos no laboratório de eletricidade da FEMC. Idealizada pelo ex-Presidente da FEMC, Sr. João Bosco Martins de Abreu, foi construída com os equipamentos doados pelo empresário Sr. João Paculdino Ferreira Filho, usados no período de 1951 a 1957 na geração de energia elétrica para a iluminação pública da Fábrica de Tecidos Santa Bárbara.

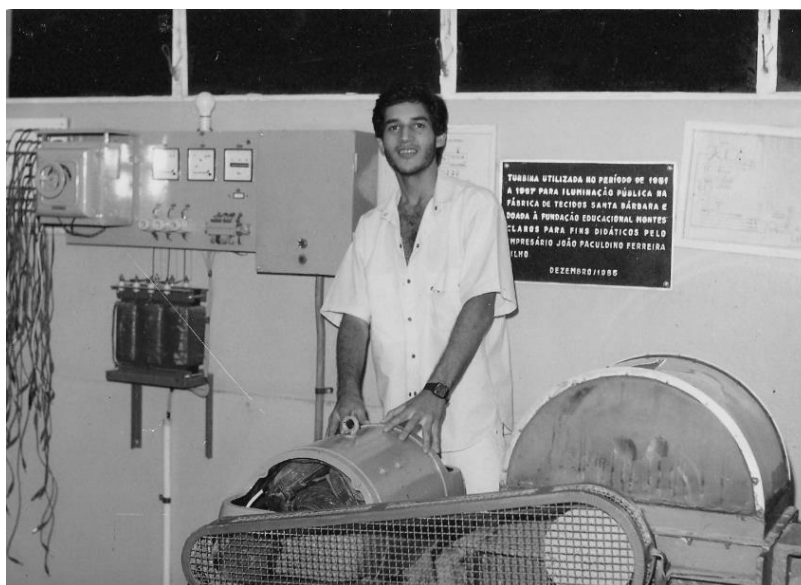
O sistema era composto por uma turbina hidráulica do tipo *Pelton*, alimentada por um sistema eletromecânico de bombeamento de água¹⁷¹. A turbina, por sua vez, acionava um gerador de 10 kVA, disponibilizando uma rede trifásica de 220V. Assim como nas usinas hidrelétricas convencionais, a energia produzida passava por uma subestação elevadora antes de ser lançada na linha de transmissão. Do outro lado do laboratório, por sua vez, a energia chegava à subestação abaixadora de tensão, que era então distribuída para as cargas.

Até o final da década de 1990, quando foi desativada, além do seu caráter didático, principalmente para o curso Técnico em Eletrotécnica e, posteriormente, para o curso Técnico em Eletromecânica, a usina era sempre apresentada aos visitantes pelos gestores da FEMC como um dos seus maiores atrativos. Do mesmo modo, por muitas vezes, diversas escolas da cidade organizavam suas turmas para visitar as instalações da Escola Técnica e sempre com o encerramento glamoroso, assistindo à usina entrar em operação.

¹⁶⁹ FOTOGRAFIA da sala do Curso de datilografia da Escola Técnica, em 1983. Pertence ao Acervo da FEMC.

¹⁷⁰ Segundo a Quanta Geração S.A., “uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) é uma usina de pequeno porte que produz energia elétrica utilizando-se das águas do rio”. QUANTA GERAÇÃO S.A. **Pequena Central Hidrelétrica**: informativo. 19 set. 2014. 1 *Folder*.

¹⁷¹ Ao passar pela turbina, a água retornava para o reservatório para então ser novamente bombeada, formando um processo cíclico.



FOTOGRAFIA 23 - PCH instalada no laboratório de eletricidade da Escola Técnica.

Fonte: Acervo do autor.

A Fotografia 21 retrata este autor destacando a referida PCH, em 1987, ano de conclusão do seu curso Técnico em Eletrotécnica, na Escola Técnica.

4.13 A posse definitiva do prédio

A lei municipal 1.120, de 13 de junho de 1977, autorizou o Executivo Municipal a fazer a cessão temporária das dependências da Escola Municipal Marcelina Lopes para a Fundação Educacional Montes Claros e estabeleceu o final do exercício de 1979 como prazo para a transferência definitiva da propriedade do imóvel a partir da comprovação dos requisitos por ela estipulados. Desde então, o Centro Educacional Montes Claros, instituição de ensino privada, passou a operar em um imóvel público.

Para tal intento, o Presidente da FEMC, Sr. João Bosco Martins de Abreu, e o Diretor da Escola Técnica, Professor José Eustáquio Machado Coelho, estiveram presentes na Câmara Municipal de Montes Claros, no dia 28 de novembro de 1977, argumentando sobre a necessidade de antecipar a cessão definitiva. O principal argumento, segundo documentou o Jornal de Montes Claros, na matéria intitulada “Fundação pede à Câmara que antecipe entrega do prédio onde funciona a Escola Técnica: há problemas”, veiculada no dia seguinte à referida

reunião, que “essa cláusula [que trata desse prazo] está gerando problemas com a Secretaria da Educação, que quer seja definido se o educandário é municipal ou particular”.

Segundo esse jornal, os representantes da FEMC também usaram os investimentos que a cidade estava recebendo, com o auge da atuação da SUDENE.

Os visitantes demonstraram na Câmara a perspectiva de desenvolvimento de Montes Claros: até 1980, estarão em funcionamento 33 projetos industriais, um de hotel e um de telecomunicações [...]. Possibilitarão a criação de 10.896 novos empregos, sendo que a meta da Fundação é formar mão-de-obra para atender a essa demanda. Atualmente ela conta com 400 alunos no seu Centro de Formação de Mão-de-Obra, 540 alunos na Escola Técnica e 800 na Escola Marcelina Lopes.

Com relação às fontes de receita, João Bosco evidenciou as contribuições das empresas, as mensalidades da Escola Técnica, de Cr\$320,00, equivalentes a pouco mais de 20 dólares americanos, segundo taxa de câmbio vigente. Já o Professor Eustáquio falou sobre os alunos da Escola Marcelina Lopes e a importância da formação técnica de nível médio.

O Professor Eustáquio Machado Coelho explicou que os alunos recebidos pela fundação do município ao assumir a escola continuam estudando gratuitamente, contribuindo apenas com pequenas parcelas não compulsórias: os que não podem não pagam. Defendeu o ensino profissionalizante, argumentando que, dos alunos de cursos médios, apenas 8% chegam à universidade. Assim, impõe-se a necessidade de esses alunos aprenderem uma profissão já no ensino secundarista, sem prejuízo do chamado “ensino de massa”, beneficiando principalmente aos alunos carentes. Para ele, “o ensino de massa não faz o pobre subir na vida” e, se os pobres não têm condições de chegar à universidade, é necessário que obtenham profissionalização antes dela.

Após as apresentações sobre a FEMC, abriu-se espaço para o debate com os vereadores “quando então foi solicitada a transferência em definitivo da Escola que, assim, continuaria a existir, com ensino voltado para a profissionalização, sem prejuízo para o ensino tradicional, e com acesso permitido para jovens e crianças carentes”. Não se tem notícia de nenhuma corrente que tenha questionado a importância da Escola Técnica para o desenvolvimento da cidade, principalmente, por reconhecer a sua capacidade de formação de profissionais alinhados com as demandas do parque industrial de Montes Claros, bem como aquele fomentado pelos incentivos da SUDENE. No entanto, as diligências da FEMC, para conseguir a posse definitiva do imóvel da Escola Marcelina Lopes, transformaram-se em uma verdadeira peregrinação, sempre esbarrando na burocracia da máquina pública.

Os anos se passaram, vários prefeitos e vereadores cumpriram seus mandatos sem que as articulações políticas fossem suficientes para desembaraçar aquilo que parecia simples no instrumento de cessão temporária. Somente em 06 de outubro de 2000, o Prefeito Municipal

Jairo Ataíde Vieira sanciona a lei municipal número 2.824 que autoriza a doação definitiva do imóvel. No dia seguinte era lavrada, no Cartório de Registro Civil e Anexo, na cidade de Glaucilândia, comarca de Montes Claros, no Livro nº 34, folha 138 e verso, a doação do “terreno com área de doze mil, quatrocentos e oitenta e oito metros e quarenta e nove decímetros quadrados (12.488,42 m²) e edificações nela existentes. Localizada na Praça da Tecnologia, 77, no bairro São João, da cidade de Montes Claros-MG”.



FIGURA 34 - Carimbo do registro da escritura sede da FEMC
Fonte: Acervo FEMC¹⁷²

A escritura foi registrada em 09 de outubro de 2010, no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Montes Claros – MG, conforme ilustra a Figura 36.

4.14 A FEMC assume o SENAI

Até a primeira metade dos anos 1980, a Escola Técnica funcionou nos três primeiros blocos de salas, herdados da Escola Marcelina Lopes, insuficientes para seus planos de expansão. Assim, foi iniciada a edificação do quarto bloco do seu prédio, com dois pavimentos que, por mais de uma década, abrigou os laboratórios da FEMC que serviam à Escola Técnica.

Na sequência, a FEMC celebrou uma parceria com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), no período compreendido entre os anos de 1996 e 2000. O convênio permitiu à FEMC gerir o Centro de Formação Profissional Luiz de Paula (CFPLP), unidade local do SENAI, sendo designado o professor Lincoln Wagner de Queiroz Veloso para a função.

¹⁷² CÓPIA da Escritura do Imóvel sede da FEMC. Pertence ao Acervo da FEMC.

A FEMC assumiu a gestão das atividades intrínsecas do próprio SENAI, como os programas de aprendizagem industrial e demais cursos de qualificação desenvolvidos para inúmeras empresas de todo o Norte de Minas.

Do mesmo modo, a Escola Técnica também se beneficiou diretamente da parceria. Como exemplo, uma turma do curso Técnico em Eletrotécnica, formada por funcionários da CEMIG, foi desenvolvida quase que totalmente nas instalações do SENAI, utilizando salas de aula, laboratórios e oficinas. Com relação ao quadro de pessoal, não foi diferente. Vários instrutores, em sua maioria egressos da própria Escola Técnica, foram incorporados ao quadro de funcionários da FEMC, contratados como professores dos cursos que compunham o portfólio da Escola Técnica. Esse foi o caso, por exemplo, dos professores Murilo Pereira Lopes, Charley Teófilo da Silveira e Cláudio Leonardo da Silva.

4.15 O Programa de Expansão da Educação Profissional

O governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu uma série de ações voltadas para a educação profissional. Ainda em seu primeiro mandato, após sancionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)¹⁷³, vigente até os dias atuais, publicou o dispositivo¹⁷⁴ que regulamentou a educação profissional, como previa o texto da LDB.

Essa ação fez com que as escolas técnicas em funcionamento no país e aquelas que viriam a ser criadas ficassem desvinculadas das unidades de ensino propedêutico. Em seu artigo 5, a exigência era explícita: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1996), ou seja, na forma concomitante, o aluno deveria ter matrículas distintas. Enquanto cursa o ensino médio em uma escola, em outro horário, estará estudando o seu curso técnico em outra instituição de ensino. Já na forma subsequente, o curso técnico seria ofertado para aqueles que já concluíram o ensino médio.

De certa forma, essa regulamentação fazia parte da reforma da educação profissional que estava sendo implantada pelo Ministério da Educação (MEC). Era, na verdade, sua primeira fase, uma preparação para que as escolas técnicas recebessem os recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Esse programa, previa a aplicação

¹⁷³ A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

¹⁷⁴ O decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 regulamentou o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da LDB.

de 500 milhões de dólares, sendo metade desse valor oriundo de empréstimo junto ao Banco Mundial, celebrado em 24 de novembro de 1997 e a outra parte dividida em partes iguais, com previsão orçamentária do MEC e do Ministério do Trabalho e Emprego. O programa contemplou, principalmente, as instituições dedicadas à educação profissional da rede pública, mas houve a abertura para a participação de instituições do segmento comunitário, como foi o caso da FEMC.



FIGURA 35 - Logomarca do PROEP
Fonte: Manual de Identidade Visual PROEP¹⁷⁵

Durante este período, a presidência do Conselho de Administração da FEMC já era ocupada pelo empresário Ariovaldo de Melo Filho¹⁷⁶, que também comandava a FIEMG - Regional Norte. Segundo seus relatos, Osmar Geraldo Rego Cunha, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Norte de Minas – SINDUSCON/Norte, o procurou na sede da Federação para falar sobre a possibilidade de criar uma escola voltada para a educação profissional em Montes Claros (MELO FILHO, 2005).

Como eu já estava com um pé dentro da Fundação, comecei a imaginar tudo isso dentro da instituição [...]. Nós fomos até o professor Eustáquio que já tinha encaminhado uma fotografia que ele viu em um jornal. Ele tinha até uma carta [ao PROEP] pedindo novecentos mil reais. [...]. Percebi que a Escola Técnica realmente se enquadrava. Voltei à escola e começamos a fazer um planejamento estratégico para uma aplicação vultosa de recursos. Fizeram um projeto de aproximadamente três milhões de reais (*Ibid.*).

No entanto, o Sindicato das Indústrias Gráficas de Montes Claros (SINDGRAF) também pleiteava a aquisição e estruturação de três unidades móveis de treinamento para atuação em toda a região nordestina, projeto que poderia inviabilizar os investimentos disputados pela FEMC. Assim, um acordo mediado pelo próprio MEC, contando com a

¹⁷⁵ MANUAL de Identidade Visual PROEP. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/esp_logo_proep.pdf > Acesso em 06/06/2019.

¹⁷⁶ MELO FILHO, A. de. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

participação ativa do então prefeito municipal, Jairo Ataíde Vieira, e outras lideranças políticas locais, fez com que o SINDGRAF abrisse mão de seu projeto em favor daquele proposto para aplicação na Escola Técnica (MELO FILHO, 2005).

Assim, nos primeiros anos da década de 2000, o projeto coordenado pela professora Ângela Maria de Carvalho Veloso obteve do PROEP mais de quatro milhões de reais. Isso possibilitou à FEMC a reestruturação dos seus laboratórios (quarto bloco) e a construção do quinto bloco, abrigando vários outros laboratórios.



FOTOGRAFIA 24 - Inauguração das novas instalações financiadas pelo PROEP
Fonte: Acervo FEMC¹⁷⁷

A Fotografia 22 registra um momento da cerimônia de inauguração das novas instalações da FEMC. Da direita para a esquerda, o então prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde Vieira; o presidente do Conselho de Administração da FEMC, Sr. Ariovaldo de Melo Filho; e o professor José Eustáquio Machado Coelho, Diretor Superintendente da FEMC naquela oportunidade.

O PROEP também garantiu a compra de máquinas, equipamentos, instrumentos de medição, computadores e *softwares*, bem como propiciou a atualização de todo o acervo da biblioteca e financiou o treinamento de professores e o processo de elaboração do planejamento estratégico da FEMC e da Escola Técnica.

¹⁷⁷ FOTOGRAFIA da Inauguração das novas instalações da FEMC, financiadas pelo PROEP. Pertence ao Acervo da FEMC.

4.16 A parceria com a BIOMM

Em 2001, “assim que a BIOBRÁS é vendida, parte dela passa a se chamar BIOMM, para onde são transferidos toda a propriedade intelectual, o *know-how*, pesquisadores e executivos que tornaram a Biobrás a quarta maior produtora de insulina do mundo”¹⁷⁸.

Desde então, a BIOMM estabeleceu uma sólida parceria com a FEMC. Instalou seus modernos laboratórios, abrigando toda a sua equipe de pesquisadores. Do prédio da Escola Técnica, a BIOMM prestou serviços para diversos clientes, inclusive no exterior, até o final de 2017, quando se transferiu para a região metropolitana de Belo Horizonte.

Nesse ínterim, a BIOMM absorveu vários egressos das unidades da FEMC para integrarem seu quadro de funcionários. Doou equipamentos, abriu as portas para visitas técnicas orientadas, principalmente, quando certos processos de produção estavam em curso e agregavam valor para os estudantes da Instituição.

Toda tecnologia BIOMM produzida em solo nacional, está disponível para licenciamento a empresas interessadas na produção da insulina. Hoje, a BIOMM é pioneira em processos e produção de produtos biotecnológicos para aplicações industriais. Mais de 30 anos de experiência em biotecnologia, com altos investimentos em novos mercados e desenvolvimento tecnológico. Assim, a empresa integra uma rede de inovação junto a instituições de grande experiência no Brasil e internacional. Além disso, a empresa busca parcerias visando incluir mais produtos inovadores. (BIOMM, 2019)¹⁷⁹.

Com o encerramento das atividades da BIOMM em Montes Claros, como previsto em contrato, os seus laboratórios foram integrados ao patrimônio da FEMC, sendo destinados para o uso dos alunos das suas unidades de ensino.

4.17 O Campus II

Atendendo às demandas por mais espaço físico, em 2003, a FEMC celebrou um contrato de locação do prédio que ora abrigava o almoxarifado da Telemar Norte Leste S/A

¹⁷⁸ Em 2001, a BIOBRÁS foi adquirida pela dinamarquesa NOVO NORDISK. Disponível em <http://www.biomm.com/Sobre/Historia>. Acesso em 03/03/2019.

¹⁷⁹ Disponível em <http://www.biomm.com/Sobre/Historia>. Acesso em 03/03/2019.

(TELEMAR), na avenida Deputado Esteves Rodrigues, na margem esquerda do rio Vieira, em frente ao Mercado Municipal de Montes Claros. No local, a FEMC promoveu as adequações necessárias para transformar o ambiente que, originalmente, fora construído para abrigar grandes bobinas de cabos telefônicos, centrais de telefonia e todo o aparato inerente às atividades da TELEMAR.



FOTOGRAFIA 25 - Fachada do *campus* II da FEMC.

Fonte: Acervo FEMC¹⁸⁰

Assim, foram construídas salas de aula, laboratórios, salas para os setores administrativos e todos os demais ambientes necessários para o funcionamento de uma instituição de ensino. Todos eles sempre adequados aos requisitos de acessibilidade exigidos pela legislação vigente. Em 2008, a FEMC adquiriu definitivamente a propriedade do referido imóvel (FOTOGRAFIA 23).

¹⁸⁰ FOTOGRAFIA do *campus* II da FEMC. Pertence ao Acervo da FEMC.

CAPÍTULO V

5 TRAJETÓRIA CONTADA POR QUEM A VIVENCIOU

Em 2005, a FEMC iniciou os preparativos para as comemorações que aconteceriam no ano seguinte pelo advento dos seus trinta anos de criação, inicialmente, deveria ser lançado um livro comemorativo. Como parte das ações planejadas, a FEMC fez uma parceria com o curso de graduação de História da Unimontes que estruturou um grupo de acadêmicos para entrevistar egressos, professores, gestores e empresários que, de alguma forma, participaram da sua história¹⁸¹.

No entanto, por algum motivo¹⁸², o projeto do livro não foi concluído. O material produzido a partir das entrevistas não chegou a ser organizado, permanecendo, desde então, em seu estado ‘bruto’, arquivado, sem qualquer tipo de tratamento e, portanto, sem nenhuma publicidade. Como esses depoimentos foram colhidos há mais de treze anos, poderia ser questionado sobre sua validade, todavia, é correto afirmar que eles preservam sua relevância, justamente por se tratarem de temas referentes às circunstâncias que levaram à criação da escola, sua importância, ou outros fatos que marcaram a história da FEMC. Esses são, justamente, os objetos de estudo deste trabalho.

Buscou-se analisar o conteúdo das entrevistas e selecionar as informações que estavam alinhadas com o critério temporal estabelecido para este livro, ou seja, a gênese da FEMC. Em um momento posterior, sempre preservando sua essência, o conteúdo foi transcrito, ora reproduzindo com exatidão a fala dos atores, ora dando outra estrutura de redação, para não se limitar ao modelo pergunta-resposta, como no texto original.

Na sequência, procurou-se acrescentar, ao rico material já coletado, algumas entrevistas que pudessem agregar valor ao que fora catalogado. A FEMC, por exemplo, havia entrevistado a primeira mulher formada pelo curso Técnico em Eletrônica. Nessas coletas, entre os dias 11 e 27 de fevereiro de 2019, foram entrevistados egressos de outros cursos, contemporâneos da entrevistada. Do mesmo modo, foram entrevistados outros atores que, com

¹⁸¹ O Projeto FEMC 30 ANOS foi coordenado pela Professora Mestra Rejane Meireles Amaral Rodrigues, do Departamento de História da Unimontes, com o auxílio dos acadêmicos do curso de graduação em História da Unimontes, Camila Gonçalves Silva (7º período), Liliane Pinheiro da Conceição (5º Período), Matheus Freitas Xavier (6º Período) e Vitor Fonseca Figueiredo (7º Período).

¹⁸² Não se identificou na pesquisa para esse livro o motivo pelo qual tal projeto não foi concluído.

seus depoimentos, abordassem temas relevantes para a história da Instituição, como, por exemplo, a parceria da FEMC com as empresas e a criação da incubadora de empresas.

5.1 Entrevistas – 30 anos FEMC

5.1.1 A Escola Técnica, segundo alguns de seus fundadores

Dentro do portfólio de entrevistas encomendadas pela FEMC, em 2005, foi possível localizar alguns daqueles que vivenciaram o seu nascedouro, como é o caso do senhor Marcelo José Martins Furtado de Souza¹⁸³, que foi Diretor da SUDENE e chefe do seu escritório local; do senhor Raimundo Rodrigues Avelar¹⁸⁴, na época, técnico do NAE-MG e quem se encarregou de escrever o projeto de criação da FEMC; do senhor Jamil Habib Cury¹⁸⁵, proprietário da Construtora PAVISAN; e do senhor Alexandre Pires Ramos¹⁸⁶, Diretor da ACI-Montes Claros à época.

Segundo o Sr. Marcelo José Martins Furtado de Souza, com o advento da SUDENE, “as empresas estavam chegando, a mão de-obra existia e era abundante, mas não era qualificada tecnicamente. Era uma mão-de-obra de 2º Grau e estava disposta a trabalhar nas empresas”.

Frente a esse cenário, de acordo com Avelar, as empresas traziam seus funcionários de fora, mas, ainda assim, o *turnover* era muito alto. Cury, por sua vez, diz que Montes Claros “era uma cidade que se você esforçasse para ficar aqui uns três ou quatro meses, você acabava gostando. Mas esses três ou quatro meses eram cruéis. Não tinha, realmente, nenhum conforto. Nenhuma atividade, nenhuma qualidade de vida”.

Nesse sentido, Avelar lembra que as empresas traziam não só profissionais de nível médio. Segundo conta, a empresa TRANSIT, com seu processo de fabricação de transistores, trouxe cientistas até do exterior, como da América do Norte e da Índia. O ambiente local era, no mínimo, inóspito. Nesse caso, o Presidente da empresa, o Sr. Hindemburgo Diniz, teve que

¹⁸³ SOUZA, M. J. M. F. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

¹⁸⁴ AVELAR, R. R. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

¹⁸⁵ CURY, J. H. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

¹⁸⁶ RAMOS, A. P. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

construir “um verdadeiro palacete”, inclusive com campo de minigolfe para receber esses cientistas.

Cury (2005) acrescenta que já havia certo coro entre os empresários: “ao invés de nós tentarmos trazer uma mão-de-obra de fora, nós temos é que cuidar aqui dos nossos jovens, instruindo os nossos próprios jovens que vivem dentro dos nossos costumes que vivem dentro das intempéries que nós vivemos, que vivem dentro de todos os nossos hábitos alimentares e climáticos etc.” “Então, daí o esforço da Escola Técnica para formar os profissionais, que já conheciam o nosso clima, a nossa comida, os nossos costumes”, complementa Avelar (2005).

Segundo o Sr. Alexandre Pires Ramos, naquela época, as empresas industriais de Montes Claros estavam passando por grandes dificuldades em relação ao mercado de trabalho:

Nós tínhamos um cenário de grande desenvolvimento da região na década de 70 com os incentivos fiscais e financeiros da SUDENE e já tínhamos ali, empresas como MATSULFUR, o FRIGONORTE, grupo COTEMINAS, a ITASA, que depois veio a se transformar na atual NESTLÉ e a VALLÉE. A Metalúrgica Norte de Minas também estava iniciando suas atividades. Todas elas encontravam naquela época, grande dificuldade em relação à mão de obra (RAMOS, 2005).

A escassez de profissionais para áreas que exigiam qualificações mais específicas produzia uma verdadeira competição entre as empresas, o que provocava uma pressão salarial insustentável. Ele descreve que era comum ter um torneiro mecânico ou um electricista, empregado em uma determinada empresa, ter uma oferta da empresa vizinha que, simplesmente, dobrava o seu salário. Pouco tempo depois, outra empresa também o assediava e, mais uma vez, dobrava o seu salário. “Ao final de um ano, ele passava por três, quatro empresas diferentes, aumentando consideravelmente o seu salário” (*Ibid.*).

Nesse sentido, Marcelo José Martins Furtado de Souza enfatiza a iniciativa que culminou no Centro de Formação de Mão-de-Obra. Lembra que “a SUDENE e alguns empresários começaram então a estudar; propuseram a escola não nos moldes do que hoje é a escola técnica, mas fizeram um núcleo de formação de pessoal”. Com sua implantação e, com a lacuna não preenchida, que era a formação de profissionais técnicos industriais de nível médio, ele acrescenta:

Surgiu uma ideia de criar uma escola técnica. Capitanada por João Bosco Martins de Abreu, José Corrêa Machado, Alexandre Ramos, Luís de Paula Ferreira e a maior parte dos empresários que estavam presentes, como Roberto Teixeira Campos. Então os empresários verificaram a necessidade. Era necessário ter a escola. Mas, como criar essa escola? Então isso criou algumas dificuldades e nós tivemos a felicidade de ter o professor Eustáquio que era uma pessoa competente e conseguiu materializar isso aí. Aí começou a Escola Técnica (SOUZA, 2005).

Assim, Ramos (2005) lembra que os empresários que aqui se instalaram se conscientizaram de que “precisavam muito mais de soldados e cabos do que propriamente de generais”. A demanda era por profissionais que iam “pegar na massa”. Pelo que descreve, isso justificou a “primeira investida nos cursos técnicos”, com uma proposta diferenciada, que pudesse dar a seus egressos condições de atuar como agentes de transformação. “Eu acho que a Escola Técnica foi pioneira no sentido de resgatar a importância do ensino. Desde o primeiro momento, o professor Eustáquio¹⁸⁷ e a professora Ângela¹⁸⁸ tiveram uma importância muito grande nisso e eles souberam fazer bem feito”.

Para Alexandre Pires Ramos, o que mais chamou sua atenção em todo o processo que compreendeu a concepção até a implantação da Escola Técnica foi a mobilização da comunidade empresarial para a resolução do problema. “Não ficaram esperando o governo”. Foram várias reuniões, sob a coordenação do Dr. João Bosco, “numa casinha provisória logo na entrada da MATSULFUR. [...] reuniam o Dr. João Bosco, o Dr. José Corrêa Machado, o Jamil [Cury], Lúcio Benquerer e tantos outros empresários que se sentiram parte desse projeto”.

As empresas se sensibilizaram e efetivaram a integralização do patrimônio inicial, necessário para a constituição da FEMC. Com relação ao provimento de equipamentos, a MATSULFUR assumiu o seu protagonismo. Assumiu também boa parte das bolsas de estudo, porque, “os alunos não tinham, na sua maioria, recursos financeiros para pagar um curso técnico, então as empresas bancavam esse estudo”. Segundo esse gestor, capitanear essas empresas não foi tarefa fácil. Mas a contratação de professores foi outro grande desafio. “Os professores acabavam sendo os engenheiros ou técnicos das empresas [...] trabalhavam durante todo o dia e vinham dar aulas à noite na Escola Técnica, suprimindo a dificuldade” (RAMOS, 2005).

A Escola Técnica surgiu como um catalisador para promover a integração entre as demandas de mão de obra das empresas que aqui se instalavam e as necessidades de um público que, em geral, tinham grandes dificuldades socioeconômicas. Segundo Cury,

ela atendia realmente a classe de menor renda, a classe mais necessitada, a classe que não tinha condição de sair de Montes Claros para estudar fora, para fazer um curso superior ou mesmo um curso médio fora. Então atendia aqueles que não tinham a menor condição de se locomover, de se ausentar e nem de pagar uma viagem. Realmente a Escola Técnica fez a inclusão desse pessoal. [...] A Escola Técnica transformou uma mão-de-obra totalmente desqualificada em mão-de-obra qualificada. [...] Sempre melhorando o grau de conhecimento da população jovem da região (CURY, 2005).

¹⁸⁷ José Eustáquio Machado Coelho.

¹⁸⁸ Ângela Maria de Carvalho Veloso.

Marcelo José Martins Furtado de Souza corrobora essa visão, dizendo que “no princípio a escola era para os pobres”. Ele também destaca a qualidade do ensino ministrado na instituição, em que “ela se tornou na melhor escola. O 2º Grau lá era melhor do que o de qualquer outra escola, essas pessoas saíram da escola e começaram a ter emprego, o que não aconteceu com muita gente que se formou na universidade”. Acrescenta que, com a estadualização da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e a consequente gratuidade do ensino, muitos egressos da Escola Técnica tiveram acesso aos cursos de nível superior.

O número de estudantes da escola técnica que entrava na universidade porque estavam mais preparados, foi muito grande, e hoje você vê essas pessoas num lugar de destaque. Essas pessoas cresceram. E vários alunos, quando eu perguntava: você veio da Escola Técnica? Porque é diferente. Havia uma exigência “terrível”! A Escola Técnica era muito exigente. E como o indivíduo não tinha alternativa, era pobre, ou ele aprendia ou ele continuaria pobre. Ele se esforçou para estar dentro da escola (SOUZA, 2005).

Ele também enfatiza que a formação desses profissionais egressos da Escola Técnica atendia aquilo que havia de mais moderno em sua época: “um aspecto interessante é que os empreendimentos instalados em Montes Claros eram os mais modernos e que competiam em qualquer parte do mundo. Se for pensar na Coteminas, ela é a maior e mais moderna fábrica de tecidos do planeta”. E como tal, trazia impactos até mesmo na autoestima dessas pessoas “As pessoas sentiam-se importantes; porque eram funcionários da FUJI [Fuji Electric Nordeste S.A.]; eram de uma ou outra empresa. Ele tinha um espaço na sociedade. Era diferente” (SOUZA, 2005).

A experiência de Montes Claros com a formação de profissionais técnicos de nível médio, oriundos de classes sociais menos favorecidas, em uma entidade privada apoiada pelo setor produtivo da sociedade, chamou a atenção de organismos internacionais, como destaca Marcelo Furtado: “algumas entidades internacionais começaram a identificar a escola técnica como referência não só para Montes Claros, mas para o mercado do mundo” (*Ibid.*).

[A Escola Técnica] é referência estadual, nacional e é referência internacional. Então, um dos orgulhos que nós devemos ter é a Escola Técnica. No princípio com todo aquele grau de dificuldade eu me sinto honrado de, por parte da SUDENE, ter apoiado essas ideias que hoje é uma referência e uma formadora de mão-de-obra não só para a região, ela forma mão-de-obra inclusive que sai da região e que vai para outros lugares (*Ibid.*).

Esse sentimento em relação à Escola Técnica, expressado por Souza, fica evidente ao falar da educação de seus filhos: “eu, já no final, com os meus filhos mais ou menos nessa idade, eles foram para o exterior, terminaram o 2º Grau no exterior, mas eu tive vontade de colocar na Escola Técnica, porque a Escola Técnica era quem preparava melhor” (SOUZA, 2005).

5.1.2 A professora Ângela Maria de Carvalho Veloso

Desde julho de 2004, a professora Ângela Maria de Carvalho Veloso¹⁸⁹ assumiu o cargo de Diretora Superintendente da FEMC, substituindo o professor José Eustáquio Machado Coelho.



FOTOGRAFIA 26: A professora
Ângela, em 2006.
Fonte: Acervo FEMC

Educadora nata, oriunda de um lar totalmente envolvido com a educação, como relata em sua entrevista:

Eu nasci numa família de educadores, respirava educação o tempo todo. Meu pai era, ele era inspetor federal, além de professor de Matemática, Física, Inglês, Francês, Biologia, Puericultura. Ele era muito envolvido com educação, tanto é que tem duas escolas em Montes Claros que tem o nome dele: o Polivalente, que é a Escola Estadual Professor Alcides Carvalho e a Escola Municipal Professor Alcides Carvalho. Minha mãe, além de professora, era Inspetora também. A gente tinha muito contato com educadores de São Paulo, de Brasília, do Rio, de Belo Horizonte, porque nessa época não tinha faculdade aqui em Montes Claros e os professores, eram habilitados através de um exame que era preparado pelo MEC. O meu pai era representante do MEC aqui na região. Então, nós tínhamos contato com muitos educadores. Muitos ficavam hospedados lá em casa. Então a gente tinha esse contato com muitos educadores e talvez por isso eu tenha optado por essa, por essa profissão (VELOSO, 2005).

¹⁸⁹ VELOSO, A. M. de C. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

A professora Ângela Carvalho iniciou sua relação com a FEMC desde o início das atividades da Escola Técnica, ainda no Melo, nas instalações do Seminário. Ela mesma descreve o começo da sua história com a Fundação:

Minha relação com a Fundação Educacional Montes Claros começou logo no início da Fundação Educacional Montes Claros, em 76. Fui convidada para assumir o cargo de Orientadora Educacional, que era uma exigência estabelecida pela lei, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação na época¹⁹⁰, e não tinha profissionais nessa área. No entanto, eu tinha acabado de chegar de Belo Horizonte, tinha feito curso de Orientação na UFMG e por isso fui convidada. [...] foi amor à primeira vista. Me encantei com a proposta de estar qualificando os jovens de Montes Claros (VELOSO, 2005).

Mesmo tendo sido criada em um período marcado pela ditadura militar que governou o país (1964-1984), a FEMC criou um sistema de ensino para a Escola Técnica capaz de trabalhar além daquilo que era preconizado na história da educação profissional brasileira. Não tinha o caráter assistencialista de outros programas voltados para os "pobres, órfãos, desvalidos da sorte" e outros grupos que deveriam, segundo as elites de outrora, manter-se à devida distância de seus casarões.

Eu tinha algumas ideias para o ensino técnico, fugindo do tecnicismo. Eu vinha de Belo Horizonte impregnada de Roger, Paulo Freire, Piaget e essa parte que eu não aceitei muito bem. Nós começamos a trabalhar para que a escola não fosse uma escola tecnicista. Foi um trabalho muito árduo, muito difícil. Até porque, nós estávamos com professores que não tinham se formado numa escola de educação, eles eram engenheiros, advogados, químicos e trabalhavam nas empresas de Montes Claros. Eles tinham essa ideia de que o aluno teria de estar absorvendo algumas receitas prontas. E isso a gente não poderia aceitar. Então começamos a trabalhar (VELOSO, 2005).

Ângela Carvalho destaca que, nesse começo, foi necessário lutar contra as diretrizes as quais emanavam da ditadura militar que governava o Brasil, que preconizavam uma escola tecnicista, como tantas outras implantadas no País.

[O Governo Federal queria] que o aluno ficasse impossibilitado de criar, de recriar, de discutir, de fazer reflexões, de ter diálogos. Então o aluno recebia uma tarefa e tinha que cumprir. Então, isso fez com que nós tivéssemos essa contraposição de buscar o humano, a gente sempre acreditou que o aluno, se educa. Parafrazeando Sócrates, "conhece a ti mesmo, educa a ti mesmo". Não existe educação de fora para dentro, existe de dentro para fora. [...] uma das características do ensino tecnicista é que o professor é o centro do saber, é o dono da eficácia, da eficiência, enquanto que os alunos, são aqueles pobres mortais que estão ali para absorver todos os conhecimentos. Então, desde o início nós lutamos contra isso, nós procuramos

¹⁹⁰ De acordo com o artigo 10 da lei 5.692, "será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade". BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **D.O.U.** de 12 ago.1971 e retificado em 18 ago.1971.

desenvolver um trabalho em que houvesse um relacionamento que promovesse a proximidade entre o professor e o aluno. O professor está ali para ajudar o aluno a aprender, pois quem aprende é o aluno (VELOSO, 2005).

Por outro lado, a demanda das empresas era de uma mão de obra que, além das qualificações naturais exigidas pelos seus processos produtivos, também fosse capaz de ir além, que tivesse uma postura ativa, que enfrentasse as contingências da estrutura produtiva das empresas como solucionadora de problemas. “Existia uma necessidade da Escola Técnica para preparar profissionais, não profissionais robôs, profissionais que realmente fossem atuantes e promovessem o desenvolvimento”. Ângela Carvalho acrescenta que “não basta apenas para colocar uma fábrica em funcionamento, ter as instalações fixas, equipamentos, os diretores, precisa da mão-de-obra que nós trocamos por ‘cabeça de obra’” (*Ibid.*).

Nós começamos lá no Melo, em algumas salas de aula do antigo Seminário. Nós começamos com muita dificuldade, não tínhamos laboratórios e a biblioteca com pouquíssimos livros. Foi muito difícil, mas foi com tanto prazer que nós começamos que eu nem consigo achar que pesou em alguma coisa, em algum momento para gente. No ano seguinte nós já estávamos aqui (VELOSO, 2005).

A professora comenta sobre a postura dos idealizadores da escola.

Foi uma visão futurística, eles tiveram uma sensibilidade muito grande de perceber que é através da educação que eles conseguiriam fazer com que os empreendimentos funcionassem em Montes Claros. Sem essa iniciativa, não aconteceria a Escola Técnica. Porque demandou muito esforço, muita parceria. No início foi muito difícil, nós não tínhamos laboratórios. Nós buscávamos os laboratórios das empresas, porque é complicado construir uma escola técnica, os laboratórios são caríssimos. [...] assim, principalmente a MATSULFUR, que tinha à frente o João Bosco, investiu pesadamente na instituição, inclusive, quando não tinha dinheiro para pagar os funcionários no final do mês, era a MATSULFUR que entrava com adiantamento. Eles tinham também uma contribuição para que a escola pudesse funcionar. [...] eu tinha um relacionamento muito de perto com Doutor João Bosco, desde o início. Realmente ele é o pai e a mãe da Escola Técnica. Foi ele realmente o mentor, que teve um apoio muito grande de Raimundo Avelar e de outros companheiros (*Ibid.*).

Com o início das atividades, a Escola Técnica recebe suas primeiras turmas dos cursos técnicos. Além dos alunos egressos do primeiro grau, das escolas locais, a Escola Técnica também recebeu um bom número de estudantes que já estavam inseridos no mercado de trabalho. “Tivemos as primeiras turmas de pessoas, onde a maioria dos alunos, eram funcionários das empresas. Eles tinham o conhecimento, tinham a prática, mas não tinham o conhecimento da teoria. Então existia a necessidade de constituir a Escola Técnica” (VELOSO, 2005).

No início, nós tínhamos nos cursos de Eletrotécnica, Mecânica e Mercadologia, alunos mais jovens e outros adultos, indicados pelas empresas. Já no curso de Eletrônica eram mais jovens, da própria comunidade. Atendíamos prioritariamente a classe menos favorecida. Eram alunos que tinham um poder aquisitivo mais baixo e que estavam buscando ascensão no mercado de trabalho (*Ibid.*).

A proposta pedagógica e a qualidade do ensino ministrado na Escola Técnica não eram, até então, conhecidos pelo público. Não se constituíam, portanto, como atributos relevantes para justificarem a escolha pelos seus cursos.

[...] a princípio, os jovens procuravam a Escola para entrar no mercado de trabalho, então essa era a proposta. Eles entravam na Escola como uma porta direta para o mercado de trabalho, só depois é que começaram a perceber a qualidade do trabalho que foi desenvolvido, que existia não só a preocupação com esse aspecto do profissional, mas uma educação mais integral, uma educação mais holística, preocupava com o desenvolvimento dos jovens em todos os seus aspectos (*Ibid.*).

Nesse início, tudo era novo. Até mesmo os professores eram, em sua maioria, oriundos das empresas locais, sem nenhuma experiência com o magistério.

No princípio, principalmente os primeiros professores, eram profissionais das empresas. Tinham muitas dificuldades com a didática e tinham uma concepção equivocada do que era educação. Para eles “o professor fala e o aluno repete”. Então no início foi muito difícil, a gente teve contato permanente, a Escola era pequena. Tínhamos contatos diários com os professores, muitas reuniões, seminários, discussões e muitos estudos. Assim, aos poucos, conseguimos que eles fossem incorporando a essa nova proposta (*Ibid.*).

Com pouco mais de um ano de funcionamento, a FEMC transfere a Escola Técnica para as novas e modernas instalações da Escola Municipal Marcelina Lopes.

Essa foi uma escola construída pela prefeitura, pelo prefeito Moacir Lopes, para abrigar uma escola municipal, a Escola Municipal Marcelina Lopes. Pouco depois, houve a mudança de prefeito, onde o Toninho Rebelo¹⁹¹ assumiu a prefeitura. A prefeitura não estava conseguindo manter essa Escola aqui. Na época ela [a prefeitura] estava tendo muita dificuldade e não estava conseguindo nem pagar professores nem fazer a sua manutenção. Era uma Escola muito grande para os padrões da época. Então, o prefeito ofereceu à Fundação, esse prédio. Nós ficamos com a obrigação de assumir os alunos matriculados naquela época até se formarem. Assumimos, cumprimos todos os nossos deveres em relação a isso, e no ano de 2000, houve a passagem definitiva através do prefeito Jairo Ataíde¹⁹² e da Câmara Municipal que se reuniu extraordinariamente. Porque se não tivéssemos esse prédio nós não teríamos os recursos do PROEP. Então nós conseguimos, oficializou a doação e conseguimos os recursos para a construção de vários laboratórios (VELOSO, 2005).

¹⁹¹ O Prefeito Antônio Lafeté Rebelo havia chefiado o município de Montes Claros no período de 1966 a 1970. Em 1977 retorna ao executivo municipal para um mandato até o ano de 1982.

¹⁹² O Prefeito Jairo Ataíde Vieira foi Prefeito de Montes Claros por dois mandatos consecutivos, no período de 1997 e 2004.

A escola de qualidade que estava sendo construída também era formada por um corpo discente diferenciado. Deveria passar por um rigoroso exame de seleção, seja para ingressar no primeiro ano do curso técnico, seja para a 5ª série do primeiro grau. Aliás, nesse último caso, as crianças interessadas em estudar na Escola Técnica deveriam, primeiro, frequentar um curso de admissão, para nivelamento conceitual, antes de se submeterem às provas da seleção, propriamente ditas.

Tinha um exame de seleção muito apertado, seríssimo. Eram poucas as turmas, nós nunca nos preocupamos de encher a Escola, deveríamos colocar na Escola a quantidade de alunos que nos permite trabalhar com qualidade. Os professores sempre procuraram conhecer o aluno pelo nome, conhecer mais de perto o aluno, para ter esse atendimento. Se você tem uma escola muito grande você não consegue atendê-los de forma eficaz (*Ibid.*).

Assim, com todo esse tempo atuando na formação de profissionais para intervirem, principalmente, nas empresas locais, não há como não se deparar com egressos em qualquer indústria da cidade, destaca a entrevistada.

[...] você visita qualquer empresa de Montes Claros e a quantidade de alunos que você encontra, você não para de cumprimentar alunos e egressos. Em todos os cargos, nós encontramos alunos da Escola. Aí a gente conclui que foram os alunos da Escola que fizeram o desenvolvimento das empresas de Montes Claros (VELOSO, 2005).

Questionada sobre a importância da FEMC na atração de empresas para Montes Claros, Ângela Carvalho cita a fala do Vice-Presidente da fábrica brasileira da NOVO NORDIK:

Marcelo Zuculin, na formatura dos alunos da Escola Técnica no ano passado [2004], disse que a NOVO NORDISK veio para Montes Claros principalmente por causa da Escola Técnica. Ela teve outras propostas, da China e de outros lugares, mas veio para Montes Claros porque aqui tinha uma Escola Técnica, e que é referência, é referência internacional (*Ibid.*).

Essa referência havia sido atestada a partir de um estudo encomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁹³ para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quando o seu consultor, o professor Cândido Alberto Gomes, veio *in loco*, em 1990, entender um pouco sobre essa relação entre as empresas

¹⁹³ A *International Labour Organization* (ILO), nome original em língua inglesa, é uma entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Genebra, na Suíça.

locais e o sistema de financiamento educacional para alunos de baixa renda implantado na Escola Técnica, que culminou com a publicação de um artigo científico, já em 1995.

Há dez anos, ela foi divulgada pela OIT e vários países do mundo, somos referência em educação e uma escola mantida pelas empresas de uma região. [...] foi o reconhecimento da UNESCO, essa premiação foi transformada numa publicação chamada *Perspectives*. Ela foi traduzida me parece em sete línguas, chinês, inglês, francês, espanhol, nós temos o livro aí em todas as línguas. Acreditamos que seja a maior premiação, porque foi o reconhecimento internacional do trabalho desenvolvido na Escola e dessa parceria das empresas com a educação (*Ibid.*).

De acordo com Ângela Carvalho, com a qualidade do ensino desenvolvida pela instituição, a FEMC adotou, desde o início, a valorização de seus egressos. Um grande número dos professores da Escola Técnica foram também egressos de seus cursos técnicos.

Uma coisa muito importante que aconteceu foram as avaliações. Desde o primeiro ano os alunos avaliaram o trabalho dos professores e essas avaliações sempre foram discutidas com os professores para que fosse promover melhorias a partir daí. E com isso esses professores cresceram, conseguiram passar o que eles estavam sentindo para os alunos, esses alunos se tornaram professores da Escola. Buscaram novos conhecimentos dentro e fora da Escola, e hoje nós acreditamos que tenhamos um corpo docente de muita qualidade aqui dentro. Nós sempre nos referimos com orgulho aos nossos alunos que hoje são excelentes profissionais. A Daniela, Pedro, Haroldo, Lincoln, são vários... Murilo, Maurílio, são professores que tiveram um início aqui na Escola. [...] tivemos professores da Argentina aqui dentro da Escola, o Jean foi uma parceria que nós tivemos com a França, arquiteto da França. [...] tivemos outros professores que tiveram uma contribuição muito grande para o nosso crescimento. Então foi tudo um trabalho de equipe, esse pessoal que veio de fora agregou valor aos nossos valores da Escola (VELOSO, 2005).

Para o crescimento da instituição, a professora Ângela Carvalho lembra que a FEMC sempre valorizou a cooperação e os frutos que as boas parcerias podem render. Citou o caso do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) que possibilitou a reestruturação de vários laboratórios e a construção e montagem de outros, com o que havia de mais moderno em termos de tecnologia naquele momento. Citou também a construção do auditório Alberto Woods Soares¹⁹⁴.

O Auditório foi construído com uma verba da MISERIUM, que é uma organização alemã. Lá, na época da páscoa, tudo o que os Cristãos deixam de adquirir, eles vão depositando numa conta para ajudar países em desenvolvimento. Com os recursos da parceria que fizemos com essa instituição, construímos o nosso auditório (*Ibid.*).

¹⁹⁴ O nome do auditório, Alberto Woods Soares, foi dado em homenagem a um dos três fundadores do grupo ASAMAR, proprietários da MATSULFUR e de outros empreendimentos, em Montes Claros e em outros centros.

A entrevistada também ressalta o trabalho social, afirmando que a FEMC sempre estimulou seus funcionários técnico-administrativos, professores e alunos a abraçarem causas sociais. Por muitas vezes, como exemplo, alunos dos cursos técnicos de Eletrotécnica e Eletrônica, acompanhados pelos seus professores, dirigiam-se para entidades, como o Asilo São Vicente de Paula¹⁹⁵. Lá, eles consertavam as instalações elétricas, os eletrodomésticos da cozinha e até os aparelhos de rádio dos abrigados.

Nós sempre nos preocupamos com a formação integral do jovem, preparando para a cidadania. Tanto que nós assumimos como pilares da nossa proposta o saber “ser”, o saber “conviver”, o saber “fazer”, o saber “saber”, e o saber “empreender”, então esses são os cinco pilares da nossa proposta educacional que dá suporte à nossa filosofia. De estar preparando o jovem e o adulto para conviver e participar efetivamente da vida na sociedade. Então nós não nos preocupamos apenas com o aspecto do conhecimento, mas muito mais do que isso. Tanto que nós temos o *Juventude Cidadã*, que valorizamos essa integração com a comunidade, principalmente a comunidade mais próxima, para que eles aprendam a conviver, aprendam a respeitar e a estar dando suporte para o crescimento do outro. [...] o projeto Juventude Cidadã surgiu de um problema que aconteceu numa gincana: a *Comunicarte*. Nessa gincana os nossos alunos dos cursos técnicos competiam entre si para trazerem alimentos para dentro da Escola. Um dos itens da gincana era trazer a maior quantidade de alimentos para a Escola. No último ano da competição os alunos teriam que trazer os alimentos até à meia noite. Nós estávamos na portaria, e aí o porteiro sentiu necessidade de ir ao banheiro e saiu da portaria, faltando, acho que dois ou três minutos para meia noite e chegou uma turma com os alimentos, com a caminhonete cheia de alimentos e a portaria estava trancada, aí quando o porteiro voltou já era meia noite e um ou meia noite e dois – as outras turmas não concordaram. E houve uma séria discussão por causa disso, a partir desse momento nós decidimos que não teríamos mais a gincana, porque a gente estava promovendo um evento para doar os alimentos para a comunidade carente num ato de solidariedade e virou competição acirrada e no outro ano nós criamos o Juventude Cidadã para substituir a gincana. Então, a partir daquele ano, ganharia a gincana o curso que prestasse um ato de maior solidariedade. Assim, uma turma deu aulas de eletricidade para alunos nas escolas públicas, para que eles pudessem consertar as instalações desses locais; outra turma foi para a doação de sangue para o HEMOMINAS; outra turma foi fazer uma festa para as crianças no orfanato. Desde então, essas ações foram crescendo e se transformaram nesse projeto que é hoje. Um projeto premiado pela qualidade do trabalho que ele desenvolve com os alunos. E vamos crescer mais ainda (VELOSO, 2005).

A professora Ângela Carvalho conclui seu depoimento dizendo:

Eu acredito na importância da Escola Técnica, não só como antigamente, como uma porta para o mercado de trabalho, mas também como formadora de opinião. É uma Escola preocupada com a formação integral do aluno, preocupada não só com o lado profissional, mas como cidadãos. Acreditamos que dessa forma, nossos alunos possam adquirir uma série de competências, que os permitam participar ativamente na sociedade, propondo soluções para melhoria da qualidade de vida do nosso povo. [...] a escola deve continuar buscando uma qualidade, a excelência na educação e possibilitando aos jovens de baixa renda terem acesso a essa educação, que possam participar ativamente do mercado de trabalho formal ou informal, como empregado ou como empregador e que possa mudar o perfil da nossa região. Em todas as nossas

¹⁹⁵ O Asilo São Vicente de Paulo – Lar Betânia, é uma da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP).

reuniões com o Conselho [de Administração da FEMC], temos dito que a Escola Técnica tem que ser destinada para o jovem que não tem condições de cursar uma outra escola em Montes Claros, sem abrir mão da qualidade (*Ibid.*).

Essas convicções da professora Ângela podem ser confirmadas nos projetos pedagógicos das unidades de ensino mantidas pela FEMC. A formação cidadã sempre está em posição de destaque em suas políticas educacionais, assim como as estratégias de formação profissional de nível médio ou superior, ou ainda, de preparação para o ingresso na universidade¹⁹⁶.

5.1.3 O professor Jair Barbosa

O professor Jair Barbosa da Silva¹⁹⁷ iniciou sua carreira no magistério, lecionando na Escola Estadual Professora Dulce Sarmiento, desde que se formou no curso de Licenciatura Plena em Matemática, na Fundação Norte Mineira de Educação (FUNM), em meados de 1975. Três anos depois foi convidado pelo professor José Eustáquio Machado Coelho, então Diretor da Escola Técnica, para ingressar na Escola Marcelina Lopes, naquele momento já administrada pela FEMC.



FOTOGRAFIA 27 - O vice-diretor da Escola Técnica, professor Jair Barbosa
Fonte: Acervo FEMC¹⁹⁸.

Com o novo emprego, foi formalmente registrado como professor de Matemática, em 1979, permanecendo nessa função até 2001. Também foi professor dos cursos técnicos,

¹⁹⁶ Referindo-se à unidade de ensinos fundamental e médio.

¹⁹⁷ SILVA, J. B. da. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

¹⁹⁸ FOTOGRAFIA de Jair Barbosa da Silva. Pertence ao Acervo da FEMC.

atuando nos vários cursos ofertados pela escola, inclusive, no curso de Comercialização e Mercadologia.

Na verdade, o nome popular do curso era Mercadologia, inclusive eu cheguei a dar aula nesse curso de Mercadologia. [...] quando a escola foi fundada a idéia era atender as indústrias e o comércio. Então para as indústrias, foi direcionado os cursos de eletrotécnica, mecânica e eletrônica e para comércio, foi criado o curso de mercadologia. Na verdade, era um curso de contabilidade bastante sofisticado, bastante direcionado, onde, além das disciplinas que tem no curso de contabilidade, também tinham as disciplinas relacionadas à comercialização. Bom, pena que ele durou eu acho que foi só duas turmas e acabou, não teve mercado, então teve que fechar o curso (SILVA, 2005).

Em 1984, o referido professor assumiu o cargo de Vice-Diretor, sendo responsável pela administração da Escola no período noturno até o ano de 1998. Em toda a sua trajetória, Jair Barbosa sempre teve uma participação ativa na gestão da FEMC.

Sempre tive participação nos projetos da escola, até porque acredito muito no trabalho desenvolvido aqui. Então, mesmo não sendo convidado eu sempre fiz questão de estar participando. Participei da criação dos novos cursos, da manutenção dos cursos antigos e das modificações dos cursos. Procurei estar presente em todos os atos que houve na Fundação. Eu só não participei da direção geral porque não era permitido (*Ibid.*).

Foi, por muitas vezes, o porto seguro de seus superiores hierárquicos para discutir os delicados assuntos inerentes aos cargos que ocupavam. Naturalmente, as dificuldades eram muitas. As decisões nem sempre fáceis de serem encontradas ou mesmo de serem tomadas.

Nós tivemos todos os tipos de dificuldades. A pior delas foi na área financeira. Tivemos dificuldades de encontrar professores, nós tivemos problemas seríssimos com professores. Muitos só tinham o título, mas não eram comprometidos com a instituição, porque eles já tinham compromisso com outras empresas. Às vezes, “matava aulas”, não é porque queriam, mas porque, realmente, a função deles não era essa, não era ser professor (*Ibid.*).

Nessa linha, a FEMC adotou o conceito de professores com contratos de tempo integral e coordenadores de curso que simplesmente “viviam” a escola. “Eu diria que 70% dos professores nossos são ex-alunos, nós encaminhamos alguns professores para o Rio Grande do Sul, para Belo Horizonte, onde eles tiveram aprendizado para depois se transformar em professores”.

Uma vez equalizado o problema docente, Silva destaca o maior desafio da FEMC: “o mais difícil da gente ultrapassar foi realmente o financeiro. Em uma escola sem fins lucrativos, a gente não podia cobrar o valor real de uma mensalidade. O nosso público-alvo não tinha essa condição e isso foi contribuindo para que a parte financeira ficasse deficitária”.

Naturalmente, na escassez de recursos, própria do sistema econômico no qual está inserida, uma instituição privada sem fins lucrativos continuará nessa batalha pela sua sobrevivência. Porém, Silva pontua que o bom relacionamento com o setor produtivo, desde a criação da FEMC, dava condições para ter esperanças com o futuro.

A escola hoje se mantém praticamente com a mensalidade de alunos. [...] nós tivemos aqui em uma época com trinta e seis empresas que eram parceiras nossa. Hoje esse número, eu não sei precisar o número, mas com certeza não vai passar de dez. Então, com isso, a maior força é os alunos. Fora isso nós temos a parceria com o Governo Estadual, com o Governo Federal e com entidades que acreditem na Fundação, entidades que existem fora de Montes Claros (*Ibid.*).

Porém, novas empresas continuaram a chegar, “muitas indústrias vieram para Montes Claros porque encontraram aqui uma escola profissionalizante. A Escola [Técnica] foi consultada várias vezes por pessoas que estavam querendo instalar aqui e a muitas delas, tempos depois, vieram se instalar aqui” (*Ibid.*).

O professor Jair Barbosa da Silva conclui dizendo que “a Escola Técnica foi e será um marco na sociedade do Norte de Minas, eu não diria só em Montes Claros não, no Norte de Minas inteiro”. E finaliza: “acho que é importante esse crescimento que a escola sempre teve de cada vez se modernizar, mas sem esquecer as raízes” (*Ibid.*).

5.1.4 Vencendo preconceitos – Uma das primeiras egressas da FEMC

O ano de 1975 é declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional das Mulheres. No entanto, a batalha pelo seu espaço na sociedade estava só começando. No mercado de trabalho, por exemplo, muitas não tinham sequer a permissão de se profissionalizarem. Nesse contexto, a jovem Liete Francisca de Matos¹⁹⁹ ingressa na primeira turma do curso Técnico em Eletrônica.

Eu achava muito chique falar que era técnica em Eletrônica, era na época dos semicondutores, estava saindo os semicondutores. Inclusive a maioria dos nossos professores eram engenheiros da TRANSIT, que era uma empresa que fabricava transistores. [...] era tecnologia de ponta, é como se fosse a informática hoje. Na época o curso de Eletrônica era mais moderno. Era muito moderno (MATOS, 2005).

¹⁹⁹ MATOS, L. F. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.



FOTOGRAFIA 28: A aluna Liete Matos, em 1979.

Fonte: Acervo FEMC²⁰⁰

A técnica em Eletrônica lembra que também teve a oportunidade de estudar no CFMO.

Antigamente era muito bom porque, além da Escola Técnica, tinha o NAE, que era tudo de graça, todos os cursos e como eu entrei no curso, eu entrei no curso onde eu queria fazer Eletrônica, mas eu nunca tinha visto Eletricidade. Eu entrei numa turma que já tinha tido um ano de Eletricidade, um ano de Desenho Industrial, coisa que eu nunca tinha visto. Então eu tive que correr atrás. Então eu fiz muitos treinamentos no NAE (*Ibid.*).

Seu sonho era trabalhar na CEMIG, “mas a Cemig não aceitava técnicas na época”, relembra. Na verdade, a comunidade discente da Escola Técnica era predominantemente masculina. Ela diz que “era a única, quer dizer a única no curso, porque a minha turma foi a primeira turma, né? [Em 1979] tinha eu e mais duas, uma fazia Mercadologia e a outra fazia Eletrotécnica”, mas isso não foi impeditivo para o seu desempenho no curso e na profissão.

Minha família é muito grande, numerosa. Somos uma família de 20 irmãos, sendo doze homens. Eu sou a oitava. Então primeiro veio um rapaz, depois uma irmã, depois vieram seis homens, aí eu cheguei. Toda vida eu lidei bem com o mundo masculino. Então eu não tinha, não tive nenhum obstáculo para poder estar lidando com os meninos. Eu me relacionava muito bem com todas as três turmas, principalmente com o pessoal de Eletrotécnica e Eletrônica (MATOS, 2005).

Assim, quando cursava o 3º Ano do curso Técnico em Eletrônica, Matos teve a oportunidade de trabalhar na TELEMIG [Telecomunicações de Minas Gerais S/A], empresa que foi, posteriormente, adquirida pela TELEMAR [Telemar Norte Leste S/A], onde trabalhou por vinte e seis anos. “Ela [a TELEMAR] terceirizou o serviço, eu trabalhava na manutenção lá, terceirizou o serviço, fui para empreiteira, trabalhei lá por mais dois anos” (*Ibid.*).

Ao falar do trabalho, Matos lembra que, inicialmente, foi contratada para atividades administrativas. Só depois foi transferida para o serviço de manutenção. Lembra que, nessa

²⁰⁰ Ficha Individual arquivada na Secretaria da Escola Técnica.

fase, teve que estudar muito, se dedicar ao extremo. Justifica que é preciso “mostrar serviço, porque, quando você trabalha no mundo masculino e ainda mais eu há vinte anos atrás, você tem que ser melhor do que os homens” (MATOS, 2005).

Por fim, Liete Francisca de Matos afirma que há forte relação entre sua formação educacional e seu desempenho profissional e pessoal: “tudo que eu obtive durante a minha vida, foi em função do curso que eu fiz, em função da formação que a escola me deu. Só tenho a agradecer a escola. [...] tudo que eu tenho veio de lá, toda minha formação veio de lá”.

5.1.5 De aluno do curso técnico a Diretor da FEMC

O professor Pedro Almeida Souza²⁰¹ foi outro entrevistado em função da comemoração dos 30 anos. Ele é Técnico em Mecânica pela FEMC e tem no currículo o curso de Licenciatura Plena em Mecânica, realizado no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), em Belo Horizonte. Ele também é Pedagogo, egresso da Unimontes. Fez o curso de pós-graduação *latu sensu* em Análise Quantitativa. No momento da entrevista, esse concluíu o *Master of Business Administration* (MBA) em Gestão de Projetos na Fundação Getúlio Vargas, bem como o mestrado em Engenharia Mecânica na UFMG.



FOTOGRAFIA 29: Pedro Almeida,
em 2005.

Fonte: Acervo FEMC.

Logo no início, o professor falou sobre sua trajetória na instituição até ocupar o cargo de Diretor da mantenedora.

Eu fazia parte do sistema público e na época foi uma coisa muito moderna pra Montes Claros estar lançando a Escola Técnica. Então, eu fiz parte da segunda turma, então existia um grande vestibular para entrar aqui na escola. Era uma concorrência muito grande porque a escola estava trazendo, a Escola Técnica aí em função da visão dos

²⁰¹ SOUZA, P.A. Depoimento [2005]. Montes Claros: Projeto FEMC – 30 Anos. Entrevista concedida a Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

empresários da cidade estava trazendo uma possibilidade para muitos jovens que era ter um curso técnico aqui dentro da própria cidade. Na época, que eu estava na oitava série na Escola Normal eu fiquei sabendo através da mídia e decidi arriscar a fazer um vestibular na escola e, felizmente, fui contemplado com o primeiro lugar geral no vestibular na entrada. Então, desde aí minha vida modificou na escola porque além de querer, de ter entrado bem na escola, fui considerado o melhor aluno de todos os cursos. Deixei também para a escola alguns troféus de campeão, de tricampeão de Montes Claros de xadrez. Então isso fez a minha história ao longo da Escola Técnica (SOUZA, 2005).

Como aluno do curso Técnico em Mecânica, Pedro Almeida, como é mais conhecido, teve oportunidade de participar de programas de estágio na SIOM, Metalúrgica Norte de Minas e MATSULFUR. Segundo relata, com a conclusão do curso técnico, foi contratado pela FEMC para atuar como professor da própria Escola Técnica.

Formei aqui na Escola Técnica em 1980 e em 81, já fui convidado pelo fato de ter sido o melhor aluno de todos os cursos a assumir a docência aqui na Escola Técnica, isso com 18 anos de idade. Esse desafio foi vencido com a dedicação exclusiva para a modernização dos cursos existentes na Escola Técnica (SOUZA, 2005).

Pedro Almeida liderou a reestruturação e a criação de vários cursos da instituição, como, por exemplo, a modernização do curso Técnico em Mecânica e a criação dos cursos técnicos em Eletromecânica e Automação Industrial. Com o passar do tempo, ele se tornou uma referência para a formação dos professores da área técnica da escola.

A tecnologia é dinâmica. A gente tem que enxergar a tecnologia como politecnicidade, ou seja, hoje os problemas se apresentam de formas integradas. Não tem como hoje, você separar a mecânica da elétrica, da eletrônica e da informática, por exemplo. Os problemas, eles apresentam integrados, então, em cima disso, por exemplo, nós transformamos o curso de Mecânica em Eletromecânica. E tivemos conflitos, sim, até com empresas. Mas, depois as empresas perceberam que elas estavam atrasadas em relação às nossas propostas, fomos parabenizados por isso, mais na frente. Depois o curso de Eletromecânica, nós fizemos um projeto e a modificação foi transformada em Automação Industrial, aí a mecânica juntou com a elétrica e a eletrônica criou a Automação Industrial. Sempre procurando atender a evolução do mercado. As máquinas hoje são integradas em tecnologias integradas, portanto, o profissional da área indústria tem que ter essa visão. Uma visão mais completa do funcionamento dos equipamentos, da interação das tecnologias (SOUZA, 2005).

Uma marca registrada dos cursos coordenados pelo Professor Pedro Almeida era a sistemática programação de visitas técnicas. Normalmente, essas visitas aconteciam em empresas locais, regionais e nacionais. Eram promovidas para os alunos de suas turmas, sempre acompanhados pelos respectivos professores.

Praticamente vivi dentro da indústria mesmo trabalhando na Escola Técnica porque o número de visitas que a gente fazia por ano dentro das indústrias era muito grande.

Todas as empresas de Montes Claros a gente fazia várias visitas durante o ano, e além disso o número de empresas, o número de vezes que nós conhecemos nesse Brasil. [...] visitamos muitas empresas nesse Brasil, de Minas Gerais até o sul do país, Santa Catarina e até Paraná, como Foz do Iguaçu, é, várias empresas nós visitamos. Esse meu contato técnico com a empresa era através de visitas e através de contato com o diretor ou com o gerente da área de produção. Todas as visitas aqui da escola, são feitas para a contextualização do ensino. Então o que o aluno aprende dentro da sala de aula, não tem nada melhor do que ele ver isso aplicado dentro da empresa, só que de uma forma profissional. Todas essas visitas técnicas levavam os alunos à complementação do conteúdo desenvolvido dentro da Escola Técnica e enriquecimento. Além dessas medidas das empresas, alguns anos aí visitando as feiras internacionais em São Paulo no Anhembi [Pavilhão de Exposições do Anhembi], as feiras nacionais e internacionais na área de mecânica e automação industrial (SOUZA, 2005).

Pelos seus relatos, o entrevistado se considera um professor nato. Afirma que, ainda muito jovem, já tinha inclinações para a docência.

A questão da aptidão da pessoa para a docência e a autonomia desse profissional na busca da informação acumulada, isso é característica já intrínseca de algumas pessoas. Eu considero que eu tive uma facilidade muito grande, até pela própria trajetória que eu tive de ascensão rápida dentro do sistema da Escola Técnica. Outro ponto é que e como eu sempre gostei da questão da pedagogia, tanto é que eu fiz mais tarde um curso superior voltado para a pedagogia. Além de não ter apresentado muitas dificuldades, eu fui considerado como a pessoa referência para estar treinando outros profissionais da escola. Então, minha participação com muitos desses profissionais que estão aqui dentro hoje da escola, principalmente da área técnica, foram formados com as minhas, com os meus estudos, com os questionamentos e com as apresentações do que eu pesquisava para que eles crescessem (*Ibid.*).

Com a nova LDB, a educação profissional de nível médio brasileira teve que, compulsoriamente, aderir ao ensino por competências. Mais uma vez, Pedro Almeida liderou as discussões sobre o tema em toda a Escola Técnica e promoveu, junto com os demais coordenadores de curso, as adequações necessárias. Tais medidas tiveram grande repercussão, ultrapassando, em muito, os limites regionais.

Na nossa proposta curricular, um dos temas que fazem parte da nossa proposta de planos de curso foi uma pesquisa estruturada nas empresas de todas as empresas da região, eu pesquisei todas elas, das propostas do que que elas achariam que seria interessante para a gente colocar nos currículos da escola. Tivemos várias, várias opiniões, opiniões interessantes que nós incorporamos na nossa proposta, colocamos alguns desafios para as empresas, que era: que tipo de projetos, que tipos de dificuldades a empresa tinha para resolver, para que a gente procurasse solução aqui dentro da escola. Então, a nossa proposta atende muito bem, tanto é que nós ficamos como referência nesse país, como referência no ensino profissional por competências, tanto é que eu fiz palestras em São Paulo, palestras no Rio de Janeiro para muitos professores levando a eles para nossa proposta daqui da Escola Técnica. Tivemos até um encontro nacional das escolas de segmento comunitário, onde a nossa escola era referência no ensino por competências. Então a nossa proposta hoje, além de atender a nova LDB, é referência para esse país, além disso, é uma proposta fundamentada na realidade e na necessidade da empresa, porque a pesquisa, nós contemplamos vários itens, nós obtivemos *feedbacks* (*Ibid.*).

Nesse sentido, ele acrescenta, discorrendo um pouco sobre esse modelo de educação:

A formação por competência de um aluno tem que ter: conhecimento, habilidade e atitudes. Ela passa não por uma formação tecnicista, mas por uma formação holística, o aluno tem que estar integrado na sua própria proposta. O conhecimento para discutir a ciência e a habilidade do saber fazer. Discutir a tecnologia, praticar essa tecnologia e acima de tudo, a formação dos valores dos alunos sendo questionados. E integrando tudo isso numa formação que a gente chama de formação holística, ou seja, o estado social ou o projeto social vem levar esses alunos a uma formação cidadã, uma formação que a gente chama significativa (*Ibid.*).

Com relação às questões atitudinais, o ensino por competência preconiza a necessidade de proporcionar ao estudante possibilidades de vivenciar experiências de boa convivência, de respeito, e solidariedade. Nesse sentido, o professor cita o Projeto Juventude Cidadã que atende a mais de uma centena de crianças do bairro Conferência Cristo Rei, vizinho à sede da FEMC.

Um dos principais objetivos desse Projeto Juventude Cidadã que nós acompanhamos de perto, é a integração, primeiro, a integração do aluno à sociedade, à comunidade, a interação deles com alunos de outras classes sociais, mas além disso, a escola tá preocupada com um reforço na sua aprendizagem, isso feito pelos alunos do próprio Colégio Delta ou da Escola Técnica, além dessa preocupação, nós temos todo um projeto de iniciação tecnológica com essas pessoas, inclusão digital já foram feitas, essa questão do ser autossuficiente em eletricidade residencial e outros projetos (*Ibid.*).

Ele também fala com muito carinho do “Show de Ciência, Cultura e Tecnologia”, evento promovido pela FEMC, que apresentava o melhor da tecnologia dos seus laboratórios, produção cultural dos alunos do Colégio Delta, mostra de projetos de alunos da Escola Técnica e dos acadêmicos dos cursos de engenharia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros (FACIT). Lembra que, em sua primeira edição, ainda na década de 1990, o seu Departamento foi responsável por trazer o “Robocar”, um automóvel que se transformava em robô, em uma performance midiática. O sucesso do evento trouxe um grande público às dependências da FEMC para assistir ao show.

Em todos esses anos de funcionamento, a Escola Técnica foi responsável pela formação de muitos profissionais para as indústrias locais, atestando o cumprimento de seus objetivos originais.

Hoje quando a gente entra dentro de uma empresa, a gente praticamente tem que ficar com a mão levantada, para poder cumprimentar todos os alunos e ex-alunos da escola. Sem essas pessoas que hoje ocupam cargos de chefia ou de chão de fábrica, todo esse crescimento industrial de Montes Claros não tinha chegado a esse ponto. Nada melhor do que ver o diretor presidente da NOVO NORDISK, uma empresa desse tamanho, afirmar na formatura de que a decisão da NOVO NORDISK ficar em Montes Claros, cidade do interior, o que pesou muito foi, a Escola Técnica e o projeto da FACIT, ou seja, eles tinham uma proposta de ir pra China e vários outros locais e ele deixou bem claro isso na formatura (*Ibid.*).

No entanto, o financiamento das atividades da Escola Técnica sempre foi um desafio. Fundamentalmente, seu custeio é pautado na mensalidade dos alunos, ao contrário do modelo que vigorou nos primeiros anos de sua criação, em que as empresas mantenedoras contribuía financeiramente com bolsas de estudo para serem gerenciadas pela própria FEMC.

As empresas no início eram consideradas mantenedoras da fundação. A gente tinha uma proposta tripartite também, que foi considerada modelo pela ONU. Parte dos recursos eram das empresas, parte dos recursos dos alunos e parte dos recursos da prestação de serviços. Esse modelo foi considerado modelo para outras instituições, inclusive agora volta com uma nova pesquisa da UNESCO a esse modelo. Ao longo desse tempo as empresas reduziram bastante as bolsas ou, se não reduziram, mandaram seu funcionário já com a bolsa, então, elas não participam mais da escola porque tem o custo, elas tão mandando os funcionários com a bolsa. Elas não vão estar subsidiando, porque antigamente mandava a bolsa, a gente que repartia aqui para os alunos. A bolsa vinha sem endereço. Hoje vem direcionada, então a empresa só está pagando para o seu funcionário (*Ibid.*).

Além de professor e coordenador de cursos, Pedro Almeida foi Diretor da Escola Técnica. Também atuou na FACIT como professor da disciplina Resistência dos Materiais e Diretor de *Marketing* e Inovação da Fundação Educacional Montes Claros.

5.2 Depoimentos de egressos, professores e funcionários

Além do material citado anteriormente referente aos 30 anos da FEMC, foi importante inserir outros atores que estiveram de alguma forma presentes na gênese dessa história. Assim, foram entrevistados, entre 2018 e fevereiro de 2019, outros egressos e professores da FEMC, como apresentados a seguir.

*5.2.1 De frentista a empreendedor na área elétrica*²⁰²

²⁰² Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2019, por telefone.

A transição da Montes Claros interiorana para uma cidade que transformava com a chegada da SUDENE é relatada por Antônio Dirson Gonçalves Rocha²⁰³, egresso da primeira turma do curso Técnico em Eletrotécnica da Escola Técnica: “Era uma cidade muito pacata, tranquila. Uma típica cidade do interior. Não tinha a menor preocupação com criminalidade. Naquela época, a SUDENE fez com que a oferta de emprego fosse muito grande. Eram muitas indústrias instaladas”. Antes do curso técnico, Rocha trabalhava no Posto Bandeirantes, próximo à Praça de Esportes e era aluno do curso Técnico em Contabilidade do Colégio São Norberto (ROCHA, 2019).



FOTOGRAFIA 30: Antônio Dirson,
em 1979.

Fonte: Acervo FEMC²⁰⁴

Segundo seus relatos, em um dado momento, teve notícias do início das atividades da Escola Técnica. Por curiosidade, fez a seleção e ‘passou’, como ele mesmo diz. Nessa época, já se considerava um curioso. Era do tipo que gostava de “consertar” rádios, aparelhos eletrônicos, fazer pequenos reparos em instalações etc. Acredita que esse perfil tenha sido decisivo para a escolha do curso Técnico em Eletrotécnica. Durante sua fala, Rocha demonstrava muito orgulhoso de si mesmo: “foi a área que eu escolhi e estou nela até hoje”.

Ele ingressou na primeira turma, no ano de 1976, ainda no prédio do Seminário, no bairro Melo. “Lá não tinha nada, eram só salas de aula”, enfatiza. Pela sua descrição, logo na entrada tinha um grande espaço coberto por brita, antes de chegar na sala de Eustáquio, o Diretor, e a Secretária. Adiante eram as salas de aula (ROCHA, 2019).

Segundo Rocha (2019), ele era um dos mais jovens da turma. A maioria já trabalhava nas indústrias da cidade, principalmente na MATSULFUR. Ele se lembra de vários colegas e cita, como exemplo, José Mesquita da Silva e José Rômulo Ramos Nobre que, após

²⁰³ ROCHA, A.D.G. Depoimento [2019]. Montes Claros: Elaboração da Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Unimontes. Entrevista concedida a William Carlos Vieira Lopes.

²⁰⁴ Ficha Individual arquivada na Secretaria da Escola Técnica.

concluído o curso, foram contratados pela própria escola como professores do curso Técnico em Eletrotécnica. Rocha lembra com muito carinho dos seus mestres, como os professores Ismael Leite e Jair Barbosa, e o professor de Desenho Técnico, funcionário da Rede Ferroviária²⁰⁵, Carlos Augusto.

Assim que a escola foi transferida para o São João, iniciou a instalação dos primeiros laboratórios. Foram vários equipamentos e ferramentas do NAE e doações das empresas. Ele enfatiza: “ali era muito melhor! Era muito mais espaçoso”!

Com o curso, Rocha teve oportunidade de fazer seu primeiro estágio, na TELEMIG. Posteriormente, teve uma oportunidade de estágio na SIOM. Ele comenta que, ao final desse estágio, a SIOM fez uma oferta salarial de Cr\$3.000,00, para um contrato de trabalho com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social. No entanto, naquela mesma semana, fez um teste na MECA, conseguindo uma remuneração de Cr\$4.800,00 (ROCHA, 2019).

Assim, sua história na MECA começa com um cargo de ajudante, posteriormente, foi promovido a meio-oficial. Pouco tempo depois, é promovido à eletricitista e, em seguida, líder de turma, supervisor da elétrica e, por fim, supervisor de toda a manutenção, cargo que permaneceu até o encerramento das atividades da indústria. No entanto, mesmo fechada, ele manteve por três anos seu vínculo como responsável pela conservação do maquinário da empresa, quando esse foi vendido para a USIMINAS. Segundo ele, foram dezenove anos até a MECA fechar (*Ibid.*).

Logo após o seu desligamento, Rocha resolveu empreender. Aproveitando todo o *know-how* adquirido com sua experiência na área elétrica, começou o seu primeiro negócio em que atua até os dias atuais. Dedicou-se à produção painéis elétricos para controle de sistemas de irrigação de culturas diversas e a automação do processo de colheita do café. “A colheita do café tem algumas etapas: quando o café vem lá do campo, faz-se a lavagem, a separação, para então ser descascado. Aí ele é secado e limpo mais uma vez” (*Ibid.*).

“Sinto-me realizado, o curso técnico supriu todas as minhas necessidades. Não fiz curso superior. Naquela época não tinha curso superior aqui e eu não tinha como sair para fora. Com o curso técnico, constituí família e construí meu patrimônio” (*Ibid.*).

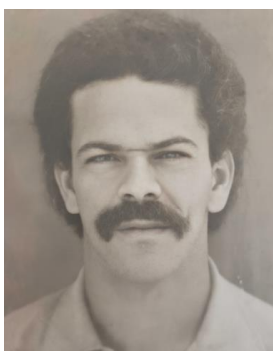
Antônio Dirson Gonçalves Rocha fala com orgulho que está sempre se atualizando com as novas tecnologias. Faz muitos cursos, principalmente aqueles promovidos pelos fabricantes dos equipamentos elétricos e eletrônicos que ele utiliza em suas construções.

²⁰⁵ Com sede no Rio de Janeiro a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) era uma empresa estatal brasileira que prestava serviços de transporte ferroviário.

“Inclusive, fui um dos primeiros a mexer com *sofstarter*²⁰⁶ aqui em Montes Claros. Fiz um curso na WEG²⁰⁷ e fui um dos pioneiros aqui na cidade”. Antônio Dirson reside em Montes Claros. Desde 2011, é proprietário da RM Serviços Elétricos com sede na cidade de Luislândia, em Minas Gerais.

5.2.2 Um trabalhador da área industrial volta para Montes Claros em busca de um curso técnico²⁰⁸

Raimundo Carlos Oliveira²⁰⁹ é egresso da primeira turma do curso Técnico em Mecânica da Escola Técnica. É natural do município de Coração de Jesus, onde reside atualmente, depois de passar mais de 50 anos em Montes Claros.



FOTOGRAFIA 31: Raimundo Carlos,
em 1979.

Fonte: Acervo FEMC²¹⁰

Diferente dos outros ex-alunos entrevistados, que havia concluído o primeiro grau pouco antes de ingressarem no curso técnico, com 28 anos, já estava no mercado de trabalho. Trabalhou por algum tempo na MATSULFUR, até que, em 1972, foi trabalhar em Ipatinga, Pedro Leopoldo, entre outras cidades.

Eu já era profissional da área de mecânica. Eu trabalhava com montagem mecânica. Trabalhava com montagem industrial. Na época, eu morava em Belo Horizonte e

²⁰⁶ O *sofstarter* é um dispositivo de acionamento de motores elétricos que permite controlar o processo de ligação e desligamento dos motores elétricos de forma estática, construída com componentes eletrônicos, em substituição às técnicas tradicionais de comutação fundamentadas em dispositivos eletromecânicos.

²⁰⁷ WEG S.A é uma empresa multinacional brasileira com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, fabricante de máquinas elétricas e sistemas e dispositivos de acionamento, controle e proteção elétrica.

²⁰⁸ Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2019, por telefone.

²⁰⁹ OLIVEIRA, R. C. Depoimento [2019]. Montes Claros: Elaboração da Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Unimontes. Entrevista concedida a William Carlos Vieira Lopes.

²¹⁰ Ficha Individual arquivada na Secretaria da Escola Técnica.

estava trabalhando em Conselheiro Lafaiete, enquanto aguardava ser chamado para uma obra em Ipatinga. Aí, uns amigos daqui de Montes Claros, que havia conhecido há algum tempo atrás, quando fiz uns serviços na “fábrica de cimento”, me ligaram falando que ia começar esse curso aqui em Montes Claros. Eu larguei tudo em Montes Claros, e fui trabalhar na MATSULFUR (OLIVEIRA, 2019).

Com o seu retorno, Oliveira já era conhecido do Dr. João Bosco Martins de Abreu, que além de Presidente da FEMC, era Diretor Industrial da MATSULFUR, o que facilitou seu ingresso tanto na escola quanto no mercado de trabalho.

Com relação às primeiras instalações da Escola Técnica, Raimundo lembra que

Nós começamos lá. A gente chamava o lugar de “batina branca”, lá no Seminário. Normalmente, a gente falava: “vamos lá no batina branca”, porque os padres lá tinham a batina branca, O primeiro ano foi lá. Na época, eu e Ildeu Braúna fundamos o jornalzinho “O Bacupari”, em referência ao pé de bacupari que tinha lá no pátio do Seminário (*Ibid.*).

Oliveira (2019) destaca que esse jornal era uma publicação rudimentar, sem grande rigor gráfico, que veiculava apenas no ambiente interno da escola. Lembra de alguns episódios, inclusive, destacando a reportagem que marcou sua última edição.

Certa vez, nós fizemos uma reportagem sobre o fato de eu ter sido Operário Padrão de Montes Claros, naquele ano, e nós fomos em Brasília. Chegando lá, o pessoal não atendeu a gente. Foi aí que escrevi sobre como o governo tratava os trabalhadores e tal. Aí o Eustáquio Coelho passou a censurar o jornal. Estávamos em plena ditadura (*Ibid.*).

Com a mudança para o prédio do bairro São João, Oliveira destaca que os ganhos não foram necessariamente de espaço físico, uma vez que, lá no “batina branca” como ele diz, também era bem amplo. No entanto, “as acomodações em si, tinham mais o ambiente, a cara de uma escola”.

Durante a entrevista, ele lembra com carinho dos seus professores.

O “velho Rameta”, tinha o Alcides Carvalho, pai da Ângela [atual Diretora Superintendente da FEMC], que foi o único professor que conseguiu me ensinar matemática. Era bom demais! Na área técnica, nossa turma foi muito privilegiada. Tinha uns professores franceses, altamente profissionais, como por exemplo, o professor Jean, de Tecnologia Mecânica. Tinha o professor que era engenheiro da *fábrica de cimento*, o professor Cícero, de Tecnologia dos Materiais (*Ibid.*).

Questionado sobre o prosseguimento dos estudos, Oliveira justifica que optou em permanecer como técnico, e até já se aposentou. Teve oportunidades de entrar em certos cursos

superiores, mas não considerou como algo viável. Estava satisfeito com suas atividades profissionais, com questões sindicais, futebol e, principalmente, com a relação familiar.

5.2.3 Coordenador de cursos e de incubadora²¹¹

Haroldo de Moraes Lopes²¹² possui MBA em Administração Acadêmica e Universitária, graduado em Engenharia da Computação, é egresso da FACIT e técnico em Eletrônica formado pela Escola Técnica e pelo SENAI-MG.



FOTOGRAFIA 32: O professor Haroldo,
em 2005
Fonte: Acervo FEMC.

Lopes (2019) diz fazer parte de uma família que sempre trabalhou com eletrônica, principal fato que o motivou a ingressar na Escola Técnica, em 1979, no curso Técnico em Eletrônica. Questionado sobre as circunstâncias que o levou a se tornar um professor, ele lembra que foi um dos primeiros alunos a solicitar a permissão para frequentar o laboratório fora do horário de aulas, com a supervisão do coordenador do curso, o professor João Batista Teixeira.

E sem faltar com a modéstia, eu era um bom aluno. Um certo tempo depois, surgiu a oportunidade de fazer um curso em Belo Horizonte, no SENAI, em um projeto [de cooperação] chamado Brasil-Japão, uma das principais escolas da área, que tinha uma parceria com a japonesa JICA²¹³. [...] já fui para o curso com o acordo com a escola sobre a minha contratação, logo que retornasse (LOPES, 2019).

Na sequência, foi convidado pela FEMC para estruturar um curso na área de informática. Nascia, pouco tempo depois, o curso Técnico em Processamento de Dados e, como consequência, Lopes assume sua coordenação.

²¹¹ Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2019, por telefone.

²¹² LOPES, H. M. Depoimento [2019]. Montes Claros: Elaboração da Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Unimontes. Entrevista concedida a William Carlos Vieira Lopes.

²¹³ Agência de Cooperação Internacional do Japão



FOTOGRAFIA 33 - Primeiro laboratório de computação da Escola Técnica
Fonte: Acervo FEMC²¹⁴.

Como primeiro laboratório, o curso de *PD*, como era carinhosamente chamado pelos alunos e professores, era equipado com computadores fabricados pela MICRODIGITAL, como o TK-82 e, mais adiante, TK-2000. A esse respeito, vale ressaltar que tais máquinas utilizavam aparelhos de gravação em fita K7, pois não contavam com memória de armazenamento físico, com os *Hard Disks Drives* (HDD). Do mesmo modo, como não tinham tela específica para operar como monitor, era, então, necessário o uso de aparelhos televisores.



FOTOGRAFIA 34 - Primeira turma de formandos do curso Técnico em P.D.
Fonte: Acervo FEMC²¹⁵.

²¹⁴ FOTOGRAFIA de Vista parcial do primeiro laboratório de computação da Escola Técnica. Pertence ao Acervo da FEMC.

²¹⁵ FOTOGRAFIA dos alunos da primeira turma de formandos em P.D. Pertence ao Acervo da FEMC.

Anos mais tarde, Haroldo de Moraes Lopes também acumulou a Coordenação do curso Técnico em Eletrônica, substituindo o professor João Batista que havia solicitado seu desligamento da FEMC. E faz questão de destacar as viagens técnicas promovidas pela sua coordenação. Segundo ele, essas iniciativas se constituíam em um dos principais diferenciais dos seus cursos.

Nós começamos visitando as feiras com nossos alunos [...] introduzimos visitas a grandes empresas e visitas culturais, como por exemplo, levávamos os meninos ao teatro. Tinha também nossa participação nos programas de televisão, como do Serginho Groisman, na época do SBT, o Programa Livre. E de quebra, a gente ainda passava na praia (LOPES, 2019).

Além das áreas de Informática e Eletrônica, Lopes também foi responsável pela criação da incubadora de empresas da FEMC. Segundo seu depoimento, por volta de 1995, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-MG) havia lançado o programa Brasil Empreendedor. Na oportunidade, ele fez com que quase a totalidade dos alunos do curso de Processamento de Dados da Escola Técnica participasse do treinamento, o que fez com que houvesse sua aproximação com os demais programas daquela instituição. Nesse mesmo período, tomou conhecimento do movimento de criação de incubadoras de empresas no Brasil, que estava em plena ascensão. Foi então que, apoiado pelo consultor do SEBRAE-MG, à época, Aloysio Afonso Rocha Vieira, hoje (2019) Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças da Unimontes, foi elaborado todo o projeto para ser apresentado para a casa.

Com o projeto estruturado, a Incubadora de Empresas de base Tecnológica de Montes Claros (INCET) iniciou suas operações.

Como não tinha espaço físico apropriado, nós começamos a incubadora com o conceito virtual. Tinham os documentos e tudo mais. Mas em termos de sede, funcionava na minha sala [Sala da Coordenação do curso Técnico de Processamento de Dados] e na biblioteca. [...] eu não tenho como comprovar, mas pelo que me parece, foi a primeira incubadora do Brasil nesse conceito, em uma escola técnica. Tenho quase certeza (*Ibid.*).

Lopes lembra que a INCET deu vários frutos, como, por exemplo, a graduação²¹⁶ das empresas Four Way e Neware²¹⁷, “mas o mais importante foi se consolidar como um marco para a implantação da cultura empreendedora na instituição, hoje tão presente em todas as unidades da FEMC”.

Acrescenta que, em toda a trajetória da INCET, o maior desafio enfrentado não foi a falta de recursos financeiros, que realmente eram escassos, ou mesmo a infraestrutura física limitada para o seu funcionamento:

Pouquíssimas pessoas no Brasil acreditam, efetivamente, no empreendedorismo. As pessoas não acreditam mesmo. Eu enfrentei, principalmente na época em que “meus meninos” [os alunos] eram menores [de idade], muitos pais não aceitaram isso. E o mais interessante é que esses pais eram empresários. Empresários do agronegócio, ou tinham um supermercado, lojas de equipamento (*Ibid.*).

Lopes conclui sua fala sobre a INCET destacando o apoio da FEMC: “ela sempre apoiou. Ela sempre acreditou. É muito importante que isso seja colocado”. Destaca que sempre apoiou as iniciativas da incubadora e, inclusive, abarcou o empreendedorismo como um dos pilares dos projetos pedagógicos de todas as suas unidades de ensino.

5.2.4 Aluno egresso do curso de Mecânica se torna gestor do SENAI²¹⁸

Lincoln Wagner de Queiroz Veloso²¹⁹ é professor da Escola Técnica e coordenador de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros (FACIT), instituição de ensino superior mantida pela FEMC. Tem MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas e é Administrador egresso da Unimontes.

²¹⁶ De acordo com a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade Federal de Lavras (INBATEC), a graduação é a inserção de uma empresa no mercado. Depois de fortalecida por um determinado período, a empresa incubada se gradua (se insere no mercado), podendo ou não manter algum vínculo com a incubadora. Disponível em <http://www.inbatec.ufla.br/programa-de-incubacao/sobre-as-incubadoras-de-empresas/> Acesso em 11/03/2019.

²¹⁷ Casos de sucesso que figuram no livro “Histórias de Sucesso – Empresas Gradudas das Incubadoras Mineiras”, editado pelo SEBRAE-MG. Versão eletrônica disponível para *download* em <https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Historias-de-Sucesso--Empresas-Gradudas-das-Incubadoras-Mineiras>. Acesso em 27/02/2019.

²¹⁸ Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2019, por telefone.

²¹⁹ VELOSO, L. W. Q. Depoimento [2019]. Montes Claros: Elaboração da Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Unimontes. Entrevista concedida a William Carlos Vieira Lopes.



FOTOGRAFIA 35: Lincoln Wagner,
em 2005.

Fonte: Acervo FEMC.

De acordo com seu depoimento, sua vida profissional teve início a partir do curso Técnico em Mecânica da Escola Técnica, concluído em 1984.

Eu não pensava em mecânica industrial. Eu queria mesmo era mecânica automotiva. Depois é que fui me adaptando, entendendo o que era o universo da mecânica e compreendendo onde é que eu poderia chegar. Buscar a Escola Técnica foi por necessidade. Eu tinha que ter uma profissão. Eu estudava no Colégio São José e lá, muitos iam para o vestibular, enquanto eu, filho de uma família que não tinha muitas posses, tinha que ter uma profissão para se autossustentar. Sabia que o emprego ou o estágio viria mais rápido (VELOSO, 2019).

Veloso (2019) lembra que sua turma era bem heterogênea. Tinha uma boa parte que, como ele, ainda era adolescente, mas com certo número de pessoas que já estava no mercado de trabalho e buscava melhorar sua qualificação profissional. “Inclusive, em nossa turma, tinha a primeira mulher que fez o curso de Mecânica, a Neuza Andrade Sardinha, que fez estágio na MATSULFUR, foi contratada, foi mudando de área, até que chegou ao cargo Gestora de RH da empresa”.

Em relação ao mercado de trabalho, Veloso iniciou sua caminhada a partir de um estágio na Metalúrgica Norte de Minas.

Fui o primeiro estagiário da área de ferramentaria da Metalúrgica Norte de Minas. Ela estava mudando os conceitos baseados nos processos de qualidade da FIAT. Eu fazia o controle de processos, porque estava tendo muitas perdas. Na sequência, fui o primeiro estagiário na área de produção, na área de estamparia. [...] na área da produção, comecei a pesquisar e descobri que tinha *carter* para reservatório de óleo que não era usado, que tinham os óleos refrigerantes e nada disso era usado porque não existiam pessoas técnicas nessas áreas. Quando minhas intervenções foram implantadas, começou a dar resultados na produtividade, as máquinas funcionavam e não paravam mais, como sempre acontecia. Daí, como estagiário, fui liderar uma equipe de oito funcionários (*Ibid.*).

Depois da Metalúrgica Norte de Minas, Veloso foi convidado para trabalhar na FEMC, na Unidade de Treinamento e Pesquisa em Carvão Vegetal (UTRECAVE),

empreendimento fruto de uma parceria com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC).

Fui trabalhar na UTRECAVE como coordenador da parte de especialização em metalurgia do carvão vegetal, trabalhando com grandes empresas. Por incrível que pareça, era um menino de dezenove anos ganhando algo em torno de dez salários mínimos em seu início de carreira. Primeiramente passando por um ano de treinamento, na capital mineira, para depois, em junho de 1985, fui contratado em regime de CLT [a partir da aprovação em concurso público] e incorporado ao quadro de funcionários da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, quando passei a coordenar a unidade de treinamento, que funcionava na área da *fábrica de cimento*. Tudo isso até meados de 1993 a 1994 (*Ibid.*).



FOTOGRAFIA 36 - Treinamento da UTRECAVE
Fonte: Acervo FEMC²²⁰.

De acordo com Veloso (2019), durante o tempo em que estive à frente da UTRECAVE, tive a oportunidade de levar programas de treinamento a 82 municípios. Com as novas tecnologias, a produtividade dos fornos de carvão foi mais do que dobrada, com impactos não só econômicos, mas também ambientais, uma vez que a lenha utilizada era quase toda de mata nativa, pois os programas de reflorestamento na região eram bastante incipientes.

A partir dessa experiência, esse profissional foi transferido para o quadro de funcionários técnico-administrativos da FEMC. Assumiu o Setor de Integração Escola Empresa (SIEE) da instituição, sendo responsável pela elaboração, em conjunto com as coordenações

²²⁰ FOTOGRAFIA de treinamento da ULTRECAVE. Pertence ao Acervo da FEMC.

dos cursos da Escola Técnica, de diversos programas de treinamento para as empresas locais e da região.

Dois anos depois, portanto, em 1996, a FEMC assumiu todo o controle do Centro de Formação Profissional Luiz de Paula, a unidade do SENAI de Montes Claros. Nesse ínterim, com o seu desempenho à frente do SIEE, em 1998, o professor Eustáquio, Diretor Superintendente da FEMC, convida-o para assumir a gerência daquele estabelecimento.

Naquele momento, o SENAI estava com uma série de problemas, eram inúmeras dívidas trabalhistas, tributos em atraso, dívidas com fornecedores, uma série de coisas. Aí me fizeram o desafio de assumir a gestão da unidade. Atendemos cinquenta e quatro municípios do Norte de Minas, chegamos até Jequitibá, do lado de Sete Lagoas, quase dentro de Belo Horizonte. De uma unidade que atendi cerca de 900 pessoas, com a nossa gestão chegou a atender 13.400 pessoas por ano. Fiquei lá até 2001, quando chegou ao fim a parceria com a FEMC e o conseqüente retorno da unidade para a FIEMG (*Ibid.*).

As relações empresariais construídas por Lincoln Wagner de Queiroz Veloso deram muitos frutos. Como exemplo, no momento em que a empresa BIOBRÁS foi vendida para a dinamarquesa NOVO NORDISK e que tinha um compromisso com os antigos proprietários de não demitirem nenhum dos funcionários remanescentes, o então gerente de Recursos Humanos da empresa, Marcelo Zuculin, solicitou a Veloso a apresentação de uma proposta de conversão ou de qualificação profissional para esse público.

A proposta que eu fiz foi que as pessoas que eram químicos e que já tivessem concluído o ensino médio, fizessem um outro curso, um curso técnico para melhorar o *background* deles. A proposta foi bem aceita e foi incrementada. Decidimos fazer com que o pessoal da química fizesse o curso Técnico em Automação Industrial e quem era da manutenção vai fazer o curso de Química. Para que todos pudessem compreender todo o processo e com isso, melhorar a produtividade e com a filosofia japonesa que estava em voga na época, o *kaisen*. [...] uma vez acertadas as bases da proposta, disseram que a decisão era tomada na Dinamarca. Tive que buscar um profissional para que fizesse a tradução do documento para a língua inglesa. Quando chegou a aprovação, enquanto achávamos que era uma turma de cada curso, para a nossa surpresa eram onze turmas. Era uma conversão para toda a fábrica, sendo que a última turma era de um grupo de funcionários de idade mais avançada, muitos já próximos de se aposentarem, e que não tinham o concluído o ensino médio, requisito mínimo para ingressarem no curso técnico. Fizemos então uma parceria com o SESI, para ofertarem um programa de suplência, com aulas de segunda à quinta-feira e, na sexta-feira, já tinham uma carga horária parcial do curso técnico. Um ano depois das primeiras turmas, todos eles estavam também concluindo o curso Técnico em Química (VELOSO, 2019).

Veloso (2019) também discorre sobre a parceria com a RIMA INDUSTRIAL e suas unidades fabris aqui na região. Segundo seus relatos, em 1998, a Escola Técnica realizou, na cidade de Bocaiúva/MG, uma turma do curso Técnico em Mecânica, na forma de alternância

de estudos em regime semipresencial, em parceria com a Prefeitura do município, para atendimento das demandas da empresa.

Nesses vinte e um anos de parceria já formamos quatorze turmas do curso Técnico em Mecânica. São vinte e um anos formando mão-de-obra para eles, no local de origem dos trabalhadores, na própria cidade em que eles iriam trabalhar, para que, com isso, eliminassem o problema da adaptação comum nos funcionários contratados de outras praças e que, naturalmente, tinham um *turnover* muito grande. Foi uma filosofia bem acertada com a presidência da empresa e, principalmente, com o seu Diretor, José Gonçalves Fernandes. [...] trabalhamos as três unidades: Bocaiúva, Capitão Enéas e Várzea da Palma. Não sei precisar quantos formados (*Ibid.*).

Historicamente, ao final do curso nessa parceria com a RIMA INDUSTRIAL, o índice médio de contratação dos egressos pela empresa é sempre alto. Os extremos ficam por conta da turma de Várzea da Palma, que é “um caso à parte, pois o nível foi muito elevado e, do último levantamento que fiz, só ficaram quatro. Todos os outros seguiram seus caminhos, fazendo cursos superiores e ingressando em outras grandes empresas”. Em 2018, das últimas turmas concluídas, foram contratados todos os trinta alunos que concluíram o curso em Bocaiúva e todos os quarenta e dois técnicos formados em Capitão Enéas.

Veloso (2019) encerra sua fala citando fatos que marcaram o processo de adesão da FEMC ao Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Certo dia, em meados de 1998, durante uma leitura de um exemplar da Revista Exame, me deparei com uma propaganda do Governo Federal, que anunciava o PROEP, voltado para as instituições públicas mas abria a possibilidade para a participação das entidades do segmento comunitário, como o caso da FEMC. Recortei o anúncio e levei para Eustáquio. Fizemos a primeira versão do projeto (*Ibid.*).

Posteriormente, outra equipe assumiu o projeto, fazendo os ajustes necessários para enquadrá-lo nas exigências do MEC. Ao final, foram mais de quatro milhões de reais aplicados na FEMC para modernização da Escola Técnica.

No entanto, por pouco a FEMC não conseguiria cumprir o prazo para adesão, que deveria ser feita em Brasília e encerraria na quarta-feira, dia 11 de outubro de 2000, véspera de um feriado prolongado. Após muita articulação política, em uma sexta-feira [06/10/2000] o então Prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde Vieira, sanciona a lei que garantia a transferência definitiva do prédio para a FEMC. Sem perder tempo, Eustáquio conseguiu o cartório da cidade de Glaucilândia, para fazer a escritura, em pleno sábado [07/10/2000]. Na segunda-feira [09/10/2000] o documento estava sendo registrado no cartório de Montes Claros, dando condições para seguir para Brasília (*Ibid.*).

Com os recursos liberados pelo PROEP, a FEMC construiu novos laboratórios e reformou aqueles já existentes, equipando-os com a mais moderna tecnologia disponível no mercado brasileiro para atendimento dos seus cursos técnicos. Ampliou o acervo da sua biblioteca, adquiriu *softwares* para as mais diversas aplicações e investiu em treinamentos técnicos para seus professores e consultoria em planejamento estratégico para seus gestores.

5.2.5 Uma das primeiras professoras²²¹

A professora Maria Nazareth Pereira Rodrigues²²² foi uma das primeiras professoras da Escola Técnica. Inicialmente, de forma provisória, como substituta da saudosa professora Dalva Romilda, que se manteve afastada por três meses em licença maternidade. Posteriormente, assinou um contrato por tempo indeterminado, já nos tempos da Escola Marcelina Lopes, permanecendo nos quadros de funcionários da FEMC até os dias atuais.



FOTOGRAFIA 37: Nazareth,
em 2002.

Fonte: Acervo FEMC

Rodrigues (2019) era professora da Escola Estadual Professora Dulce Sarmiento, onde o Eustáquio havia sido diretor em outra oportunidade. De lá, segundo seus relatos, vários professores vieram trabalhar na nova escola criada pelo então prefeito Moacir Lopes, a Escola Municipal Marcelina Lopes, no alto São João. “Quando a Escola Técnica fez a parceria com a Prefeitura, vários professores ficaram para trabalhar na nova escola”. Nessa colocação, ela dá o exemplo do professor de Jair Barbosa que, por muito tempo, além de professor de Matemática, também ocupou o cargo de Vice-Diretor, trabalhando diretamente com o Diretor José Eustáquio Machado Coelho.

²²¹ Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2019.

²²² RODRIGUES, M. N. P. Depoimento [2019]. Montes Claros: Elaboração da Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Unimontes. Entrevista concedida a William Carlos Vieira Lopes.

A professora fala com muito carinho do primeiro diretor da Escola Técnica, responsável direto por sua contratação: “era um homem duro, exigente, mas de um enorme coração. Se preocupava com cada professor, cada funcionário, como se fosse um de seus filhos”. Ela ainda enfatiza, que ele “era como um paizão, que instantes após uma discussão com um professor, se fosse preciso, dava a vida para defendê-lo diante de uma injustiça”. Ela ilustra essa postura do diretor, com um episódio em que ela se envolveu em um acidente de trânsito. “Eu não vi a hora em que Eustáquio chegou. Lá para resolver tudo. Era ele e todo um grupo de professores que ele levou” (*Ibid.*).

Embora tenha ficado pouco tempo nas antigas instalações do bairro Melo, Rodrigues (2019) lembrou-se imediatamente de alguns detalhes da edificação. Comenta que o estacionamento “ficava ali mesmo, na rua, na Lírio Brant, na porta da escola. E logo na entrada, havia um grande espaço, em frente à portaria, com brita, encobrindo o chão de terra batida”. Em suas lembranças, diz que “a primeira sala era da direção, logo à frente a sala de Ângela e depois tinham as salas de aula”, acrescentou Nazareth Rodrigues com certo entusiasmo.

A professora lembra que o perfil dos alunos não era de classe social tão baixa, como muitos acreditam. Inclusive, como o ingresso à Escola Técnica era muito concorrido, somente os mais preparados conseguiam ser aprovados nos exames de seleção. Rodrigues comenta ainda que, para se matricular na 5ª Série do 1º Grau, por exemplo, os pais das crianças interessadas precisavam antes, no final da 4ª série, inscrevê-las no “curso de admissão” para então, se aprovadas nessa etapa, participarem do exame de seleção final.

Rodrigues (2019) relata que os primeiros laboratórios foram instalados, inicialmente, em algumas salas de aula. Pouco depois, inaugurou a quadra de esportes, a escola de datilografia, que tinha uma grande procura. Somente na década de 1980 é que foi construído o prédio do primeiro bloco de laboratórios. Primeiro na área mecânica, desenho e, por último, eletricidade. Segundo ela, era muito comum os professores promoverem certo tipo de mutirão com seus alunos. “Os meninos faziam muitas práticas na área de eletricidade. Eles iam em uma escola ou em um asilo, por exemplo, e consertavam as instalações, trocavam lâmpadas, consertavam as coisas [...] era um laboratório vivo”. A professora, fala com certa emoção dessa atividade social. Fruto de ações como essa, desde 1998, a FEMC criou o Projeto Juventude Cidadã, que, em um primeiro momento, atendeu as crianças do bairro Cidade Industrial, mas há décadas presta assistência a meninos e meninas do bairro Conferência Cristo Rei. Atendendo as crianças em seu contraturno escolar, o projeto, que é coordenado pela professora Nazareth Rodrigues, oferece aulas de reforço escolar, atividades de artesanato, danças, percussão, esportes, aulas de informática e muito mais (RODRIGUES, 2019).

5.3 De alunos a professores e gestores

Um dos maiores gargalos enfrentados pela Escola Técnica em seus primeiros anos de funcionamento foi a contratação de professores para os componentes curriculares específicos de cada curso. Indiscutível a importância dos profissionais trabalhadores das indústrias locais, mas o magistério era, *a priori*, apenas um complemento de renda. Era um *bico*, como muitos costumavam dizer.

No entanto, após a conclusão das primeiras turmas dos cursos técnicos, tem-se o início da seleção dos alunos-destaque, contratados como seus professores. Entre 1981 e 1983, alguns desses egressos participaram do Curso de Licenciatura Plena para disciplinas técnicas, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), como foi o caso dos professores José Mesquita da Silva e José Rômulo Ramos Nobre, egressos da primeira turma do curso Técnico em Eletrotécnica; do professor João Batista Teixeira, Técnico em Eletrônica; e Pedro de Almeida Souza, Técnico em Mecânica; esses últimos oriundos da segunda turma dos seus respectivos cursos, formados em 1980.

Na sequência, vários outros alunos que se destacavam em seus respectivos cursos foram contratados pela FEMC para ingressarem no magistério em sua Escola Técnica. Considerando o corpo docente registrado no primeiro semestre de 2019, quase duas dezenas dos professores que atuam nas unidades de ensino da FEMC são egressos da Escola Técnica, conforme QUADRO 10. Após essa formação, buscaram cursos de graduação e pós-graduação e hoje trabalham na educação dos jovens norte-mineiros.

QUADRO 10

Relação de egressos da Escola Técnica que integram o corpo docente das unidades de ensino FEMC

EGRESSOS	CURSO DE ORIGEM	UNIDADE DE ENSINO
Alexandre Dantas Dias	Técnico em Telecomunicações	FACIT e Escola Técnica
Alexandre Silva de Almeida	Técnico em Segurança do Trabalho	FACIT
Aparecido Júneo dos Santos	Técnico em Automação Industrial	FACIT
Cláudia Aparecida Fernandes Pereira	Técnico em Química	FACIT
Cleudson dos Santos Souza	Técnico em Informática	FACIT e Escola Técnica
Fabrizio Mendes dos Santos	Técnico em Automação Industrial	FACIT
Flávio Silva Rocha	Técnico em Automação Industrial	FACIT
Heveraldo Rodrigues de Oliveira	Técnico em Processamento de Dados	FACIT
João Batista Barral Júnior	Técnico em Eletrônica	Colégio SET
João Lucas Brito Macedo	Técnico em Informática	Escola Técnica
Kely Fabiana de Assis	Técnico em Eletrônica	FACIT
Lincoln Wagner de Queiroz Veloso	Técnico em Mecânica	Escola Técnica
Maurílio José Inácio	Técnico em Eletrônica	FACIT
Murilo Pereira Lopes	Técnico em Eletromecânica	FACIT
Renata Xavier Alberico	Técnico em Química	FACIT
Rennan Aquino Neri	Técnico em Automação Industrial	FACIT
Wesley Oliveira Maia	Técnico em Eletrônica	FACIT e Escola Técnica
William Carlos Vieira Lopes	Técnico em Eletrotécnica	Escola Técnica

Fonte: Elaboração própria.

Do mesmo modo, vários egressos também ocuparam cargos administrativos na FEMC. O QUADRO 11 relaciona esses egressos que mantêm contratos ativos com a instituição em 2019.

QUADRO 11
Relação de técnicos-administrativos da FEMC egressos da Escola Técnica.

EGRESSOS	CURSO DE ORIGEM	CARGO ATUAL	UNIDADE
Alexandre Dantas Dias	Técnico em Telecomunicações	Coordenador do curso de Engenharia de Telecomunicações.	FACIT
Jorge Gustavo dos Santos Pinho	Técnico em Eletrônica	Coordenador do Depto. de Tecnologia da Informação	FEMC
Lincoln Wagner de Queiroz Veloso	Técnico em Mecânica	Coordenador de Auto avaliação e Extensão.	FACIT
Maurílio José Inácio	Técnico em Eletrônica	Coordenador do curso de Engenharia da Computação.	FACIT
Murilo Pereira Lopes	Técnico em Eletromecânica	Coordenador do curso de Engenharia Mecânica.	FACIT
Paulo André Pinheiro Fonseca	Técnico em Informática	Técnico em Informática	FEMC
Silvia Clarice Reis Fernandes	Técnico em Informática	Técnico em Informática	FEMC
Rennan Aquino Neri	Técnico em Automação Industrial	Assistente de Coordenação	FEMC
Roméria Pereira Santos	Técnico em Química	Assistente de Laboratório	FEMC
Wesley Oliveira Maia	Técnico em Eletrônica	Coordenador de Engenharia de Controle e Automação	FACIT
William Carlos Vieira Lopes	Técnico em Eletrotécnica	Coordenador da Escola Técnica	Escola Técnica
Yuri Gonçalves Moreira	Técnico em Informática para Internet	Coord. Administrativo e Pedagógico	FACIT

Fonte: Elaboração própria

Em outros períodos, outros egressos da Escola Técnica ocuparam diferentes cargos técnico-administrativos da FEMC, com destaque para Haroldo de Moraes Lopes, egresso do curso Técnico em Eletrônica que chegou a ocupar a Coordenação Geral da FACIT; o técnico em Mecânica, Pedro de Almeida Souza que alcançou o cargo de Diretor de Comunicação e *Marketing* da FEMC e a Daniela Fernandes Jorge de Mello, egressa do curso Técnico em Processamento de Dados, que ocupou o cargo de Diretora Acadêmica da FEMC.

CAPÍTULO VI

6 A FEMC HOJE

Com os seus 43 anos, a FEMC pode-se orgulhar de sua história. Nesses anos, foi capaz de contribuir para a qualificação, formação e expansão do ensino no Norte de Minas. Nesse sentido, só na primeira década de atuação, que coincide com a instalação dos principais empreendimentos industriais citados neste livro, a Escola Técnica entregou para o mercado de trabalho um total de vinte e nove turmas de técnicos de nível médio²²³. Sempre atendendo ao dinamismo das demandas do mercado de trabalho, vários cursos foram criados²²⁴, enquanto outros, descontinuados.

Destaca-se a coragem dos empresários que, de certa forma, “desbravaram” esse sertão, tão distante dos grandes centros e de suas facilidades, atraídos pelos benefícios oferecidos pela SUDENE, criaram a FEMC e sua Escola Técnica para o enfrentamento de um dos principais gargalos para o funcionamento dos grandes e modernos empreendimentos que estavam sendo instalados: a falta de mão de obra qualificada.

A FEMC foi criada em uma época em que o Brasil registrava elevados índices de crescimento econômico, verificados a partir dos registros do Produto Interno Bruto (PIB). No ano de sua criação [1976], o produto nacional passou dos 10%. Nos dois anos seguintes, se manteve próximo dos 5%, chegando a mais de 9% em 1980, conforme a Figura 38 (MARAGONI, 2012).

Todo esse cenário garantiu uma adesão efetiva dos empresários locais no que se refere ao custeio das operações da Fundação e seus planos de expansão, principalmente nos primeiros sua operação. No entanto, a década seguinte, conhecida como a *década perdida*, foi marcada por grandes desafios. Em 1981, a crise econômica do país era evidente, fechando o ano com um PIB de -4,3%, com taxas pífias nos dois anos seguintes. A inflação se mostrou

²²³ Técnico em Comercialização e Mercadologia: 5 turmas; Técnico em Eletrotécnica: 9 turmas; Técnico em Eletrônica: 7 turmas; e Técnico em Mecânica: 8 turmas.

²²⁴ Desde sua criação, além dos cursos técnicos em Comercialização e Mercadologia, Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica, a Escola Técnica ofertou os cursos técnicos em Processamento de Dados, Informática, Topografia, Segurança do Trabalho, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações e Automação Industrial. Atualmente, constam, em seu portfólio, os cursos técnicos em Mecânica, Química, Informática para Internet e, desde 2018, o curso Técnico em Administração, em parceria com o SEBRAE-MG.

cada vez mais voraz, decretando uma das mais severas crises econômicas já registradas na história brasileira (MARAGONI, 2012).

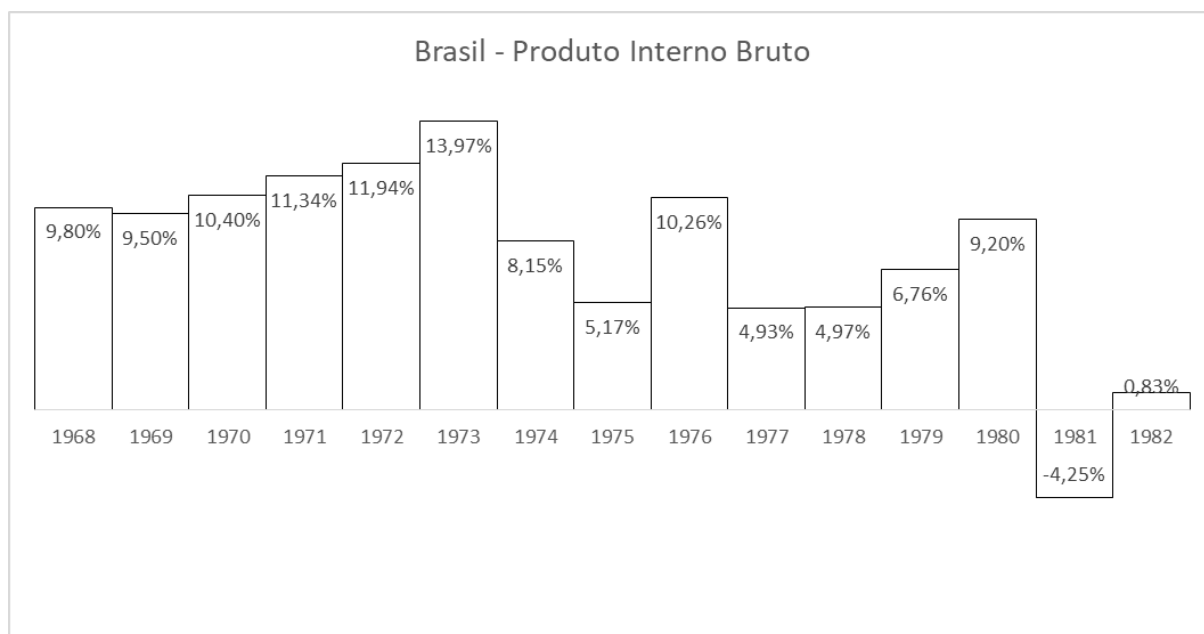


GRÁFICO 9 - Variação anual do PIB brasileiro de 1968 a 1982

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MARAGONI, 2012.

QUADRO 12

A escalada da inflação das décadas de 1980 e 1990.

ÍNDICE	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
IPCA	99,25%	96,62%	104,79%	164,01%	215,26%	242,23%	79,66%	363,41%	980,21%	1972,91%	1620,97%
INPC	99,70%	93,51%	100,51%	177,97%	209,12%	239,05%	59,20%	394,60%	993,28%	1863,56%	1585,18%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MARAGONI, 2012.

Os grandes empreendimentos instalados em Montes Claros, naturalmente, não ficaram imunes a essa situação. Como consequência, para muitos, vieram as dificuldades para continuarem integralizando suas contribuições para a FEMC.

Assim, aos poucos, as contribuições das empresas, concedidas em forma de bolsas de estudo, com destinação delegada para a própria FEMC, tornaram-se cada vez mais raras. Essa prática há muito tempo, simplesmente, se extinguiu. Desde então, as bolsas de estudo, quando concedidas, passaram a ter o destinatário específico, normalmente, um dos funcionários da concedente. Dessa forma, deixa de existir o perfil de “empresa mantenedora” que por muito tempo garantiu o funcionamento da Escola Técnica. Porém, as empresas continuaram presentes

com representantes na composição do Conselho de Administração da FEMC²²⁵, deliberando sobre os aspectos estratégicos da Instituição.

Mesmo assim, a Escola Técnica, primeira escola criada pela FEMC, mantém-se sólida, firme com seus propósitos de sempre se posicionar como parceira das indústrias locais e regionais, capaz de atender às demandas por profissionais técnicos de nível médio com flexibilidade e prontidão. A cada ano, o paradoxo entre a busca para se tornar uma instituição autossustentável e, ao mesmo tempo, manter seus padrões de qualidade de ensino, com os sistemáticos investimentos em atualização tecnológica de sua infraestrutura de laboratórios, resultava em um enigma de resolução cada vez mais complexa.

Entretanto, a criação do Colégio Delta pela FEMC, no final da década de 1990, não teve o caráter de buscar por melhores resultados financeiros, que pudessem contribuir para o custeio das atividades da Escola Técnica. Muito pelo contrário, seu público-alvo era bastante semelhante àquele atendido pela Escola Técnica. Na verdade, foi uma adequação institucional às imposições de uma nova legislação educacional brasileira, como citado no Capítulo III e abordado novamente mais adiante.

A busca por um modelo de negócio capaz de prover o equilíbrio financeiro, sem abrir mão de seus princípios, fez a FEMC buscar um novo posicionamento para atender a outra demanda regional: os cursos de graduação em engenharia. Assim, a FEMC cria a FACIT, unidade de ensino superior que, na prática, assume a responsabilidade de custear os eventuais resultados financeiros negativos das demais unidades de ensino mantidas pela FEMC.

A partir de 2019, a FEMC concentrou todas as suas unidades de ensino no prédio do bairro São João, denominado por ela como *Campus I*. O prédio conta com uma grande infraestrutura de edificações e equipamentos. São 26 salas de aula climatizadas e equipadas com projetores multimídia. Amplo espaço de convivência e edificações totalmente adequadas às normas de acessibilidade e combate a incêndio.

A FEMC disponibiliza para suas unidades quase trinta laboratórios que atendem todos os seus cursos. São vários laboratórios de química, de informática, de segurança do trabalho, robótica, nas áreas mecânica, elétrica, eletrônica e civil. Alguns desses ambientes equipados com equipamentos que os diferenciam dos demais, como, por exemplo, o maior torno

²²⁵ Atualmente o Conselho de Administração da FEMC, presidido por Ariovaldo Melo Filho, é composto pela COTEMINAS, Construtora PAVISAN, LAFARGE HOLCIM Brasil, NOVO NORDISK Produção Farmacêutica do Brasil (antiga BIOBRÁS), MERCK SHARP & DOHME (antiga VALLÉE), Irmãos Nogueira Gontijo - ROKA Manufatura de Roupas, Minas Peças Ltda., BIOMM S/A, MONTCAR Veículos Ltda., CEMIG S/A, COPASA, Melo Hotéis Ltda., NESTLÉ (antiga ITASA) Cia. de Tecidos Santanense e Comercial de Alimentos Marbaty Ltda.

de Comando Numérico Computadorizado (CNC) da região e o único braço robótico industrial presente em uma IES da região compreendida entre a capital mineira e a baiana.

6.1 As outras unidades de ensino da FEMC

Atualmente, a FEMC é mantenedora de três unidades de ensino. Além da Escola Técnica, dedicada à educação profissional de nível médio, há o Colégio SET (antes denominado Colégio Delta), que atende crianças e adolescentes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio; também é responsável pela FACIT, única instituição de ensino superior da região especializada em cursos de graduação em engenharia.

6.1.1 O Sistema Educacional Tecnológico (SET)

A qualidade do ensino desenvolvido na Escola Técnica era reconhecido por toda a sociedade. Os resultados eram percebidos não só no mercado de trabalho, com inúmeros alunos encaminhados que, em pouco tempo, já ocupavam cargos hierarquicamente superiores. Historicamente, o curso técnico era desenvolvido de forma integrada com o segundo grau, como o ensino médio era denominado. Ao final do terceiro ano, o aluno concluía as disciplinas de formação geral²²⁶ e, então, cursava mais um ano, exclusivamente com disciplinas específicas do curso escolhido, conferindo, ao final, o diploma da habilitação técnica de sua área de estudo.

Na sequência, a nova LDB, sancionada em 1996, previu a necessidade de legislação complementar para regulamentar a educação profissional. Missão assumida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que sancionou o decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997²²⁷.

²²⁶ Ao concluir o terceiro ano, o aluno poderia optar por encerrar essa etapa de estudos e não cursar o quarto ano do seu curso. Nesse caso, além do certificado de conclusão do segundo grau, o aluno receberia o título de “auxiliar técnico”, em conformidade com a legislação vigente.

²²⁷ O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 foi assinado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Trouxe em seu art. 5º, de forma explícita que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.

A nova legislação não mais permitia o modelo de curso técnico integrado ao ensino médio, assim, a FEMC foi, compulsoriamente, levada a reestruturar a Escola Técnica, criando, em 1998, sua unidade de ensinosa fundamental e médio – o Colégio Delta.



FIGURA 36 - Logomarca do Colégio Delta
Fonte: Acervo da FEMC²²⁸

Sem fugir dos seus princípios, mas à luz da nova lei, a FEMC deu aos seus alunos, por meio do Colégio Delta, a oportunidade de se prepararem para o ingresso nas universidades e seus cursos superiores, mas com a possibilidade de cursar, concomitantemente, e com 100% de gratuidade, uma habilitação técnica de nível médio na Escola Técnica²²⁹.

Contudo, a partir de uma estratégia mercadológica, a FEMC promoveu no início de 2019, uma série de mudanças. As mais significativas dizem respeito ao Colégio Delta, que embora continue com a denominação “Centro Educacional Montes Claros” frente aos órgãos regulares, assume, desde então, um novo nome fantasia, passando a ser denominado Sistema Educacional Tecnológico (SET).

De acordo com a FEMC, o Colégio SET oferece a seus alunos, já no ensino fundamental, a oportunidade de experimentar o universo da tecnologia, com atividades extracurriculares e disciplinas que vão além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como é o caso da disciplina *Pensamento Computacional*, que se baseia-se na metodologia *Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics (STEAM)* a fim de promover o aprendizado por meio de cinco etapas: Investigar, Descobrir, Conectar, Criar e Refletir:

É uma metodologia para a resolução de problemas de maneira eficiente e estratégica, que proporciona ao educando, desde o 6º ano, desenvolver o gosto pela tecnologia, tão necessária para que o Brasil alcance melhores resultados econômico-produtivos; promovendo a construção de conhecimentos que contribuam para a formação de novas competências e habilidades cognitivas (ACERVO FEMC²³⁰).

²²⁸ LOGOMARCA do Colégio Delta. Pertence ao Acervo da FEMC.

²²⁹ Com a nova legislação, a Escola Técnica passou a se dedicar, exclusivamente, à educação profissional. O Colégio Delta assumiu a denominação de Centro Educacional Montes Claros, enquanto a Escola Técnica recebe a denominação de Centro de Educação Tecnológica de Montes Claros.

²³⁰ LIVRETO SET. Pertence ao Acervo da FEMC.

Do mesmo modo, herdando uma tradição dos tempos em que a Escola Técnica trabalhava com o primeiro grau e os cursos técnicos integrados ao segundo grau, o SET realiza a cada ano, o *Concurso de Poemas*.

O evento é realizado pelo Colégio Delta com os educandos dos Ensinos Fundamental e Médio, propondo incentivar e valorizar a arte literária, fazendo uma reflexão filosófica sobre as temáticas abordadas e usando uma linguagem de função predominantemente poética e emotiva (*Ibid.*).



FOTOGRAFIA 38 - Concurso de Poemas Marília Peres
Fonte: Acervo FEMC²³¹.

A Fotografia 28 retrata a Coordenadora do Colégio Delta, Sra. Maria Lúcia Vieira Coelho, em cerimônia de premiação do XXXVIII Concurso de Poemas Marília Peres, realizado em 2018. Ao microfone, como mestre de cerimônia, o professor Jalles Frederick Fagundes Santos.

6.1.2 A Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros

No início de 2002, a FEMC contava com um grande número de novos laboratórios. Diferente da infraestrutura que formou tantos profissionais até o século XX, agora as edificações, equipamentos, instrumentos, máquinas, *softwares* e toda a infraestrutura havia sido modernizada. Estava adequada para desenvolver não só os seus cursos técnicos, mas toda uma gama de cursos superiores, principalmente, na área da engenharia.

²³¹ FOTOGRAFIA da cerimônia de premiação do XXXVIII Concurso de Poemas Marília Peres, 2018. Pertence ao Acervo da FEMC.

Por conseguinte, a FEMC credenciou, em 06 de fevereiro de 2002, a Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros (FACIT), sua Instituição de Ensino Superior (IES), com início das aulas no segundo semestre daquele mesmo ano, atendendo a uma demanda da região por cursos nessa área. Até então, era recorrente o questionamento dos egressos para os dirigentes e professores da FEMC sobre a possibilidade da criação de cursos de engenharia, uma vez que, em toda a área do polígono formado pelos vértices fincados nas capitais de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Goiás e o Distrito Federal, não havia registro de nenhuma IES que ofertasse cursos de engenharia, caminho natural para os técnicos industriais que desejassem prosseguir na educação continuada. Para esse público, as opções eram partir para outros centros, mudar de área ou permanecer como técnicos de nível médio.

Assim, em um primeiro momento, foram autorizados os cursos superiores de Engenharia da Computação (2002) e de Engenharia de Controle e Automação (2002)²³². Iniciaram no segundo semestre de 2002 as atividades nas instalações do bairro São João e, no ano seguinte, foram transferidas para o prédio da avenida Deputado Esteves Rodrigues. Na sequência, foram autorizados os cursos de Engenharia de Telecomunicações²³³ e Engenharia Química²³⁴, com suas primeiras turmas iniciadas já no primeiro semestre de 2003. Na sequência, a FACIT obtém a autorização de funcionamento do curso de Engenharia de Produção (2007)²³⁵, Engenharia Mecânica (2013)²³⁶, Engenharia Elétrica (2014)²³⁷ e Engenharia Civil (2015)²³⁸. Desde sua criação, a FACIT continua a ser a única IES da região totalmente dedicada à engenharia, já tendo formado, até 2018, mais de cinquenta turmas de engenheiros.

Desde sua criação, a infraestrutura utilizada pela FACIT é, em grande parte, compartilhada com as outras unidades da FEMC. 100% das salas de aula são climatizadas e equipadas com projetores multimídia. Os primeiros períodos tinham suas aulas no *campus* da avenida Deputado Esteves Rodrigues e, por volta do quinto ou sexto período, as aulas aconteciam no *campus* do bairro São João, no mesmo prédio da Escola Técnica, onde estão a maioria dos laboratórios. A partir de 2019, todas as aulas passaram a ser ministradas, exclusivamente, nas instalações do bairro São João.

²³² Ambos os cursos autorizados pela Portaria 352 de 06/02/2002, publicada no Diário Oficial da União de 07/02/2002.

²³³ Autorizado pela Portaria 972 de 02/04/2002, publicada no Diário Oficial da União de 03/04/2002.

²³⁴ Autorizado pela Portaria 1061 de 04/04/2002, publicada no Diário Oficial da União de 11/04/2002.

²³⁵ Autorizado pela Portaria 472 de 19/01/2007, publicada no Diário Oficial da União de 23/01/2007.

²³⁶ Autorizado pela Portaria 632 de 28/11/ 2013, publicada no Diário Oficial da União de 29/11/2013

²³⁷ Autorizado pela Portaria 362 de 02/07/2014 publicada no Diário Oficial da União de 03/07/2014.

²³⁸ Autorizado pela Portaria 489 de 26/06/2015, publicada no Diário Oficial da União de 29/06/2015.

6.2 Projetos integradores

Uma tradição da FEMC, iniciada pela Escola Técnica, é a política educacional de promoção à criação de projetos pela comunidade discente, integrando as mais diversas tecnologias envolvidas em sua formação. Começou com os *Projetos Integradores* que visavam promover produtos ou serviços multidisciplinares, desenvolvidos pelos concluintes dos cursos técnicos, com grande material inventivo e potencial inovativo como: *Softwares*, equipamentos eletrônicos, mecânicos, eletromecânicos, produtos químicos e tantos outros.

Assim, as mostras de projetos deram origem ao *Show de Tecnologia*, que mais adiante passa a ser denominado *Show de Ciência, Cultura e Tecnologia*, com a apresentação das produções artísticas e culturais dos discentes do Colégio Delta (SET) e os trabalhos acadêmicos da FACIT.

Inclusive, muitos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) são realizados a partir dos projetos de graduação da FACIT. Destaca-se o caso da AGROWET, *startup* criada pelos egressos do curso de Engenharia da Computação, Lucas Teixeira e Murilo Pereira Lopes (também egresso do curso Técnico em Eletromecânica da Escola Técnica), Gelson Toledo, técnico em Eletromecânica e da acadêmica em Engenharia da Produção da FACIT, Amanda Costa.

O AGROWET é uma plataforma de telemetria e telecomando de sistemas de irrigação oferecendo recursos de telemetria que permitem ao usuário uma ampla gama de ferramentas gerenciais do processo, garantindo, como consequência, a otimização do uso do recurso hídrico. O projeto inicial partiu de uma demanda apresentada por Gelson Toledo (profissional atuante no fornecimento de sistemas elétricos de controle de irrigação) e implementado pelo acadêmico Lucas Teixeira, constituindo a base do seu TCC.

Na sequência, com os resultados satisfatórios do produto criado, tem-se a constituição da *Startup* com o ingresso dos novos membros e a inscrição do projeto na primeira edição do programa *FIEMG Lab*²³⁹. Concorrendo com mais de 1.800 projetos de todo o Brasil e de outros países, a AGROWET foi um dos 100 projetos selecionados, como pode ser visto na Fotografia 21. Após uma etapa com programação específica para validação do negócio, a AGROWET se submete a um novo processo seletivo dentro do programa de aceleração, sendo classificada mais uma vez, dentro das trinta e cinco vagas disponíveis. A *startup* montes-

²³⁹ Ciclo de aceleração de *startups* promovido pela Federação das Indústrias de Minas Gerais, em seu Distrito de Inovação em Nova Lima.

clareense chegou à fase em que restavam quinze projetos, que selecionaria as últimas cinco finalistas do programa.



FOTOGRAFIA 39 - Sócios da AGROWET no FIEMG Lab.
Fonte: Acervo FEMC²⁴⁰



FOTOGRAFIA 40 - Sócio da AGROWET (dir.) em terras israelenses com guia local
Fonte: Acervo FEMC²⁴¹.

O empreendimento também foi selecionado pelo Banco do Nordeste para um intercâmbio em Israel, sendo representado na ocasião, pelo sócio Lucas Teixeira (Fotografia 30). Nas terras do Oriente Médio, Teixeira teve oportunidade de visitar diversas *startups*, principalmente, aquelas voltadas para a gestão de recursos hídricos.

²⁴⁰ FOTOGRAFIA dos Sócios da AGROWET no FIEMG Lab. Pertence ao Acervo da FEMC.

²⁴¹ FOTOGRAFIA Sócio da AGROWET (dir.) em terras israelenses com guia local. Pertence ao Acervo da FEMC.

6.3 A FEMC e o futuro

Depois de explanar sobre a trajetória dessa instituição, ficou evidente sua relevância para o desenvolvimento local do Norte de Minas. A vinda da SUDENE de fato exigiu a formação de uma mão de obra mais qualificada e a FEMC surge nesse contexto. Contudo, mais que suprir uma demanda, o que esse livro pretendeu mostrar é a trajetória de desafios e muitos obstáculos que só foram superados pela dedicação de bravos homens e mulheres. Eles fizeram com que um sonho se tornasse realidade; o que se pode concluir é que o esforço deu frutos sólidos como os citados ao longo de todo o livro. São profissionais qualificados, pessoas formadas, histórias alteradas para melhor, instalações renovadas, integração positiva com empresas e com a sociedade, com os projetos sociais entre outras ações.

Pode-se concluir que extrapolou em muito o projeto inicial. Foi muito além do que os seus percursores imaginavam! Hoje, a FEMC tem outras unidades de ensino, outras atribuições, ampliou sua atuação. Contudo, manteve a tradição de ter foco no futuro! Dentre muitos exemplos, podem-se citar quando se lançou a ser Escola Técnica no ‘Sertão Mineiro’, quando estruturou a incubadora de empresas, quando iniciou os cursos de graduação em engenharia, quando incentiva seus discentes a colocarem ideias e invenções em prática. Enfim, continuamente se insere em novas tecnologias e métodos de ensino e novos sonhos... com suas mais de quatro décadas, ainda tem à frente muitos desafios e planos para executar. Esperamos que lá esteja a FEMC, com suas unidades de ensino, seus colaboradores e demais *stakeholders*²⁴²



FIGURA 37 - Logomarca da FEMC e de suas unidades de ensino – versão 2019
Fonte: Acervo FEMC²⁴³.

²⁴² Termo que se refere ao grupo ou público de interesse de uma empresa ou instituição. “Qualquer grupo de indivíduo que pode afetar ou é afetado, pelo alcance dos propósitos de uma firma” (FREEMAN, R.E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984, 1984, p.25)

²⁴³ LOGOMARCA da FEMC e de suas unidades. Pertence ao Acervo da FEMC.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.N.M. **Trilhos do Trem Baiano: da Instalação a Extinção do Transporte Ferroviário de Passageiros e Seus Impactos no Modo de Vida no Norte de Minas Gerais**. 2013. 228f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento). Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira/BA, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande** (versão para discussão na CTC). Relatório Síntese. Brasília, 24 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.verdegrande.cbh.gov.br/plano-bacia/20110225_prhverdegrandereletroriosintese.pdf> Acesso em 15 jun. 2018.

ARVIN-RAD, H.; WILLUMSEN, M. J.; WITTE, A. D. Industrialização e Desenvolvimento no Governo Vargas: Uma Análise Empírica de Mudanças Estruturais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 127-166, jan.-abr., 1997.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL e de Serviços de Montes Claros. **Montes Claros: potencialidades**. Montes Claros: Unimontes, 2008.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Montes Claros-MG**[s.l] 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/montes-claros_mg>. Acesso em: 14 jun. 2018.

AVELAR, R.R. **Processo de autorização de funcionamento do Centro Educacional Montes Claros**, 1976.

BRAGA, M.A.F. **Industrialização da Área Mineira da Sudene - Um Estudo de Caso: Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 2008.

BRANCO, A.L.; MENDONÇA, C.; LUCCI, E.A. **Geografia Geral e do Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=s126>>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro -RJ, 10 nov. 1937b.

BRASIL. Decreto de 13 de outubro de 1831. Erige em Vilas diversas povoações da Província de Minas Gerais. **Coleção de leis do império do Brasil - 1831**. Rio de Janeiro, p. 134-135, v.

1, pt. I. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em 28 maio 2019.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro -RJ, 18 nov.1930, Seção 1, Página 20883.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 8 abr.1997.

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro-RJ, 13 fev. 1932, Página 2625.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.763, de 23 de dezembro de 1909. Altera os decretos ns 7.566 e 7.649, de 23 de setembro e 11 de novembro últimos, referentes à criação de escolas de aprendizes artífices, nas capitais dos Estados, e à nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos - primário e de desenho. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro-RJ, 25 dez.1909, página 9757.

BRASIL. Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro -RJ, 27 out. 1911, Seção 1, página 13927.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, 22 jan. 1942c.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Regulamento Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 jan. 1942a.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, 9 abr. 1942b.

BRASIL. Decreto-lei nº 45.445, de 20 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro-RJ, v. 2, p. 474, 1959a.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. Dispõe sobre a reorganização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro-RJ, 4 jan. 1946, Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto-lei no 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. **Diário Oficial da União** Rio de Janeiro, 10 jan. 1946.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União** Rio de Janeiro, 12 de jan.1946.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946. Modifica o artigo 1º do Decreto-lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro-RJ, 16 set. 1946.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827.

BRASIL. Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro-RJ, 13 jan. 1936, Seção 1, p. 946.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 15 jan. 1937, Seção 1, página 1210.1937a.

BRASIL. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Rio de Janeiro, 12 mar. 1953.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 17 fev. 1959b.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1959c.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1961, Seção 1, página 11429.

BRASIL. Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 12 jul.1963 e retificado em 23 jul.1963.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Seção 12 ago. 1971, Página 6377.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 23 de dezembro de 1996.

BRITO, G.R.G. **Na Terra dos Coronéis: Progresso Para Quem? Estrepes e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História – Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CACHAPUZ, P.B. de B. **Usinas da CEMIG: 1952-2005**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

CARDOSO, J. M. A. A Região Norte de Minas Gerais: Um Estudo da Dinâmica de Suas Transformações Espaciais. In: OLIVEIRA, M. F. M. DE et al. (Eds.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros/MG: Unimontes, 2000.

CARVALHO, J. O. DE. **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2. ed. [s.l.] EDUEPB, 2014.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG. **Relatório Anual 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.copasa.com.br/media2/RelAnual2011/Copasa/copasa.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG. **A COPASA em Montes Claros**. Disponível em: <<http://www.copasa.com.br/montesclaros/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

COTRIM, D. T. **História primitiva de Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 2007.

CRUZ, B. DE P. A.; MARTINS, P. E. M. O poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro: relendo Raízes do Brasil e Sobrados e mucambos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 3, p. 01-09, out. 2006.

CUNHA, L.A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 912–933, dez. 2014.

CURY, C.R.J. et al. **A profissionalização do ensino na Lei nº 5692/71**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1982.

DATAVIVA. **Montes Claros**. 2015. Disponível em <<http://www.dataviva.info/pt/location/4mg050413/education>>. Acesso em 14 jun. 2018.

DINIZ, I.F. **Contribuição da Ferrovia Para a Urbanização: 1908 - 1950**. Alguns Apontamentos Sobre o Norte de Minas. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros, 2012.

DUMONT, S. R. T. **São Francisco - Caminho Geral do Sertão: Cenários de Vida e Trabalho de Pescadores Tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO. **Aeroporto de Montes Claros - Mario Ribeiro**. [s.l.] 2018. Disponível em: <<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-montes-claros-mario-ribeiro/sobre-o-aeroporto/historico/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

FILIPPIN, F. **Estado e desenvolvimento: a indústria de semicondutores no Brasil**. 2016. 285 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FURTADO, C. **O Nordeste e a Saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento, v. 3. 2009a.

FURTADO, R. F. D'AGUIAR. A Batalha da Sudene. In: **O Nordeste e a Saga da Sudene: 1958-1964**. Arquivos Celso Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento, v. 3, p. 283, 2009b.

GOMES, C.A.C. **Panorama mundial da educação profissional: desafios e respostas**. Brasília: SENAI, 2015. 160 p.

GOMES, C.A.C. Democratização e financiamento da educação profissional: uma provocativa experiência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 59, 2008. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-0362008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 20 jun. 2018.

GRAÇA, R. T. **Montes Claros era assim**. Belo Horizonte: Cultura, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. XXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades. Montes Claros/MG**. 2013. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/historico>>. Acesso em 20 jun. 2018.

LAEMMERT, E. V. **Anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1917**. 73. ed. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1917.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARAGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Desafios dos Desenvolvimento**, v. Ano 09, n. 72, 15 jun. 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23> Acesso em 25 fev. 2019.

MARQUES, T.M.P.; MARQUES, R.S.S. **Memória de Montes Claros**. Montes Claros: R.T.M. Criação, Produção e Editora Ltda. 1 de julho de 1989. Não paginado.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal de Montes Claros. **1857 - A Vila de Montes Claros de Formigas passa a Cidade**. Montes Claros, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectosgerais/historia.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

NASSAU, J. S. **Álbum de Montes Claros (1927). Estudo crítico a partir das fotografias de Serafim Facella (1927-1939)**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

OLIVEIRA, M. F. M. de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, M. F. M. de. O Processo de Formação e Desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M. de; RODRIGUES, L. (Org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros/MG: Unimontes, 2000.

OTRANTO, C.R.; PAMPLONA, R.M. Educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: Dicotomia na educação e na sociedade brasileira. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. **O Ensino e a Pesquisa em História da Educação**, 2008. v. 1. p. 373-373.

PAULA, H.A. de. **Montes Claros, Sua História, Sua Gente e Seus Costumes**. Montes Claros: 1957.

PEDROSA, J. G.; BITTENCOURT JUNIOR, N. F. Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: Os Ginásios Polivalentes (1971–1974). **Trabalho & Educação**, v. 24, p. 11–30, 2015.

PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Atlas escolar histórico, cultural e geográfico do município de Montes Claros**. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2006.

RODRIGUES, L. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: RODRIGUES, L. et al. (Org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros/MG: Unimontes, 2000.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. v. 4. v. 4 Tradução Vivaldi Venceslau MOREIRA. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1975.

SANTOS, S. V. DOS. **Da Educação Profissional para o emprego, no PIPMO, para a Educação Profissional para a empregabilidade no PLANFOR**. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SCHUELER, A.F.M. de; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, n. 26, p. 32–55, 2009.

SOARES, M. DE J. A. As Escolas de Aprendizizes Artífices - estrutura e evolução. **III Fórum Educacional**, p. 35, 1982.

SOUZA, F. C. D. **História e Ensino de História**. Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

SPYER, A. A. Matta Machado. **Montes Claros**: Semanário Literário e Noticioso, p. 4, 5 fev. 1893a.

SPYER, A. A. Fábrica de Tecidos. **Montes Claros**: Semanário Literário e Noticioso, p. 4, 5 fev. 1893b.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS – SUDENOR. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais. Diretoria de Incentivos Fiscais. **Aspectos da industrialização do município de Montes Claros com incentivos da SUDENE**. Nov. 1983. Disponível em < <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2718/1/FJP07-000332.pdf> > Acesso em 08 mar. 2019.

VIANNA, U. de S. **Monographia do Município de Montes Claros, breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1916. v. 6